UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

JADIR PEÇANHA ROSTOLDO

**A CIDADE REPUBLICANA NA *BELLE ÉPOQUE* CAPIXABA:
ESPAÇO URBANO, PODER E SOCIEDADE**

**SÃO PAULO
2008**

JADIR PEÇANHA ROSTOLDO

**A CIDADE REPUBLICANA NA *BELLE ÉPOQUE* CAPIXABA:
ESPAÇO URBANO, PODER E SOCIEDADE**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Doutor em História Social.

Orientador: Profa. Dra. Nanci Leonzo

SÃO PAULO
2008

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

R839c Rostoldo, Jadir Peçanha, 1967-
A cidade republicana na belle époque capixaba : espaço urbano, poder e sociedade / Jadir Peçanha Rostoldo. – 2008. 210 f.

Orientadora: Nanci Leonzo.

Tese (doutorado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História.

1. Cidades e vilas. 2. Espaço urbano. 3. Poder (Ciências sociais). 4. Estrutura social. 5. Brasil - História - República Velha, 1889-1930. I. Leonzo, Nanci. II. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de História. III. Título.

CDU: 93/99

**A CIDADE REPUBLICANA NA *BELLE ÉPOQUE* CAPIXABA:
ESPAÇO URBANO, PODER E SOCIEDADE**

JADIR PEÇANHA ROSTOLDO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Doutor em História Social.

_____ em _____ por:

Profa. Dra. Nanci Leonzo – Orientadora _____

Instituição: USP _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

A **Raquel** e a **Laura**,
pelo prazer de dividir a vida.

A **Jadyr** e a **Alny**,
pelo exemplo.

AGRADECIMENTOS INSTITUCIONAIS

Ao **Departamento de História da Universidade Federal do Espírito Santo** por trabalhar em busca da produção do conhecimento.

Ao **Arquivo Geral do Município de Vitória** por preservar a memória da cidade.

Ao **Banco do Brasil** pelo apoio ao autodesenvolvimento.

AGRADECIMENTOS ESPECIAIS

À professora e orientadora **Nanci Leonzo** pela confiança.

À professora **Maria da Penha Siqueira** pela disponibilidade.

A **Rosângela** pela dedicação e preservação do Arquivo Geral do Município de Vitória.

A **Karla** e a **Camila** pela casa em São Paulo.

A **Virgínia** pelas leituras iniciais.

RESUMO

O objetivo central desta tese é traçar um panorama das transformações ocorridas na cidade de Vitória, capital do Estado do Espírito Santo, durante a Primeira República, desvendando sua trajetória histórica. Utiliza o Governo Estadual e suas ações como instrumentos privilegiados para analisar as mudanças no espaço urbano, examinando os conflitos sociais que nele se desenrolaram e as visões dos sujeitos históricos envolvidos. Propõe que o olhar sobre a cidade não exponha apenas a influência do Estado sobre a construção do espaço urbano, mas analise como este se relacionou com a sociedade e se representou nas imagens urbanas. O trabalho está estruturado em cinco capítulos, além da introdução e das considerações finais: no primeiro, esclarece o suporte conceitual e metodológico no que se refere à análise das cidades e do poder, especificamente sobre a cidade de Vitória e o exercício do poder sobre ela; no segundo, explora a história, o perfil e a construção política dos executivos estaduais, considerados como os mais influentes na transformação do espaço urbano de Vitória no período; no terceiro, mostra a cidade construída pelo poder do Estado, retratada nos relatórios do Governo Estadual apresentados ao Congresso; no quarto, analisa as petições dirigidas ao Poder Executivo de Vitória e as legislações municipais dos períodos em suas determinações sobre a cidade; no quinto capítulo, responde às seguintes questões: como a população se expressou nas petições? Como o Governo Municipal se comportou? Conclui que o Estado foi o sujeito histórico determinante para as transformações do espaço urbano de Vitória na Primeira República. O poder do Estado, nesse processo, foi exercido pelo Governo Estadual, corporificado pela figura dos presidentes do Estado. Os Governos Municipais também tiveram sua parcela de atuação, mas, subordinados ao Governo Estadual, agiram como sujeitos coadjuvantes. A sociedade não esteve alheia ao processo, no entanto seu campo de atuação se restringiu às suas necessidades cotidianas, mais imediatas.

Palavras-chave: Cidade. Primeira República. Espaço Urbano. Poder. Sociedade.

ABSTRACT

The main purpose of this study is to delineate scenery of the transformations in the city of Vitória, capital of Espírito Santo State during the period of Brazilian's First Republic, showing its historical way. It uses the State Government and its actions as privileged instruments to analyze the changes in urban spaces, investigating social conflicts involved and the vision of the historical subjects. It suggests that the look over the city do not show only the State influence over the construction of this urban space, but it makes an analysis of how the State relates to the society and how it was represented in the urban images. The study is divided in introduction, 5 chapters and final considerations. The first chapter clarifies the methodological support related to the analysis of the cities and the power over them; the second chapter explores the history, profile and political construction of the State Government, considered the most influent subject in the transformation of the urban space of the city of Vitória in that period of time. The 3rd chapter shows the city built by the State Power, revealed in the State Government presented at the State Congress. In 4th chapter, the study analyses the people's petitions sent to the superior administration and also the local laws of this period related to the city. The 5th chapter answers the questions: how did the people express themselves in the petitions? How did the local administration behave? The study concludes that the State Government was the main historical subject to the transformations of the urban space of Vitória in the period of First Republic. In this process, the power was exerted by the State Government, personified by the State Governor. The local administration also had its performance portion acting as co adjuvant and always subordinated by the State Government. The society was not a distant part of this process but its action, was restricted to its quotidian and immediate needs.

Key-words: City. Brazilian First Republic. Urban Space. Power. Society.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	ANTECEDENTES PARA ANÁLISE DA REPUBLICANA CIDADE DE VITÓRIA	25
2.1	A CIDADE COMO OBJETO DE ANÁLISE	25
2.2	O PODER NA PRIMEIRA REPÚBLICA	30
2.3	A EXPRESSÃO LEGAL DO PODER SOBRE A CAPITAL DO ESPÍRITO SANTO	41
3	A MATERIALIZAÇÃO DO PODER: OS PRESIDENTES DO ESTADO	51
3.1	O LIBERAL REPUBLICANO: MONIZ FREIRE E O PODER NO INÍCIO DA REPÚBLICA CAPIXABA	51
3.2	O CORONEL MODERNO: JERONYMO DE SOUZA MONTEIRO	57
3.3	O ENGENHEIRO COOPTADO: O POLÍTICO FLORENTINO AVIDOS	67
4	A CIDADE OFICIAL: O LOCUS DE REPRESENTAÇÃO DA REPÚBLICA CAPIXABA	72
4.1	A CIDADE DESEJADA POR MONIZ FREIRE E A CIDADE POSSÍVEL	73
4.2	O INCONVENIENTE DESCONFORTO DA CAPITAL: A BUSCA DE JERONYMO MONTEIRO PELO PADRÃO REPUBLICANO	90
4.3	REMODELAR PARA PROGREDIR E DESENVOLVER: FLORENTINO AVIDOS ASSUME A CAPITAL	108
5	SUJEITOS, MOTIVAÇÕES E LEGISLAÇÃO MUNICIPAL	121
5.1	MUDANÇAS NO INTERIOR DA CAPITAL DURANTE O GOVERNO DE MONIZ FREIRE	122
5.2	AS REGRAS E O COTIDIANO URBANO DE VITÓRIA NO PERÍODO JERONIMISTA	130
5.3	O CONTEXTO LEGAL E O REFLEXO NO ESPAÇO URBANO DE VITÓRIA DURANTE O GOVERNO DE FLORENTINO AVIDOS	142
6	O DISCURSO NAS PETIÇÕES: A SOCIEDADE EXERCE SEU DIREITO	154
6.1	A POPULAÇÃO EXPÕE SUAS NECESSIDADES, 1892-1896	154
6.2	O POVO DAS PETIÇÕES REAGE, 1908-1912	163
6.3	O DIÁLOGO COM O PODER, 1924-1928	179
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	196
8	REFERÊNCIAS E FONTES	202
8.1	REFERÊNCIAS	202
8.2	FONTES	206

1 INTRODUÇÃO

A cidade é o espaço de realização das ações dos homens, um ambiente dinâmico que representa o movimento das sociedades civil, política, econômica, religiosa e de todos os demais grupos que nela residem ou dela dependem. Sua infra-estrutura, além de importante vetor do crescimento econômico, constitui-se em peça fundamental para se alcançar o desenvolvimento humano sustentável e a plena cidadania para toda a sociedade. Nesse sentido, existem ou coexistem vários problemas urbanos que devem ser solucionados. Alguns dos mais significativos são: saneamento, transporte, habitação e preservação do meio ambiente. Vinculado a esse contexto, o espaço urbano representa uma construção derivada de relações sociais múltiplas, refletindo a realidade socioeconômica, cultural e política. Dessa forma, as cidades evidenciam o dinamismo da transformação social.

A construção do espaço urbano resulta dessas transformações sociais, que são frutos de múltiplas variáveis. Uma dessas variáveis é a atuação do Estado¹ que, com a Proclamação da República em 1889, sofreu consideráveis mudanças. Com a República, o poder político se dividiu entre as elites regionais, ao contrário do centralismo do Império, e os novos Estados da Federação ganharam maior autonomia política e administrativa: passaram a escolher seus representantes, constituir forças policiais, arrecadar impostos e decidir gastos de acordo com suas necessidades. Nesse contexto, a República também promoveu mudanças no Estado do Espírito Santo, dando início a um processo de remodelação das cidades, com maior intensidade na Capital, que ganhou aspecto de centro urbano, perdendo parte de suas características coloniais.

Na perspectiva deste trabalho, elegemos, como objeto de análise, a cidade de Vitória, Capital do Estado do Espírito Santo, enfocando o tempo histórico marcado pela Primeira República. A escolha se deve à sua importância como centro administrativo e político do Estado, como expressão e *locus* do processo de desenvolvimento capixaba em todos os aspectos e, principalmente, pela reduzida produção historiográfica sobre sua história. Nosso recorte temporal – 1892 a 1928 –

¹ Estado representado pelos governos instituídos em suas respectivas esferas: federal, estadual e municipal.

identificado aqui como *Belle Époque* Capixaba,² foi escolhido por reunir três momentos importantes da Capital, na Primeira República: os governos estaduais de José de Mello Carvalho Moniz Freire³ (1892-1896), de Jeronymo⁴ Monteiro (1908-1912) e de Florentino Avidos (1924-1928).

A importância do período fica evidente quando analisamos três obras de referência sobre a cidade de Vitória: *Biografia de uma Ilha*, de Luiz Serafim Derenzi (1965); *Vitória: trajetórias de uma cidade*, organizada por João Gualberto M. Vasconcellos (1993); e *O novo arrabalde*, de Carlos Teixeira de Campos Júnior (1996). Essas obras, dentre as poucas produzidas sobre a cidade, identificam os períodos escolhidos como fundamentais para se entender Vitória, destacando a importância do Estado e de suas ações nas transformações do espaço urbano.

Para Derenzi (1965, p. 5), devemos considerar a cidade “[...] como oficina humana a forjar sua civilização”, pois ela é a base física da evolução da sociedade. Para ele, a cidade está alicerçada no determinismo geográfico, devendo a análise de sua expansão começar por sua biografia. É assim que ele começa a analisar a cidade de Vitória em seu *Biografia de uma ilha*, apresentando todos os aspectos geográficos da cidade, desde sua latitude até seu relevo. Vitória se tornou cidade pela Lei de 17 de março de 1823 (DERENZI, 1965) apresentando, naturalmente, os aspectos típicos de uma cidade colonial portuguesa: arruamentos estreitos e descontraídos, arquitetura própria e sobrados desproporcionais.

Após a República, o Espírito Santo passou a ter alguma autonomia e o Poder Executivo ganhou poder e prestígio. A cidade de Vitória teve como primeiro governador municipal republicano Cleto Nunes que, em 1893, era presidente do Conselho Municipal. Esse Conselho foi o responsável por elaborar a primeira legislação municipal, o Código de Posturas, que normatizava, entre outras questões, a obrigatoriedade de plantas com determinadas exigências para o licenciamento de obras, a organização do serviço de limpeza pública e da coleta domiciliar de lixo, o saneamento de valas e banheiros, a fiscalização de construções civis, a proteção

² *Belle Époque* por caracterizar o período de grande entusiasmo advindo do triunfo da sociedade Capitalista nas últimas décadas do século XIX e primeiras do século XX, momento de importantes conquistas materiais e tecnológicas, marcado pela crença de que o progresso material possibilitaria equacionar tecnicamente todos os problemas da humanidade (FOLLIS, 2004).

Capixaba por identificar os nascidos no Espírito Santo. O termo se origina da língua tupi, grupo indígena que vivia na região, que chamavam de capixaba suas plantações de milho e mandioca.

³ Atualmente, utiliza-se Muniz Freire, vamos usar a grafia da época.

⁴ Vamos utilizar a grafia da época, Jeronymo.

das matas da cidade. Também promovia a abertura de novos bairros. Essas foram as primeiras ações de intervenção do Poder Público republicano no espaço urbano da Capital.

No início do Governo Estadual de José de Melo Carvalho Moniz Freire (1892-1896), a cidade de Vitória era desordenada e com quase nenhuma infra-estrutura. Apoiado na alta do preço do café, Moniz Freire elaborou um programa audacioso, que objetivava atender aos anseios da população, principalmente a partir do saneamento da cidade e da construção de vias de comunicação. O governo também se preocupou com a expansão da cidade, contratando o engenheiro sanitaria Francisco Saturnino Rodrigues de Brito para estudos e construção de um Novo Arrabalde nas praias do norte da ilha. Para Derenzi (1965), essa preocupação estava ligada à urbanização da cidade e às suas necessidades futuras. Os resultados do projeto público estadual não foram alcançados totalmente, mas provocaram significativas mudanças na Capital, demarcando um importante período da história da urbanização de Vitória.

Ao assumir o governo do Estado, Jeronymo de Souza Monteiro (1908-1912) encontrou uma cidade ainda com sua estrutura colonial, com ineficiente infra-estrutura e propensa a epidemias. As carências urbanas se mantinham, o que gerava uma grande falta de credibilidade da população em relação à atuação do Estado, resultado, também, de anos de promessas políticas não cumpridas. Segundo Derenzi (1965), o período entre os governos de Moniz Freire e Jeronymo Monteiro foi o de maior dificuldade histórica no Estado, com crises política, social e econômica. Em busca de reverter essa situação, o governo programou a execução de um conjunto de obras públicas e a reforma da estrutura econômica e política do Estado. Como resultado de um trabalho “hercúleo” (DERENZI, 1965) de Jeronymo Monteiro, seu programa de urbanização da cidade, apesar de todas as dificuldades, foi executado dentro dos prazos estipulados, fazendo com que suas obras se tornassem referências na administração pública e influenciassem a vida econômica e política do Estado. Ao final do governo, a cidade tornou-se habitável quanto às condições sanitárias, colocando-se em pé de igualdade com as melhores Capitais brasileiras.

O governo de Florentino Avidos (1924-1928) foi marcado por muitas realizações, merecendo de Derenzi (1965, p. 213) a declaração de que foi “[...] homem de méritos excepcionais, como administrador e amigo da cidade”. No início

do seu governo, criticou as condições urbanas de Vitória, relatando que, após o governo de Jeronymo Monteiro, não foram realizadas obras que promovessem o desenvolvimento da Capital e que mantivessem os serviços públicos existentes. Para tanto, colocou em prática um projeto de melhorias urbanas procurando dar continuidade às obras realizadas até 1912. No final do seu governo, a cidade tinha mudado sua estrutura urbana: as Ruas foram alargadas e novas foram abertas, os serviços públicos foram reforçados, edifícios públicos foram construídos, o cais do porto foi organizado e uma ponte ligando Vitória ao continente foi construída sobre a baía de Vitória. Segundo o autor, Vitória se renovou e evoluiu, promovendo o crescimento urbano e a valorização imobiliária.

O livro organizado por Vasconcellos (1993a) reúne o resultado de uma pesquisa sobre a identidade cultural de Vitória e representa o primeiro estudo amplo sobre a cidade desde que, em 1965, Luiz Serafim Derenzi lançou a *Biografia de uma ilha*. O objetivo da obra foi estudar uma cidade de estrutura colonial e verificar seu processo de modernização no passar dos anos. Vasconcellos (1993a, p. 16-17), registra: “[...] tentarei ler Vitória e suas múltiplas identidades, procurando compreender como, em cada momento do tempo, os elementos imaginários centrais conjugaram-se para construí-la”.

Numa perspectiva histórica, a concepção e idéia de cidade, para Vitória, surgiram com o advento da República no governo de Moniz Freire. O primeiro presidente republicano do Espírito Santo preparou um plano de governo que pretendia fazer de Vitória um centro econômico capaz de fomentar e dirigir o desenvolvimento do Estado. No entanto, no olhar de Vasconcelos (1993), essa idéia só se tornou realidade no governo de Jeronymo Monteiro, quando a cidade foi equipada com serviços públicos até então inexistentes, principalmente com o início da construção das obras do porto. O porto, que conferiu à cidade a função de articuladora do comércio da produção agrícola, elevou Vitória à condição efetiva de Capital e centro irradiador de poder. A modernização da cidade se concretizou na década de 1920, na gestão do presidente Florentino Avidos, que traçou as diretrizes para projetar e construir a cidade enquanto esteve à frente do Serviço de Melhoramentos de Vitória, no governo anterior.

Vasconcellos (1993b) relata ainda que, nos anos 1930, a cidade de Vitória era moderna e confortável, retrato do projeto político das elites, representada no Estado pelos coronéis que dirigiram sua construção autoritariamente. O passado colonial e

escravo deveria ser esquecido e a cidade, vinculada ao progresso, concentraria os homens empreendedores, ao invés dos senhores que não trabalhavam.

Martins (1993, p. 63) revela, em poucas palavras, a trajetória da cidade, evidenciando a importância do primeiro período republicano:

Vitória nasceu sob o regime centralizador do Governo Geral do Brasil e desenvolveu-se ao alcance dos instrumentos de controle e de repressão do Império.

Consolidou seu destino histórico de sede administrativa e comercial depois da implantação da economia cafeeira e da força política que adquiriu com a ocupação da Região Central do Estado pelos imigrantes europeus.

Foi, a partir do século XIX que a elite da Capital, a par da tendências urbanísticas mais modernas do Brasil, passou a imitar o gosto europeu em voga.

A transição mais efetiva da cidade colonial para a Vitória moderna, foi realizada nas primeiras décadas do século XX.

A riqueza gerada pelo café incrementou o comércio e alterou os padrões de consumo da sociedade, trazendo as novidades e conforto produzidos pela indústria européia e norte-americana.

A influência do moderno urbanismo francês chegava e traduzia-se na adoção do estilo eclético na arquitetura. Novos materiais, cores e ornamentos moldados em série compunham as fachadas rebuscadas, que demonstravam a posição social de seus proprietários.

O autor destaca que Moniz Freire, tendo conhecimento dos limites financeiros do Estado, priorizou, em seu plano de desenvolvimento de Vitória, os projetos ferroviários. Pretendia, assim, direcionar para a Capital os negócios de exportação e importação realizados no sul do Estado, fazendo de Vitória centro econômico e de poder. Lançou também as bases de expansão da cidade, com o projeto do Novo Arrabalde, que representava “[...] o que existia de mais moderno no Brasil: o loteamento planejado e higiênico. O lote padrão subúrbio-Jardim, introduzia as características da cidade moderna e rompia a contiguidade da forma urbana colonial” (MARTIS, 1993, p. 90).

Em relação a Florentino Avidos, o autor evidencia que foi o principal auxiliar de seu antecessor,⁵ estando à frente do Serviço de Melhoramentos de Vitória, entre 1920-1924, serviço que definiu técnicas que marcaram novas diretrizes na arte de projetar e construir Vitória. Seu plano de governo acompanhou o programa de obras já traçado, o que atendeu totalmente às elites locais. Defendeu que a cidade deveria

⁵ Nestor Gomes (1920-1924).

se tornar confortável para os possuidores de fortuna, que poderiam desfrutar de comodidade e bem-estar na própria comunidade.

Para Vasconcellos (1993c), a Vitória moderna dos anos 1930, livre do passado colonial, era resultado do dinamismo de alguns grandes empreendedores: Moniz Freire, Jeronymo Monteiro, Nestor Gomes e Florentino Avidos, presidentes do Estado que conceberam um projeto de desenvolvimento para o Espírito Santo tendo em Vitória, sua Capital, o centro maior de referências políticas, econômicas, sociais e culturais. O autor ressalta que, apesar de a Prefeitura de Vitória ter sido criada em 1908,⁶ durante o governo de Jeronymo Monteiro, o centro de decisões políticas desses projetos sempre foi o presidente do Estado e não o prefeito da Capital. Segundo ele, “Contribuía para isto não somente a lógica de ação autoritária, típica dos coronéis, como ainda a pequena dimensão da cidade, e, ainda o fato de ela sediar o Governo do Estado, o que acabava por fazer com que os interesses fossem articulados no plano mais alto” (VASCONCELLOS, 1993c, p. 109).

Campos Júnior (1996) realizou um estudo sobre a urbanização de Vitória, delimitando sua análise às razões e conseqüências do Novo Arrabalde, um projeto para expansão urbana de Vitória do governo Moniz Freire que demarcou o espaço urbano atual de muitos bairros da cidade. Teve como objetivo investigar o porquê do papel exercido pelo governo do Estado intervindo na Capital por meio da promoção de loteamentos.

Até os primeiros anos da República, a cidade de Vitória não tinha sofrido alterações em seu espaço ocupado: “[...] a história da cidade, registrada nas edificações, no processo de ocupação territorial e no seu traçado, ainda não havia sido alterada nas suas principais características”. Para Campos Júnior (1996, p. 124), o grande promotor dessas alterações, da urbanização da cidade, foi o Estado, um dos principais concentradores do excedente.

O governo Moniz Freire foi o primeiro a intervir de forma relevante na Capital, em busca de mudanças em sua estrutura urbana. Seu plano de governo visava a atrair e centralizar capitais privados em Vitória, dirigidos ao comércio, e seu projeto do Novo Arrabalde pode ser considerado a primeira intervenção planejada na cidade. Vitória deveria se tornar o centro comercial do Estado e vetor de seu desenvolvimento. Os melhoramentos na Capital, no governo de Jeronymo Monteiro,

⁶ Lei nº 528, de 14-12-1908.

segundo Campos Júnior (1996), tiveram conotação claramente política, com o objetivo de atender a setores da sociedade que apoiavam o governo. Apesar disso, quase todas as intervenções se deram no âmbito de obras básicas de infraestrutura, que acabaram beneficiando toda a população. Após o governo de Jeronymo Monteiro, o desinteresse pelos investimentos na Capital foi uma constante, com os governantes dando preferência à zona rural. Somente no governo de Florentino Avidos, Vitória voltou a ser o centro das atenções.

Com base no contexto apresentado, o objetivo central desta tese é traçar um panorama das transformações ocorridas na cidade de Vitória, na Primeira República, desvendando sua trajetória histórica. O Governo Estadual e suas ações serão os instrumentos privilegiados para analisar as mudanças no espaço urbano, examinando os conflitos sociais que nele se desenrolaram e as visões dos sujeitos históricos envolvidos. O olhar sobre a cidade não espera medir apenas a influência do Estado sobre a construção do espaço urbano, mas analisar como ele se relacionou com a sociedade e se representou nas imagens urbanas.

À luz desses entendimentos, procuramos contribuir para uma maior compreensão do processo de desenvolvimento urbano e modernização da cidade de Vitória, numa abordagem que nos conduza também a um plano mais amplo de conhecimento histórico, visando, nessa trajetória, a compreender a problemática urbana atual e a busca de um espaço urbano mais democrático e acessível para toda a sociedade.

Explicitamos algumas hipóteses que servirão de referência para nossa análise, contribuindo para a condução de nosso trabalho. Temos consciência de que elas são suposições, afirmações prévias, que serão verificadas durante o processo histórico de produção do conhecimento sobre a cidade de Vitória:

- a) as transformações no espaço urbano de Vitória, na Primeira República, tiveram como sujeito histórico determinante o Estado;
- b) as obras e as mudanças patrocinadas pelo Estado em Vitória, na Primeira República, objetivaram afirmar e reafirmar a imagem do seu poder;
- c) os Interesses privados e a sociedade influenciaram as ações sobre o espaço urbano, na Primeira República, em Vitória;

- d) as ações do governo em Vitória, na Primeira República, objetivaram produzir uma cidade dentro do padrão republicano,⁷ um símbolo do novo regime;
- e) as intervenções na cidade de Vitória, na Primeira República, objetivaram torná-la a cidade mais importante do Estado, centralizadora do poder econômico e político estadual.

A pesquisa proposta se insere na abordagem histórica vinculada ao estudo das cidades, do espaço urbano. Os conceitos a serem utilizados serão aqui identificados e discutidos, visando a sustentar as hipóteses e os objetivos apresentados.

Pierre Vilar, em entrevista a D'Alessio (1998, p. 69), expõe uma das formas de abordar a história que nos parece se aproximar do que pretendemos realizar em nosso estudo sobre a cidade de Vitória

Pode-se escolher, por exemplo, um território de qualquer natureza: um Estado, uma região geograficamente típica, ou até mesmo uma simples região administrativa, desde que ela apresente características físicas e administrativas suficientemente fortes para configurar uma unidade possível de ser observada. Em seguida, observa-se o que se apresenta no recorte feito, esse olhar deve perdurar por um tempo bastante longo. Aí, também, temos uma necessidade, a de fixação dos limites temporais, que, uma vez realizada, possibilitará a observação das relações do homem com a terra no tempo escolhido. É preciso constituir uma geografia, mas, por meio das inovações e desenvolvimento técnicos, vê-se que as relações entre o homem e a terra se modificam, criando situações históricas novas. No processo de adaptação destas situações aparece, antes de mais nada, o fato social: que classes sociais são dominadas, quais as dominantes, quais as que produzem, quais as que organizam, estas últimas trazendo a possibilidade de observação não apenas das características políticas do espaço estudado, mas também a dos eventos que se passam na seqüência do cotidiano político. Tudo isto deve constituir uma forte unidade, a reflexão expressando análise e síntese simultaneamente.

Outra forma de se conhecer o histórico, que também nos parece importante para a produção de nosso estudo, foi a apresentada por Madeleine Rebérioux, a

⁷ O padrão da cidade republicana pode ser reconhecido nos estudos sobre o assunto: a cidade deveria ser planejada, higiênica, saneada, primar pela beleza e pela estética urbana e proporcionar conforto a seus moradores com os serviços de abastecimento de água, luz, rede de esgotos, telefonia e transporte público. Somente com esses atributos, a cidade poderia ser considerada moderna. A lógica estava na submissão da administração pública à técnica (CHALHOUB, 1996; SARGES, 2000; DIÊGOLI, 2000; SEGAWA, 2000; SEVCENKO, 1992).

mesma D'Alessio. A entrevistada defende a necessidade de analisar elementos fatuais, pois, se eles forem construídos a partir de informações complementares e diversificadas, podem levar a práticas de falsificações. Nesse contexto, a história se afirma como uma

[...] disciplina cumulativa no quadro de elaboração do qual o conhecimento progride não somente por mudança de ponto de vista, o que é muito importante, mas também por acumulação de conhecimento, descoberta de novas fontes, novas informações, confronto entre informações descobertas (D'ALESSIO, 1998, p. 129).

Segundo Matos (2000), a expansão dos estudos sobre o espaço urbano está associada às transformações por que passa a história nos últimos tempos, em busca de outras histórias. Essa busca contribui para a renovação temática e metodológica da ciência histórica, ampliando o saber sobre os homens, a sociedade e tudo que os cerca. Segundo o autor, os estudos sobre o espaço urbano no Brasil mudaram significativamente nas últimas décadas do século XX. A cidade deixou de ser vista como um elemento de delimitação do objeto a ser estudado, para ser analisada como um objeto, uma questão, um problema. Dessa forma, a visão sobre a cidade assumiu várias tendências: a “cidade-questão”, onde a investigação deve procurar recuperar a historicidade do processo de constituição do espaço urbano, sem legitimar o discurso das fontes oficiais; a “cidade-memória”, onde as tensões urbanas surgem como representações do espaço que acumula multiplicidade de memórias e histórias; e a “cidade-documento”, onde a paisagem urbana se transforma em um documento a ser lido, um texto a ser decifrado, como uma arqueologia social. “Novos corpos documentais são valorizados e através dos olhos dos contemporâneos ajudam a desvendar as cidades que não existem mais” (MATOS, 2000, p.10).

Schorske (2000) pensa a cidade como uma imagem que se forma a partir da cultura herdada e transformada pela experiência pessoal. Segundo o autor, podemos identificar três avaliações amplas da cidade nos últimos 200 anos: a cidade como virtude, a cidade como vício e a cidade para além do bem e do mal. A cidade como virtude, século XVIII, é entendida como concentradora das bases do progresso e da dinâmica da civilização, funcionando como agente civilizador. A cidade como um vício, início do século XIX, surgiu com o processo de industrialização e as conseqüências que esse provocou. O espaço urbano passou a simbolizar local de

pobreza, sujeira e exploração da classe trabalhadora. A idéia de cidade para além do bem e do mal, metade do século XIX, surgiu a partir dos questionamentos da razão pela subjetividade, em que os conceitos de virtude, vício, progresso e regresso perderam seu caráter concreto e definitivo. Dessa forma, a cidade passou a ser entendida dentro de uma dualidade, concentrando no seu espaço o bem e o mal. “Na história da idéia da cidade, como em outros ramos da história, o novo frutifica a partir do velho com mais freqüência do que o destrói” (SCHORSKE, 2000, p. 54).

Em nossa análise, vamos utilizar as tendências apresentadas por Matos (2000) e as avaliações descritas por Schorske, aceitando que a cidade de Vitória, na Primeira República, refletia as mudanças do período e questionando as ações dos sujeitos históricos envolvidos, principalmente do poder estatal. Afinal,

A história é uma escolha voluntária, do historiador. A problemática individual, os critérios próprios do historiador, as preocupações do meio social a que pertence orientam esta escolha. Os aspectos do passado que lhe parecem importantes, interessantes, úteis de conhecer, são os que ele vai eleger como históricos. Nesta afinidade entre o historiador e seu objeto de estudo é que se inscreve o significado maior da história local (MARTINS, 1997, p. 230).

Martins (1997) defende que a história do Brasil carece de uma história local forte e científica, o que poderia evitar um processo histórico de generalizações grosseiras e teorizações improdutivas. Não uma história local de visão restrita, mas que ampliasse suas análises para o todo, objetivando o entendimento do conjunto, relacionando a parte com o todo e vice-versa. A história das cidades não é a história de um lugar, mas de um espaço social permanentemente reconstruído, onde as relações sociais devem ser levadas em consideração, sobre o risco de se produzir um trabalho incompleto e a-histórico.

Para Fenelon (2000, p. 6-7), “[...] são as relações sociais desenvolvidas na cidade, que em última análise, acabam por definir e delinear a paisagem urbana, a imagem da cidade”. Elas são construções dos homens e, portanto, sujeitas às suas intervenções. Ainda segundo o autor, para se analisar a cidade, é necessário considerar o exercício do poder, pois os conflitos produzidos no espaço urbano podem levar tanto à dominação, à cooptação ou ao consenso, quanto à insubordinação e à resistência.

A imagem e o imaginário são possibilidades utilizadas por Ferrara (2000) para analisar as cidades. A imagem corresponde a uma intervenção concreta no espaço urbano, e o imaginário é um processo em que os homens multiplicam o significado das imagens. Dessa forma, o autor demonstra que esses elementos são manifestações da cidade, como espaço físico e construído, e lugar de relações sociais. A cidade é, ao mesmo tempo, imagem e imaginário. Para Knauss (1999, p. 7), “A história da imaginária (coletivo de imagens) urbana permite evidenciar aspectos da cidade no mundo contemporâneo. Frequentemente, a produção de um objeto urbano acompanha um rearranjo do cenário da cidade”.

Lefebvre (1980) não enxerga o urbano como definitivo, mas como uma realidade inacabada, que se constrói no tempo repleta de possibilidades. Para se atingir a sociedade urbana, é preciso percorrer um processo que se inicia com a cidade política, instituída com a organização social da agricultura e da aldeia, espaço da ordem e do poder. Com o passar do tempo, junta-se a ela a cidade mercantil, que converte o intercâmbio comercial em função urbana, provocando mudanças nas formas arquitetônicas e urbanística da cidade, levando o espaço urbano a uma nova estrutura. Finalmente, constitui-se a cidade industrial, com as indústrias se instalando no espaço urbano para se aproximarem dos Capitalistas, do Capital, dos mercados e da mão-de-obra abundante e barata. Dessa forma, a sociedade urbana se organiza, onde “El espacio y la política del espacio ‘expresan’ las relaciones sociales, al tiempo que inciden sobre ellas” (LEFEBVRE, 1980, p. 21).

Neste trabalho, a cidade de Vitória vai ser analisada como um *locus* de relações sociais que interagem com o espaço urbano. As imagens construídas pelos sujeitos históricos e pela esfera do poder serão consideradas, objetivando entender as particularidades em uma perspectiva ampla, lembrando sempre que, como nos indica Lefebvre (1980), o espaço urbano não é definitivo, mas está em constante movimento e mudança.

Em *Por amor às cidades: conversações com Jean Lebrun*, Le Goff (1988) analisa a cidade, a partir da Idade Média, sob vários aspectos: o lugar de trocas e do diálogo; o espaço da segurança, tanto dos homens quanto dos bens; o poder na cidade, em busca da justiça; e a criação de um imaginário urbano com a reinvenção do urbanismo, que aspirava, entre outros aspectos, à beleza. O autor defende que o trabalho se valoriza na cidade, pois é nela que são vistos os resultados criadores e produtivos dele, e essa é uma das funções históricas fundamentais das cidades. A

comparação entre a cidade antiga, cidade medieval e a cidade contemporânea demonstra que esta última está muito mais próxima da cidade medieval que da antiga, pois, entre a Antiguidade e a Idade Média, as funções da cidade e seus monumentos mudaram tanto que passaram a não ser comparáveis. A partir da Idade Média, a intervenção dos poderes locais no espaço urbano, principalmente por meio de regulamentações, faz com que o urbanismo progrida, gerando um crescente senso de ordem e limpeza. Aceitamos aqui que a intervenção dos poderes locais no espaço urbano se prolonga até os nossos dias, identificada atualmente com as ações do poder do Estado.

Vale, por fim, destacar que esse enfoque, no particular, não está em contradição com as atuais produções historiográficas, como destacou Jacques Revel (1998, p. 21-22):

[...] A escolha do individual não é vista como contraditória à do social: ela deve tornar possível uma abordagem diferente deste, ao acompanhar o fio de um destino particular – de um homem, de um grupo de homens – e, com ele, a multiplicidade dos espaços e dos tempos, a meada das relações nas quais ele se inscreve [...]. Não mais abstrair, mas, num primeiro momento, enriquecer o real, se assim o desejar, levando em consideração os aspectos mais diversificados da experiência social.

Dentro desse prisma, objetivamos, ao longo deste estudo, discorrer sobre os vários contextos interdependentes que caracterizaram Vitória no período proposto. Mais que apenas a busca pelas categorias gerais, procuraremos construir a rede de relações que se sobrepunham na constituição de mecanismos de agregação, associação e concorrência que pontuavam a realidade cotidiana local. Voltando a Revel (1998, p. 28), podemos observar que

Não existe portanto hiato, mesmo ainda oposição, entre história local e história global. O que a experiência de um indivíduo, de um grupo, de um espaço permite perceber é uma modulação particular da história global. Particular e original, pois o que o ponto de vista micro-histórico oferece à observação não é uma versão atenuada, ou parcial, ou mutilada, de realidades macrossociais: é, e este é o segundo ponto, uma versão diferente.

Além da bibliografia sobre os assuntos aqui tratados, utilizamos, como fontes fundamentais, as mensagens finais e relatórios anuais dos presidentes do Estado

para a Assembléia Legislativa, os jornais da época⁸ e as petições da sociedade ao Governo Municipal. Todas disponíveis para pesquisa, em bom estado, no Arquivo Público Estadual, na Biblioteca Pública Estadual e no Arquivo Geral do Município de Vitória.

Por se caracterizarem como fontes escritas, tais obras demandam um tratamento e análise do discurso. Para Fiorin (1997, p. 11), “O discurso são as combinações de elementos linguísticos (frases ou conjuntos constituídos de muitas frases), usadas pelos falantes com o propósito de exprimir seus pensamentos, de falar do mundo exterior ou de seu mundo interior, de agir sobre o mundo”, ou seja, é uma das formas de a sociedade exprimir seus desejos, angústias, valores, sentimentos e vontades.

No discurso, existe o que Fiorin (1997, p. 18) chama de “campo da manipulação consciente”, onde o sujeito utiliza estratégias argumentativas e outras formas de expressão para criar efeitos de sentido de verdade ou de realidade com vistas a convencer seu interlocutor. O sujeito organiza sua estratégia discursiva em função de um jogo de imagens: a imagem que ele faz do interlocutor, a que ele pensa que o interlocutor tem dele, a que ele deseja transmitir ao interlocutor, etc. É em razão desse complexo jogo de imagens que o sujeito usa certos procedimentos argumentativos e não outros. Como os discursos são expressão da vida real, o homem aprende como ver o mundo por eles e, na maioria das vezes, os reproduz. Dessa forma, um sistema de valores e comportamentos é disseminado, influenciando sobremaneira a sociedade.

A análise dos elementos discursivos é que vai revelar quem são os sujeitos inseridos no discurso e quais as suas visões de mundo: se estão atuando em busca da liberdade de ação ou contra a opressão, em busca da mudança ou da conservação. Essa análise deve abordar o texto e o contexto do discurso, pois esse não se encerra em si mesmo, mas se projeta na história. O homem não é senhor absoluto de seus discursos, “[...] é antes servo da palavra, uma vez que temas, figuras, valores, juízos etc., provêm das visões de mundo existentes na formação social” (FIORIN, 1997, p. 77). Dessa forma, vamos procurar identificar os discursos dos sujeitos históricos, observando como eles se relacionaram na construção do espaço urbano da cidade de Vitória na Primeira República, reconhecendo que são

⁸ Commercio do Espírito Santo, Diário da Manhã, Correio de Victória, O Estado do Espírito Santo, Jornal do Comércio.

discursos distintos e socialmente situados. O que se espera com esse tratamento é fazer a cidade surgir como campo de debate e disputa política, evidenciando seus sujeitos sociais.

O corpo documental possibilitará traçar um panorama do cotidiano em Vitória na Primeira República, viabilizando a identificação de uma rede de informações que podem favorecer uma melhor percepção do espaço material e social. Dessa forma, será possível identificar as transformações no espaço urbano e suas relações com o poder e a sociedade.

Considerando a base documental apresentada, partiremos da perspectiva metodológica de que os elementos interpretativos que dão acesso ao conjunto de noções e conceitos utilizados pelos indivíduos, que expressam suas atitudes e visões diante do cotidiano, não podem estar ausentes neste projeto. Portanto, o estudo dessas fontes terá como finalidade a análise do papel dos atores sociais na determinação dos lugares de poder dentro da ordem vigente, buscando conhecer os fatos e projetos presentes no cotidiano da sociedade e o confronto de visíveis mundos na práxis social. Para tanto, nossa proposta de pesquisa elegeu o método histórico como instrumento privilegiado de análise, uma vez que, por meio desse método realizamos reflexões que nos permitem situar o objeto de estudo num processo de investigação mais ampla, como compreender as mudanças urbanas da cidade, sua natureza e sua evolução no contexto social.

Buscando a percepção e a interpretação dos fatos no conjunto de elementos históricos que marcam o crescimento das cidades, pretendemos, inicialmente, reconstruir a trajetória de nosso objeto em uma abordagem qualitativa, fundamentada em uma pesquisa bibliográfica geral e específica sobre o tema, que nos conduzirá a uma teorização mais elaborada sobre o problema em foco e as variáveis que envolvem as questões delimitadas em nossas hipóteses. Essa abordagem nos permitirá a articulação do conteúdo teórico com os dados da pesquisa empírica e o encaixe das informações qualitativas no processo histórico da cidade, correlacionando as etapas de mudanças estabelecidas nos projetos públicos dos três governos do Estado que representam o marco central de nossa pesquisa. Tencionamos encontrar, em nossa posição metodológica, a interação dos elementos referenciais e a correspondência entre os conceitos que, interligados com a realidade da cidade de Vitória, possam formar um conjunto teórico relevante que atenda às expectativas da pesquisa.

O presente trabalho está estruturado em cinco capítulos, além da introdução e das considerações finais. No primeiro, esclarecemos o suporte conceitual e metodológico no qual nos apoiamos, no que se refere à análise das cidades e do poder, especificamente sobre a cidade de Vitória e o exercício do poder sobre ela. No segundo, exploramos a história, o perfil e a construção política dos executivos estaduais que aceitamos como os mais influentes na transformação do espaço urbano de Vitória no período. No terceiro, mostramos a cidade construída pelo poder do Estado, retratada nos relatórios do Governo Estadual apresentados ao Congresso. No quarto, trabalhamos com as petições dirigidas ao Poder Executivo de Vitória e as legislações municipais dos períodos em suas determinações sobre a cidade. O objetivo é identificar os sujeitos que atuaram sobre o espaço urbano da Capital do Espírito Santo e suas motivações. No quinto capítulo, a proposta é responder às seguintes questões: como a população se expressou nas petições? Como o Governo Municipal se comportou? Dessa forma, procuramos identificar o nível de participação da sociedade na construção/reconstrução da cidade e como o Estado se inseriu nesse contexto.

2 ANTECEDENTES PARA ANÁLISE DA REPUBLICANA CIDADE DE VITÓRIA

Um objeto de estudo complexo como a cidade nos remete a esclarecer, previamente, o suporte conceitual e metodológico no qual vamos nos apoiar. Utilizamos, neste capítulo, o pensamento de alguns autores que acreditamos apontam a melhor trilha a seguir no entendimento da construção da republicana Capital do Espírito Santo. Apresentamos como a cidade será retratada, como ela será entendida, assim como as forças que a dirigem. O poder é analisado sob a conjuntura da Primeira República e, especificamente, sobre o exercício desse poder no âmbito dos municípios, com foco na Capital capixaba. A busca é por pavimentar o caminho que utilizamos como base para nossa pesquisa.

2.1 A CIDADE COMO OBJETO DE ANÁLISE

A Capital do Espírito Santo será analisada por uma perspectiva que a reconhece como objeto de estudo em processo contínuo de construção, ou seja, um organismo que constantemente se transforma e é transformado. Sustentaremos essa perspectiva teórica a partir de autores que tratam as cidades como organização viva e ativa, que “reagem” ou se “calam” às ações dos sujeitos históricos, ou seja, como um *locus* de vivência, construção e organização das sociedades. Buscando compreender a relação periferia-centro, ao invés de centro-periferia, procuramos nos apoiar na perspectiva metodológica utilizada por Silva (1995, p. 31): “[...] realizar a pesquisa no contexto de uma lógica da descoberta e não pela lógica causal”, devido ao aspecto praticamente inexplorado dessa visão em relação à cidade de Vitória.

Brandão (2003) argumenta que o objeto arquitetônico e urbanístico não serve apenas para resolver necessidades práticas, mas também para transformar as pessoas, a sociedade e o contexto real e imaginário no qual se insere. Por meio dele, novas visões de mundo podem ser criadas, firmadas e divulgadas contra a realidade presente e contra um destino e uma natureza, inclusive humana, hostis. Dessa forma, os edifícios e demais obras urbanas são os personagens da história,

interagem uns com os outros dentro do jogo de proporções, elementos e cores e tornam-se eles próprios os elementos narrativos do texto citadino imaginado.

Assim, demonstrando a inegável relação entre a vida urbana e a história republicana brasileira, Lessa (2003, p. 87) defende que “[...] Repúblicas exigem energias cívicas mais do que ordinárias e concentradas espacialmente em um cenário capaz de abrigar diversidade, complexidade e uma certa confusão. O léxico humano deu a tais cenários o nome de cidades”. O autor destaca que ainda existe carência de análises sobre as cidades como cena política, como lugar em que a diversidade e uma certa propensão à desordem convivem com esforços políticos em sentido contrário. Para ele, no mundo das oligarquias brasileiras, talvez não houvesse algo menos funcional do que a cidade política. Então, a aversão à desordem tomou a forma de uma concentração de esforços de redesenho urbano, afastamento dos pobres e desocupados, limpeza étnica, limpeza pública e embelezamento. Um dos objetivos deste trabalho é contribuir para a diminuição dessa carência.

Para Balandier (1982, p.11-12), como as cidades se formam através de um longo período histórico, acabam por se compor de múltiplas cenas construídas pelos regimes sucessivos, apresentando um espaço urbano onde abundam os símbolos e as significações. No decorrer de sua história, toda cidade se enriquece de lugares aos quais podem ser atribuídas funções simbólicas, recebidas por destinação ou em virtude de algum acontecimento. Conforme o autor, “São os teatros onde se apresenta a sociedade ‘oficial’ e, inversamente em que se ‘manifesta’ o protesto popular. A topografia simbólica de uma grande cidade é uma topografia social e política [...]”. Por essa condição, a análise do processo histórico da construção do espaço urbano de uma cidade não deve representar uma visão obtusa, mas incluir, obrigatoriamente, uma interpretação da sociedade que a habita e constrói, sob o risco de se conhecer a obra, mas não os seus produtores: “[...] descrever, entender ou interpretar o processo de urbanização do Brasil implica, na verdade, descrever, entender, interpretar a natureza de sua própria sociedade” (DEAK, 2004, p. 16).

Defendendo que, para se analisar e discutir a imagem urbana, é necessário historicizar o conceito de cidade, sob o risco de o resultado ser “[...] puro anacronismo, fixando um locus geográfico como sede de identidade própria, cujas variantes poderiam ser objetivamente listadas ao se remontar a tempos anteriores”, Menezes (1996, p.147-148) sustenta que,

[...] ao invés de tomarmos a cidade como uma categoria estável e universal, de que se pudessem apresentar apenas variações ao longo do tempo, convém aceitarmos a necessidade indispensável de historicizar a cidade como ser social. Historicizá-la é defini-la e explorá-la levando em conta sua prática e representações pela própria sociedade que a institui e a transforma continuamente.

Como veículo para se atingir essa prática, o autor sugere que devemos entender a cidade segundo três dimensões intimamente conectadas e interdependentes: a cidade é artefato, é campo de forças e é imagem:

A cidade é artefato, coisa complexa, fabricada, historicamente produzida. O artefato é um segmento da natureza socialmente apropriado, ao qual se impôs forma e/ou função e/ou sentido. Espaços, estruturas, objetos, equipamentos, arranjos gerais, etc., todavia, foram produzidos por forças que não é possível excluir do entendimento: forças econômicas, territoriais, especulativas, políticas, sociais, culturais, em tensão constante num jogo de variáveis que é preciso acompanhar. Em última instância, o artefato é sempre produto e vetor deste campo de forças nas suas configurações dominantes e nas práticas que ele pressupõe.

Mas, além de artefato, coisa material produzida pelas práticas sociais e por toda a atuação de um complexo campo de forças, a cidade é também representação. As práticas sociais (que produzem artefatos e também procuram neles reproduzir-se) não se fazem às cegas, mecanicamente ou por instinto. Esta intervenção concreta do homem no universo real é orientada pelas representações sociais, sempre presentes. O conceito de representações sociais dá conta da complexidade da imagem (imaginário, imaginação), sendo igualmente capaz de incorporar outros ingredientes, como conhecimento imediato, esquemas de inteligibilidade, classificações, memória, ideologia, valores, expectativas, etc.

Se nos estudos tradicionais da cidade impera a dimensão de artefato e, sob o influxo das ciências sociais, vem tomando corpo a de campo de forças, é preciso reconhecer que a de imagem, representação, tem ainda pouquíssimo peso, ou então aparece desvinculada das demais. Neste caso, a imagem visual (que não coincide com a representação, mas é um de seus suportes importantes) certamente é tomada desencarnadamente, como mera carcaça (MENEZES, 1996, p.148-149).

Sendo assim, entendemos que o importante não é apenas a obra e a transformação urbana que ela gera, mas o que ela representa, que imagem ela cria para a sociedade.

Paula Landim (2004), em seu estudo sobre a paisagem urbana do interior paulista, elucida pontos fundamentais para nossas análises, que passamos a

apresentar. A autora afirma que, de todos os espaços edificados pelo homem, o mais importante é aquele referente ao ambiente construído para seu uso mais constante e diário, além do abrigo de seu grupo social, ou seja, as cidades: desde as pequenas vilas, com a paisagem ainda estruturada em grande parte pelo ambiente rural, até as grandes cidades, onde o homem, em seu cotidiano, está habituado a um horizonte completamente edificado. Para ela, a cidade é resultante da ação da sociedade sobre um meio físico que, ao produzir e utilizar o espaço urbano, configura-o numa espécie de retrato, um espelho no qual é refletida. Ou seja, sua história, sua cultura, seu meio de produção, seu estágio técnico e tecnológico, a divisão de classes, a luta pelo poder, entre outros fatores, estão espelhados na configuração espacial da cidade. As sociedades mudam ou evoluem ao longo da história, assim como mudam as condições físicas na superfície do planeta. Essa injunção de história-sociedade e meio físico gera uma diversidade de soluções, uma diversidade de formas urbanas. As cidades constroem-se, mudam e diversificam-se por dois vetores: o espacial, que corresponde ao território, e o temporal, que se refere à história. Assim, a paisagem urbana que se apresenta num determinado momento reflete a história da relação homem/meio ambiente nesse dado momento. Sendo assim, a cidade só pode ser reconhecida por intermédio da sua paisagem urbana, e essa paisagem é resultante dos elementos econômicos, sociais e culturais que a produziram num determinado período e contexto:

[...] a paisagem urbana configura-se e qualifica-se basicamente por meio desses elementos: o suporte físico, ou seja, o relevo, o solo, o subsolo e as águas, a cobertura vegetal original ou não, as estruturas urbanas ou massas de edificações e sua relação dialética com os espaços livres, o uso do solo, os loteamentos e o clima com suas alterações de ciclo diurno/noturno e as estações do ano. Contudo, a paisagem urbana não é delimitada apenas por esses elementos. Ela é uma imagem, uma criação mental e social; está na mente das pessoas, nas relações de uso que se estabelecem entre os cidadãos, e entre estes e os elementos citados. A paisagem não é formada apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores e sons [...] (LANDIM, 2004, p.28-29).

E o autor prossegue:

A paisagem pode ser entendida como as relações entre o homem e o meio ambiente. Dessa forma, o espaço, entendido como campo de trabalho da paisagem, pode ser definido como um reflexo dessa relação homem/meio ambiente; e a cidade, por sua vez, pode ser considerada o maior exemplo de como o homem interage com o meio ambiente. Em resumo, a paisagem seria resultante dos processos naturais, o meio ambiente; e das condicionantes socioeconômicas e culturais, o homem. Ela (a paisagem) é resultante duma transformação da natureza pelos seres humanos para servir às suas necessidades (p. 32).

Continuando em sua análise, Landim (2004) considera que a cidade e sua paisagem não se apresentam apenas por seus aspectos formais e construídos, como Praças, casas, jardins e Avenidas, entre outros. A cidade é fruto de um contexto social e caracteriza-se também pelas relações de uso e apropriação dos espaços construídos, estabelecidas pelos usuários desse cenário urbano. Com isso, a cidade transforma-se em fonte geradora de estímulos perceptivos para quem a habita, entendendo por percepção basicamente a capacidade de gerar informação nova e diferenciada a partir de elementos percebidos. Assim, cada espaço é entendido a partir das informações que se têm sobre ele, surgindo uma relação de interdependência entre o espaço e a informação.

A paisagem urbana representa a cidade e, assim, torna-se possível conhecer a cidade por meio de sua paisagem, pois, enquanto a cidade se configura como linguagem, a paisagem urbana apresenta-se como a sua representação, a qual torna possível esse conhecimento, estabelecendo relações entre o modo de representar, no caso, a paisagem urbana, e o objeto a ser representado, a cidade. Considera-se, então, a paisagem urbana a porção ou a face da estrutura urbana que se revela aos nossos sentidos. Ou seja, a estrutura urbana somente pode ser dada a conhecer por meio da sua paisagem, pois somente esse elemento pode ser percebido pelas nossas sensações espaciais. A forma das cidades e o modo como elas se organizam refletem-se na paisagem, e esse reflexo é vital para se entender como a cidade funciona. “Assim, a cidade pode ser lida e entendida por meio da sua história, na medida em que essa história se encontra representada nesses elementos construídos que compõem a paisagem urbana” (LANDIM, 2004, p. 37).

Afirmando que a cidade é resultado da ação dos homens, Frizzera (1998) destaca que ela não é natureza; suas formas abstratas são inventadas pelos homens e se opõem aos elementos físicos dados pela conformação natural do território, dos acidentes gerados em movimentos cósmicos a separar campos e

montanhas. Suas formas abrigam acontecimentos humanos, passagens históricas, realizam vidas individuais e coletivas em marcos físicos demarcados pela cultura material. A cidade tem um plano previsto, de antecipados riscos, em desenhos ou imaginações armados sobre o solo, delimitando vias e caminhos, separando espaços privados e públicos, articulando construções feitas de muros e vãos, tetos e paredes, que isolam e integram alteridades, indivíduos e coletividade. Compõe-se de casas e edifícios que modelam lugares, registram memórias e recordações, aconchegam mudanças e permanências. “A cidade é fruto da invenção e iniciativa dos seres humanos em sociedade” (FRIZZERA, 1998, p. 44). Ela é definida pela razão, pensada previamente, ordenada antecipadamente, construída no espaço e no chão pelo risco da mão. Ela é transformada diariamente pela paixão, pelo sonho, pela vontade, alterada pela história viva e pelas idéias de seus moradores.

Descrevendo o processo de produção do espaço, Botechia (2001) sugere que esse processo ocorre em dois momentos: um material, em que se destacam elementos físicos, o espaço geográfico e político; e um outro imaterial, permeado por representações e imagens, mensagens e signos que reordenam o espaço no tempo. Na produção desses e no crescimento da cidade, o espaço material dispersa-se, o imaterial sobrevive além de remanescentes físicos. São cenários sobre cenários mutáveis, várias imagens e camadas de histórias que juntas compõem a realidade. Essas são as histórias da cidade de Vitória que objetivamos identificar, tanto em sua vertente material quanto imaterial, acreditando que, a partir delas, possamos contribuir para compreender a produção do seu espaço urbano.

2.2 O PODER NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Acreditamos ser importante, em nossa busca por desvendar as transformações da cidade e identificar os sujeitos com autonomia para ordenar e exercer ações sobre a Capital do Espírito Santo, na Primeira República, realizar uma breve discussão sobre o poder e sua atuação. Procuramos esclarecer o poder dos

presidentes do Estado⁹ no contexto político do período, permeado por um sistema oligárquico que tinha como figura central o coronel, senhor de terras e almas.

Segundo Weber (1980), existem três razões internas que justificam a dominação e, conseqüentemente, três fundamentos da legitimidade do poder. Primeiramente, o que o autor chama de “autoridade do passado eterno”, isto é, dos costumes santificados pela validade imemorial e pelo hábito, enraizado nos homens, de respeitá-los. Esse é o “poder tradicional”, que o patriarca ou o senhor de terras, outrora, exercia. Em segundo lugar, existe a autoridade que se funda em dons pessoais e extraordinários de um indivíduo, o carisma, a devoção e a confiança, estritamente pessoais, depositados em alguém que se singulariza por qualidades prodigiosas, por heroísmo ou por outras qualidades exemplares que dele fazem o chefe. Esse é o “poder carismático”, exercido pelo profeta ou, no domínio político, pelo dirigente guerreiro eleito, pelo soberano escolhido em plebiscito, pelo grande demagogo ou pelo dirigente de um partido político. Existe, por fim, a autoridade que se impõe em razão da legalidade, da crença na validade de um estatuto legal e de uma competência positiva, fundada em regras racionalmente estabelecidas ou, em outros termos, a autoridade fundada na obediência, que reconhece obrigações conforme o estatuto estabelecido. Tal é o poder, como o pratica o “servidor do Estado”, e como o exercem todos os detentores do poder que dele se aproximam sob esse aspecto.

Para Balandier (1982), o imaginário¹⁰ ilumina o fenômeno político, pois dele é uma parte constituinte. Todo sistema de poder é um dispositivo destinado a produzir efeitos, entre os quais os que se comparam às ilusões criadas pelas ilusões do teatro: “O grande ator político comanda o real através do imaginário” (1982, p. 6). O autor defende que o poder estabelecido unicamente sobre a força ou sobre a violência não controlada teria uma existência constantemente ameaçada; o poder exposto debaixo da iluminação exclusiva da razão teria pouca credibilidade. Ele não consegue manter-se nem pelo domínio brutal e nem pela justificação racional. O

⁹ No Espírito Santo, durante a Primeira República, o então governador recebia o título de presidente do Estado.

¹⁰ Segundo Castoriadis (apud VACONCELLOS, 1995, p. 14), “Este elemento, que dá à funcionalidade de cada sistema institucional sua orientação específica, que sobredetermina [...] a escolha e as conexões das redes simbólicas, criação de cada época histórica, sua singular maneira de viver, de ver e de fazer sua própria existência, seu mundo e suas relações com ele, esse estruturante originário, esse significado-significante central, fonte do que se dá cada vez como sentido indiscutível e indiscutido, suporte das articulações e das distinções do que importa e do que não importa, origem da existência dos objetos de investimento prático, afetivo e intelectual, individuais ou coletivos – este elemento nada mais é do que o imaginário da sociedade ou da época considerada”.

poder só se realiza e se conserva pela transposição, pela produção de imagens, pela manipulação de símbolos e sua organização em um quadro cerimonial. Essas operações se efetuam de modos variáveis, combináveis, de apresentação da sociedade e de legitimação das posições do governo.

Balandier (1982, p. 8) descreve a representação do poder em uma sociedade democrática:

É o modo democrático que se baseia na representação e em que o poder resulta da regra majoritária. Ele não depende ordinariamente nem da conviência dos deuses ou do respeito da tradição, nem do surgimento do herói ou do controle das correntes históricas. Depende da arte da persuasão, do debate, da capacidade de criar efeitos que favoreçam a identificação do representado ao representante.

Sustenta o autor que todo poder político obtém, finalmente, a subordinação por meio da teatralidade, mais aparente em certas sociedades do que em outras, pois suas diferenças de civilização as tornam desigualmente espetaculares. Esse poder representa, em toda acepção do termo, a sociedade que governa. Ele se mostra como sua emanção, ele lhe assegura sua apresentação no exterior, ele devolve uma imagem idealizada dessa sociedade e, portanto, aceitável. O poderio político não aparece unicamente em circunstâncias excepcionais. Ele se quer inscrito duravelmente, imortalizado em uma matéria imperecível, expresso em criações que manifestem sua personalidade e seu brilho. Ele dirige uma política de lugares e obras monumentais. Cada reinado, mesmo republicano, marca de modo novo um território, uma cidade, um espaço público. Ele arranja, modifica e organiza, segundo as exigências dos proveitos econômicos e sociais de que é guardião, mas, também, para não ser esquecido e para criar condições para suas comemorações futuras.

Em relação ao poder do indivíduo, que podemos chamar de poder individual, Silva (1987) o designa, inicialmente, como a capacidade de um indivíduo realizar um objetivo, um interesse, uma finalidade, um valor, um desejo ou uma vontade. Sustenta que é preciso observar que o poder não é apenas uma característica antropológica ou uma característica do indivíduo, mas ainda o valor supremo que o orienta em sua existência. Essa pode ser compreendida, portanto, como a ação ou a luta do indivíduo pela conquista do poder, isto é, pela realização de seus interesses,

objetivos e valores. No entanto, quando o autor descreve uma relação social como uma relação pragmática,¹¹ ele está sugerindo uma outra designação para o termo poder. Dessa forma, poder (nesse caso o poder individual) passa a designar dois objetos ou fenômenos distintos: a relação do indivíduo com seu próprio interesse ou finalidade e sua capacidade de realizá-lo; e a relação do indivíduo com o outro, isto é, uma relação social em que o indivíduo determina o comportamento do outro.

Aceitando que a relação social é, antes de tudo, uma relação de poder ou um exercício de poder sobre o outro, a sociedade pode ser vista

[...] como um sistema de relações de poder e de relações pragmáticas, nas quais os indivíduos ou membros dessa sociedade participam, exercendo poder e sendo objetos de relações de poder, utilizando o outro e sendo objeto de utilização pelo outro. Mais do que isso, a vida social ou a sociedade é o lugar onde cada um luta ou age para exercer poder sobre os demais, para adequá-los ao seu interesse e estabelecer relações pragmáticas com eles [...]. A sociedade se caracteriza, portanto, não apenas por ser um sistema de relações de poder e de relações pragmáticas, mas caracteriza-se ainda por ser o ‘lugar’ onde cada indivíduo age para exercer poder sobre os demais, onde cada um luta ou entra em conflito contra as relações de poder que são exercidas sobre ele ou que tentam exercer sobre ele (SILVA, 1987, p. 157-158).

No contexto da sociedade, Silva (1987, p. 206-207) passa a designar o poder ou exercício de poder, que ordena o comportamento não apenas de alguns indivíduos, mas de todos os indivíduos, que torna ordem de fato uma ordem ideal, que se refere não a alguns indivíduos ou a um grupo social, mas a toda a sociedade, que exerce a propriedade não apenas sobre um grupo, mas sobre todos os grupos que produzem a riqueza social, como poder de Estado. Esse poder registra características específicas, o que o distingue de outro exercício do poder:

[...] a) a sua soberania, isto é, o fato de ser exercido não apenas sobre alguns indivíduos ou grupos, mas sobre todos os indivíduos e grupos e, portanto, o fato de ordenar toda a sociedade;
b) o seu efeito, isto é, as atividades de indivíduos e grupos ordenados, sistematizadas e relacionadas uma com as outras, visando à produção e à ampliação da riqueza social.

¹¹ Relações pragmáticas são as “[...] relações sociais em que o indivíduo utiliza o outro como meio ou instrumento de realização de seus interesses” (SILVA, 1987, p. 185).

Segundo o autor, esse efeito, ou essa ordem ou esse sistema social, é denominado Estado. Por isso, o exercício de poder capaz de instaurar, produzir e reproduzir um Estado é denominado poder de Estado. O que caracteriza o poder de Estado não é o fato de ser um tipo de exercício de poder que se distinguiria de outros, mas, sim, o fato de ser um sistema de relações de poder que ordenam toda a sociedade.

[...] pode-se concluir que o poder de Estado não pode estar situado em um indivíduo, em alguns indivíduos ou um grupo determinado nem em um ponto da sociedade, mas deve estar 'disperso' por toda a sociedade, por todos os grupos ou instituições dessa sociedade e deve ser exercido por inúmeros agentes políticos. Os agentes políticos que exercem o poder de Estado não se reduzem aos que normalmente são denominados 'burocratas de Estado'. O exercício de poder, as relações de poder, as ações políticas e as ordenações de comportamento que ocorrem nas instituições ditas 'privadas', como empresas e fábricas, escolas e famílias, por exemplo – na medida em que são 'sustentados' pelo poder de Estado e controlados por ele, na medida em que ao ordenar indivíduos e grupos, contribuem para integrá-los ao Estado e à ordem ideal que se refere a toda a sociedade – devem ser considerados como extensões do poder de Estado, como exercícios do poder de Estado. Por isso, os agentes políticos que exercem essas relações de poder nas instituições ditas 'privadas', fazem parte ou participam dessa divisão social do poder de Estado.

A ordenação de toda a sociedade só é possível através da ordenação dos indivíduos nos diferentes grupos e instituições de que fazem parte e, portanto, só é possível através das ações políticas ordenadoras nesses grupos e instituições. Por isso, a investigação do exercício de poder de Estado não exclui, de modo algum, a investigação do exercício de poder nas instituições e grupos sociais; ao contrário, somente através da investigação da vida política nos grupos e instituições, pode-se compreender como o poder de Estado é exercido e como é possível a ordenação de toda a sociedade. Do mesmo modo que o exercício de poder de Estado só pode ser compreendido através da investigação do exercício de poder nos grupos sociais, a vida política ou os fenômenos políticos desses grupos só podem ser compreendidos se os relacionarmos com o exercício de poder de Estado e os considerarmos como meios de ordenação de toda a sociedade.

É preciso observar que um agente político pode participar dessa divisão social do poder, ainda que não tenha consciência de que seu exercício de poder contribui para transformar em ordem de fato uma ordem ideal que se refere a toda a sociedade, ainda que não tenha consciência de que a ordenação, que exerce sobre alguns indivíduos ou mesmo um grupo, faz parte da ordenação de toda a sociedade e, ainda que não tenha consciência da sua função, lugar ou papel que ocupa na divisão social do poder (SILVA, 1987, p. 210-211).

Com essa base teórica sobre o poder, passamos a analisá-lo na Primeira República, que, no seu início, vivenciava uma política brasileira diagnosticada como resultado de uma relação desajustada entre o público e o privado. Essa tradição se desenvolveu sob o impacto de alterações que atingiram, de forma geral, todas as relações sociais até então existentes. Simbolizada pela oposição “Brasil real x Brasil legal”, fixava um conjunto de oposições em que o lado “real” era representado por uma sociedade rural e exportadora, na qual dominava a descentralização e o poder patriarcal, familista, clientelista e oligárquico dos chefes da política profissional. Já o lado “legal”, visto também como “artificial”, emergia como o de uma sociedade urbano-industrial, na qual o poder centralizado e concentrado no Estado teria bases impessoais e racionais e era exercido por uma burocracia técnica (GOMES, 1998).

Segundo Silva (1975), a problemática centralização-descentralização era anterior à Proclamação da República, e foi em torno dela que se configurou, em grande parte, a propaganda republicana. As oligarquias propugnavam por um regime político que respeitasse, em princípio, a dinâmica do poder local de cada região. A mudança do regime significava, antes de tudo, o respeito à autonomia regional, e foi em torno dessa questão, portanto, que acabou por se estruturar o debate político nesse período. As mudanças políticas em curso impediram que o sistema ideológico se constituísse, de imediato, controlando e orientando toda a discussão política para uma mesma direção. Contudo, essas dificuldades foram superadas lentamente. A queda de Deodoro,¹² em 1891, apressou a melhor definição do sistema oligárquico, cuja efetivação coube a Campos Sales.¹³ Sua política dos governadores ou política dos Estados definiu que, depois de controlados os focos abertos de oposição, caberia organizar a política de um modo tal que as chefias naturais, ou seja, a expressão direta da dominação oligárquica local, tivessem mecanismo explícitos de funcionamento.

A mudança do regime não implicou uma transformação radical do *status quo* da sociedade brasileira. No aspecto econômico, o elemento fundamental continuou a ser a grande propriedade monocultora voltada para o mercado externo e, no campo sociopolítico, continuou a predominância da elite agrária, cuja estrutura de dominação repousava sobre os chefes locais, os coronéis, que detinham o controle da maior parte do eleitorado rural. O fenômeno coronelista teve sua expressão

¹² Marechal Deodoro da Fonseca, primeiro presidente republicano do Brasil, governou de 1889 a 1891.

¹³ Presidente do Brasil entre 1898 e 1902.

máxima durante a Primeira República e imprimiu um cunho peculiar à vida política do período. A força política do coronel, determinada pelo número de votos de cabresto¹⁴ que comandava, provinha da posse de grandes propriedades de terra e da tradição familiar patriarcal brasileira que lhe conferia o papel de chefe de extenso grupo de parentela.¹⁵ Essa força política era necessária ao coronel para a manutenção de seus interesses econômicos, atuando livremente na esfera municipal (NUNES, 1979).

Sá (apud NUNES, 1979) faz uma caracterização ampla do coronelismo, apontando a necessidade de considerar todos os níveis em que se forma e expressa o fenômeno. Em primeiro lugar, o nível econômico: o sistema seria definido em termos de grande propriedade em função da exportação e auto-suficiência relativa no que diz respeito à produção alimentar, o que leva a uma dependência ao trabalhador. Em nível social, em termos de uma composição de grupos caracterizada pela relação entre proprietário e trabalhador rural. Em nível político, em termos da expressão de dependência socioeconômica do trabalhador rural em apoio certo aos interesses do proprietário.

A importância de se conhecer o coronelismo para se entender o sistema político brasileiro é inegável. Sendo assim, vamos nos utilizar da análise de Victor Nunes Leal (1997), referência para o assunto, nos próximos parágrafos, para esclarecer o papel do coronel no contexto político estadual e municipal na Primeira República.

Segundo o autor, o coronel era sabedor de que sua impertinência só lhe traria desvantagens; ao contrário, se mantivesse boas as relações entre o seu poder privado e o poder instituído, poderia desempenhar, sem contratempos, uma larga parcela de autoridade pública. Identifica-se, então, um aspecto importantíssimo do coronelismo, o sistema de reciprocidade: de um lado, os chefes municipais e os coronéis, que conduzem um grande número de eleitores como quem toca tropa de burros; de outro lado, a situação política dominante no Estado, que dispõe do erário, dos empregados, dos favores e da força policial, que possui, em suma, o cofre das graças e o poder da desgraça. É claro que os dois aspectos, o prestígio próprio dos coronéis e o prestígio de empréstimo que o Poder Público lhes outorga, são mutuamente dependentes e funcionam ao mesmo tempo como determinantes e

¹⁴ Refere-se aos votos de todos que estavam vinculados ao coronel e que votavam de acordo com sua orientação.

¹⁵ Incluía, além dos parentes legais, os compadres, apadrinhados, aliados e protegidos do coronel.

determinados. Sem a liderança do coronel, firmada na estrutura agrária do País, o governo não se sentiria obrigado a um tratamento de reciprocidade e, sem essa reciprocidade, a liderança do coronel ficaria sensivelmente diminuída.

Para Leal (1997), o bem e o mal, que os chefes locais estariam em condições de fazer aos seus jurisdicionados, não poderiam assumir as proporções habituais sem o apoio da situação política estadual para uma e outra coisa. Em primeiro lugar, grande parte de favores pessoais depende fundamentalmente, quando não exclusivamente, das autoridades estaduais. Com o chefe local, quando amigo, é que se entende o governo do Estado em tudo quando respeite aos interesses do município. A essência, portanto, do compromisso coronelista, salvo situações especiais que não constituem regra, consiste no seguinte: da parte dos chefes locais, incondicional apoio aos candidatos do oficialismo nas eleições estaduais e federais; da parte da situação estadual, carta-branca ao chefe local governista (de preferência o líder da facção local majoritária) em todos os assuntos relativos ao município, inclusive na nomeação de funcionários estaduais do lugar.

Seguindo em sua análise, Leal (1997) destaca que a concentração do poder em nosso País, tanto na ordem nacional como na provincial ou estadual, processou-se com o enfraquecimento do município. A história ulterior da República federativa ilustra plenamente essa interpretação. No lugar do presidente de Província todo-poderoso, viria instalar-se o todo-poderoso governador de Estado (no Espírito Santo, presidente do Estado). Campos Sales não tardaria a inaugurar a chamada “Política dos Governadores”, que era mais o reconhecimento de um fato consumado que invenção de seu talento político. A concentração de poder continuava a processar-se na órbita estadual exatamente como sucedia na esfera provincial durante o Império, mas, como a eleição do governador de Estado não dependia tão puramente da vontade do centro como outrora a nomeação do presidente de província, o chefe do Governo Federal só tinha duas alternativas: ou declarar guerra às situações estaduais, ou compor-se com elas num sistema de compromisso que, simultaneamente, consolidasse o Governo Federal e os Governos Estaduais. Para que o processo se desdobrasse por essa forma, o “bode expiatório” teria de ser inevitavelmente o município, sacrificado na sua autonomia. Entre nós, tanto o Executivo como o Legislativo e o Judiciário federais favoreceram a concentração de poder nos Estados à custa dos municípios.

Para o autor, a razão está clara: a maior parte do eleitorado rural, que compõe a maioria do eleitorado total, é completamente ignorante e depende dos fazendeiros a cuja orientação política obedece. Em consequência desse fato, reflexo político da nossa organização agrária, os chefes dos partidos (inclusive o governo, que controla o partido oficial) tinham de se entender com os fazendeiros, por intermédio dos chefes políticos locais. Esse entendimento conduzia ao compromisso de tipo coronelista entre os Governos Estaduais e os Municipais, à semelhança do compromisso político que se estabeleceu entre a União e os Estados. Assim, como nas relações estaduais-federais, imperava a política dos governadores, também nas relações estaduais-municipais dominava o que, por analogia, se pode chamar de política dos coronéis. Pelo compromisso típico do sistema, os chefes locais prestigiavam a política eleitoral dos governadores e deles recebiam o necessário apoio para a montagem das oligarquias municipais. Assim se vê como os nossos juristas-idealistas, que pretendiam limitar o poder dos municípios para impedir as oligarquias locais, acabaram dando aos governadores os meios de que se serviram para montar, em seu proveito, essas mesmas oligarquias locais, fundando, assim, as oligarquias estaduais que davam lugar, por sua vez, a essa outra forma de entendimento entre os Estados e a União, que se conhece, em nossa história, por política dos governadores.

Carvalho (1998), também apoiado nas análises de Leal (1997), defende que o coronelismo, como sistema político, representa uma complexa rede de relações que vai desde o coronel até o presidente da República, envolvendo compromissos recíprocos. Além disso, é datado historicamente, surgindo na confluência de um fato político com uma conjuntura econômica. O fato político foi o federalismo¹⁶ implantado pela República em substituição ao centralismo imperial. O federalismo criou um novo ator político com amplos poderes, o governador de Estado. O antigo presidente de província, durante o Império, era um homem de confiança do Ministério, mas não tinha poder próprio, podia a qualquer momento ser removido, não tinha condições de construir suas bases de poder na província à qual era, muitas vezes, alheio. No máximo, podia preparar sua própria eleição para deputado ou para senador. O governador republicano, ao contrário, era eleito pelas máquinas do partidos únicos estaduais, era o chefe da política estadual. Em torno dele se

¹⁶ A fragmentação do poder político pelos Estados, consagrada pela Constituição Federal de 1891.

arregimentavam as oligarquias locais, das quais os coronéis eram os principais representantes. A conjuntura econômica foi a decadência econômica dos fazendeiros, que acarretava enfraquecimento do poder político dos coronéis em face de seus dependentes e rivais. A manutenção desse poder passava, então, a exigir a presença do Estado, que expandia sua influência na proporção em que diminuía a dos donos da terra. O coronelismo foi fruto de alteração na relação de forças entre os proprietários rurais e o governo e significava o fortalecimento do poder do Estado ante o predomínio do coronel. Para os autores, o momento histórico em que se deu essa transformação foi a Primeira República, no intervalo entre 1889 e 1930.

A formação histórica brasileira fez-se de maneira dispersa e desconexa, e a falta de centralização resultou em liberdades locais e no fortalecimento de instituições sociais peculiares: o poder tornou-se privilégio de uma camada social que possuía os bens de produção, a terra e a liderança política. Desde a Colônia, os coronéis dominavam as terras e, desde o Império, comandavam a política. A instituição da República foi uma ampliação de seu domínio, pois a quebra do poder moderador¹⁷ permitiu que eles próprios escolhessem seus representantes em todos os graus. O fenômeno do coronelismo tinha suas leis próprias e funcionava na base da coerção da força e da lei oral, bem como de favores e obrigações. Essa interdependência era fundamental, pois o coronel era aquele que protegia, socorria, homiziava e sustentava materialmente os seus agregados, no entanto exigia deles a vida, a obediência e a fidelidade. A rigidez do sistema era extrema, quase inexistia a possibilidade de escapar ao controle do grupo dominante. A lei era rigorosa: quem não era a favor, era contra. A neutralidade ou as tentativas de liberalização eram combatidas com a mesma violência com que se lutava contra o adversário. Poder e benefícios sobressaíam à solidariedade familiar, aos interesses do Estado e a todos outros valores (CARONE, 1976, 1978).

Segundo Carone (1976, 1978), do coronelismo à oligarquia a escala foi política. No Império, os grupos oligárquicos encontravam um obstáculo para o controle total dos governos das províncias: o poder moderador do Imperador, que lhe permitia a escolha dos presidentes provinciais. O federalismo republicano derrubou esse empecilho, fazendo com que as oligarquias atingissem seu ápice de expansão. É verdade que o predomínio de uma oligarquia estadual representava

¹⁷ Utilizado no Império para indicar e definir os poderes locais.

luta. Muitas vezes o controle da situação significava combate exacerbado contra outros grupos, no qual se utilizava desde a negação dos mínimos direitos dos não partidários até a luta armada. Nos Estados com uma complexidade econômica e social maior (São Paulo, Minas e Rio Grande do Sul), o Partido Republicano, forma oligárquica mais rica, era o controlador e esmagador de qualquer oposição. Nos mais pobres (Espírito Santo), o processo estava ligado diretamente ao domínio das famílias e grupos, que governavam pessoalmente ou por meio de pessoas de sua confiança. O partido era sinônimo de controle pessoal.

Martins Filho (1978) realizou uma análise elucidativa da estrutura de funcionamento do sistema político oligárquico, aquele dominado pelas oligarquias estaduais nos primeiros anos da República, que usaremos nos próximos parágrafos como forma de entender o lugar do poder no período. Para o autor, os dois elementos básicos que se combinaram na estrutura do regime foram o federalismo e o clientelismo político. Como consequência imediata do novo sistema federativo, vinculado diretamente às relações clientelísticas da política da época, o poder se transferiu não para os Estados, mas, sim, para os grupos oligárquicos que dominavam a política na esfera estadual. Nesse sentido, o federalismo brasileiro, na medida em que garantiu poder político às oligarquias estaduais, representou a exclusão irrestrita dos centros de poder aos setores não-oligárquicos da população.

O autor definiu os três pontos fundamentais estabelecidos pelo federalismo brasileiro, que resultaram na formação do sistema político: dominação oligárquica, exclusão dos setores não-oligárquicos e hierarquização do poder entre as oligarquias, defendendo que essa transformação ocorreu por meio de relações políticas do tipo patrão *versus* cliente. Essa política se caracterizava por uma relação mais ou menos personalizada, casuística e hierarquizada entre atores que trocavam entre si favores mutuamente benéficos, tendendo a desenvolver-se em contextos marcados por uma grande escassez e desigualdade na posse de recursos, assim como pelo baixo nível de consciência política das classes sociais oprimidas, situação que era o retrato do Brasil na Primeira República.

Dessa forma, os setores não-oligárquicos trocavam o único recurso de que dispunham, o voto, por empregos, proteção, pequenos empréstimos, favores, etc. Os líderes políticos municipais trocavam os votos que controlavam em suas comunidades pelos favores do Governo Estadual, tais como: verbas, empregos, benfeitorias em suas propriedades e, na ocorrência de disputa pelo poder político

local, o apoio decisivo das forças militares estaduais. Já as oligarquias estaduais, pelos arranjos estabelecidos com a política dos governadores, trocavam seu apoio ao Governo Federal por verbas, nomeações, obras públicas e, sobretudo, pela garantia de sua manutenção no poder.

Estabeleceu-se assim uma estrutura piramidal de poder, na qual o pacto firmado entre os diferentes níveis da pirâmide, ao mesmo tempo em que preservava a dominação dos níveis inferiores pelos superiores (a relação clientelística carregava a ambivalência solidariedade-dominação), garantia também a manutenção da coesão interna do sistema. Na base do sistema político encontravam-se os setores não-oligárquicos, que se articulavam ao nível imediatamente superior, a liderança política municipal, através do coronelismo, do nepotismo, do empreguismo, etc. A articulação das lideranças municipais com os Governos Estaduais se fazia através da estrutura burocrática interna dos Partidos Republicanos estaduais e, finalmente, a conexão entre as oligarquias dominantes nos Estados com o Governo Federal, foi estabelecida pela implantação da 'Política dos Governadores' (MARTINS FILHO, 1978, p. 145).

2.3 A EXPRESSÃO LEGAL DO PODER SOBRE A CAPITAL DO ESPÍRITO SANTO

Toda essa estruturação do poder, no âmbito federal, no estadual e no municipal, só foi possível porque as Cartas Constitucionais assim o permitiram. Segundo Telarolli (1981), foram nas Constituições Federal e Estadual que se encontraram os princípios fundamentais dos quais emanaram na República os dispositivos que nortearam a legislação ordinária sobre a organização municipal. As antigas províncias, transformadas em Estados autônomos, seriam regidas por Constituições próprias e pelas leis que adotassem, “[...] respeitados os princípios constitucionais da União”, conforme art. 63, da Constituição Federal.¹⁸ Essa Constituição, promulgada pela Assembléia Legislativa em 24 de fevereiro de 1891, passou a definir, como forma de governo para o Brasil, a República Federativa, sob o domínio representativo, instituindo os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

¹⁸ Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 24-2-1891. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/CCIVIL/Constituição>>. Acesso em: 22 maio 2006.

A partir de então, o novo regime passava a ter três grandes coordenadas: o federalismo, o presidencialismo e a ampliação do regime representativo, que ficam claras na análise da referida Carta.

O art. 5º da Constituição de 1891 incumbe a cada Estado prover, às expensas próprias, as necessidades de seu governo e administração, podendo a União prestar socorro em caso de calamidade pública. Sendo assim, dá competência ao Estado, no art. 9º, de decretar impostos estaduais: sobre a exportação de mercadorias de sua própria produção, sobre imóveis rurais e urbanos, sobre transmissão de propriedade e sobre indústrias e profissões. É importante verificar que nada define sobre a decretação de impostos municipais. Segundo Leal (1997), dado o silêncio da Carta, o poder tributário dos municípios ficou inteiramente derivado do estadual e devia exercer-se nos limites marcados pela Constituição e pelas leis do Estado. Portanto, somente dos tributos permitidos ao Estado se podia extrair a receita municipal, vigorando, em relação aos municípios, as mesmas proibições constitucionais que recaíam sobre o fisco estadual. Durante a longa vigência da Constituição de 1891, as rendas municipais, de modo geral, foram ínfimas, não restando dúvida de que foi fator muito importante para essa situação o deficiente quinhão tributário dos Estados na partilha constitucional, pois era dessas fontes que tinha de sair a receita municipal.

Os arts. 63 e 65, do Título II, Dos Estados, concede ampla liberdade de ação aos Estados, determinando que cada um deles será regido pela Constituição e pelas leis que adotar, respeitados os princípios constitucionais da União, sendo facultado, em geral, todo e qualquer poder ou direito que lhes não for negado por cláusula expressa ou implicitamente contida nas cláusulas expressas da Constituição. Fica, dessa forma, ratificada a República Federativa no Brasil. Por outro lado, no Título III, que trata do município, encontramos apenas um artigo, que não deixa de ser uma indicação importante da pequena representatividade dessa jurisdição no contexto nacional: “Art. 68 – Os Estados organizar-se-ão de forma que fique assegurada a autonomia dos Municípios em tudo quanto respeite ao seu **peculiar interesse**” (grifo nosso).

Como a Constituição não definiu o que seria “peculiar interesse”, coube a cada administração estadual fazê-lo, ou seja, o caminho estava aberto para a concentração do poder na esfera estadual. Os Estados tinham ampla liberdade para definir como seria a relação Estado-Município e, é claro, que as oligarquias

estaduais não perderam essa oportunidade. Segundo Leal (1997), já na Assembléia Constituinte, apesar de ser a autonomia dos municípios, no consenso geral, considerada inerente ao regime republicano, a sua conceituação provocara controvérsia, tendo prevalecido a fórmula favorável à maior liberdade dos Estados para regularem a organização municipal. Para o autor, na vigência da Constituição de 1891, a invocação dos trabalhos parlamentares foi, aliás, um dos grandes argumentos a que recorreram todos aqueles que, por interesse ou convicção, defenderam a prerrogativa estadual de impor limitações à autonomia dos municípios. Sendo assim, prevaleceu a indicação que deixou ao critério das Assembléias Estaduais definir o que se deveria entender por “peculiar interesses” dos municípios.

Essa situação expõe um importante problema para nossa discussão, o das eleições municipais, que também passaram a depender da legislação estadual. Segundo o mesmo Leal (1997), o problema da eletividade do Executivo Municipal assumiu grande relevo doutrinário e prático na Primeira República devido às freqüentes violações desse princípio em diversos Estados. Alguns deles, utilizando de sua prerrogativa legal, tanto restringiram o princípio da eletividade da administração local, quanto, nos municípios das Capitais, passaram a nomear os prefeitos. Na Primeira República, o ponto nevrálgico da autonomia dos municípios foi a eletividade do Executivo e, em torno desse problema, foram travadas, nos debates políticos e nas pugnas forenses, as mais acesas disputas sobre a organização municipal.

O autor acrescenta que os adversários da eletividade procuraram reduzir sempre a importância do prefeito (ou que outro nome tenha) na vida política do município:

Dar relevo ao caráter administrativo e técnico do Executivo Municipal no Brasil, por mais nobres que sejam as intenções de quem assim proceda, contrasta violentamente com a cotidiana evidência dos fatos. Muito menos que administrador, o prefeito é, tradicionalmente, ao lado da vereança e da promotoria pública, um dos primeiros degraus da carreira política em nossa terra [...]. Mas do fato de se determinar que as câmaras, como corporações, são órgãos meramente administrativos não se infere necessariamente que o administrador municipal seja puro técnico. O que é preciso verificar é se a realidade do País permite que seja o administrador municipal esse especialista apolítico que a doutrina descreve. A nossa história – da Colônia, do Império, da República – responde ‘não’; e ‘não’, mesmo quando se trate de prefeitos nomeados, os quais, pelo encantamento da fórmula, não deveriam passar de administradores (LEAL, 1997, p.155-157).

Em relação às eleições, a Constituição de 1891 ratificou o sufrágio amplo para os poderes Executivos e Legislativos no âmbito federal, deixando a responsabilidade pela regulamentação das eleições estaduais e municipais a critério dos Estados. Em seu art. 70 ela estendeu o direito de voto, antes restrito por critérios de renda, a todos os cidadãos maiores de 21 anos, excetuando: os mendigos, os analfabetos, as Praças de pré (menos os alunos das escolas militares de ensino superior) e os religiosos sujeitos a voto de obediência que importe a renúncia da liberdade individual. As mulheres continuavam sem direito a voto. Apesar dessa ampliação de direitos, o público votante ainda era muito restrito e elitista, se levarmos em consideração o contexto da sociedade brasileira no momento: quantos tinham empregos fixos? Quantos eram alfabetizados? Qual o contingente de militares e religiosos? Qual o número de mulheres na sociedade? Mesmo sem os números exatos para as respostas, podemos ponderar que, somados, resultariam em um grande contingente da população que permanecia excluída do processo.

Além da questão legal, Carvalho (2003) acrescenta que as estatísticas eleitorais na República não eram confiáveis por causa da corrupção generalizada que caracterizava as eleições. Havia fraude no alistamento de eleitores, fraude na votação, fraude na apuração dos votos, fraude no reconhecimento dos eleitos. Todas as fases do processo eleitoral eram controladas por pessoas ligadas às chefias locais que se conectavam, por sua vez, às chefias estaduais e essas à nacional. Algumas eleições eram feitas exclusivamente pelos chefes que se utilizavam de outras pessoas apenas para variar a caligrafia, eram as eleições ditas a bico de pena. Nos Estados, as oligarquias afastavam os votantes das urnas, pois

não lhes interessava promover a disputa eleitoral. Eleições eram caras, exigiam arregimentação de eleitores e compra de votos. Quanto maior a competição mais eleitores e, portanto, mais gastos. A conclusão do autor foi que o eleitorado, o povo das eleições, o povo político oficial, por si só, era incapaz de constituir qualquer ameaça ao sistema. O povo eleitoral era muito reduzido e, além disso, tinha seus votos distorcidos pela manipulação dos resultados.

Eleições a bico de pena, duplicata de Assembléia, duplicata de governadores etc., traduzem, do ponto de vista legal, momentos da luta pelo poder entre os grupos oligárquicos estaduais. A posse pelos postos-chave do executivo e legislativo é necessária para o benefício próprio e o melhor controle e pressão sobre as oposições. No regime representativo o voto é um dos elementos necessários do jogo de força. Mas, com o controle da mesa eleitoral, o voto torna-se muitas vezes uma farsa, o que permite à situação e à oposição dizerem comumente que ambos tinham ganho a eleição (CARONE, 1976, p.117, grifo do autor).

Conhecendo toda essa contextualização histórica e legal, cabe-nos direcionar o foco para nosso objeto de estudo, a Capital do Estado do Espírito Santo, a cidade de Vitória na Primeira República. A partir da legislação estadual, propomo-nos a elucidar a esfera de poder com autonomia de ação sobre a cidade, o sujeito histórico com respaldo para transformá-la.

A primeira Carta Magna do Espírito Santo, construída, verdadeiramente, dentro da lógica republicana federalista, foi a Constituição Política do Estado do Espírito Santo, promulgada em 2 de maio de 1892.¹⁹ Em seu Título sobre a Divisão Fundamental do Estado e do Município, fica clara a separação entre as duas esferas de atuação:

Art. 13 – A ação política geral e local será discriminada de forma que o seu exercício não possa chocar-se e que os seus respectivos órgãos tenham atribuições e esferas distintas.

Art. 14 – A vigilância da ordem, os atos que diretamente interessarem à comunidade, os ramos de administração que carecerem de uma gestão e direção uniformes, serão da competência da autoridade do Estado.

Art. 15 – Compete à ação local, sob a autoridade dos municípios, a promoção a execução de todos os melhoramentos locais, a organização, direção e regulamentação dos seus serviços internos,

¹⁹ A legislação estadual utilizada neste tópico está disponível em CALDEIRA, Milton. **Constituições do Estado do Espírito Santo**. Vitória: FJSN, 1980. Série Documentos Capixabas 5.

e, em geral, toda a iniciativa que não esteja compreendida expressamente na órbita da ação central.

[...]

Art. 17 – A administração da fazenda municipal é isenta de toda superintendência, salvo a da autoridade judicial nos casos de responsabilidade criminal.

Art. 18 – São considerados como assuntos carecedores de direção uniforme do Estado, além daqueles que por natureza o forem as estradas de ferro de tração a vapor, com exceção das urbanas; a navegação marítima e a fluvial de longo curso; a instrução pública primária; a imigração e a colonização.

Art. 19 – Nos assuntos de sua competência os municípios serão inteiramente livres, desde que não ofendam à harmonia geral, para conceder privilégios, contrair obrigações e determinar o modo de solvê-los, celebrar contratos, e prover ao bem público como lhes parecer melhor.

No entanto, precisamos de considerar que Vitória era a Capital e, por isso, merecedora de um tratamento diferenciado. Nesse sentido, era o centro da ação política do Estado, cidade de onde emanava o poder estadual, devendo exibir características próprias, conforme art. 21. Apesar de esse artigo se referir a uma possível “nova Capital”, entendemos que a “atual Capital” deveria ter as mesmas características e atributos. Se Vitória ainda não tivesse os predicados exigidos, precisava ser transformada, e o responsável por essa transformação deveria ser o Estado, tendo em vista ser ela o centro de sua circunscrição.

Art. 20 – Quanto ao seu território para o desenvolvimento da ação política geral, o Estado formará uma só circunscrição, tendo por centro a cidade de Vitória, Capital do Estado.

Art. 21 – Se algum dia o bem do Estado exigir a deslocação do centro político, dever-se-á procurar no interior situação própria para sede da nova Capital, em clima ameno e condições vantajosas para atrair população e desenvolver as edificações, de modo que à salubridade se reúnam predicados de beleza. Os poderes públicos velarão pela regularidade e tipo das construções, pelo arRuamento e pelas demais exigências plásticas.

O capítulo sobre os Órgãos da Ação Política do Município, arts. 84 a 93, definiu os negócios municipais seriam governados por uma corporação composta de nove membros na Capital, sete nas demais cidades e cinco nas vilas. Os membros dessa corporação teriam o título de governadores municipais e seriam presididos por um dentre eles à sua escolha, com renovação anual. O Governo Municipal deveria ser eletivo, sendo elegíveis todos os que pudessem ser eleitores. Porém, a legislação definia que tipo de homens deveriam ser escolhidos: pela sua posição

social, pela sua probidade, pela sua reconhecida dedicação à causa pública, que fossem capazes de zelar com desprendimento e com ardor pelos interesses municipais e pelas prerrogativas, honorabilidade, distinção e independência do Governo Municipal. O serviço municipal seria um múnus público gratuito, no qual o mandato poderia ser resignado durante o exercício, mas não poderia ser recusado.

Dentro das competências desses órgãos, destaca-se: o prover a satisfação de todas as necessidades públicas, realizando os melhoramentos locais, mantendo a higiene e a salubridade, providenciando sobre a viação pública e sobre a arquitetura dos centros populosos, inspecionando as casas de caridade e o seu regime, policiando os espetáculos e reuniões onde haja aglomeração de povo, velando sobre a alimentação pública; e decretar o código de posturas e fazer cumpri-lo com severidade e rigor.

Por suas características, os governadores municipais funcionavam como um Poder Legislativo,²⁰ e o Poder Executivo, a autoridade municipal, seria representado por um delegado do Governo Municipal,²¹ que, sem remuneração, velaria pela mesma autoridade e fiscalizaria todos os interesses locais, cuja guarda lhe compete, representando, quando for mister, o Governo Municipal sobre as necessidades de sua circunscrição. A nomeação desse delegado deveria recair em pessoa que tivesse os requisitos prescritos no art. 88,²² conforme os arts. 95 e 96. Assim, o Estado reafirma seu controle sobre o Executivo Municipal, que, como já vimos, era peça-chave da relação de poder entre o Estado e o Município.

Nos Títulos sobre a Renda e Despesa do Estado e a Receita e Despesa Municipal, temos confirmado o que já analisamos previamente em relação aos recursos disponíveis para o município: são totalmente dependentes do Estado.

²⁰ Os vereadores municipais atuais.

²¹ Os atuais prefeitos municipais.

²² “Art. 88 – Os municípios escolherão homens, que, pela sua posição social, pela sua probidade, pela sua reconhecida dedicação à causa pública, sejam capazes de zelar com desprendimento e com ardor os interesses municipais e as prerrogativas, a honorabilidade, a distinção e a independência do Governo Municipal”.

ESTADUAL	ESTADUAL	MUNICIPAL
Constituição Federal de 1891	Constituição Estadual de 1892	Constituição Estadual de 1892
Exportação de mercadorias de sua própria produção	Saída sobre todos os produtos naturais ou artificiais	Indústrias e profissões, quer recaiam diretamente sobre o indivíduo em razão de sua indústria, quer sobre estabelecimentos, oficinas, fábricas, etc.
Imóveis rurais e urbanos	Transmissão de propriedade sob qualquer título <i>inter-vivos</i> ou <i>mortis-causa</i>	Predial nas cidades, vilas e povoações
Transmissão de propriedade	Vencimentos dos empregados estaduais	Urbanos: como tais considerados os que interessarem a edificações ou terrenos, à ocupação de Ruas, cais, Praças, laudêmios, etc.
Indústrias e profissões	Emolumentos pagos nas repartições públicas do Estado	Renda dos próprios municipais ou dos serviços a cargo da municipalidade
Taxas de selos sobre os atos de seu governo e negócios de sua economia	Custas judiciárias	Multas por infração de posturas e outras leis
Contribuições concernentes aos seus telégrafos e correios	Litígios forenses	Emolumentos de suas repartições
-X-	Renda dos bens do Estado	Vencimentos dos empregados municipais
-X-	Impostos de selo	-X-

QUADRO 1 – Impostos de competência estadual e municipal: Constituição Federal de 1891 e Constituição Estadual de 1892

Fonte: Constituição Federal de 1891, art. 9º, e Constituição Estadual de 1892, arts. 98 e 102.

Analisando o quadro acima, verificamos que os impostos destinados aos municípios eram irrisórios, ainda mais quando olhamos para a Capital do Estado e observamos todas as suas necessidades. Em uma cidade sem indústrias e sem estabelecimentos profissionais, com uma estrutura urbana ínfima e, praticamente, sem nenhum serviço municipal a oferecer, de onde seria possível obter receita para os investimentos necessários? Quem daria suporte ao orçamento da Capital? Por tudo que levantamos até o momento, a resposta é apenas uma: o Estado. Em ofício confidencial encaminhado ao presidente do Estado, em 7-8-1893, a municipalidade solicitou um empréstimo para que a máquina administrativa de Vitória continuasse a

funcionar, tendo em vista os grandes gastos efetuados com os melhoramentos da Capital, obras há muito tempo exigidas pelo crescente comércio da Praça e para o embelezamento da cidade. Em outro ofício, de 10-5-1893, a mesma municipalidade solicitou ao presidente estadual que atendesse à reivindicação dos moradores da “Villa Moscozo”, ou seja, estendesse até aquela parte da cidade o benefício da iluminação pública.²³ Mais uma vez, o poder estadual ratificou seu poder e controle sobre a Capital, dessa vez econômico. Essa situação se reforça quando classificamos Vitória como um dos “grandes centros” do Estado e a Constituição de 1892, em seus art. 99 item 5, destaca como despesa do Estado “Obras e empreendimentos gerais”, que têm sua definição no art. 100:

Art. 100 – Como obras e empreendimentos gerais devem ser considerados todos aqueles que tiverem por fim imediato desenvolver ou criar fontes de produção, atrair população, facilitar os meios de transporte, melhorar a viação geral e dar impulso aos grandes centros para onde convergem massas de população que os tornam ponto obrigado de zonas extensas.
As subvenções e garantias obedecerão também a essa regra.

A situação peculiar da cidade de Vitória, como Capital, além de sua dependência política e econômica do Estado e, conseqüentemente, do presidente do Estado, o chefe da oligarquia estadual, se confirma nas legislações posteriores, que passamos a analisar.

A Lei n.º 415, de 1º de dezembro de 1903, que dá poderes constituintes ao futuro Congresso do Estado, confirma o controle do Executivo Municipal pelo presidente do Estado, autorizando, em seu art. 6º, que, na reforma da Lei da Organização Municipal, seja criada na Capital uma Prefeitura Municipal, cujo prefeito seria de nomeação do presidente do Estado, com aprovação do Congresso.

Na Reforma Constitucional de 30 de novembro de 1904, a renda dos municípios ficou ainda mais debilitada, pois o imposto predial nas cidades, vilas e povoações deixou de ser renda do município e passou a ser renda do Estado.

As Reformas Constitucionais de 13 de maio de 1913 e 24 de março de 1923, as últimas analisadas dentro do nosso período de estudo, confirmam a autonomia dos municípios, desde que sejam resguardados o peculiar interesse do Estado, e Vitória como sua Capital. Os negócios municipais seriam governados pelas Câmaras

²³ AGMV, Caixa 65.

Municipais e pelo prefeito, ainda nomeado e empossado pelo presidente do Estado. Ocorreram algumas alterações nos impostos municipais que, no entanto, não alteraram significativamente a renda dos municípios.

Apoiado nas análises de Weber (1980)²⁴ e de posse das informações acima, podemos aceitar que o presidente do Estado do Espírito Santo, na Primeira República, utilizava seu poder tradicional para induzir e/ou produzir o poder carismático, que o levaria a assumir o papel de autoridade legal, sustentada pelas regras racionais que permeavam as ações dos servidores do Estado. Segundo Vasconcellos (1993), a Vitória moderna dos anos 1930, livre do passado colonial, foi resultado do dinamismo de alguns grandes empreendedores: Muniz Freire, Jerônimo Monteiro e Florentino Avidos, presidentes do Estado que conceberam um projeto de desenvolvimento para o Espírito Santo tendo Vitória, sua Capital, papel de destaque. O autor ressalta que, apesar de a Prefeitura de Vitória ter sido criada em 1908,²⁵ durante o governo de Jerônimo Monteiro, o centro político desses projetos sempre foi o presidente do Estado e não o prefeito da Capital. Segundo ele,

Contribuía para isto não somente a lógica de ação autoritária, típica dos coronéis, como ainda a pequena dimensão da cidade, e, ainda o fato de ela sediar o Governo do Estado, o que acabava por fazer com que os interesses fossem articulados no plano mais alto (VASCONCELLOS, 1993, p. 108-109).

Dessa forma, podemos afirmar que o poder político e econômico sobre a Capital do Espírito Santo, na Primeira República, era exercido pelo Estado, corporificado na figura do presidente do Estado. Os governadores municipais e o prefeito, apesar de terem suas funções definidas legalmente, se subordinavam ao Executivo Estadual.

²⁴ Apresentadas no tópico 1.2.

²⁵ Na reforma da organização municipal pela Lei Estadual n.º 582, de 14-12-1908.

3 A MATERIALIZAÇÃO DO PODER: OS PRESIDENTES DO ESTADO

A materialização do poder sobre a cidade de Vitória, na Primeira República, efetivou-se na figura do presidente do Estado, que era o sujeito detentor do poder político e econômico sobre a Capital. Vamos explorar a história, o perfil e a construção política dos executivos estaduais que aceitamos como os mais influentes na transformação do espaço urbano de Vitória no período. Suas redes políticas serão apresentadas e analisadas, na busca de entender suas ações sobre o objeto de estudo. Ficamos convencido de que, apesar da existência legal, com definição de direitos e deveres, dos governadores municipais e, na Capital, do prefeito, o poder era exercido pelo presidente do Estado, assumindo o posto de gestor da cidade.

3.1 O LIBERAL REPUBLICANO: MONIZ FREIRE E O PODER NO INÍCIO DA REPÚBLICA CAPIXABA

José de Mello Carvalho Moniz Freire nasceu em Vitória, Espírito Santo, em 13-07-1861 e, após frequentar o Atheneu Provincial, como era comum aos filhos das elites capixabas, em 1877, mudou-se para a cidade de Recife para cursar Direito. Em 1880, transferiu seu curso para a Faculdade de Direito de São Paulo onde o concluiu em 1881. Quando retornou para Vitória, em 1882, passou a atuar como jornalista, fundando, em 15 de março do mesmo ano, o jornal *Província do Espírito Santo*, que acabou tendo repercussão nacional. Nesse mesmo ano, foi eleito deputado provincial pelo Partido Liberal e, em agosto de 1889, pelo mesmo partido, deputado geral. Acabou não assumindo o mandato de deputado geral, pois a Câmara não foi instalada devido ao movimento de 15-11-1889²⁶ (BASILIO, 1961).

Como veículo para se entender a importância de Moniz Freire, na vida republicana de Vitória, é fundamental demonstrarmos a presença e função dos partidos políticos na Primeira República. A instituição de partidos políticos, como estrutura básica para a organização e articulação de interesses, e de eleições, como

²⁶ Proclamação da República Federativa do Brasil

forma de renovação de elites políticas e governantes na direção do poder político no Brasil, ocorreu a partir do Segundo Reinado,²⁷ com a incorporação de instituições liberais no sistema político nacional. No entanto, Lima Junior (apud SILVA; ROCHA, 1993, p. 13) destaca que essas instituições “[...] ora serviram como instrumento de dominação ora como forma de representação política” e, além disso, “[...] os partidos foram, quase sempre, marcados por um alto grau de elitismo e de excludência” (p. 13). Como se deu esse processo no Espírito Santo?

Segundo Silva e Rocha (1993), o Espírito Santo não fugiu aos padrões nacionais. Os Partidos Liberal e Conservador foram criados em diversas províncias brasileiras, em meados da década de 1830. Em terras capixabas, foram fundados no ano de 1834. O Partido Conservador agregava, principalmente, as elites agrofundiárias remanescentes da colonização portuguesa e aquelas oriundas do estamento burocrático-militar. Concentrava seu maior espaço político, sua base representativa de interesses, na região da Capital e na região norte do Estado. O partido liberal agregava segmentos do estamento burocrático-militar e eclesiástico solidários com as idéias liberais de inclusão de instituições liberais e republicanas no Estado brasileiro, as elites mercantil-exportadoras e aquelas que se constituíram durante o século XIX em virtude da expansão da economia cafeeira no Espírito Santo, ou seja, os novos segmentos agrofundiários que se formaram no sul do Estado a partir da migração de mineiros e fluminenses, e, na região central, com a colonização via imigração estrangeira. Suas bases se expandiram na região sul e central, principalmente a partir da metade do século XIX, com a emergência de uma nova configuração de interesses que se formava com a expansão da economia cafeeira no Estado, que tinha essas regiões como as principais produtoras. O pai de Moniz Freire, Manoel Feliciano Moniz Freire, foi um dos líderes desse partido.

O movimento republicano no Espírito Santo teve seu início em 1879, com a fundação do primeiro núcleo de adeptos às idéias republicanas pelos professores e estudantes do Atheneu Provincial, local onde Moniz Freire estudou. Em 1887, foi fundado o primeiro núcleo do Partido Republicano em Cachoeiro de Itapemirim, na região sul, que demarcava a região de maior concentração de idéias republicanas no Estado.

²⁷ Período do governo imperial de D. Pedro II, 1840-1889.

Na medida em que os movimentos abolicionista e republicano ocorreram quase simultaneamente, e que na fase final das lutas o movimento republicano agregou e refletiu as contradições e insatisfações presentes, ele ganhou corpo e, a partir da região sul, expandiu-se para as demais regiões da Província. Dessa forma, a Proclamação da República encontra as lideranças políticas, principalmente aquelas que expressavam os novos interesses que emergiam com a expansão da cafeicultura no E. Santo, em condições de posicionamento no *round* das lutas que se efetivam a partir de então com vistas a consolidação da forma republicana de governo. Mais precisamente, em condições de assumirem a direção estadual do poder político, o que vai caracterizar o embate político entre novas e velhas lideranças no cenário político estadual (SILVA; ROCHA, 1993, p. 17).

Após a Proclamação da República, todos os partidos foram extintos, porém, devido às eleições para a Assembléia Constituinte, que deveria ocorrer em setembro de 1890, foi necessária a reconstituição do sistema partidário. Apesar das divergências políticas entre seus líderes e das questões de ordem socioeconômica e territorial entre as regiões sul e central, os três partidos existentes no Estado naquele momento – Conservador, Liberal e Republicano – reeditaram a situação existente no período do Império, com a necessidade de se organizarem para as eleições se ajustaram em apenas dois partidos, tendo como parâmetros fundamentais para essa divisão as diferentes bases de interesses dominantes presentes nas regiões sul e central do Estado, na segunda metade do século XIX. Em 18-07-1890, foi fundado o Partido União Republicana Espírito Santense, que agregava, principalmente, os interesses agrofundiários, tanto aqueles emergentes na economia cafeeira da região sul como aqueles remanescentes da colonização portuguesa nas regiões central e norte, assim como parte das lideranças representativas do segmento burocrático-militar da Capital.

O Partido Republicano Construtor, fundado em 29-7-1890, reuniu, de forma predominante, os interesses mercantil-exportadores constituídos na região central, em decorrência da expansão da cafeicultura, via imigração estrangeira. Agregou também aquelas forças que estiveram engajadas nas lutas abolicionistas, profissionais liberais urbanos e parte do segmento burocrático-militar que não se afinava com as lideranças que haviam ingressado no outro partido. Na verdade, a articulação para sua estruturação partiu da ala mais radical do Partido Liberal, que, liderada por José de Melo Carvalho Moniz Freire, representava, sobretudo, os interesses mercantil-exportadores da região central (SILVA; ROCHA, 1993).

A personalidade contestadora e firme de Moniz Freire, que caracterizaria seu período de governo, já podia ser observada, em 1885, a partir de suas cartas ao Imperador,²⁸ das quais reproduzimos alguns trechos (BASILIO, 1961, p. 20-25). Primeiramente, demonstrou a situação excludente do Espírito Santo, apelando para uma postura positiva do Imperador em relação ao Estado.

Senhor! Nós os brasileiros, temo-nos acostumado a apelar em última instância para Vós, quando todos os outros poderes faltam-nos com a justiça e só fica-nos a esperança de vossa clemência e patriotismo. A análise do vosso extenso reinado, induz-nos a crer convencidamente que todos os nossos grandes melhoramentos, assim como as melhores reformas, têm tido na Coroa o mais ardente propugnador e verdadeiro iniciador, quando chegam a converter-se em leis ou em decretos de Vossos conselhos [...]. A Província do Espírito Santo, Senhor, partilha também docemente essa confiança arraigada, que a Nação deposita em Vosso alto critério em Vosso amor à Pátria; também somos uns enfeitados dos poderes públicos e também contamos hoje como táboa única de salvação, com a influência inspirada que vossa paternal solicitude possa exercer em nosso favor.

Em seguida, criticou a atitude do Governo Federal em relação à via férrea que ligaria Vitória a Natividade, em Minas Gerais:

A via férrea de Vitória à Natividade, que de promessa aquele eminente brasileiro convertera em realidade, foi sacrificada, não há muitos dias, aos planos da alta advocacia administrativa, que jogou contra o futuro de uma província brasileira, na carteira do tesouro, ganhando airoosamente a sua partida, pela imbecilidade ou cumplicidade de um alto funcionário. Os anelos de duas centenas de mil brasileiros foram vendidos a alto preço a especuladores audazes, decidindo-se da sorte de uma província, a troco dos dinheiros do Estado, sagrado penhor das nossas contribuições para o engrandecimento deste Império. Não é possível, Senhor, nem quizeramos traduzir aqui a antipatia profunda, o desgosto amargo, o desespero enorme que veio causar a todas as classes da sociedade espiritosantensem, a notícia dessa infame traficância do seu futuro, protaído [sic] em refém à ganância e aos lucros administrativos das propostas de empresas potentadas.

Finalmente, Moniz Freire solicitou diversas providências que, segundo ele, contribuiriam para o desenvolvimento da Província. Já podemos observar, nas

²⁸ Segundo Afonso Cláudio (apud BASILIO, 1961, p. 20), “Essas cartas, que foram sete, são um nobilíssimo desabafo, melhor direi – um protesto veemente de um coração patriota, de um espírito que se fecha às conveniências de qualquer ordem, para obedecer somente às injunções da verdade e da justiça, duplamente revoltadas pela conduta despuadora e criminosa de um governo absorbente e mau”.

necessidades que elencou, sua preocupação em melhor aparelhar a Capital do Estado e as futuras diretrizes de seu governo:

O engrandecimento d'esta Província depende da concentração de suas forças, da convergência completa de todos os elementos prósperos para esta Capital, com a emancipação do comércio da Corte, que será logo o primeiro resultado desta centralização da produção provincial.

Para obtê-lo, são urgentes os seguintes incitamentos:

- a) subvenção a uma boa navegação do Rio Doce, até Porto do Souza, como um meio eficaz de derivar os produtos do Norte de Minas e acoroçoar o progresso agrícola das zonas vizinhas e das marginais do rio;
- b) subvenção a uma linha de navegação regularizada e semanal entre todos os portos da Província até os do Sul da Bahia;
- c) prolongamento da Estrada de Ferro de Carangola, até o Cachoeiro de Itapemirim, como meio de trazer ao baixo Itapemirim, e daí para Vitória, toda a produção do Sul, com a qual também a Capital ficaria em contato mais fácil do que a Corte, para a sua importação;
- d) cessação de auxílio ou estipêndio dado atualmente à Companhia Espírito Santo e Caravelas, a fim de libertar os portos intermediários da atração do monopólio fluminense, e fazer a passagem dessa subvenção à Companhia Brasileira de Navegação, obrigando-a a fazer três escalas mensaes (sic) pelo Porto de Vitória, e assim suprir a falta de outra companhia que nos proporciona comunicações como grande centro comum;
- e) para complemento de tudo isto – subvenção temporária a uma ou duas companhias estrangeiras de vapores transatlânticos, que nos abram o comércio direto das Praças européias ou norte-americanas;
- f) auxílios e imigrações que se internarem no Oeste da Província, e boa viação, para esse centro.

Segundo Silva (1995), se o movimento republicano, por um lado, criou condições para que a maioria das forças políticas do Espírito Santo apoiasse o novo regime, contribuindo para sua consolidação, por outro, acabou proporcionando a inclusão, no movimento, de lideranças políticas comprometidas com interesses distintos daqueles que, tradicionalmente, dirigiam os destinos do Estado. Dessa forma, o cenário das lutas pela direção política estadual seria ampliado e refletiria as novas clivagens sociais e territoriais, que emergiram em decorrência da expansão da economia cafeeira. Se as lutas, até então, eram travadas por conservadores e liberais, seriam agora acrescidas das forças republicanas, lideradas, sobretudo, por profissionais liberais e representantes do Capital agrofundiário, principalmente da região sul.

O grande vitorioso, no conturbado florescer da República capixaba, foi o Partido Republicano Construtor, posteriormente Partido Republicano Espírito Santense que, após a chegada ao poder do Marechal Floriano Peixoto,²⁹ se consolidou na direção do poder político estadual até a década de 1930. Essa situação se construiu devido ao seu poder estar concentrado nas forças políticas estaduais dominantes, constituídas pelas classes ligadas ao Capital mercantil-exportador/importador que, solidárias às suas congêneres nos demais Estados cafeeiros do Centro-Sul, contribuíram para a hegemonia dessa classe na esfera política nacional e, conseqüentemente, no Espírito Santo (SILVA, 1995).

Inserido nesse contexto, Moniz Freire foi eleito deputado à Constituinte em 15-9-1890 pelo Partido Republicano Construtor, participando das discussões que resultaram na primeira Constituição da República do Brasil, promulgada em 1891. Na esfera estadual, foi escolhido por Afonso Cláudio³⁰ para participar da comissão que faria os estudos de um projeto para a primeira Constituição Republicana do Espírito Santo. Suas idéias acabaram prevalecendo sobre as demais e a imprensa da época o classificava como “[...] uma alma de elite, onde o patriotismo vibra sonorosamente é uma ilustração perfeitamente corrigida das asperezas do estudo sem sistematização [...]” (BASILIO, 1961, p. 28). A nova Constituição capixaba foi promulgada em 2-5-1892, mesmo dia em que José de Mello Carvalho Moniz Freire foi eleito presidente do Estado, pelo Congresso Estadual, para o mandato de 1892 a 1896. Vale ressaltar que, em 1892, ele era presidente do Partido Republicano Construtor no Estado.

Após o encerramento de seu mandato, permaneceu na vida público, sendo eleito novamente para o Governo do Estado entre 1900 e 1904. Ao deixar seu segundo mandato de governador, foi eleito para o Senado, onde permaneceu até 1914, quando abandonou a vida pública para se dedicar novamente ao jornalismo.

²⁹ Segundo presidente republicano do Brasil, 1891-1894.

³⁰ Primeiro presidente republicano do Espírito Santo, 1891-1892.

3.2 O CORONEL MODERNO: JERONYMO DE SOUZA MONTEIRO

Jeronymo de Souza Monteiro foi eleito presidente do Espírito Santo, no dia 2-2-908, por ampla maioria de votos.³¹ Sua posse, em 23-5-1908, foi cercada de grande pompa, reconhecida nos trajes, postura e representatividade dos presentes. Todos que sustentaram sua candidatura compareceram, desde o Governo Federal até as diversas correntes políticas do Estado. Segundo Novaes (1960), o Estado entrava numa nova era, de progresso e conforto para o povo.

Em 1900, ele fundou o Partido da Lavoura, como dissidência do Partido Construtor, ao qual pertencia junto com Moniz Freire,³² que dominava a política local desde 1892. Tentaram eleger o presidente do Estado para o período de 1904 a 1908, mas foram derrotados pela força dominante, assumindo o governo o Cel. Henrique da Silva Coutinho. No entanto, em janeiro de 1905, a aliança entre Henrique Coutinho e Moniz Freire foi rompida devido a desavenças na apresentação de candidatos a governadores municipais, e o presidente passou a sofrer com a oposição dos partidários de Moniz Freire, então senador.

Além da oposição política, no Congresso Nacional e Estadual, o governo de Henrique Coutinho enfrentou uma séria crise econômica, provocada principalmente pelos baixos preços do café e por dívidas assumidas anteriormente. Com o agravamento da crise, o presidente buscou, a partir de 1905, o auxílio de Jeronymo Monteiro, que, na época, estava em São Paulo, para a solução dos problemas. Como não foi possível trazê-lo para o Estado, encarregou-o de tomar providências para que fosse consolidada a alienação da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo para alguma grande empresa. Essa operação liberaria o Estado de uma pesada dívida com o Banco do Brasil,³³ assumida no governo do Presidente José Marcelino, em 1899, para enfrentar a depressão das rendas do Estado e continuar as obras da dita estrada de ferro. O Estado também teria liberado três agências fiscais³⁴ que serviram de garantia ao empréstimo. A venda foi aprovada pelo Congresso

³¹ “[...] 7.989 votos para o Dr. Jeronymo de Souza Monteiro, 13 para o Barão de MonJardim e dez para o Dr. José Belo de Amorim” (VASCONCELLOS, 1995, p. 149)

³² O partido de Moniz Freire defendia os interesses mercantis, enquanto o de Jeronymo Monteiro, as forças agrofundiárias.

³³ Dívida contraída pelo Estado, em 1899, no valor de 1.500:000\$000 (um mil e quinhentos contos de réis) a juros de 8%. Em 1907, a dívida era de 2.308.000\$000 (dois mil, trezentos e oito contos de réis).

³⁴ Mimoso, Santo Eduardo e Itapemirim.

Legislativo em 18-7-1907. Outra negociação de Jeronymo Monteiro também resultou na venda da Estrada de Ferro Caravelas para a mesma empresa, a Leopoldina Railway, em 17-1-1908 (NOVAES, 1960).

Sueth (2006) registrou que as negociações financeiras realizadas por Jeronymo Monteiro, como advogado do Estado, foram enaltecidas por alguns, mas também criticadas por outros. A operação bancária para encerramento da dívida com o Banco do Brasil e a venda das Estradas de Ferro Sul do Espírito Santo e Caravelas para a Leopoldina Railway provocaram protestos da imprensa e de políticos de oposição, ligados a Moniz Freire. Vale ressaltar que o Governo Federal, na figura do presidente Afonso Pena,³⁵ apoiou e auxiliou as operações. Esse suporte federal representou uma clara evidência do interesse daquela esfera de poder na cooptação da política do Espírito Santo, lembrando que o Brasil vivia sobre a ótica da Política dos Governadores.³⁶ Apesar das críticas, o fato é que essas transações sanearam as contas do Estado e deram suporte a candidatura de Jeronymo Monteiro a presidente do Estado, apoiado pelas forças políticas estaduais e federais.

A atuação de Jeronymo Monteiro nas operações para sanear as finanças do Estado rendeu-lhe bons resultados políticos. Criou

[...] uma imagem forte e adquiriu a estatura de um negociador hábil, de um homem de finanças competente. Eram qualidades importantes para um presidente naqueles tempos de crise. Ele adquiriu a legitimidade que procurava entre os homens de sua classe para conquistar o governo. Esse foi um primeiro passo importante na construção de sua imagem de grande estadista (VASCONCELLOS, 1995, p.148).

A campanha para presidente do Estado previa uma intensa luta política, tendo em vista a oposição entre o Cel. Henrique Coutinho e Moniz Freire. A situação foi contornada com a atuação do Governo Federal, na figura do presidente da República, que tinha interesse em conciliar a política espírito-santense. A indicação recaiu em candidato único, Jeronymo Monteiro, que preenchia todas as qualidades necessárias: era aceito pela oposição, referendado pelo Governo Federal e apoiado pela Igreja Católica,³⁷ sujeito extremamente importante no período.

³⁵ Governou o Brasil de 1906 a 1909.

³⁶ Acerto político entre o Governo Federal e o Estadual, em que o Executivo Estadual tinha total liberdade de ação em sua jurisdição, desde que apoiasse, incondicionalmente, o Executivo Federal.

³⁷ Neste período, o bispo do Espírito Santo era seu irmão, Dom Fernando.

Em 16-10-1907, sua candidatura foi indicada pela convenção do partido republicano construtor. Segundo o Manifesto Político, assinado por Jeronymo Monteiro, publicado na primeira página do *Diário da Manhã*,³⁸ de 17-1-1908, estiveram presentes, nessa convenção, todos os chefes locais e deputados vinculados à legenda, mostrando a força e o apoio da candidatura.

O manifesto foi utilizado para lançar a candidatura e apresentar as propostas de governo. Nele Jeronymo Monteiro fez uma direta defesa do novo regime, apontando que a indicação do candidato, via representantes do povo, caracterizava uma prática liberal condizente com as verdadeiras democracias. No entanto, não podemos esquecer que era um período dominado pelo coronelismo e, conseqüentemente, por práticas eleitorais duvidosas, que nos levam a questionar se os membros do Poder Público estavam realmente preocupados com os assuntos de interesse geral. Segundo ele, se vencesse a eleição, trabalharia para o engrandecimento do Estado, empregando “[...] as mais vivas forças para prestar á minha Terra os melhores serviços, applicando em favor de seu progresso todo o esforço de minha actividade” (MONTEIRO, 1908a, p. 1). Continua apresentando as diretrizes do seu governo:

A moderação, a tolerância criteriosa, o respeito aos direitos individuaes, a defesa da representação das minorias e uma direcção governamental firme e meditada, amparada nos preceitos constitucionaes e sinceramente dedicada ao bem commum poderão proporcionar um período de paz útil e fecunda á nossa prosperidade e engrandecimento (1908a, p. 1).

Defendeu que a solução das questões econômicas era fundamental para os resultados positivos na administração pública. Como, no Espírito Santo, a atuação da iniciativa privada era pequena, o que afetava o movimento produtivo, o Estado efetuaria intervenções nessa área, criando possibilidades para seu crescimento. Não abriu mão do apoio de ninguém, ao contrário, pretendia realizar sua obra com a participação do Governo Federal, Municipal e com particulares. Da União esperava a isenção de impostos aduaneiros para os materiais e produtos destinados ao desenvolvimento das classes agrícola e industrial, as obras de melhoramento do porto e o incentivo para a introdução de imigrantes. A diminuição dos preços do frete, terrestre e marítimo, para os gêneros de produção do Estado, contribuiria para

³⁸ Jornal que se intitulava Órgão do Partido Constructor.

solução dos problemas do transporte, além de favorecer diretamente as classes produtoras. Outros favorecimentos para a lavoura e indústria: fundação de escolas agrícolas e industriais, fornecimento gratuito de sementes, isenção de impostos para a instalação de máquinas, propaganda dos produtos estaduais e empenho para a eliminação do intermediário, com o produtor disponibilizando seus produtos no mercado. Ficava claro o favorecimento para a lavoura e a indústria, que se aglutinavam na figura do coronel, produtores de matéria-prima para exportação ou para utilização nas indústrias.

A situação financeira também era crítica, com débitos que cresciam e se prolongavam por falta de pagamentos. O objetivo era a liquidação dessas dívidas, sem a aquisição de novos empréstimos, para que o Estado tivesse credibilidade. Deveria ser abolido “[...] o regimen de solver obrigações com os productos de novos empréstimos e de novas obrigações” (MONTEIRO, 1908a, p. 1). Outros assuntos que também mereceriam atenção especial: a educação e instrução popular e a higiene pública. Somente na página 2, quase no final do manifesto, referiu-se a Vitória, ratificando os problemas básicos da cidade, sem indicar ação especial ou diferenciada: o foco seria no saneamento, no abastecimento de água, na iluminação pública e na rede de esgotos. Pretendia fortalecer a milícia estadual e defender a independência dos Poderes, indicando que os Poderes deveriam trabalhar unidos.

A postura do futuro presidente do Estadotambém estava conectada à sua formação familiar e profissional. Era filho do capitão Francisco de Sousa Monteiro e de Henriqueta Rios de Sousa, coronel do sul do Estado e dono da Fazenda Monte Líbano, em Cachoeiro de Itapemirim. Seu pai migrou de Minas Gerais para o Espírito Santo em busca de terras novas, partindo para a cultura do café. Detinha uma forte formação cristã e cívica e fez questão de passá-la para os filhos. Jeronymo Monteiro completou os estudos primários no Colégio Manso, em Cachoeiro e, depois de uma breve passagem pelo Caraça, em Minas Gerais, terminou os preparatórios no Colégio São Luis, em Itu (SP). Formou-se na Faculdade de Direito de São Paulo, em 19-12-1894. Regressou a Cachoeiro após a formatura e ficou entusiasmado com o governo de Moniz Freire. Acabou por ser eleito deputado estadual, em 1895, e deputado federal, em 1897, pela corrente munizista. Opôs-se ao predomínio político de Moniz Freire, buscando sua independência e, como represaria, não foi incluído na chapa para eleição de deputados federais, na legislatura de 1900 a 1904. Após a

eleição, passou a advogar em Cachoeiro e depois em Santa Rita do Passa Quatro (SP) (NOVAES, 1960).

O peso da educação na fazenda Monte Líbano e o peso de pertencer à família Souza Monteiro acompanharam e influenciaram a vida de Jeronymo Monteiro. Segundo Vasconcellos (1995, p.138):

A rigidez dos papéis sociais era muito grande, o papel dos filhos e herdeiros da tradição, ainda maior. A auto-suficiência da unidade produtora de café não era somente econômica. Era muito mais profunda. Sua função imaginária compreendia a produção diferenciada de alguns indivíduos. Não estavam sendo preparados para pertencerem a uma massa empobrecida e explorada. Era, ao contrário, a produção imaginária dos dirigentes, daqueles que seriam capazes de guiar o povo, produção essa apoiada em práticas sociais excludentes, em procedimentos políticos e eleitorais corruptos, e legitimada por uma superioridade socialmente produzida. Essa círculo vicioso, implantado historicamente, era capaz de produzir significações sociais imaginárias que alimentavam a existência dessas elites. Foram os mestres do poder total dentro das fazendas, poder estendido, de fato, ao Estado [...].

Jeronymo Monteiro guiou-se por sua formação positivista, construída a partir da Faculdade de Direito de São Paulo e das práticas coronelistas. Práticas essas fortalecidas pela visão positivista de mundo, na qual o progresso e as mudanças dirigidas pelo topo do sistema político eram desejados. O poder deveria ser exercido pelas elites. Sua personalidade de homem público se formou a partir de três elementos, fundamentais para as bases sobre as quais construiu sua carreira política: a formação familiar e coronelista obtida na fazenda de café de seu pai; a conduta positivista, absorvida durante o Curso de Direito; e a disputa interna pelo poder no clã dos Monteiros, que manteve com o irmão Bernardino (VASCONCELLOS, 1995).

Após sua eleição, Jeronymo Monteiro permaneceu em São Paulo, onde tinha grande prestígio, para coletar informações e experiências de sucesso para aplicar em seu governo. Estudou o funcionamento do Tesouro, dos Institutos de Ensino e da Repartição de Higiene, preocupado com os serviços de água, luz e esgotos de Vitória. Antes de sua posse, visitou ainda Minas Gerais e a Capital Federal, conhecendo projetos que pudessem ajudá-lo em sua administração. Vasconcellos (1995) destacou que, nessas viagens, o futuro presidente buscou analisar medidas

modernizadoras que poderiam ser implantadas no Espírito Santo. Para o autor, a formação cultural de Jeronymo Monteiro se equiparava à das elites dirigentes desses dois Estados, também pólos cafeeiros.

Afinal, era um advogado formado em São Paulo. [...] não era um coronel ignorante, como aqueles que o Segundo Império gerou. Não vivia da exploração da terra, não tinha agregados, nem um grupo de jagunços ao seu dispor. Era membro de uma outra geração, a dos filhos dos grandes proprietários que tinham estudado. Era produto da modernização econômica e social da sociedade brasileira, modernização esta possível no contexto da economia cafeeira. Estava mais articulado com as novas demandas políticas de uma população que passava do meio rural para o urbano (importância das cidades), e que tinha outras expectativas das elites políticas. Era o moderno que surgia do velho, impregnado de um imaginário que não tinha, ele mesmo, sofrido mudanças. Suas raízes continuam fincadas num imaginário marcado pela exclusão popular, da certeza da incapacidade política das massas (VASCONCELLOS, 1995, p. 150).

Com o objetivo de realizar um governo de resultados positivos, articulou, com as diferentes correntes políticas do Estado vinculadas ao Partido Construtor e ao Partido Republicano Federal, fundando, em 4-12-1908, o Partido Republicano Espírito-Santense, que reunia as duas correntes. Defendeu que a união dos vários elementos políticos, ao invés de desavenças infrutíferas, produziria um contexto benéfico para o progresso do Espírito Santo. Com a consolidação do partido, o governo pôde estender a todos os municípios sua política, nos moldes da implantada por Campos Sales na esfera federal:³⁹ os chefes municipais estavam livres para agir sem intervenção do poder estadual, desde que o apoiassem o mesmo sem questionamentos. Aliás, também manteve um bom relacionamento com o Governo Federal, o que pode ser comprovado com a visita de dois presidentes do Brasil ao Espírito Santo durante seu governo: Nilo Peçanha, em 1910, para inaugurar a estrada de ferro Leopoldina no trecho entre Cachoeiro e Matilde; e o Mal. Hermes da Fonseca, em 1911, que inaugurou o serviço de viação urbana da Capital.

Jeronymo Monteiro realizou um governo centralizador com foco em sua base de sustentação, mas sem se esquecer do necessário apoio da população. Implantou, no Executivo, uma rotina diária: determinou os horários das audiências públicas e com os seus auxiliares, além de definir as terças-feiras, das 18 às 22

³⁹ Política dos governadores.

horas, para receber as famílias que desejassem visitá-lo. Com isso, fortalecia o vínculo com a sociedade. Por outro lado, reuniu todas as repartições públicas no andar térreo do Palácio do Governo, para que tudo estivesse dentro do seu campo de visão. Era um administrador que acompanhava e cobrava ações dos seus servidores. Defendeu a separação e a independência dos órgãos públicos, tanto que promoveu a desaccumulação de cargos públicos e eletivos. Todos os seus assessores tiveram de optar entre o Executivo e o Legislativo. No entanto, mesmo independentes, inclusive o Poder Municipal, deveriam trabalhar em conjunto para o bem dos negócios públicos. Implantou a obrigatoriedade da execução do Hino Nacional nas comemorações oficiais, com exclusão da *Marselhesa*,⁴⁰ e adotou, nos cardápios do Palácio, a língua portuguesa, atitudes que expressam claras defesas do civismo brasileiro.

O presidente instituiu o Registro dos Lavradores, que tinham de comparecer ao seu gabinete para serem habilitados a receber assistência e benefícios do Estado. Essa movimentação, além de promover um levantamento da situação agrícola do Espírito Santo, fortaleceu a figura do presidente na zona rural, onde a população não estava acostumada à proximidade do poder. Um dos projetos do governo que atingiu os menos favorecidos foi a distribuição de lotes a pequenos lavradores nas áreas em torno de Vitória, para que fossem criadas granjas que abastecessem a Capital com verduras, frutas, ovos, aves, etc. Sua atitude, em relação ao pagamento do seu salário – era sempre o último a receber – representava um sinal claro de postura pública para agradar a massa popular (NOVAES, 1960).

Para Vasconcellos (1995), em relação às obras do seu governo, Jeronymo Monteiro valorizou a Capital, objetivando atrair as elites da região central para o seu projeto político. Também acreditava que o Estado estava excluído do movimento geral do progresso existente no País. Para o autor, apesar de o presidente se considerar um liberal, decidiu que o desenvolvimento econômico do Estado seria conduzido pelo governo, sob sua tutela. Sueth (2006) concorda que as obras de saneamento e embelezamento da Capital estavam relacionadas com os interesses da elite rural, representada principalmente pelos cafeicultores do sul do Estado, que ocupavam espaço no poder e passavam a residir, com suas famílias, em Vitória.

⁴⁰ Hino francês muito utilizado no Brasil nesse período.

Não podemos esquecer que, para os coronéis, as cidades representavam um risco. Eram locais onde não exerciam seu amplo poder, tendo em vista a diversidade e os movimentos simultâneos. As obras para enquadramento dos espaços urbanos no modelo republicano indicavam uma busca pela padronização, o que facilitaria o controle e ação do poder sobre a sociedade. Sueth lembra ainda que:

Com a ascensão de Jeronymo Monteiro, mantém-se a diferença com relação aos planos de Moniz Freire. Até as modificações propostas para Vitória mudaram de rumo. Foi abandonado o plano do Novo Arrabalde e o crescimento passou a ser direcionado para a ocupação e urbanização dos espaços centrais da ilha de Vitória. Nem mesmo os interesses imobiliários despertados anteriormente por Moniz Freire foram renovados por Jeronymo Monteiro (SUETH, 2006, p.131).

Em 11-6-1908, Jeronymo Monteiro publicou outro documento no *Diário da Manhã*, que chamou de *Manifesto Inaugural – Programma*. Seu objetivo era discorrer sobre os assuntos que mereceriam atenção especial do governo, por estarem ligados diretamente aos interesses gerais e comuns. Citou que alguns percalços ao desenvolvimento do Estado já tinham sido removidos, pelo governo anterior, a partir de importantes transações. Exemplificou essa situação com base em operações de venda das estradas de ferro, o que, indiretamente era uma autopromoção, tendo em vista terem sido conduzidas por ele. Indicou quais seriam os focos de atuação do seu governo, demonstrando o favorecimento à sua base de apoio – a oligarquia agrofundiária:

[...] construção e conservação de boas estradas de rodagem, pondo as vias ferreas em communição facil com as cidades e centros productores; deverá empenhar-se pela multiplicação e desenvolvimento dos nucleos coloniaes, pela propagação do ensino agrícola e profissional, pelo fomento e animação do crédito agrícola e em geral pelo auxilio directo e util á grande e operosa classe dos lavradores (MONTEIRO, 1908b, p.1).

Destacou o saneamento e o melhoramento da Capital, a higiene pública e a instrução popular como outras questões que deveriam ser consideradas de imediato. O presidente demonstrou preocupação com a situação de Vitória, tanto pelas condições em que vivia a população quanto pelo reflexo negativo fora do Estado. Registrou que a preocupação deveria ser de todos, pois a situação da Capital

indicava ao público externo o estado de todo o Espírito Santo. Sua preocupação com a higiene e salubridade reforçava a busca da modernidade, o padrão republicano.

O saneamento e os melhoramentos da nossa Capital, presos naturalmente ás suas condições hygienicas, reclamam providencia inadiavel, urgente, ainda que atravez de grandes sacrificios. Não se pode conceber uma cidade de população relativamente densa, desprovida, por completo, dos elementos mais precisos á commodidade e á vida de seus habitantes.

Estes serviços são diffices e sobremodo dispendiosos, mas se impõem mesmo com maiores onus.

Por elles devem se interessar todos os habitantes do Estado, auxiliando tanto quanto possivel a sua execução, porque elles aproveitam a toda a comunhão espirito-santense; farão reflectir fóra o nosso zelo e o nosso cuidado, permitindo aferir bem o grau de nossa vicilisação e aquilatar com justéza da salubridade privilegiada do nosso clima. A impressão que recebem os innumerous visitantes de nosso porto é de triste repercussão fóra dos limites do nosso territoria e impede a entrada de elementos novos que conosco venham collaborar, afastando capitaes e difficultando o progresso. E esta impressão envolve todo o Estado numa suspeita de descredito, de pouco amor pelo seu bem estar, compromettendo gravemente as administrações.

É, pois, mister que nos dediquemos com a melhor contade a esse elevado e patriotico serviço, que aliás já foi objecto de especial atenção do Governo findo (MONTEIRO, 1908b, p.1).

Buffon (2005) incluiu Jeronymo Monteiro no rol dos governadores que ele chamou de empreendedores, que, apesar de terem compreendido as limitações do seu tempo, não se intimidaram e, mesmo correndo riscos, apostaram no crescimento do Estado. Olharam para o futuro, enxergaram oportunidades e implementaram inovações na organização do Estado, na forma de fazer política e na forma de promover o desenvolvimento da economia. Vasconcellos (1995) defendeu que o presidente tinha a clara intenção de marcar seu governo por uma imagem inovadora e moderna, apesar de ter se transformado no chefe político incontestável no seu período de governo. “De forma paradoxal, essa liderança fundou-se, ao mesmo tempo, na sua figura de modernizador e nas suas práticas políticas coronelistas” (VASCONCELLOS, 1995, p.161). Traços do coronelismo eram claramente vistos em seu governo, como a violência política, o favorecimento de familiares e aliados e a perseguição aos opositores.

Para Vasconcellos (1995, p. 166-167),

Jeronymo era um produto do coronelismo, ao qual estava profundamente ligado. Mas é bom lembrar que ele era um doutor, com uma formação das mais avançadas para o Brasil da época; era um modernizador. Entretanto, a modernização conduzida pela geração de Jeronymo Monteiro era incompleta e inacabada, pois era gerada por um imaginário e pelas representações que ele havia engendrado [...]. Tratava-se, na época, de modernizar alguns elementos da vida pública, como a gestão do Estado, sem modificar a estrutura mais larga dos privilégios da sociedade, entre as quais a dos latifúndios.

[Ele] Mostrou-se um administrador audacioso, símbolo da modernidade possível aos coronéis. Foi símbolo, também, do casamento entre as velhas práticas políticas herdadas do período colonial e as novas demandas de uma sociedade que se urbanizava.

Caso a modernização que as elites pareciam portar fosse um sucesso, elas morreriam politicamente. Era preciso ter visibilidade de um moderno, a imagem de um renovador, sem perder o controle da situação que produzia o poder. Sem modificar a estrutura de privilégios.

Os Monteiros dominaram o cenário político do Espírito Santo a partir da eleição de Jeronymo Monteiro, em 1908, até o final dos anos 1920. Antes de Jeronymo assumir o governo, seu irmão, Dom Fernando de Souza Monteiro, foi empossado, em 1902, bispo do Espírito Santo, o comandante da Igreja Católica no Estado. Marcondes Alves de Souza, amigo de Jeronymo, governou o Estado entre 1912 e 1916. Desse ano até 1920, assumiu Bernardino de Souza Monteiro, irmão de Jeronymo. Entre 1920 e 1924, comandou o Estado Nestor Gomes, indicado por Bernardino e, entre 1924 e 1928, Florentino Ávidos, cunhado dos irmãos Monteiro. A oligarquia sulista, proveniente de Cachoeiro de Itapemirim, dominou o cenário político capixaba por cerca de 20 anos (GURGEL, 2005).

Durante o período de Jeronymo Monteiro, todas as forças políticas, econômicas e religiosas sustentaram o governo. Cada uma dessas esferas com seus interesses próprios, que desembocavam no objetivo comum do progresso do Estado. Sendo assim, as ações públicas estaduais foram facilitadas, o Estado era comandando por um representante da oligarquia cafeeira estadual, que dominava o cenário econômico; tinha o apoio incondicional da Igreja Católica, uma aliada poderosa para qualquer governo; além da unidade política no entorno do Partido Republicano Espírito-Santense e do apoio do Governo Federal. Sem desmerecer o valor pessoal do chefe do Executivo, devemos considerar todos esses aspectos positivos que, com certeza, contribuíram para o resultado do projeto de governo proposto. Acrescentamos que a situação financeira também estava saneada, por

obra do próprio Jeronymo Monteiro, que atuou anos antes de sua posse como advogado do Estado. Essa situação não se manteve no final do governo, que deixou o Estado endividado devido aos empréstimos que contraiu.

Após seu governo, Jeronymo Monteiro dedicou-se à advocacia e ao comércio, mas não conseguiu permanecer muito tempo longe da política. Ainda em 1912, foi nomeado representante da Fazenda Nacional na Inspetoria dos Portos, Rios e Canais. Em 1913, elegeu-se deputado estadual, em 1914 deputado federal e, em 1918, senador. Nas eleições de 1933, elegeu-se novamente deputado federal, no entanto faleceu antes de tomar posse.

3.3 O ENGENHEIRO COOPTADO: O POLÍTICO FLORENTINO AVIDOS

Florentino Avidos nasceu em 18-11-1870, na fazenda Graciosa, Estado do Rio de Janeiro, herdando o nome do pai, imigrante português que se casou com Izabel, filha de uma família carioca de classe media alta. Ele e seus dez irmãos foram criados na fazenda, que manteve uma estrutura colonial e escravocrata até a adoção das leis que barraram essa prática. Com a escassez de escravos, a família teve de assumir os serviços agrícolas necessários, incluindo Florentino. O futuro presidente do Espírito Santo não freqüentou escolas ou cursos preparatórios, mas, com os ensinamentos da mãe e a prática diária, foi aprovado na Escola Politécnica Nacional, que funcionava na cidade do Rio de Janeiro, Capital republicana, formando-se com Grau Pleno em Engenharia. Logo após a formatura, prestou concurso para o Ministério da Agricultura, Viação e Obras Públicas, onde, aos 25 anos, iniciou sua carreira de engenheiro.⁴¹

Foi indicado, em 1895, para chefiar os trabalhos de construção da Usina Elétrica da Ilha da Luz, em Cachoeiro de Itapemirim, influente cidade do sul do Espírito Santo, e para lá se mudou. Tendo em vista a importância da obra que deveria realizar, acabou se relacionando com a sociedade local e conhecendo Jeronymo e Bernardino de Souza Monteiro, importantes e influentes políticos do Estado. Desse conhecimento surgiu a aproximação com a irmã dos dois políticos,

⁴¹ A construção deste tópico está baseada em Calixte (1998), única obra que trata da vida política de Florentino Avidos no Espírito Santo, até então produzida.

Henriqueta de Souza Monteiro, o que resultou em casamento em outubro de 1897. Florentino Avidos passou a integrar a família que detinha um considerável poder da política local e estadual.

Depois da obra da Usina, foi destacado pelo Ministério para conduzir a construção da Estrada de Ferro que ligaria Vitória ao Rio de Janeiro, com entroncamento projetado para Cachoeiro de Itapemirim e ramal para Minas Gerais. Essa estrada sustentaria os trens da Leopoldina Railways. Entre 1914 e 1919, ficou afastado da vida social e política do Estado, pois dividia seu tempo entre a condução de suas obrigações de engenheiro no Espírito Santo e o acompanhamento de sua esposa, que tinha se mudado para Belo Horizonte com os filhos, para se tratar da tuberculose.

Sua efetiva participação política ocorreu no governo de Nestor Gomes, 1920 a 1924, presidente que, mesmo eleito, teve dificuldades para assumir o cargo devido a interesses internos entre os irmãos Monteiro, Bernardino e Jeronymo. Após tomar posse, Nestor Gomes convidou Florentino Avidos para chefiar o Serviço de Melhoramentos de Vitória. Dessa forma, apaziguou a família Monteiro e passou a contar com um competente profissional à frente de importante setor do governo. Segundo Bittencourt e Campos (2000), o objetivo desse Serviço, vinculado ao amplo projeto de obras do governo, era modernizar as condições urbanas da Capital.

O processo de escolha do candidato à sucessão de Nestor Gomes foi conturbado e polarizado pela disputa interna, no Partido Republicano Espírito-Santense (PRES), entre os irmãos Monteiro, cunhados de Florentino Avidos, que acabou sendo aceito, pela convenção, para disputar o cargo com a indicação do então presidente. Segundo Silva e Rocha (1993), a partir do seu governo, 1916 a 1920, Bernardino Monteiro, então presidente do PRES, instalou uma aliança entre as forças políticas da região sul com as da região central, sob direção das forças mercantil-exportadoras da região central. Dessa forma, conseguiu sustentar o poder político estadual até 1930, efetivando todos os seus sucessores, inclusive Florentino Avidos.

Em sua mensagem ao Congresso Legislativo do Estado, em 4-5-1925, Florentino Avidos registrou: "Indicado pela convenção política de 19 de janeiro [1924] em sua unanimidade, eleito por todas as correntes políticas do Estado, tomei posse por entre os generosos applausos de todos e encontrando o Estado numa athmosphera de paz, que ainda perdura" (ES, 1925, p. 17).

Silva (1995) incluiu Florentino Avidos como uma das lideranças do PRES, entre 1920 e 1930. Nesse período, o partido atuou dividido pelos interesses de dois grupos: Florentino Avidos, juntamente com Bernardino de Souza Monteiro, estava no grupo que defendia os interesses mercantil-exportadores da regiões sul, central e norte, além dos interesses dos agrofundiários da região central. O outro grupo, do qual participava Jeronymo Monteiro, defendia os agrofundiários da região sul.

Florentino Avidos assumiu a Presidência do Estado, em 23-5-1924, com apoio popular e das forças políticas. No entanto,

Quando se imaginava que a política estadual estava de volta às rédeas dos irmãos Monteiro, Avidos mostrou, sem presunção ou exibicionismo, que não aceitaria a influência dos seus poderosos cunhados. Governará acima dos partidos e grupos, exibindo com regularidade e discrição sua independência. O governo tem a sua marca pessoal (CALIXTE, 1998, p. 60).

Essa afirmação é, no mínimo, discutível, pois, como membro de uma família que detinha considerável força política no Estado, além do seu vínculo com o Partido Republicano, não podemos acreditar que seu governo foi independente. Florentino Avidos teve sua própria forma de governar, além de valores pessoais que influenciaram sua administração, no entanto, atuar sem comprometimentos na política estadual do período era uma atitude impossível.⁴² Parece-nos mais condizente com a conjuntura da época a colocação de Franco e Hees (2003, p. 67),

Florentino Avidos não era certamente um político retrógrado, um 'coronel' de pouca visão. Não obstante, fazia parte de uma elite oligárquica e governava segundo as aspirações e desejos dessa elite. Embora não fosse um autoritário clássico, sempre teve a preocupação de atender aos interesses dos seus correligionários, privilegiando as aspirações das elites dominantes.

Apesar da propalada liberdade política, Florentino Avidos não teria como ficar imune às forças políticas, econômicas e sociais do Estado, principalmente da família Monteiro, da qual fez parte. Acabou sendo cooptado pelos poderes e interesses

⁴² A influência da família Monteiro e dos fazendeiros do sul, na política estadual, fica evidente, quando conhecemos os presidentes do Estado a partir de 1908: 1908-1912 – Jeronymo de Souza Monteiro (advogado e fazendeiro em Cachoeiro de Itapemirim); 1912-1916 – Marcondes Alves de Souza (cafeicultor, tio de Jeronymo Monteiro); 1916-1920 – Bernardino de Souza Monteiro (advogado e fazendeiro, irmão de Jeronymo Monteiro); 1920-1924 – Nestor Gomes (contador em Castelo, apoiado pelos cafeicultores sulistas); e 1924-1928 – Florentino Avidos (engenheiro ferroviário, cunhado dos irmãos Monteiro) (SCHAYDER, 2002).

dominantes. O engenheiro de profissão trouxe, para a administração estadual, a experiência de ter chefiado o Serviço de Melhoramentos de Vitória no governo anterior, mantendo uma atenção especial na Capital, a qual pretendia transformar em um atraente pólo para o desenvolvimento comercial. Para isso, a cidade deveria ser dotada de um eficiente porto, com fácil acesso à estrada férrea, além de promover a comunicação rápida com o continente, por uma ponte. Esse foi o embrião do atual complexo portuário da cidade.

Destacamos que o período de 1924 a 1928 foi um dos mais prósperos do Espírito Santo, quando a exportação de café estava a todo vapor, possibilitando a entrada de grandes divisas. Economicamente, o Estado se estabilizava e, com os recursos provenientes, sobretudo, da exportação do café e da madeira, os projetos do governo puderam ser realizadas (FRANCO; HEES, 2003). Para Bittencourt (1989, p. 81),

Em 1924, 90% das rendas estaduais provinham do café. Consequentemente não tentará mais o governo a modificação da base econômica, preferindo orientar a política para um caminho de 'grandes' obras urbanas ou de apoio ao escoamento da produção agrícola de exportação capixaba.

Nesta época, assumindo o governo, Florentino Avidos vai procurar pautar suas metas administrativas para os melhoramentos de Vitória, obras do Porto, ponte de ligação Vitória-continente e para a Estrada de Ferro Rio Doce-São Mateus, com a ponte sobre o rio Doce em Colatina.

Segundo Calixte (1998), Florentino Avidos estabeleceu as primeiras normas de trabalho funcional no âmbito do servidor público estadual, organizando uma agenda de atendimento aos políticos e autoridades, ao público e aos funcionários de qualquer nível, criando as audiências populares, que acabaram imitadas por outros governantes.⁴³ Para o autor, ele criou, reformulou e movimentou todas as áreas onde era possível o governo chegar, revolucionando a administração pública do Espírito Santo.

O presidente defendeu um Estado com o mínimo de interferência na economia, encaminhando o processo de privatização de todos os empreendimentos industriais sob o poder do Governo Estadual. A função prioritária do ente público deveria ser nas ações voltadas para a agricultura, educação e saúde pública. Por

⁴³ Lembramos que Jeronymo Monteiro já tinha adotado essas ações no seu governo.

sua estrutura familiar e formação: filho de imigrante português, engenheiro e funcionário público, além da relação com a família Monteiro, esperava-se de Florentino um comportamento tradicional. No entanto, ele assumiu a postura de político liberal e democrático, defendendo a liberdade individual.

Florentino Avidos também era conhecido por dois significativos apelidos: “Dr. Obreiro” e “Grande Prefeito de Vitória”. O primeiro devido à sua “[...] pouca burocracia, agilidade nas decisões, finanças, equipe e programa de trabalho rigorosamente sob controle, finalização das obras iniciadas” (CALIXTE, 1998, p. 70) e o segundo “[...] decorrente do excepcional número de obras, edificações e melhoramentos de todos os tipos que proporcionou a Vitória, por entender que a Capital de um Estado é seu natural centro de decisões e atrações” (p. 73).

Recebeu a visita de dois presidentes da República, Washington Luiz e Arthur Bernardes, que vieram prestigiar a elogiosa administração de um funcionário do Ministério da Agricultura, Viação e Obras Públicas. Esse fato contribuiu, positivamente, para a obtenção de recursos para obras no Espírito Santo, principalmente as relacionadas com saneamento, comunicação terrestre e serviços portuários. Para Bittencourt e Campos (2000), Jeronymo Monteiro e Florentino Avidos fizeram as mais marcantes administrações públicas do Estado na Primeira República ou República Velha.

O primeiro esforçou-se pela modificação da base econômica do Estado, lutando pela industrialização através de uma política estatizante dos meios de produção; Florentino Avidos, ao contrário, procurou incrementar a consolidação da base econômica tropical de exportação (BITTENCOURT; CAMPOS, 2000, p. 159).

O presidente Florentino Avidos encerrou seu mandato, em 30-6-1928, exaltado por empresários, políticos e pela população em geral. Logo após, elegeu-se senador da República, assumindo o cargo em 1929. Permaneceu na vida pública até o movimento político/militar que ocorreu no Brasil em 1930, quando foi forçado a abandonar a política. Faleceu, dormindo, em 28-2-1956, no Rio de Janeiro.

4 A CIDADE OFICIAL: O *LOCUS* DE REPRESENTAÇÃO DA REPÚBLICA CAPIXABA

Mostrar a cidade construída pelo poder do Estado, retratada nos relatórios do Governo Estadual apresentados ao Congresso é o foco deste capítulo. Assumimos, previamente, que essas intervenções se basearam nas necessidades das elites dominantes, dentre outras, a de vincular e adequar Vitória aos padrões do regime republicano, o que daria suporte e continuidade ao seu *status quo*. Sendo assim, os relatórios representam a prestação de contas do governo à sua base de sustentação. No entanto, concordamos com Telarolli (1981, p. 5) ao afirmar:

O discurso oficial contido nos relatórios anuais de secretarias de estado e repartições são outro elemento importante de informações, não obstante a ausência absoluta de qualquer caráter polêmico, dada a própria natureza desses documentos e os interesses do poder, o que acaba convertendo-os, na sua maior parte, em relato esquemático e padronizado das realizações oficiais.

O que faremos é contextualizar o “relato esquemático e padronizado das realizações oficiais”, buscando explicitar suas motivações e interesses, assim como o reflexo no espaço urbano da cidade. Os relatórios serão os veículos de identificação das mudanças na cidade de Vitória, que acabaram por transformá-la no *locus* de representação da República capixaba. Nesse sentido, concordamos com Frizzera (1998, p. 10-11):

A história das cidades é a das suas formas e dos seus eventos, e os ditos discursos sobre elas e eles. O desvendamento de sua formatação e de sua apropriação permite reconhecer nestes eventos e formas os processos sociais e econômicos, culturais e artísticos que marcaram a sua montagem, e quem sabe, apontar procedimentos inovadores para a realização do futuro.

Segundo Landim (2004), a classe dominante, no Brasil, dita as regras na produção do espaço urbano desde a Colônia. Antes da Independência, a normalização vinha de Portugal, como forma de controlar a vida na Colônia e reforçar a dependência desta última em relação à metrópole. Já no século XIX, a modernização da cidade era feita por e para as elites, e essa situação se estende

até os dias de hoje. A legislação sempre refletiu os interesses da classe dominante, pois, criada para e por ela, representa o seu desejo de configuração urbana.

Para o autor, geralmente, a organização espacial e estrutural das cidades ocorre em razão da conjuntura socioeconômica e das demandas percebidas ou projetadas pelos dirigentes ou pelas pessoas que detêm o poder. Não atende aos interesses gerais, mas aos interesses da classe hegemônica. Essa classe pode estar representada pela Igreja, pelo senhor feudal, pelos fazendeiros, numa sociedade agrícola, pelos comerciantes, pelos industriais etc. Esses são os segmentos da sociedade que, juntamente com a Igreja, movem o mecanismo social, pois representam o setor produtivo, teoricamente pagam os impostos, trazem riqueza, conferem *status*. Assim, a cidade se organiza em torno da Igreja, do castelo, da ferrovia, do porto, da feira regional, da Praça. Nesse sentido, a cidade é sempre planejada ou regularmente constituída de acordo com os interesses dominantes. A demanda do setor hegemônico é imposta ao restante da sociedade como adequada e necessária. Na análise dos relatórios do governo Moniz Freire, veremos, em vários momentos, se refletir o descrito por Landim (2004).

4.1 A CIDADE DESEJADA POR MONIZ FREIRE E A CIDADE POSSÍVEL

Em seu otimista discurso de posse (ESPÍRITO SANTO,⁴⁴ 1892), Moniz Freire explicitou não só as dificuldades pelas quais teria de passar e como pretendia superá-las, mas também expôs suas razões pessoais para assumir o cargo e como desempenharia suas funções. Assumiu o cargo deixando de lado todos os conselhos de ordem pessoal, acreditando que, apesar do penoso e solitário caminho da vida política, não poderia abrir mão da responsabilidade que lhe foi repassada pelos votos.⁴⁵ Relatou que as duas principais considerações que o fizeram aceitar o cargo foram: o Estado ter, em seu primeiro governo republicano regular, um chefe nativo, e o compromisso do seu partido de trabalhar para construir um Estado forte para os espírito-santenses.

⁴⁴ Para identificar o Estado do Espírito Santo, utilizaremos, quando possível, sua sigla: ES.

⁴⁵ Vale lembrar que foi eleito indiretamente pelos deputados da Assembléia Constituinte.

Moniz Freire acreditava que o sentimento de patriotismo no Estado ainda era fraco e que o espírito público deveria trabalhar para promovê-lo. Defendeu a construção de um Estado independente formado pela relação entre a sociedade e os homens públicos, reconhecendo que o Estado vinha sendo governado por interesses externos, sem compromisso com o seu desenvolvimento, e criticou os homens públicos que aceitaram essa situação. O presidente acreditava que a dignidade do Estado e o progresso da moral política ocorreriam a partir do momento em que fosse governado por elementos da política interna, imbuídos desse espírito. Sendo assim, ele representava um homem público indicado para o cargo que, com o apoio da sociedade civil e política, atingiria seu objetivo.

Defendeu que o governo deveria trabalhar pela produção da riqueza geradora e concentradora, aquela que coligasse todos os elementos da riqueza e os distribuisse para toda a sociedade. Elegeu, como base material do seu governo, o que reafirma sistematicamente nos futuros relatórios, o “Augmentar a produção pela introdução de novos agentes de trabalho; valorizar a nossa propriedade territorial por todos os meios indirectos que possam ter acção sobre o commodo dos transportes; e regularizar a questão da nossa viação férrea [...]” (ES, 1892, p. 4-5). Destacou, também, de forma veemente, que as administrações públicas não poderiam deixar a direção do Estado exposta aos interesses dos concessionários especuladores e, para isso, o governo necessitava produzir seus próprios programas e projetos. O foco deveria ser o que convém ao Estado, e o interesse justo e elevado dos empresários deveria subordinar-se a essa regra.

Nessa primeira exposição dos objetivos do governo, identificamos claramente seu perfil, resultado do contexto e dos interesses envolvidos, que iriam perpetuar durante os próximos quatro anos: o poder político centralizado no Presidente do Estado, apoiado pelo Congresso; o Estado como sujeito principal do desenvolvimento; e os principais objetivos do governo vinculados à sua base de sustentação.

Na mensagem apresentada em 16 de setembro de 1893, o presidente esclareceu que o documento representava uma obrigação constitucional e que objetivava informar sobre a situação financeira do Estado e expor os planos da administração. Dando mostras de sua defesa do novo regime, cumprimentou o Congresso pelo trabalho que vinha fazendo no sentido de melhorar a reputação do Estado, trabalho que vinha servindo de exemplo do valor das novas instituições, do

regime republicano e do sistema federativo. Exemplificou essa situação relatando que, antes do novo regime, o Estado era visto como um fardo à nação, no entanto, em pouco tempo, revelou suas riquezas e independência, apresentando um orçamento cinco vezes maior do que o anterior. Essa situação habilitava o governo a promover vastos empreendimentos.

O saldo positivo do balanço financeiro do Estado, produzido em um período de difícil acesso ao Capital nacional e estrangeiro, foi possível devido à estratégia utilizada pelo governo: promover uma rígida economia em seu primeiro ano de mandato, direcionando seu foco para a organização dos serviços públicos e para a elaboração dos planos administrativos. Suas metas principais continuavam a ser a viação férrea e o povoamento do território, e o presidente defendia que, para atingi-las outros projetos poderiam ser sacrificados. Podemos deduzir, então, que ações diretas sobre a cidade de Vitória ficariam prejudicadas, pois essas não eram foco das ações do governo. Isso nos sugere que as mudanças na Capital funcionariam como um meio, um suporte para o atingimento dos objetivos principais.

O Plano de Viação do governo, instituído pelo Decreto n.º 3 e pela Resolução n.º 1, ambos de 4-6-1892, pode nos ajudar nesta análise. Após estudo da situação da malha ferroviária do Estado, optou-se pela construção da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo, que acabaria por conectar Vitória ao Rio de Janeiro, via Cachoeiro de Itapemirim, e a Minas Gerais, via Alegre. O presidente tinha verdadeira convicção de que, com os recursos do Estado, seria possível realizar o projeto. A previsão era de que até 1896 a conexão estivesse pronta, tornando-se a via pela qual o Estado se desenvolveria. O resultado óbvio desse processo seria a transformação do Porto de Vitória no principal mercado do Estado, o que, conseqüentemente, provocaria mudanças na Capital. Outro ponto importante foi o foco no sul, que, além de concentrar a porção mais produtiva do Estado, também era a região onde se localizava uma das bases de sustentação do governo: os novos segmentos agrofundiários, vinculados à produção de café, que se formaram a partir da migração de mineiros e fluminenses na metade do século XIX. Dessa forma, o governo satisfazia todos os interesses envolvidos dos citados produtores do sul e da elite mercantil exportadora da Capital. Nesse contexto, Vitória também seria beneficiada, mas em longo prazo.

Com foco no povoamento do território pela imigração estrangeira, o governo formalizou vários contratos. Os que nos interessam, no momento, foram aqueles

celebrados com a companhia francesa de navegação *Churgeurs Reunis* e com a alemã *Hamburg Sudamerikanische Dampfschiffahrts Gesellschaft*, para a introdução de imigrantes portugueses, espanhóis e alemães. Não nos cabe analisar o processo de imigração, mas a outra vantagem apresentada por Moniz Freire: a possibilidade do incremento no comércio exterior, a partir de transações diretas com os portos europeus. O objetivo era fomentar a importação/exportação, que acabaria por provocar a prosperidade comercial da cidade de Vitória. A política estadual demonstrava, mais uma vez, que as ações sobre a Capital eram consequência das metas principais do governo, que se vinculavam diretamente à sua base de sustentação.

Na mensagem de 19 de outubro de 1894, o orçamento do Estado continuava a mostrar um crescente desenvolvimento da produção e das rendas públicas. Esse crescimento ocorreu, principalmente, pela alta dos preços do café e pelo aumento da produção estadual. O foco do governo continuava a ser a construção da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo e, para que isso ocorresse, continuava a realizar despesas apenas com os serviços indispensáveis, subordinando outras ações a essa realização.

Pela primeira vez, foi feita, nas mensagens até então apresentadas, uma citação específica sobre a Capital do Estado e a sua situação dentro dos planos do governo, que reproduzimos abaixo como informação fundamental para nossa análise.

Uma grande preocupação assalta a todos quantos se interessam pelo engrandecimento do Estado, e medem o alcance e a influencia dos empreendimentos que se acham em viabilidade – é que a execução de todos elles concorrerá seguramente para fazer da nossa Capital um empório commercial vastíssimo, e entretanto ella se acha completamente desaparelhada para sê-lo. A Victoria está fatalmente destinada a ser uma grande cidade, e no entanto as suas condições topographicas não permitem que sem enormes despesas possamos adaptal-a a esse destino. Nós temos a felicidade de possuir uma das bahias mais pittorescas do mundo, segundo a versão de todos os viajantes, mas, em contraposição, no fundo d'essa tela admirável da natureza, a incúria e a inépcia do homem assentaram a mais irregular e menos graciosa das cidades.

É preciso fazer quase tudo a um tempo, não só para melhorar as condições da actual cidade como para estender as raias de seu campo de desenvolvimento. Além de não termos até hoje regularmente organizado nenhum dos serviços necessários a vida de uma cidade populosa, o que é preciso fazer para a conquista de nova área urbana depende de grandes despendios; e por outro lado, o próprio porto, que entre os de segunda ordem é um dos principaes da República, carece de ser grandemente melhorado para corresponder ás exigências da importância commercial que vae ter.

Peço a vossa attenção para o assumpto, afim de que me habiliteis com os recursos indispensáveis para ir executando o complexo de medidas que a situação aconselha a tomar. É de crer que mais cedo ou mais tarde a iniciativa particular, representada pelos esforços individuaes e pelas grandes empresas, venha concluir o que a acção governamental de si só apenas poderá iniciar; mas o que se torna urgente é fazer desde já quanto baste para que as condições existentes não crêem barreiras invencíveis ao natural desenvolvimento da cidade (ES, 1894, p. 14-15).

Vitória era vista como um problema ao iminente crescimento do Estado, que precisava rapidamente ser solucionado. Sua transformação em grande centro populoso e comercial era certa, então precisava ser preparada para isso. O presidente acabou por assumir a responsabilidade por essas transformações, no entanto solicitou apoio do Congresso para a liberação de recursos específicos, tendo em vista o grande dispêndio que seria necessário. Vemos, assim, o futuro da Capital desenhado pelo projeto do Governo Estadual de desenvolvimento e fortalecimento do Espírito Santo, onde o Estado assumiu o papel de sujeito da ação sobre a cidade, mesmo que, no futuro, esse papel pudesse ser exercido pela iniciativa privada.

Perseguindo esse objetivo, o governo renovou, em julho de 1894, um contrato, formalizado em 1890, com a Companhia Brasileira Torrens⁴⁶ para o

⁴⁶ O Estado efetuou vários contratos com essa Companhia durante o período republicano, o que nos indica a necessidade de aprofundamento dessa relação. No entanto, esse fato não será objeto de análise neste trabalho, tendo em vista não ser o objetivo no momento. Uma análise pontual pode ser vista em CAMPOS JÚNIOR, Carlos T. de. **O novo arrabalde**. Vitória: PMV/SMCT, 1996.

abastecimento de água, serviço de esgotos e construções prediais. No entanto, o presidente reconheceu que as obras contratadas não seriam suficientes e sugeriu que o Congresso estudasse um plano de recursos especiais que proporcionasse à administração organizar regulamente os serviços públicos, criando uma parceria entre o Estado e o Município. A preocupação com os melhoramentos do porto, que deveriam ser efetuados pela mesma Companhia, devido a uma concessão federal, tornou-se relevante a partir do momento em que ficou notório que a empresa não teria condições financeiras de realizá-los. Sendo assim, o Governo Estadual solicitou um desmembramento das obras, objetivando agilizar sua realização, mantendo-se no aguardo da decisão federal.

A confiança de Moniz Freire em suas ações era tão grande que ele terminou o relatório de 1894 fazendo uma defesa contundente da República e, conseqüentemente, do seu governo como um exemplo dos novos tempos políticos do País:

Todos os patriotas apontão-nos como um exemplo a ser imitado; os espíritos republicanos mais eminentes sentem orgulho em citar-nos como a prova pratica do que valem as novas instituições professadas com intelligencia e com lealdade; chegamos a ser no meio das tempestades da Pátria uma flâmula de esperança e um argumento vivo contra os incrédulos.

Não é sobre nós mas sobre o Estado que se reflectem essas homenagens honrorissimas; saibamos não desmerecel-as em tempo algum, governantes e governados, tornando-nos cada vez mais devotados ao estado e á Republica (ES, 1894, p.18).

Um assunto importante, tratado na mensagem de 17 de setembro de 1895, foi a questão da higiene. A Capital, desde meados de 1894, vinha sofrendo com a febre amarela, que até abril de 1895, quando extinta, já tinha provocado a morte de cerca de 80 pessoas. Em julho de 1895, a cidade passou a sofrer com uma epidemia de varíola, que, assim como a febre amarela, foi importada juntamente com a crescente movimentação comercial e de pessoas. O Estado ainda não tinha um serviço regular de higiene, segundo a mensagem citada, devido à ausência de pessoal competente e de recursos. Dessa forma, enquanto não existisse condição financeira capaz de suportar todos os investimentos necessários para ações sanitárias eficientes, o governo atuava dentro de suas condições: mantinha uma polícia preventiva para evitar os males e prestar socorro quando necessário. No mais, era evitar a invasão

das doenças, impedindo a comunicação do Estado com os navios onde se manifestassem casos suspeitos.

O desenvolvimento material do Estado e o plano de viação férrea, já iniciado, produziram a necessidade imediata de preparar Vitória para suas funções futuras. No entanto, as ações nesse sentido estavam muito lentas, agravadas por várias dificuldades que precisavam ser ultrapassadas. Já percorridos três quartos do ano de 1895, a situação da cidade ainda era a seguinte:

A Victoria carece de todos os serviços elementares indispensáveis a um grande centro populoso. Até há pouco tempo muitas das necessidades que já agora se sente podiam passar despercebidas; mas com o augmento considerável de população havido n'estes últimos anos, algumas d'ellas estão determinando crises que o poder publico deve auxiliar a remover. As mais vexatorias de todas são a construcção de prédios e o abastecimento sufficiente d'agua; esta ultima só se torna notável em épocas excepcionaes, mas a primeira está actuando normalmente como uma grande causa perturbadora. Alem de contribuir para a carestia de vida, produzindo a elevação exagerada dos alugueis; de crear embaraços á execução de alguns melhoramentos, e impossibilitar outros, como sejam as demolições exigidas pelo interesse público; a falta de habitações arreda continuamente d'entre nós bom numero de actividades proveitosas, e torna tristemente precárias as condições de vida dos melhores colaboradores do nosso futuro, que são as massas operarias.

Pelo lado das condições sanitárias o mal ainda mais se agrava. A desproporção esmagadora entre a quantidade de fogos e a de habitantes dá lugar a accumulações prejudicialissimas, á occupação irremediável de pardieiros infectos, á procura de abrigo em todos os espaços de cada casa, e á construcção constante de residências provisórias, revéis quase sempre aos preceitos hygienicos mais rudimentares.

Com todos esses elementos negativos é impossível ter nenhum serviço sanitário, e há tudo a receiar na imminencia de qualquer epidemia; devemos crer que si estas não tomam character mais assustador, si em regra o estado sanitário é excellente, devemol-o ás condições do meio natural que incontestavelmente são muito favoráveis; e consistem em se achar quase toda a cidade edificada sobre rocha mais ou menos profunda, de estar cercada de montanhas cobertas de rica vegetação, e de ser, sobretudo no verão, lavada freqüentemente pelas virações marinhas (ES, 1895, p. 16-17).

Para o governo, os motivos para a falta de edificações eram: a carência de capitais, o preço e a escassez de materiais, o esgotamento da área urbana e o aumento do valor venal dos poucos terrenos disponíveis. Não tendo como solucionar esses problemas diretamente, buscou atenuar a situação conquistando novas áreas

para o prolongamento da cidade. Foi formalizado um contrato com a Companhia Brasileira Torrens para o levantamento topográfico das planícies na parte oriental da ilha e o estudo de uma estrada de rodagem para a região, que acabou tendo a extensão de 3.560m. O governo acreditava que a compra dessa área e a instalação da estrutura necessária para sua habitação solucionariam uma das razões para a falta de construções prediais: a ausência de terrenos. O local era agradável e belo, distante poucos quilômetros do centro e ainda seria servido por uma ótima estrada. A administração estadual defendia que essa situação poderia atrair capitais particulares e de empresas, o que geraria um esplêndido bairro.⁴⁷ Outra ação que também poderia contribuir para a solução desse problema era o contrato, formalizado com a mesma companhia, para a construção de 200 casas na Capital até o final de 1897. Dessa forma, o governo acreditava que, em relação a esse assunto, não poderia ir mais longe, já tendo feito todo o possível.

Com referência ao abastecimento de água, a empresa responsável não estava cumprindo o contrato,⁴⁸ apresentando-se excessivamente morosa. Não tendo condições de arcar com o orçamento necessário para os melhoramentos e reconhecendo as dificuldades em obtenção de capitais pela companhia, que era uma situação comum em todo o País, o governo optou por auxiliar a empresa na obtenção de recursos para tal, esperançoso de que os serviços fossem concluídos em breve. Outro problema que precisava ser enfrentado referia-se a iluminação pública da Capital, serviço de responsabilidade do município, mas que se mantinha a cargo do Estado, devido às rendas municipais não o comportarem. O contrato para a iluminação a gás, com o Barão da Cruz Alta, foi reincidento em 31-12-1894, e outro foi formalizado em 20-6-1895, com o Barão de Sampaio Vianna, com prazo de inauguração em 3-5-1896 e o fim das obras em 18 meses após a aprovação dos planos. Até então a cidade era iluminada por lâmpadas belgas.

Em 23 de maio de 1896, Moniz Freire apresentou ao Congresso o relatório de seus quatro anos de governo, onde descreve: “[...] o histórico da acção política desenvolvida durante esse período, relatando em primeiro lugar o complexo de sua parte doutrinaria, e apreciando depois detidamente o estado primitivo, a marcha e o estado actual de cada serviço” (ES, 1896, p. 19). Em sua introdução, o presidente

⁴⁷ O futuro confirmaria essa percepção. No local do novo arrabalde, existem hoje alguns dos bairros mais importantes de Vitória: Praia do Canto, Santa Lúcia, Enseada do Suá.

⁴⁸ Celebrado em 1890 e renovado em 1894 também com a Companhia Torrens.

fez uma defesa contundente da República, citando o Espírito Santo como um exemplo de como o novo regime político deveria ser exercido em prol da sociedade. Nesse sentido, o seu governo sempre trabalhou tendo como norte o sentido da justiça, buscando sempre aplicar as garantias constitucionais, valorizando a liberdade de discussão, a independência da magistratura e a observância da lei, objetivando restaurar a confiança e o respeito à ordem estabelecida.

Segundo o presidente, ao assumir o governo, tudo estava por fazer no Estado e, para vencer esse desafio, contou

[...] sempre com os estímulos e os entusiasmos de todos os espíritos de *elite*, com os aplausos de todos os homens de coração, e com o próprio apoio dos adversários políticos, que passadas as refregas das ruins paixões, ou silenciavam sobre os meus actos, ou aplaudiam-n'os sem reserva, ou faziam-lhes taes criticas que mais me fundavam na convicção de não dever retroceder (ES, 1896, p.18-19, grifo do autor).

Uma análise superficial dessa descrição pode nos levar a aceitar que o governo Moniz Freire foi sustentado por todas as forças políticas e sociais do Estado, o que, como já vimos, não ocorreu. O Estado tinha suas forças políticas bem definidas, de acordo com os interesses de suas elites oligárquicas. Essa situação ficou mais uma vez evidente no processo eleitoral para a escolha dos representantes ao Congresso Constituinte Estadual, que se realizou em 5 de março de 1892. O Partido União Republicana Espírito Santense, que representava a oposição, orientou seus correligionários a não participarem da eleição. Sendo assim, todos os deputados eleitos eram do Partido Republicano Construtor, cujo presidente, na época, era Moniz Freire. Dessa forma, Moniz Freire passou de presidente do Partido a presidente do Estado, mantendo o apoio de sua base política e econômica, tanto ideologicamente quanto legalmente.

Em relação a Vitória, encontramos uma descrição esclarecedora sobre sua situação no início do governo:

A começar pela Capital, que foi sempre a principal cidade do Estado, nada acharemos digno de menção. Cidade velha e pessimamente construída, sem alinhamentos, sem gosto, sem architectura, segundo os caprichos do terreno; apertada entre a Bahia e um grupo de montanhas; não tendo campo para desenvolver-se sem a dependência de grandes despesas; mal abastecida de água; com um serviço de iluminação a gaz duplamente arruinado, pelo estado do material e pela situação da sua empresa; carecedora de um fornecimento regular de carnes verdes; sem edifícios notáveis; repartições e serviços públicos mal accommodados a falta de prédios; sem um theatro, sem um passeio público, sem bons hospitaes, sem um serviço de limpeza bem organizado, sem um matadouro decente; desprevenida de toda defesa sanitária; necessita de construir novos cemitérios devido a irrevogável condemnação dos actuaes; finalmente, balda até de pessoal operário para os serviços ordinarios de estiva, de transportes, cargas e descargas de navios, construcções, e todos os indispensáveis em qualquer centro populoso de menor actividade e importância commercial (ES, 1896, p. 17).

Esse relato se mostra importante não apenas para que possamos avaliar o processo de transformação da cidade durante o governo, mas, também, como discurso político, pois retrata o contraponto das ações da administração, funcionando como justificativa de suas realizações. O objetivo nos parece claro: contribuir para promover o novo perfil governamental e as diretrizes republicanas adotadas. Nesse sentido, concordamos com Carvalho (1990) que afirma que o extravasamento das visões de República para o mundo extra-elite não poderia ser feito apenas por meio do discurso, inacessível ao público com um baixo nível educacional. Teria de ser feito por meio de sinais mais universais, de leitura mais fácil, como imagens, alegorias, símbolos e mitos. Defendemos que não apenas o herói, a Bandeira ou o Hino Nacional foram usados na construção de uma simbologia para a República. Nesse grupo, inserimos a cidade e sua paisagem urbana. A imagem do novo regime também foi construída pelas transformações e mudanças nos espaços urbanos.

Moniz Freire reafirmou que o principal programa de seu governo era regularizar os projetos das vias férreas do Estado, dos quais dependia todo o futuro do Espírito Santo. Seu plano definia como base a construção de três troncos principais: um destinado ao sul e outro ao centro do Estado, partindo da Capital, e o terceiro ligaria a cidade de São Mateus ao interior da região norte. A cidade de Vitória seria o centro desse plano da viação férrea, que tinha como prioridade a construção da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo, que ligaria Vitória a Cachoeiro

de Itapemirim. Após várias tentativas frustradas de conceder a construção da estrada ao setor privado, em 1893, o governo desistiu da empreitada e assumiu a responsabilidade por essa construção.

Uma das justificativas para as prioridades desse projeto era a necessidade de fazer de Vitória uma grande Praça comercial, o que só seria possível quando ela estivesse em contato, por via férrea e em cinco ou seis horas, com os mais importantes centros do Estado, que, até então, utilizavam os portos mais próximos para suas transações. Sem essas mudanças, o Estado continuaria a perder rendas e a possibilidade de crescimento, tendo em vista seus negócios comerciais serem realizados, principalmente, na Capital Federal, devido às opções de transporte existentes. Para garantir o êxito do seu plano econômico, Moniz Freire determinou, em artigo de lei, a proibição de se construir outras saídas fáceis dos centros produtores para o litoral, senão a da estrada de ferro, justificando que seria uma concorrência com o próprio Estado. A decisão provocou vários protestos: de algumas localidades marítimas, de alguns centros e de políticos da oposição, que acusavam o presidente de bairrismo e predileção por Vitória. Como resposta a essa onda de críticas, o presidente respondeu com uma questão simples e direta: “Convém ou não convém fundar dentro do Estado uma Praça de primeira ordem, um mercado commercial forte e abastado, um centro econômico capaz de dirigir, auxiliar e fomentar todo desenvolvimento do Estado?” (ES, 1896, p. 34).

Na fundamentação dos motivos que o convenceram de que essa seria uma das maiores necessidades do Estado, Moniz Freire apontou que não existia nenhum País no mundo, assim como Estados, de importância política ou comercial, que não tivesse grandes Praças que atuavam como grandes empórios de trabalho, de riqueza e de população, e que funcionavam como suporte da emancipação do trabalho e da transformação social. Para ele, os grandes centros eram efeitos e não causas do crescimento das forças da sociedade, no entanto essas forças precisavam ser direcionadas para produzirem esse efeito. Por essa lógica, o papel do governo era direcionar as forças do Estado para que atuassem sobre Vitória, cidade escolhida para assumir a posição de grande centro.

Um grande centro traria vantagens incontestáveis ao Estado, começando pela atração de grandes fortunas, grandes estabelecimentos e grandes massas de Capital, que incrementariam as relações comerciais e fomentariam as indústrias, melhorando sua situação material e moral. Para Moniz Freire, a causa geradora de

todo o progresso econômico era a concentração em um único espaço urbano de todos os elementos que o fomentam. Os resultados da produção: o grande comércio, as grandes fábricas e estabelecimentos comerciais, a circulação de capitais, as operações bancárias e a riqueza fiduciária, só se manifestariam em mercados para onde se direcionassem as produções de extensas áreas. O Espírito Santo poderia ter importantes benefícios com a concentração em Vitória, resultado de sua própria riqueza agrícola: uma corrente constante de mercadorias, de atividades e de dinheiro, implantação de indústrias auxiliares para a agricultura existente e para as novas necessidades. Além disso, as empresas atuais seriam reforçadas a partir de investidores locais, a agricultura se fortaleceria por meio de recursos do crédito e o Estado poderia oferecer comodidades antes indisponíveis.

Outra vantagem de um grande centro era a atração de capitais, que anteriormente se dirigiam a outras localidades e passariam a contribuir para o desenvolvimento do Estado. Um grande centro também se tornaria uma referência e uma atração em relação à qualidade de vida e ao movimento e conforto da sociedade, pois uma cidade importante reflete aspectos positivos sobre a região onde está inserida. Nesse ponto, o presidente destacou, mais uma vez, a precária situação do Estado, tendo em vista a situação atrasada de sua Capital:

[...] Todo mundo sabe quanto isto é negativo, n'um porto altamente freqüentado, como é hoje este, por vapores e passageiros de todas as nações; as impressões que esta visita deve deixar não prejudicam mais a Capital do que ao Estado, de cujas condições prosperas o forasteiro é inclinado a duvidar deante dessa exhibição de pobreza e de velharias (ES, 1896, p. 38-39).

Seria possível reverter essa situação a partir do momento em que seu projeto de vias férreas fosse concluído. Ele seria a causa dos efeitos positivos sobre a Capital e sobre o Estado. Todo o comércio importador e o exportador se concentrariam em Vitória e o Estado passaria a contar com uma nova corrente de negócios e informações, aumentando consideravelmente sua renda. Isso só seria possível porque o projeto previa:

[...] 1º, tornar as comunicações com a Victoria mais fáceis, mais rápidas e mais baratas do que com o Rio; 2º, pôr a Victoria em contacto immediato com todos os centros agrícolas importantes, a poucas horas de distância; 3º, impedir que essas vantagens primordiais sejam illudidas, facilitando-se igualmente os meios de transporte para os escoadouros actuaes (ES, 1896, p. 41).

A conexão de Vitória com a Capital Federal e com Minas Gerais faria dela um grande centro atrativo, a grande Praça econômica, social e política do Estado.

Sendo assim, a Capital se modernizaria a reboque da estrada de ferro, um projeto vinculado à base de sustentação política do governo. Apesar de o presidente defender que suas ações em busca de gerar recursos internos para a aplicação nas obras da viação férrea não afetaram “[...] o andamento de nenhum serviço importante, ao contrario melhorando radicalmente alguns, e desenvolvendo extraordinariamente outros, como o de imigração” (ES, 1896, p. 50), ficou evidente que as obras de aparelhamento de Vitória foram prejudicadas: algumas com início tardio e não concluídas, e outras sem nenhuma intervenção.

O relatório sustenta que, apesar de a administração estadual não ter planejado uma ação contínua em busca de tornar a Capital mais digna de sua função de centro civilizado, o que era indispensável para a prosperidade do Estado, algumas ações prioritárias foram realizadas. Na avaliação de Moniz Freire, seu governo realizou, em quatro anos, mais do que foi feito nos 50 ou 60 anos anteriores. Os edifícios públicos que existiam em Vitória, aptos para seus destinos, foram construídos a partir de 1892, demarcando um progresso considerável em relação às construções anteriores, tanto com referência à estética e à arquitetura quanto em relação à sua capacidade e adaptação ao seu fim. Foram eles: Quartel de Polícia e Cadeia Pública, Hospital de Isolamento, Teatro, Novo Hospital, e o Palacete do Congresso.

Para o presidente, todas as ações para transformar Vitória no centro nervoso do Estado só teriam êxito se fossem realizadas em conjunto com projetos que preparassem a Capital para duas funções distintas: de cidade populosa e cidade comercial. A natureza contribuía para a segunda função, mas, para a primeira, o esforço de adaptação seria penoso e longo. Mais uma vez, Moniz Freire demonstrava preocupação com os interesses de sua base de sustentação política e defendia as ações do seu governo.

Com o objetivo de promover a expansão da cidade, foi criada, em 1895, uma comissão especial para realizar o levantamento topográfico, assim como o orçamento da estrada de acesso, de uma área no nordeste da ilha para criação de um novo arrabalde na Capital.⁴⁹ Vários serviços deveriam ser executados para transformar a área, que representava um espaço cinco ou seis vezes maior do que a cidade atual, em um bairro saudável e convidativo: conclusão e ampliação da estrada de acesso, construção de uma linha de ferro-carril, nivelamento das planícies, aterro do braço de mangue que fica entre elas e os morros, construção de um cais, drenagem do subsolo para esgotamento do lençol de água e uma larga plantação de eucalipto ao longo e nas margens da estrada, assim como nos aterros. Além disso, para favorecer a ocupação, a comissão estudou um projeto de suprimento de água barato e de fácil execução, que utilizaria as vertentes próximas, e incluiu, no contrato para iluminação da Capital, a canalização do gás até o novo bairro. Moniz Freire estava

[...] convencido de que, obedecendo litteralmente ao projecto, effectuando a locação rigorosa, fixando o typo das construcções mais simples, poder-se-á dentro de alguns annos formar um arrabalde primoroso, porque o meio natural é encantador, e a distancia ao centro da cidade póde ser vencida em meia hora por qualquer meio de tracção. Em futuro remoto todo o espaço que separa a cidade do bairro será naturalmente conquistado aos mangues e fechado por cões ao longo da bahia, convertendo-se a Victoria em uma belíssima cidade, cercada de optimas condições sanitárias (ES, 1896, p. 74).

A área destinada à expansão era de propriedade particular. Sendo assim, o Estado propôs aos proprietários a expropriação por um preço módico, tendo em vista que a valorização do espaço só ocorreria após a execução das obras, ou a cessão ao Estado mediante algumas condições. Lembrou, também, que tinha o direito de expropriação da área por utilidade pública. A transcrição que faremos, a seguir, das condições impostas pelo Estado para a cessão da área apresenta claramente subsídios para a confirmação de um de nossos argumentos neste trabalho: a intervenção direta do Estado na transformação do espaço da Capital. Veremos que todos os terrenos seriam repassados ao governo, que ficaria responsável pela comercialização, seguindo regras definidas por ele mesmo. Regras que apontavam

⁴⁹ A Comissão de Melhoramentos da Capital, presidida pelo engenheiro Francisco Saturnino Rodrigues de Brito, foi extinta em 1896, após cumprir seu objetivo. Para um estudo completo do novo arrabalde, ver: CAMPOS JÚNIOR, Carlos T. de. **O novo arrabalde**. Vitória: PMV/SMCT, 1996.

uma estrutura comercial, característica do setor privado, inclusive em relação à valorização da área. A previsão era de que o resultado financeiro das primeiras vendas não seria suficiente para cobrir as despesas com a infra-estrutura, tendo em vista a necessidade de estabelecer preços baixos para os terrenos, visando a atrair compradores. O programado era reservar metade dos lotes para venda posterior, após a valorização, com o objetivo de reembolsar o Estado pelo investimento realizado.

1^a. Os proprietários farão entrega ao Estado de todos os terrenos compreendidos na planta levantada pela comissão de melhoramentos;

2^a. Esses terrenos serão subdivididos em lotes, distribuídos por Avenidas, Ruas e Praças, nas condições técnicas determinadas na mesma planta;

3^a. Os lotes destinados a edificações particulares serão vendidos pelo Estado segundo a tabella de preços que elle organizar, tomando por unidade o metro quadrado; o preço variará conforme a localização e posição dos lotes, devendo ser mais caros os da linha do littoral;

4^a. O Estado só venderá lotes alternados, de modo a valorisar os intermediários, que serão mais tarde vendidos a melhores preços; salvo quando os adquirentes dos lotes annexos derem por elles o preço estimativo que for arbitrado;

5^a. Todas as vendas serão realizadas sob a condição de serem os terrenos edificados em prazo certo; findo esse prazo o adquirente incorrerá em multa de 20% do valor pago, e quando a multa corresponder ao preço primitivo perderá o direito ao lote;

6^a. O preço das primeiras vendas será no mínimo de 300 rs. por metro quadrado;

7^a. De todas as vendas que se effectuarem, até a occupação total da área, uma quinta parte do valor será dos proprietários, como indemnisação da propriedade que transferem, e as outras quatro partes ao Estado, como indemnisação das despesas com a estrada, com o ferro-carril, com os aterros, saneamento, nivellamento da área, locação de ruas, etc. (ES, 1896, p. 74-75).

Outro objetivo da “Commissão de Melhoramentos” era fazer o levantamento da planta cadastral da cidade com a indicação do “Plano Geral de Melhoramentos”, que serviria como base para as ações dos governos estaduais e municipais. O governo considerava que esse trabalho era de fundamental importância para o progresso da Capital, sem o qual nenhuma nova ação sobre a cidade deveria ser definida. Não existe indicação nos relatórios do governo, de que esse plano foi realizado.

O Porto de Vitória,⁵⁰ cuja responsabilidade de melhoramentos era federal, não recebeu nenhum investimento durante o Império, e, na República, apesar de o Congresso destinar recursos para essa função o Governo Federal não os aplicava. Existia um contrato com a Companhia Brasileira Torrens para as obras do porto, que não recebeu autorização para ser executado. Sabedor dessas dificuldades e da urgência de algumas obras, o Governo Estadual propôs realizar os procedimentos de arrasamento das rochas em parceria com a repartição federal dos portos. No acordo, o Estado ficaria responsável pelas obras e a União repassaria cotas orçamentárias anuais para auxiliar. Apesar de defender que era de fundamental importância a execução dessas intervenções, Moniz Freire não conseguiu colocá-las em prática, segundo ele, devido à exigüidade do tempo.

Confirmando sua disposição em assumir alguns serviços de natureza municipal da Capital, por deficiência das rendas do município, o presidente fez menção especial a dois deles: a iluminação pública e o abastecimento de água e esgotos. Apesar das várias tentativas e do empenho pessoal de Moniz Freire, as obras ficaram incompletas. Dessa forma, sete anos após a Proclamação da República, a Capital do Estado ainda não dispunha de serviços básicos para atendimento de sua população e de visitantes.

Após o levantamento desses dados, parece-nos que, apesar do discurso governamental em defesa de transformar Vitória no grande centro do Estado, a quantidade e a qualidade das intervenções ficou aquém do prometido e do necessário. Com o direcionamento prioritário para a viação férrea, as demais obras foram prejudicadas. Quase todas tiveram início tardio, a partir de 1893, e apenas o Quartel de Polícia e a Cadeia Pública, o Hospital de Isolamento e o Teatro estavam concluídos ao final do governo. O foco na infra-estrutura da força policial nos leva a aceitar que foi uma estratégia do governo, pois, apesar das condições realmente péssimas dos antigos prédios, o poder estadual necessitava do apoio dessa corporação, que poderia ser decisiva em momentos críticos da administração. Outra ação que parece ter foco certo foi a construção do teatro, defendida como uma “[...] necessidade palpitante em nossa Capital [e um] benefício social, que actua [...] sobre as condições de existência das classes operosas” (ES, 1896, p. 67), que

⁵⁰ Para um estudo aprofundado do Porto de Vitória, ver: SIQUEIRA, Penha. **O desenvolvimento do Porto de Vitória**, 1870-1940. Vitória: FCAA, 1984.

beneficiaria a elite da cidade, a pequena parcela da sociedade que tinha condições econômicas e formação educacional para usufruir desse benefício.

A preocupação com as obras de hospitais estava inserida dentro da nova perspectiva republicana da modernidade, em que uma cidade moderna e republicana deveria priorizar a higiene e o sanitarismo, com uma infra-estrutura reformada. O novo arrabalde e o plano geral de melhoramentos também faziam parte desse projeto, que buscava transformar a cidade em um lugar decente, elegante, saudável, convidativo, confortável e salubre. Vitória deveria ser embelezada, convertendo-se em uma belíssima cidade, com ótimas condições sanitárias. Outra questão importante, nesse período, foi o relacionamento entre o Governo Estadual e o setor privado. Todos os contratos formalizados foram conturbados e, com exceção das obras já citadas acima, não tiveram seu objetivo atingido. O setor privado não conseguiu finalizar seus compromissos com o governo, e esse foi obrigado a assumir as responsabilidades. Vitória chegou ao ano de 1896 sem se tornar a cidade populosa, moderna e comercial que Moniz Freire desejou, mesmo assim viveu um significativo crescimento fomentado pelo Estado.

Na síntese do relatório, o presidente enalteceu as ações do seu governo, tendo como base a situação atual do Estado, e manteve sua defesa veemente do novo regime. O homem público deixava registrada sua prestação de contas para a sociedade que o sustentava, política e economicamente, convicto de ter cumprido seu papel.

Éramos considerados um Estado de quarta ordem, apontado nas estatísticas officiaes, e na opinião generalizada de todos os homens públicos eminentes, como um dos que mal supportariam sem o auxilio central a nova vida federativa: hoje somos invocados como um testemunho das excellencias do regimen, como um argumento pela República, como um exemplo de esforço e de trabalho, e o nome do Espírito Santo fulgura na primeira plaina entre os Estados do Brasil fadados a mais altos destinos (ES, 1896, p. 160).

4.2 O INCONVENIENTE DESCONFORTO DA CAPITAL: A BUSCA DE JERONYMO MONTEIRO PELO PADRÃO REPUBLICANO

Em sua primeira prestação de contas ao Congresso, em 24-9-1908 (ES, 1908), realizada a apenas quatro meses após sua posse, o presidente declarou sua motivação em atuar na solução de todos os problemas do Estado, mas deixou claro que os escassos recursos de que dispunha não seriam suficientes para toda a empreitada. Dessa forma, algumas ações seriam postergadas sendo executadas aquelas que, na visão do governo, fossem de maior importância para o progresso do Espírito Santo. A paz e tranquilidade reinavam em todo o Estado com o Governo Estadual mantendo ótimas relações com os Governos Federal e os dos outros Estados e municípios, situação que muito contribuiu para o crescimento da região. Essa afirmação na mensagem nos parece uma tentativa de demonstrar que os ânimos políticos foram acalmados, e que a política de cooptação desencadeada a partir de sua campanha eleitoral tinha gerado resultados positivos.

A mensagem registrou que o presidente buscava atuar no sentido de cumprir a lei em relação à separação e à independência dos poderes. Sendo assim, acabou com a prática dos deputados estaduais que assumiam, ao mesmo tempo, responsabilidades administrativas ou judiciais no Estado. Ratificou que a polícia, os magistrados e o Ministério Público deveriam agir sem influência dos partidos, para que todas as suas decisões fossem justas e sem favorecimentos. Essa atitude, ao mesmo tempo em que cumpria a lei, fazia com que o poder do Executivo Estadual se fortalecesse, tanto pelo reconhecimento de sua postura legal quanto pelo enfraquecimento dos demais poderes, que teriam de agir individualmente. Devemos lembrar que, na época, o presidente do Estado, além de ser o chefe político, era o líder da oligarquia dominante, aquela que detinha o poder econômico.

Em relação à Capital, ficou registrado que, apesar de estar desprovida dos mais elementares serviços de higiene e saúde pública, o percentual de mortalidade da população era baixo, contribuindo para essa situação o clima da cidade.

A nossa Capital, contando uma população de mais de 9.000 almas, achando-se desprovida dos mais elementares recursos hygienicos e carecendo dos mais simples melhoramentos em defeza da saúde publica, registrou, no primeiro semestre, a mortalidade de 266 pessoas, menos de 3% sobre a sua população, o que prova, eloquentemente, a excellencia de seu clima salubérrimo e nos anima a trabalhar, com vivo empenho, pelo seu saneamento (ES, 1908, p.15).

Apesar da situação crítica e da preocupação com o saneamento da Capital, as indicações foram de ações paliativas, sem resultados definitivos.

Como medida provisória, apesar da escassez da verba, o Dr. Inspector de hygiene conseguiu organizar uma pequena guarda sanitária que inspecciona, com actividade, todos os prédios da Capital, procede ás precisas desinfecções e mantém continuada vigilância sobre todos os assumptos que dependem dessa Repartição (ES, 1908, p.15).

Essa situação se revela preocupante quando constatamos que a população da cidade não cresceu desde 1895 até 1908. Na verdade, podemos dizer que foi reduzida. Em novembro de 1895, Cleto Nunes, então governador municipal de Vitória, declarou que a cidade tinha pouco mais de 10.000 habitantes. A população declinou e os problemas de hygiene e saneamento permaneceram, indicando que a cidade passou por um período de estagnação e adormecimento, sem estímulos nem mudanças significativas.

O Quartel Central de Polícia da Capital estava em péssimo estado, necessitando de reparos do ponto de vista estrutural e higiênico. Era um belo e moderno edifício que estava se perdendo, além de afetar a saúde das pessoas que necessitavam ficar em seu interior. O Estado dependia de recursos, que foram solicitados ao Congresso, para solucionar esse problema. O sistema penitenciário era original, proporcionando a mais ampla liberdade aos condenados que circulavam livremente. Não existia penitenciária e o presidente solicitou ao Congresso que autorizasse a sua construção, enquanto isso os sentenciados foram recolhidos ao Quartel de Polícia.

Em um item exclusivo, em que o documento destacou os melhoramentos de Vitória, o presidente reconheceu

[...] a urgente necessidade de melhorar a nossa Capital, dando-lhe antes de tudo água, exgottos e luz, mandei já levantar o projecto de

captação das águas do Rio Jucú, com as quaes, abundantes e puras como são, poderá ser satisfeita esta velha e justa ambição dos victorienses [...]. Os demais serviços de embelezamento da Victoria serão feitos, gradativamente, na medida das nossas forças (ES, 1908, p. 24-25).

O Governo Estadual assumiu a responsabilidade pelos serviços básicos da Capital, que eram prioritários; os demais seriam postergados. Não existia a indicação de outras ações sobre Vitória, que ocorreriam de forma indireta, de acordo com os interesses do governo.

Para sanar o problema de fornecimento de água nas Repartições do Tesouro, nas Escolas Normal e Modelo, no Palácio Presidencial e na usina elétrica, foi feita, como medida provisória, a captação de mananciais localizados na encosta da serra que cerca a Capital, com canalização para um pequeno reservatório que abastecia essas construções. Esse serviço seria extinto quando o abastecimento geral estivesse regularizado. As obras de melhoramento do porto ainda não tinham sido realizadas, o que afetava diretamente a possibilidade de crescimento da cidade e do Estado. Além disso, Vitória não possuía um banco e isso deixava o presidente indignado, pois “Em uma Praça de crescente movimento comercial como a da Victoria, em um Estado essencialmente agrícola e de fortuna parcellada como o nosso, não podemos dispensar um instituto bancário que facilite as transacções, favoreça o credito móvel e fomenta o agrícola” (ES, 1908, p. 26).

A empresa que prestava serviços de bondes à cidade foi encampada pelo Estado e, apesar das modificações efetuadas, continuava a gerar déficits mensais. O presidente sugeriu que ela fosse vendida ou arrendada e esperava um pronunciamento do Congresso sobre o assunto. A dificuldade em gerir os bondes evidenciava os problemas que Vitória tinha com o transporte público, que o Estado não se sentia capaz de solucionar. Abriu-se, então, a possibilidade de o setor privado assumir o serviço.

Em suas considerações sobre as questões econômicas, Jeronymo Monteiro indicou que os terrenos em torno da Capital poderiam ser mais bem utilizados. Poderiam ser desapropriados, com vantagens para o Estado, divididos em lotes e distribuídos gratuitamente para pequenos lavradores, que assumiriam a obrigação de cultivá-los. A área seria aproveitada saindo do abandono, proporcionando ocupação útil e proveitosa para grande parte da população necessitada. Assim, o

Governo Estadual interferia no espaço da Capital, objetivando o crescimento do Estado, e beneficiando indiretamente a cidade.

Na conclusão do relatório, apesar de reconhecer que a situação econômica e financeira do Estado era grave, Jeronymo Monteiro acreditava em sua recuperação e crescimento e afirmava que sua Capital estava destinada a ser um “[...] grande empório, o natural escoadouro de vasta e riquíssima região” (ES, 1908, p.48). A cidade era vista como um reduto comercial, como a centralizadora da vida econômica do Espírito Santo. O foco de atuação do governo foi apresentado da seguinte forma: “Remover obstáculos, que porventura surjam, povoar o nosso território, difundir a instrução e estimular por todos os modos a iniciativa particular, em proveito da comunhão é o dever do momento, ainda que para cumpril-o, tenhamos que superar as maiores dificuldades” (ES, 1908, p. 50). Apesar do discurso de preocupação com a Capital, os melhoramentos da cidade não estavam aí incluídos, ficando em segundo plano. A ausência dessas ações pode indicar que o direcionamento fosse repassar os serviços públicos para o setor privado, porém verificamos que, em grande parte, isso não ocorreu.

Na mensagem de 14-9-1909 (ES, 1909), primeira publicada pela imprensa estadual oficial, fundada por Jeronymo, as ações traçadas no programa de governo foram ratificadas, com alguns resultados já comprovados. O Espírito Santo continuava em paz e mantendo um bom relacionamento com os outros Poderes. Esse era um indicativo de que o poder estadual continuava a controlar o Estado, reafirmando os preceitos da política dos governadores.

O Quartel Central da força policial da Capital recebeu consertos importantes, mas insuficientes. Foram feitas: drenagem do terreno; recuperação das paredes, assoalho e forro; e a instalação de esgotos e banheiros com água canalizada. No entorno do prédio, foi feito calçamento e aterro da grande área do Campinho.⁵¹ O matadouro da cidade não estava em condições higiênicas aceitáveis e necessitava de inadiável reforma, então o Governo Estadual preparou um parecer que foi encaminhado à Prefeitura, para que as providências cabíveis fossem tomadas. Aqui parece uma gestão conjunta da Capital. Enquanto o Estado analisava o macro e definia a estratégia, a Prefeitura assumia a parte do operacional, no entanto com o suporte econômico do Estado.

⁵¹ Região no entorno do quartel que era constantemente alagada.

No tópico específico sobre os melhoramentos de Vitória, os problemas principais da cidade foram identificados com relação ao abastecimento de água, à rede de esgoto e à iluminação pública.

Desse triplice e importantíssimo melhoramento, prestes a se concluir, depende, mais de nenhum outro, o desenvolvimento da nossa Capital, até há pouco a absoluta carência do mais rudimentar conforto era o maior impecilho a que os melhores elementos de progresso aqui se viessem instalar.

O descrédito do nosso clima admirável e sem igual, a carestia da vida e outras dificuldades a obstarem o nosso avanço para o futuro - tudo isso, afinal se originava da falta desses indispensáveis elementos, a que visceralmente está, por toda parte, ligada a existência humana.

Uma vez concluídos todos esses melhoramentos, o que terá lugar até o próximo mez de Dezembro, estará a nossa Capital em condições de proporcionar inteiro conforto e bem estar a todos que aqui venham - e assim terá iniciado o seu período de evolução para um progresso rápido e brilhante (ES, 1909, p. 16-17).

O presidente deixou claro que, resolvidos esses problemas, a cidade pegaria o trem do progresso. Não duvidamos da importância desses serviços básicos, que já demoravam a funcionar na Capital, mas nos parece relevante indagar se eles seriam suficientes para remodelar Vitória. Afinal, apenas uma parcela da população seria beneficiada. O transporte público continuava sem solução e o lixo sem tratamento adequado, só para indicar outras questões relevantes. Concordamos que as obras contribuiriam para o progresso da cidade, mas não seriam suficientes para a inclusão de Vitória no rol das cidades com padrão republicano.

Para o Governo Estadual, a criação da Prefeitura⁵² contribuiu sobremaneira para os melhoramentos na Capital, principalmente em relação ao seu novo aspecto e embelezamento. O Governo Municipal também atuava nos melhoramentos das Ruas da cidade e das estradas de acesso ao município. O Estado auxiliou fortemente as ações municipais, assumindo as despesas com a iluminação pública e contribuindo financeiramente com a limpeza da cidade. Jeronymo destacou a participação do povo nesse processo, colocando-o como um dos alicerces das mudanças: “Felizmente, a par do interesse tomado pela Prefeitura e Governo Municipal para a realização desses melhoramentos, cumpre-me consignar aqui, – e o faço verdadeiramente desvanecido – o entusiasmo e boa vontade do povo em

⁵² Pela Lei Estadual n.º 582, de 14-12-1908.

nos secundar com o seu apoio nessa ordem de medidas” (ES, 1909, p. 18). Essa deferência ao povo nos parece mais uma das estratégias do presidente para se aproximar de todas as camadas da sociedade do que, verdadeiramente, uma declaração convincente.

Ao encerrar a mensagem, o presidente destacou as ações mais relevantes do seu governo, e muitas delas estavam ligadas direta ou indiretamente à Capital.

[...] o serviço de água, luz e exgottos da Capital, a fundação da imprensa estadual, da fazenda modelo, a organização do archivo e reconstrução da bibliotheca, os reparos conservação e reconstrucção dos próprios estadoaes, a construcção e aquisição de novos, a abertura de estradas de rodagem, a fundação de uma salina e a regularisação do registro civil (ES, 1909, p.32).

No início da mensagem de 23-9-1910 (ES, 1910), Jeronymo Monteiro destacou a visita do então presidente da República, Nilo Peçanha, citando que era a primeira vez que o Estado hospedava tal autoridade. Considerou que essa distinção foi possível devido aos resultados que vinham sendo obtidos pela administração do Espírito Santo em prol do progresso, o que foi reconhecido por todos os membros da comitiva, pelos ministros, pelas autoridades nacionais e pela imprensa.

Estas demonstrações de estima por parte dos altos poderes públicos, por parte dos concidadãos de mais responsabilidade do Paiz e por parte do povo traduzem eloquentemente o respeito que tributam ao Estado e ao seu governo, com benéfica e valiosa influencia para o seu progresso e desenvolvimento. Ellas attestam o valor que dão todos esses compatriotas aos governos que trabalham e que servem com dedicação á causa do povo (ES, 1910, p. 6).

A importância dada pelo Governo Estadual ao fato confirmava o bom relacionamento entre as duas esferas de poder e ratificava a relação de interesses, conhecida como política dos governadores, que vigorava no País. Além disso, sustentava o discurso popular de Jeronymo Monteiro, que buscava dignificar sua administração indicando como foco o bem-estar do povo, o que podemos perceber que não era o seu objetivo principal. Ele tinha forças políticas às quais precisava prestar contas.

Os serviços de abastecimento de água e iluminação elétrica da Capital foram inaugurados em 25-9-1909. Apesar da informação de que atendiam a toda a cidade,

de fato, isso não ocorreu. O próprio relatório deixava claro que as facilidades não chegariam, por exemplo, aos arrabaldes da Vila Rubim e Praia do Suá, lembrando que, nessa época, a Vila Rubim já era uma região populosa, onde residiam, em sua maioria, modestos operários. Esse descasamento, ao mesmo tempo em que nos esclarece o que era reconhecido como espaço urbano da Capital, possibilitava ao governo divulgar suas ações com uma amplitude que não era fato: os serviços não atendiam a toda a sociedade, apenas uma parcela que habitava e convivia na região central da cidade, local de residência dos grupos de sustentação da política estadual. A rede de esgotos ainda não estava pronta, existindo promessa de inauguração em breve.

O governo promoveu várias reformas e consertos em prédios públicos da Capital: no Quartel de Polícia; nas Diretorias de Finanças, Agricultura e Interior; nas acomodações da Procuradoria-Geral, na Inspetoria-Geral do Ensino e na Diretoria do Serviço Sanitário. Vale destacar que todas essas repartições públicas, com exceção do quartel, ficavam instaladas no Palácio do governo, que ainda sofreu significativas modificações nas áreas utilizadas pelo chefe de governo para seus trabalhos e residência. O edifício passou a ter melhores condições para abrigar não só a residência oficial, mas, também, a sede do governo.

A falta de habitações em Vitória foi reconhecida pelo Governo Estadual, que contratou, com o coronel Antonio José Duarte, a construção de 50 a 100 “[...] casas higienicas para pequenas familias” (ES, 1910, p. 18). Com o mesmo empresário, foi contratado o aterro da “Villa Moscoso”⁵³ e o arrendamento da “Carril Suá”, a empresa de bondes da cidade, com o direcionamento de estender as linhas até o arrabalde de Santo Antonio. Também foi formalizado o contrato para construção de um novo hospital em Vitória, obra que já tinha sido iniciada e que supriria uma grande necessidade da cidade. Vemos o Governo Estadual atuando como provedor da Capital, como sujeito que interferia diretamente sobre o espaço urbano usando da autoridade e poder que a situação econômica e política lhe proporcionava.

Demonstrando sua preocupação particular sobre a situação de Vitória, pela necessidade de a cidade estar higiênica e sanitariamente organizada, como previa o padrão republicano, o presidente destacou que, com um rigoroso serviço de asseio da Capital, com a abundância de água e com as obras e inspeções nos

⁵³ A região do Campinho, próxima ao quartel de polícia.

estabelecimentos públicos e particulares, a estatística de óbitos diminuiu sensivelmente. Para melhorar o suporte à população, um Instituto de Bacteriologia foi criado, onde os aparelhos e materiais já estavam instalados, e um posto de desinfecção estava sendo montando, com inauguração determinada para breve.

Além de contribuir para a melhoria nas condições econômicas do Estado, as obras realizadas em Vitória também foram uma fonte de receita para o Governo Estadual. O serviço de abastecimento de água rendia por mês cerca de 12:500\$000 (doze contos e quinhentos mil reis), a criação da imprensa local eliminou os custos com a impressão e publicações oficiais e a construção e venda de casas para funcionários e operários gerava uma receita extra, além de sanar um problema crítico de Vitória, a falta de habitações. O Estado funcionava como agente público para o bem-estar da sociedade, mas também visava ao retorno econômico, uma lógica bem próxima das transações privadas, em busca do lucro.

Classificando de modesta, de simples discurso e verdadeira, Jeronymo Monteiro iniciou a mensagem de 3-10-1911 (ES, 1911) enaltecendo a visita ao Espírito Santo de dois presidentes da República durante o seu governo. Justificou essas visitas por sua positiva atuação no comando do Estado, aproveitando para valorizar os resultados que vinha obtendo e seu objetivo em atender aos anseios da sociedade.

Como do Presidente, exmo. Sr. Dr. Nilo Peçanha, tive também do Presidente, exmo. Sr. Marechal Hermes da Fonseca, o grato contentamento de ouvir palavras de animação e encorajamento pelos serviços que o meu governo vai executando e pela orientação, que mantenho na direcção dos negócios públicos do Espírito Santo. São attestados seguros das boas normas que o actual governo se traçou e a que vai obedecendo sem vacillações [...]. São as resultantes dos esforços constantes de um governo que só tem um objectivo-servir ao povo, procurando por todos os modos o engrandecimento do Estado [...]. Com grande satisfação consigno estes factos, que provam sufficientemente o zelo e a dedicação da auctoridade pelos interesses communs e pelo progresso deste futuroso Estado (ES, 1911, p. 8-9).

Já verificamos que esse discurso difere da prática, pois sabemos quais os grupos que sustentavam e eram beneficiados pelo governo.

O presidente anunciou que o aterro e as 28 casas da “Villa Moscoso”, além da linha de bonde até Santo Antonio, já estavam concluídos. A construção do novo

hospital, do novo edifício do congresso, o ajardinamento da “Villa Moscoso” e a reforma de toda a linha de bondes, com sua eletrificação e prolongamento até a cidade alta, estavam em adiantado processo de conclusão. Além das justificativas anteriores, esclareceu que as obras eram necessárias pelos seguintes motivos: os cemitérios da Capital eram mal situados e pequenos para sua população; a Praça Moscoso era o melhor ponto para se construir um vasto Jardim, onde a população poderia buscar distração e lazer; e os bondes de tração animal geravam enormes despesas, além de não atender às necessidades da população. Vemos, mais uma vez, o Governo Estadual reafirmar sua autoridade sobre a Capital. Ele não só interferia em seu desenho urbano, mas também na prioridade de obras para atender à população, inclusive atuando em esferas que, normalmente, são encampadas pelo setor privado: construção de casas e construção/manutenção de linhas de bondes.

O estado sanitário de Vitória era considerado satisfatório, resultado das medidas adotadas em relação à limpeza pública e aos domicílios, à instalação de esgotos, às visitas, inspeções e desinfecções feitas nas casas e à colaboração mantida entre o Departamento do Serviço Sanitário do Estado e o município. No entanto, outras obras ainda eram necessárias para evitar epidemias, como a remoção do matadouro do local onde se encontrava, o fim dos enterramentos na cidade, a construção dos drenos para águas servidas e pluviais e a compra de aparelhos necessários para o funcionamento do Departamento do Serviço Sanitário. A única obra com data de conclusão era o novo cemitério de Santo Antônio, outubro de 1911; as demais eram promessas. Apesar da preocupação com a higiene e saneamento de Vitória, parece-nos que algumas ações foram tardias. Somente no último ano de governo, 1911, elas foram colocadas em pauta. A solução definitiva dos problemas da Capital não era o foco principal de atuação do governo. A cidade republicana estava em segundo plano, ofuscada pelos interesses políticos e econômicos do Governo Estadual.

Seguindo seu objetivo de entregar à exploração particular os serviços prestados pelo governo, Jeronymo Monteiro arrendou, em maio de 1911, os serviços de abastecimento de água, de iluminação pública, da rede de esgotos e da viação elétrica da Capital ao “Banco de Credito Hypothecario e Agrícola”, recebendo cerca de dez milhões de francos pelo arrendamento. As casas construídas na “Villa Moscoso” já tinham sido vendidas. Era padrão no governo a venda de propriedades

imóveis, de sua posse, para terceiros, quando não eram utilizadas para o serviço público.

O presidente justificou essas ações, defendendo que “Deste modo, vai a administração conseguindo fazer os melhoramentos sem onerar os seus cofres e facilitando aos particulares a exploração desses diferentes serviços” (ES, 1911, p. 30). Ele julgava que era preferível a imediata comercialização dos imóveis a contratos de aforamentos ou arrendamentos. Entendia que a administração pública era deficiente na direção de empresas e que, na administração de particulares, elas prosperavam e rendiam grandes remunerações, motivo pelo qual defendia a conveniência do repasse à exploração particular. Acreditava que o Capital estatal, sem a obrigação de ser aplicado nas empresas de prestação de serviços à sociedade, poderia ser utilizado para outras iniciativas e aplicações, com o foco no bem comum.

A última mensagem do governo de Jerônimo Monteiro foi apresentada em 23-5-1912 e publicada somente em 1913, sob o título “Exposição sobre os negócios do Estado no quadriennio de 1909 a 1912”. Nela o presidente apresentou o que deveria ser uma “[...] minuciosa exposição dos incidentes do meu governo, da direcção que dei aos negócios do Estado, e da solução que busquei e acceitei para os problemas sociaes, econômicos e financeiros, sobrevindo na vigência do meu mandato” (ES, 1913, p. 3). Em 536 páginas de descrição e 114 de anexos, buscou-se, realmente, esse objetivo, detalhando as ações e justificando as atitudes do governo, uma verdadeira prestação de contas à sociedade capixaba. Antes de relatar as ações que realizou, Jerônimo Monteiro transcreveu o seu Manifesto Inaugural, de janeiro de 1908, no qual indicou a direção que seu governo tomaria, e o relatório final do seu antecessor, Henrique da Silva Coutinho, datado de 23-5-1908. Essa atitude demonstrava a clara intenção do presidente em comparar sua atuação com a do governo anterior, além de prestar contas do que havia prometido.

No Capítulo I, da “Separação dos órgãos da acção política do Estado”, o presidente reafirmou sua postura de independência dos órgãos da ação política do Estado, evitando, assim, decisões e atitudes tendenciosas que poderiam prejudicar o interesse comum. No entanto, não podemos esquecer que, apesar do discurso, manteve o controle sobre o governo da Capital e, conseqüentemente, sobre grande parte dos destinos da cidade. A independência dos poderes também tinha limites,

impostos e controlados pelo Executivo Estadual, pelo menos no que se referia à cidade de Vitória. O prefeito da Capital só tinha o poder institucionalmente.

Apontou as Prefeituras como a melhor forma de organização para os municípios, enaltecendo a criação da de Vitória. Justificou sua posição a partir dos empreendimentos conduzidos pela Prefeitura, os quais contribuíram para o seu embelezamento, além da melhoria nas suas condições financeiras. Segundo o presidente, o Executivo Municipal já mantinha em boas condições os serviços de iluminação e limpeza pública da Capital. Essa defesa da Prefeitura para o progresso da cidade nos leva a imaginar que o Governo Municipal era o responsável pelas mudanças na cidade. Em nosso entendimento, essa era apenas uma situação legal e operacional, pois o verdadeiro ator, político e econômico, foi o presidente do Estado.

No Capítulo VI, do “Departamento do serviço sanitário”, o presidente deixou claro que Vitória permanecia livre das grandes epidemias, devido ao seu clima privilegiado. No entanto, sabedor das necessidades da cidade, atuou em prol da saúde pública, defendendo que

[...] á solução desse importantíssimo problema estavam visceralmente ligados a nossa própria existência e o desenvolvimento da nossa Capital, onde, [...] a absoluta carência do mais rudimentar conforto era o maior enpecilho a que os melhores elementos de progresso aqui se viessem instalar.

Afirmou que, quando assumiu o governo, a cidade estava desprovida “[...] dos meios mais indispensáveis e urgentes de defesa sanitária” (ES, 1913, p.129). Argumentando que era dever de um governo que buscava o engrandecimento e o bem-estar do povo, Jeronymo definiu que

Cuidar do saneamento da Victoria para o effeito de tornal-a digna dos destinos que lhe estão reservados, como Capital de um Estado que prospera e porto de mar prompto para o escoamento dos productos de uma extensa região de excellent futuro econômico, pela feracidade do seu solo, salubridade do seu clima e intelligencia dos seus habitantes [...] [era prioridade]. Abastecel-a d’água, provê-la de um bom serviço de exgottos, saneal-a e crear para ella um serviço de hygiene, capaz de prevenir a irrupção de quaesquer epidemias ou combatel-as com sucesso, constituiu logo a mais sincera preocupação do meu governo (ES, 1913, p. 130).

Apesar dos sacrifícios e dificuldades enfrentadas, ao final do governo, uma parcela da população da Capital contava com um serviço de saneamento nos moldes descritos pelo presidente.

Para Jeronymo Monteiro, essas ações não eram suficientes para promover o conforto e a tranquilidade na Capital. Sendo assim, estabeleceu outras providências que deveriam ser tomadas: o estabelecimento de um completo serviço de limpeza pública e domiciliada; a extinção do mangal na região do Campinho; a construção de drenos para escoamento das águas servidas e pluviais; a criação de um serviço permanente de visitas, inspeções e desinfecções a domicílio; o fim dos enterros dentro da cidade; a construção de uma nova casa de caridade e de um hospital de isolamento; a aquisição de aparelhos fundamentais para o serviço de higiene defensiva e agressiva; a fundação do gabinete de bacteriologia e análises clínicas; a montagem de um posto de desinfecção; e a mudança do matadouro para outro local.

Os serviços de limpeza pública e a drenagem das ruas centrais da cidade foram inaugurados em 1-1-1909; o mangal do Campinho foi eliminado a partir da drenagem e aterro da região, tornando-se um dos pontos mais belos e aprazíveis da cidade; as matas que circundavam a Capital foram protegidas legalmente, com declaração das Chácaras da Piedade e Mulumbá como de utilidade pública; as visitas, inspeções e desinfecções domiciliares foram implementadas sem problemas; o cemitério de Santo Antonio, distante cerca de 1km da cidade, foi inaugurado em, 1-5-1912, e repassado ao controle administrativo da Prefeitura; a Santa Casa de Misericórdia foi ampliada e equipada; o hospital de isolamento não foi construído, assim como o posto de desinfecção; o gabinete de bacteriologia foi criado, contanto com os melhores equipamentos da época; e o matadouro acabou não sendo removido, mantendo-se no local de origem.

Essas ações do Governo Estadual apontam uma mesma direção: a transformação da cidade em um local digno para ser a referência republicana do Estado. As transformações deveriam gerar uma cidade salubre, higiênica, confortável e apropriada aos anseios da população. A atuação do Estado, retratada por Jeronymo Monteiro, evidenciou o seu controle sobre a Capital, tanto econômico, fornecendo os recursos para as obras e intervenções, quanto social e político, na busca de atender às necessidades da sociedade local e de sua base de sustentação política, chegando ao ponto de decretar de utilidade pública terras do município. O

Executivo Municipal foi ator coadjuvante, dando suporte operacional à atuação estratégica do Estado.

Foi realizada uma grande reforma no Quartel Central da Polícia Militar, que apresentava sérios problemas em sua estrutura, devido a falhas na construção. O Estado reformou toda a estrutura, interna e externa, dotando o prédio de condições de servir a sua função com segurança e salubridade, além de torná-lo mais confortável e atraente. Defensor de que “[...] as collectividades só dão prova de força e valor, quando dominadas por severo e rigoroso regimen, boa ordem e disciplina segura” (ES, 1913, p.142), e como Vitória ainda não era dotada de uma guarda cívica, Jeronymo Monteiro determinou que o policiamento da Capital fosse feito pelo Corpo Militar, que fazia a ronda da cidade até as onze horas da noite e fiscalizava as casas de diversão, as reuniões públicas, as praças, os jardins, os pontos, etc. Também ordenou a construção, na Capital, da residência do chefe de Polícia, de sua secretaria e a estação policial, inaugurados a 19-5-1912, e também de uma Penitenciária do Estado, que ainda estava em obras. As ações envolvendo a segurança pública denotam a preocupação do Estado em manter a ordem e o controle da cidade, situação fundamental para o seu progresso e desenvolvimento, segundo o presidente.

Um dos projetos de Jeronymo Monteiro, que acabou por não se realizar, foi o de utilizar as áreas desapropriadas circunvizinhas à Capital para divisão em lotes, dotando-os de uma casa modesta com posterior distribuição à população, dando condições para que as terras fossem utilizadas para o cultivo de pequenas lavouras, que abasteceriam Vitória. Vislumbrava retirar essas áreas do abandono e proporcionar ocupação útil e proveitosa à parcela da população desfavorecida e necessitada. Apesar da autorização legal, o projeto não se realizou por falta de orçamento. Essa atitude mostrava a preocupação do presidente com o espaço urbano da cidade, com sua população e com o abastecimento de Vitória, questões que, normalmente, deveriam ser conduzidas pelo município.

Também na gestão de Jeronymo Monteiro foi criado o Banco Hypothecario e Agrícola, primeiro do Estado, inaugurado em 1-6-1911. Segundo o presidente, essa instituição representava um poderoso fator para o crescimento e desenvolvimento da região. Uma parcela do Capital do Banco foi aplicada na exploração dos serviços públicos: água, luz, esgotos, bondes elétricos e telefones, arrendados ao Estado pela quantia de frs. 10.000.000. O Estado usou a exploração dos serviços públicos

como um fator de sustentação do Banco, que esperava obter consideráveis lucros com o contrato firmado. O que nos interessa, no momento, é constatar que o poder estadual dirigia os negócios do município, definindo quem assumiria a gestão dos serviços fundamentais da cidade, que não ficou sob a gestão do Executivo Municipal e nem de uma empresa privada, mas, sim, de uma instituição financeira que recebia suporte do próprio Estado.

No Capítulo IX, “Melhoramentos”, o presidente tratou de questões relativas exclusivamente à Capital, reconhecendo que, de todas as necessidades do Estado, a que deveria primeiramente sanar era de melhorar Vitória, cidade que se encontrava em condições bem inferiores aos outros centros populosos de mesma função.

Cidade mal construída, de Ruas estreitas, sem alinhamento, com edifícios de feição e architectura antiga e colonial, espalhados desordenadamente, segundo os accidentes do terreno, estava desprovida de um regular serviço de limpeza e de hygiene publicas, de agua e de exgottos. A illumination era deficientissima, mesmo esta só em noites em que não havia luar, o hospital estava quase em ruínas, o cemitério publico era de área insufficiente. Era enfim uma cidade absolutamente despida das mais rudimentares e das mais essenciais condições de hygiene e de conforto. Bem como succedia a todo o Estado, em Victoria, pareceu-me e não me enganei, tudo estava por fazer, embora não tivesse faltado a algumas das administrações precedentes boa vontade e patriotismo (ES, 1913, p. 203).⁵⁴

Reconhecendo a necessidade de melhorar a Capital, cujas condições eram um verdadeiro embaraço para o desejado progresso do Estado, entendi que o primeiro passo a dar para conseguir a transformação da cidade era sem duvida dotar-a de água, exgottos e luz, satisfazendo com o abastecimento d’agua uma velha e justa aspiração victoriense (ES, 1913, p. 205).

O discurso apresentava uma visão esclarecedora e notadamente negativa da Capital, o que corrobora nossa preocupação em entender os movimentos da cidade, mas, também, indica-nos o cuidado na análise do que pode ser um excesso de negativismo, ou seja, uma afirmação prévia do passado da cidade para justificar e engrandecer as intervenções do atual governo.

⁵⁴ Moniz Freire, também em seu último relatório, fez a mesma declaração sobre a situação do Estado no início do seu governo: “Poderia resumir a minha exposição dizendo que neste Estado tudo se achava por fazer, e nada se havia começado a fazer, excepto o povoamento do território” (ES, 1896, p. 14). Dezesesseis anos depois, a situação parecia a mesma.

No início do governo de Jeronymo Monteiro, a população de Vitória era abastecida de água por meio dos chafarizes; não existia abastecimento em domicílio e nem nos prédios públicos ou escolas. Como medida provisória, foram utilizados mananciais ao redor da cidade para abastecer os prédios públicos e escolas, e foi contratado o fornecimento de água em domicílio, via carroças apropriadas, ao preço de \$ 50 réis o barril, com o Estado pagando uma subvenção mensal ao contratante, no valor de 400\$000 (quatrocentos mil réis). Vale ressaltar que os carregadores de água da cidade cobravam até 2\$000 (dois mil réis) por barril, dependendo do período do ano.

O contrato para abastecimento de água foi assinado com o Dr. Augusto Ramos,⁵⁵ em 13-11-1908, e retificado em 23-11-1908. Foi aditado em 6-8-1909. Em 25-9-1909, o serviço foi inaugurado oficialmente. Em maio de 1912, dessa forma 1.279 casas contavam com essa facilidade. O mesmo contrato formalizou a prestação do serviço de iluminação elétrica da cidade, que incluía iluminar todas as Ruas, Praças e edifícios públicos, assim como fornecer a iluminação particular à população de Vitória. O aditamento do contrato feito em 6-8-1909, devido a modificações no plano para captação da água para o abastecimento da cidade, alterou o volume de energia a ser fornecido de 400 para 800 cavalos. O fornecedor passou a ter uma concessão para utilizar 200 cavalos por 35 anos, sem prejuízo do volume que deveria atender à cidade. O serviço foi inaugurado juntamente com o abastecimento de água, em 25-9-1909.

A construção da rede geral de esgotos da cidade, objeto do mesmo contrato com Augusto Ramos, enfrentou alguns problemas para sua consolidação: a acidentada topografia, a falta de nivelamento das ruas e a grande extensão de rocha que foi necessário quebrar. Dessa forma, só foi inaugurada em 21-2-1911, apresentando todos os cuidados com a qualidade do material empregado, sua manutenção e a proteção da saúde da população. Ao final do governo Jeronymo Monteiro, 1.217 casas já contavam com o serviço. Ainda no referido contrato, estava a necessidade de levantar a planta cadastral da cidade, que se constituiria em um instrumento fundamental para “[...] um plano uniforme de melhoramentos e embelezamento da Victoria” (ES, 1913, p. 473). Baseado nessa planta, o Estado organizou um plano para “[...] o alargamento das Ruas e Praças existentes e a

⁵⁵ Engenheiro.

abertura de outras novas Ruas, modificando completamente o mau aspecto da nossa Capital” (p. 473). Segundo o presidente, com a execução do projeto, Vitória perderia seu aspecto de cidade colonial, de ruas estreitas e tortuosas.

O Palácio do Governo, durante o período de Jeronymo Monteiro, foi alvo de diversas intervenções que procuraram dotá-lo das condições mínimas para abrigar a residência do presidente e vários órgãos públicos. No ano de 1911, foi contratada uma reconstrução completa do edifício, devido à situação de sua infra-estrutura e

[...] em face do progresso material que se accentuava e cada vez mais se accentua na Victoria, pela transformação que se vae operando no aspecto da cidade, que renasce e se embelleza nas novas construcções, que vão surgindo, não podia continuar o edifício do Palácio do Governo com a sua vetusta feição conventual, em contraste com as linhas de architectura dos edificios novos e em flagrante infracção das posturas municipaes (ES, 1913, p. 243).

Além do Palácio, o seu entorno também foi preparado para representar o aspecto de centro civilizado que Vitória deveria ter. A igreja de São Thiago, anexa ao Palácio, foi adaptada para receber repartições públicas e um museu; a escadaria de acesso ao edifício, que se inicia no “Caes do Imperador”, e o muro em frente ao novo edifício do Congresso foram reconstruídos. Na preocupação com o lugar do poder, ficou clara a intenção do governo em preparar um espaço que estivesse de acordo com a cidade moderna e republicana que vinha sendo construída. Os edifícios públicos da Capital tinham de refletir o aspecto civilizado e moderno dos novos tempos da República.

A região do Campinho⁵⁶ era um foco permanente de infecção, o que motivou sua drenagem e aterro. Essa obra, segundo o presidente, era indispensável para o bem da saúde pública e do embelezamento da Capital. Toda área teve de ser desapropriada pois tinha sido dividida em lotes aforados no governo anterior. Após seu aterro, a região foi ajardinada e se tornou o mais belo e atraente logradouro público da cidade, inaugurado em 19-5-1912. A construção de jardins e parques também estava incluída na estratégia da nova cidade, além do aspecto de saúde envolvido.

Os melhoramentos na Capital provocaram considerável aumento de sua população e, conseqüentemente, crescimento da demanda por serviços públicos e

⁵⁶ Onde foi construída a “Villa Moscoso” e o Parque da Praça Moscoso.

infra-estrutura. O governo do Estado passou a enfrentar problemas que obstruíam o desenvolvimento da cidade, sendo um dos mais sérios a falta de moradias. Dessa forma, foi contratada a construção de 50 a 100 casas, na região do Campinho, para serem vendidas à população. Essas moradias deveriam conter todos os aspectos de higiene e salubridade necessários. Em maio de 1912, já tinham sido concluídas e vendidas 28 casas, com o governo aplicando o lucro em novos melhoramentos da cidade. Essa postura do Estado, em frente aos problemas da Capital, ajuda a sustentar a hipótese de que o Executivo Estadual era o seu verdadeiro gestor, preocupado com sua função estratégica de Capital e símbolo urbano da modernização do Espírito Santo. A fundação da Sociedade Constructora de Victoria, fomentada por títulos do Governo Estadual, com o objetivo de aumentar o número de moradias da cidade, reforçava essa postura. O contrato para construção das casas, formalizado com o Dr. Joaquim Guimarães, foi transferido para a Sociedade “[...] afim de construir prédios nesta Capital, onde é grande a falta de habitações higienicas, as quaes não seriam construídas sem o dispensável concurso do Estado” (ES, 1913, p. 509-510). Dessa forma, o presidente afirmou que a construção e/ou reconstrução de prédios em Vitória só seria possível com o suporte do Estado, não dependendo da Prefeitura, apesar de a legislação municipal regulamentar essas construções.

Jeronymo Monteiro declarou:

Para auxiliar a acção da Prefeitura que, alias, sempre se tem esforçado por melhorar e transformar a cidade, pela exigencia de condições architectonicas nas novas construcções e nas reconstrucções de prédios antigos, o Governo do Estado, alem de todo o auxilio prestado a Municipalidade, executou os melhoramentos de diversas Ruas e Praças por sua propria conta e iniciativa (ES, 1913, p. 319).

Vale ressaltar que algumas dessas ações foram precedidas de desapropriações de prédios, determinadas pelo mesmo Estado. O esclarecimento do presidente é conclusivo e esclarecedor para a análise da relação entre o Estado e a municipalidade, ficando claro quem “mandava” na Capital.

A Santa Cada de Misericórdia, que se encontrava em péssimo estado, foi reconstruída. A construção contava com um pavilhão central, quatro pavilhões de dois andares para enfermarias, além dos pavilhões destinados ao necrotério,

lavanderia e operações. A obra foi executada pelo engenheiro André Carloni e, no final do governo, já estavam prontos o novo hospital e dois prédios de enfermarias. Como os cemitérios existentes na Capital eram situados na região central e pertenciam às Irmandades, além de pouco extensos, o Estado contratou a construção de um grande cemitério no arrabalde de Santo Antonio. A estrutura foi entregue à Prefeitura em março de 1912 e aberto ao serviço público em maio do mesmo ano.

No início do governo de Jeronymo Monteiro, Vitória contava com duas linhas de bondes puxados à tração animal, uma por toda a extensão da Rua 1º de Março e da Alfândega e outra ligando a zona urbana da cidade ao Forte de São João, rede que logo foi acrescida de um trecho ligando o Forte de São João a Praia do Suá. O serviço era propriedade do Estado que o administrava diretamente. Dois arrendamentos foram feitos, mas os resultados não foram positivos, então o Estado decidiu reformar e reconstruir toda a rede, eletrificando-a. Ao final do governo, o serviço de bondes elétricos estava funcionando e arrendado ao Banco Hypothecario e Agrícola.

O presidente afirmou que todas as suas ações foram pautadas para o atingimento de dois objetivos: executar fielmente seu programa de governo e promover o desenvolvimento e progresso do Espírito Santo.

O programma pôde ser cumprido em todos os seus pontos, como se evidencia da exposição verdadeira e sem rethorica neste feita. O progresso e o desenvolvimento do Estado vão se dando com marcha segura, como o attestam todos os homens de consciencia sã e sem intenções apaixonadas e inconfessáveis (ES, 1913, p. 500).

A influência do presidente do Estado na Capital, e nas demais cidades do Espírito Santo, ficou evidente na exposição das ações que adotou para eliminar as divergências na esfera política.

[...] a exemplo do illustre brasileiro [Campos Salles] que, como Presidente da Republica, praticou relativamente aos Estados a política por elle denominada 'dos Estados' e vulgarmente conhecida por 'política dos governadores', adoptei, como presidente do Espírito Santo, no que respeitava ás relações com os municípios, a 'política dos Municípios', appellidada 'política dos Presidentes dos Governos Municipaes.

Entre os municipes julgados capazes de gerir os negócios públicos da sua circunscrição e investidos dessa funcção, aquelle a quem os seus pares haviam confiado o cargo de Presidente, presume-se que devera ser o mais digno e, consequentemente, o intermediário mais legitimo entre o Estado e o Município para tudo quanto fosse do interesse deste.

Com elle é que eu devia, portanto, me entender e assim o fiz. Na adopção de quaesquer providencias attendi, sempre que me foi possível, ás suas requisições e informações justas [...] (ES, 1913, p. 529).

Dessa forma, ficou instituído que, durante o governo Jeronymo Monteiro, valia a lógica da liberdade da ação política nos municípios, desde que não contrariasse os interesses do Estado e o do seu presidente.

A cidade de Jerônimo Monteiro oscilou entre o desejo da modernidade republicana e a necessidade de atender às demandas da base de sustentação do presidente. Totalmente inserida dentro do contexto da política dos governadores municipais, recebeu aquilo que o Governo Estadual determinou: água, luz, rede de esgoto, uma malha de bondes básica e uma pequena contribuição para a carência de habitações. Sem prejuízo das demais realizações, descritas ao longo deste tópico, ao final do governo, Vitória ainda precisava de vários melhoramentos. O caminho para uma cidade moderna e civilizada, nos padrões da República, ainda tinha muitos trechos a serem percorridos.

4.3 REMODELAR PARA PROGREDIR E DESENVOLVER: FLORENTINO AVIDOS ASSUME A CAPITAL

Na mensagem de 4-5-1925, o presidente Florentino Avidos ressaltou que estava cumprindo uma obrigação legal, prestando contas dos negócios públicos durante sua gestão, mas aproveitava para registrar que também era um prazer pessoal, baseado na verdade dos fatos.

Ao tratar do movimento militar ocorrido em 1924,⁵⁷ o Governo Estadual deixou claro seu apoio e subordinação ao Governo Federal, inclusive enviando tropas para atuar no campo de luta. Florentino Avidos (ES, 1925, p.4) registrou que o “[...] governo se collocou, immediatamente, e sem vacillações, ao lado dos poderes constituídos, dando mostras de seu amor às instituições e ao principio da autoridade”. Reforçando que

Civicamente digna foi a nossa attitude de prestigio ao patriotico governo com o qual o Espírito Santo mantém, nao somente solidariedade politica, como tambem taes relações de ordem administrativa que, como sabeis, de serviços federaes se encarregou o Estado da execução, do mesmo modo que trabalhos estaduaes estão sendo feitos pela Federação (ES, 1925, p.4-5).

Em relação às intervenções na Capital, foram executadas obras de melhoria no posto central da polícia civil, no quartel da polícia militar e aparelhamento do Palácio Santa Clara⁵⁸ para acomodar um orfanato. O Estado vivia uma situação financeira confortável, como exaltou seu presidente: “Assàs favoravel é, felizmente, a nossa situação financeira”. O total de sua dívida, interna e externa, era de Rs. 26.000:000\$000, enquanto seu patrimônio perfazia Rs. 43.953:000\$000, em 31-3-1925.

Esse rapido exame, demonstrando um enorme saldo a favor do activo e a grandeza de nossa arrecadação, autorisa-nos a ter previsões as mais animadoras, no sentido de poder o Estado, com segurança, emprehender as vultuosas obras do porto de Victoria, continuar as estradas de ferro de penetração e ligação, proseguir na remodelação de sua Capital e na execução das estradas de rodagem e olhar tambem um pouco para os Municipios, emprestando-lhes o concurso para a realização dos melhoramentos locais (ES, 1925, p.24, 30).

Essa declaração deixou claros os focos de atuação do Estado, assim como o tratamento diferenciado para Vitória, com ações diretas e indiretas sobre a Capital.

Por contrato formalizado no governo anterior, em dezembro de 1922, foram arrendados à empresa “Serviços Reunidos de Victoria” os serviços de água,

⁵⁷ Movimento militar conhecido como **A Revolução de 1924**, iniciado em São Paulo, no dia 5 de julho de 1924, encabeçado pelos tenentes do Exército com o objetivo de derrubar o então presidente da República, Artur da Silva Bernardes (1922-1926).

⁵⁸ Construído inicialmente para ser residência oficial do Governo Estadual, nunca teve essa função.

esgotos, bondes, eletricidade e telefonia da Capital. Como o resultado não se apresentava satisfatório, conforme referendavam as reclamações da população, o contrato foi reformulado, em 3-11-1924, por meio de um acordo, e o Estado assumiu a responsabilidade pelos serviços de água e esgotos, permanecendo os demais sob a responsabilidade da contratada. Segundo o presidente, as obras para os serviços de água e esgoto foram feitas apressadamente, em 1909, sem um cronograma de conservação e arrendadas sempre a empresas que só visavam ao lucro. Dessa forma, esses serviços estavam em péssimo estado, exigindo demoradas e dispendiosas obras. A previsão era de que a obra completa estaria concluída em três anos.

Os governos prudentes evitam sempre envolver a administração publica em industrias de qualquer especie, e as unicas em que se comprehende a necessidade de sua interferencia direta, são as de viação urbana, de estradas de ferro ou de rodagem, de navegação, de portos, emfim, as que se relacionam com o serviço de transportes, que por serem de absoluta necessidade para a vida economica do Estado, precisam de qualquer modo ser exploradas, embora apresentando *deficits* e custando ao Estado auxilios e subvenções (ES, 1926, p. 59, grifo do autor).

Argumentando que era “[...] justa a aspiração que mantemos de tornar nossa cidade um grande emporio commercial” (ES, 1925, p. 51), Florentino Avidos defendeu a construção da Estrada de Ferro do Litoral, que ligaria Vitória a Cachoeiro de Itapemirim, passando pelas cidades do litoral do Espírito Santo. Essa obra, em conjunto com as do porto e as de melhoramentos da Capital, seria fundamental para o progresso de Vitória e do Estado, tendo em vista a agilidade e a diminuição no custo dos transportes que provocaria. No entanto, a Estrada não foi construída. A situação das estradas de rodagem no Estado era crítica, apesar dos esforços dos governos anteriores.⁵⁹ O Governo Estadual remodelou o planejamento existente para que fosse executado com segurança e aproveitamento das obras em curso. A estrada entre Vitória e a Serra⁶⁰ estava sendo reconstruída, assim como as de Praia Comprida e Santo Antonio⁶¹ foram concluídas, o que proporcionou a ligação contornando toda a ilha de Vitória.

⁵⁹ O Estado tinha apenas 438km de estradas transitáveis, algumas em re/construção, poucas em bom estado e muitas em péssima situação. Outros 185km estavam em projeto, estudo ou construção (ES, 1925).

⁶⁰ Município limítrofe à Capital.

⁶¹ Arrabalde ou bairros de Vitória.

O presidente manteve o plano de melhoramentos da Capital definido para os “Serviços de Melhoramentos de Victoria”,⁶² instituído pelo Dec. n.º 5.248, de 10-2-1923,⁶³ do qual tinha participado da elaboração.

O referido decreto definiu o nome que teria o serviço instituído e quais as suas finalidades:

Art.º 1º - Fica instituído um serviço autónomo, sob a denominação de Comissão de Obras Estaduaes de Vitoria, anexo á Secretaria da Agricultura e tendo por fins:

1º - Dirigir as obras de remodelação da Capital que competirem ao Estado por força do contracto celebrado com o municipio de Victoria, em 1º de Setembro de 1921 e innovado em 19 de dezembro do mesmo anno.

2º - Dirigir quaesquer outras obras que tiverem de ser executadas em Victoria por conta do Estado.

3ª - Dirigir as construções dos predios, villas operarias, mercados e hoteis constantes do referido contracto, se si movimentarem por conta do Estado, ou fiscalisal-os, se forem movimentadas por conta do terceiro.

4º - Collaborar com a Prefeitura de Victoria conjugando esforços e auxiliando-a, no que for cabivel, no sentido de conduzir, do melhor modo, os serviços de remodelação projectados.

5º - Administrar ou utilizar os predios e terrenos desapropriados ou transferidos ao Estado por efeito do referido contracto, bem como quaesquer outros que o Governo entenda de entregar-lhe.

6º - Processar as desapropriações amigaveis de bens ou direitos necessarios á remodelação e as construcções de que se trata.

7º - Levantar a planta dos terrenos do Estado em Santo Antonio, Suá e Praia Comprida e proceder a sua divisão em lotes, conforme as Ruas que forem projectadas de accordo com a Prefeitura de Victoria.

8º - Deliberar e processar a venda dos prédios e terrenos a que se referem os ns. 5º e 7º e que forem, no todo ou em parte, desnecessário ao serviço que serve de objecto ao presente decreto, os prédios pelo que valerem, sob a condição de prompta reconstrução, e os terrenos – por preço até metade das tabellas em vigor, sob a condição de edificação immediata.

9º - Acompanhar as obras de reforma e ampliação dos Serviços Reunidos de Vitória, fiscalizando-as directamente ou por intermédio do fiscal que for nomeado para tal fim na forma do respectivo contracto.

⁶² Nome utilizado nas mensagens para identificar o serviço autônomo criado pelo Dec. n.º 5.248, de 10-2-1923.

⁶³ Governo Estadual de Nestor Gomes (1920-1924).

Na proposta do Governo Estadual ao prefeito, para celebração do contrato citado no item 1º do art. 1º, o presidente Nestor Gomes (AGMV, Caixa HG 17) expressou da seguinte forma o interesse do Estado:⁶⁴

Sabendo da impossibilidade em que o Município se encontra para a execução de diversas obras de que a nossa Capital se resente e reconhecendo ao mesmo tempo, a premência da necessidade de muitas dellas, é-me grato offerecer-lhe o concurso do Estado para tal fim.

Também não dispomos, no momento, de recursos suficientes para as reformas de que tanto carecemos; mas acredito que as responsabilidades do Estado, postas ao serviço dessas reformas, e mais o que o Governo puder fazer por iniciativa própria, nos encaminharão para a realização, sem muita demora, de umas tantas providencias que devemos reputar indispensáveis ao bom nome da nossa Capital.

No final do documento, Nestor Gomes (AGMV, Caixa HG 17) justificou o interesse do governo nas obras da Capital: “[...] a impossibilidade absoluta do Município para realização de taes obras, e a necessidade palpitante que a execução dellas representa no nosso legitimo aneio de progredir”.

A cláusula primeira do contrato definiu as obras que seriam de responsabilidade do Estado:

⁶⁴ As informações sobre o contrato foram obtidas nos ofícios do presidente do Estado ao Prefeito Municipal com a proposta inicial e a do aditamento disponíveis no AGMV, Caixa HG 17.

- a) abertura de uma Rua com deseseis metros de largura que partindo da Escadaria do Palácio e tendo os alinhamentos que mais convierem vá terminar em frente a chácara do Barão de MonJardim;
- b) a abertura ou alargamento da actual Praça Costa Pereira, com os alinhamentos que mais convierem;
- c) a abertura de uma Rua paralela á Rua Sete de Setembro que partindo, da actual Praça Costa Pereira, vá terminar nos fundos da Convertidora ou um pouco adiante, com a largura que convier;
- d) a construção de um mercado, de tamanho mais ou menos equivalente ao dobro do actual;
- e) a construção de um hotel com cincoenta a cem quartos;
- f) a canalisação, para os lagos do Parque Moscoso, de toda a água que puder ser captada no morro dos fundos da Rua do Norte;
- g) o prolongamento da Rua Gama Rosa até o alto São Francisco;
- h) a abertura de uma Rua, que partindo do alto São Francisco, siga até a Avenida Republica, junto ao Clube Bohemios;
- i) o alargamento do trecho da Rua entre a Escadaria do Palácio e o local conhecido por Porto dos Padres;
- j) a abertura de uma Rua que, partindo do encontro das Ruas Duque de Caxias e Maria Ortiz, suba até o Jardim da frente do Palácio e dahi, contornando esse Jardim e descendo, vá ter á Rua Primeiro de Março, na embocadura da actual Ladeira do Palácio;
- k) o prolongamento da Avenida Pedro Palácio até a frente da Cathedral;
- l) a abertura de uma Rua que partindo da Avenida Pedro Palácios, um pouco adeante da Ladeira Maria Ortiz, siga pela Rua Dyonisio Resende, alargada e melhor alinhada, e desça em curva até o canto da Praça no encontro da Rua Duque de Caxias, dando-se-lhe, após a construção, a denominação de Domingos Martins;
- m) o prolongamento da Avenida Cleto Nunes em Ladeira e com escada até a Rua do Egypto;
- n) o prolongamento da Rua do Egypto do encontro da Avenida Cleto Nunes até o canto da Praça João Climaco;
- o) a construção dos drenos ou escoadouros que forem necessários nas Ruas e Praça de que tratam as alíneas a) c) e c) desta clausula;
- p) a construção de cento e cincoenta prédios de moradia, de valor de sete a doze contos de reis cada um, dois terços dos quaes destinados ao funcionalismo publico;
- q) a construção de duas ou mais villa operarias, com um total de cento e cincoenta moradias, ao aluguel maximo de quarenta mil reis cada uma.
- r) a construção de um theatro no centro do alinhamento que for adoptado para o lado norte da actual Praça Costa Pereira.

Nas demais cláusulas do contrato, além da definição de responsabilidades, foram registradas as facilidades e subsídios que o município concederia ao Estado, que giravam desde a cessão de todos os terrenos e prédios que estavam localizados no traçado das obras, isenção de impostos, até a concessão de direitos de arrecadação de rendas e impostos. O Estado também instituiu prêmios para os

moradores que, dentro de um período definido, adaptassem suas construções ao novo desenho da cidade.

Florentino Avidos declarou que

Esse plano geral tem visado: primeiro, a ampliação da cidade, com a criação de varios bairros; segundo, as obras de salubridade e, finalmente, os trabalhos de embelezamento e conforto, que venham dar á cidade o aspecto compativel com as bellezas naturaes de nosso porto.

Assim, estou formando o bairro de Jucutuquara, e tornando mais acessiveis os de Praia Comprida, Suá, Bomba, Maruhype, Ilha Santa Maria e Santo Antonio, tendo adquirido a chacara Moniz Freire e a do Mulundum para, reunidas á nova Rua da Varzea, constituirem um bom agrupamento de Ruas.

Em beneficio da salubridade, tenho demolido velhas casas detestaveis, reconstruido serviços de esgotos, trabalhando activamente pelo novo supprimento de agua e melhorando os esgotos pluviais. Finalmente, como embelezamento, estou alargando e calçando nossas Ruas, fazendo Escadarias, corrigindo alinhamentos extravagantes, dando realce ás novas fachadas e aspecto elegante á nossa praia com Ruas de contorno e construindo edificios publicos modernos, como os que se destinam a mercados, a grupo escolar, a almoxarifado, etc. (ES, 1925, p. 60).

A responsabilidade assumida, oficial e legalmente, pelo Governo Estadual, em relação à Capital, foi de uma amplitude considerável, o que acabou por remodelar todo o desenho da então cidade de Vitória, e que representa atualmente o traçado do centro da Capital. No entanto, a importância do Governo Municipal não foi descartada. Foi sendo registrado pelo presidente que,

Embora o contracto firmado entre a Prefeitura da Capital e o governo do Estado tivesse dado a este os principaes encargos de obras da cidade, nao tem sido pequeno o concurso e a bôa vontade do prefeito, sr. Octavio Indio do Brasil Peixoto, e da Camara municipal para o bom andamento dos serviços (ES, 1925, p. 76).

Um dos motivos da urgência e da amplitude das obras, em tão pouco tempo,⁶⁵ pode ter sido a situação dos prédios da cidade, apresentada na mensagem de 4-5-1925, do ponto de vista da engenharia sanitária. Do total de prédios da cidade, 48,8% eram condenáveis, e a grande maioria tinha sérios problemas (TABELA 1). Devemos lembrar que não estavam incluídas nesse levantamento as regiões consideradas subúrbio: Santo Antonio, Suá, Praia Comprida, Maruípe,

⁶⁵ Essas ações referem-se apenas ao período de junho a dezembro de 1924.

Jucutuquara, Caratoíra, onde, tradicionalmente, estavam as construções de pior estado das cidades. A Capital, que pretendia ser moderna e republicana, ainda mantinha grande parte de seu complexo residencial com estrutura colonial e com recursos mínimos para seus moradores.

TABELA 1 – Situação dos prédios em Vitória: maio/1925

SITUAÇÃO	A	B	C	D	E	TOTAL
Total de prédios	300	329	473	317	479	1898
Não isolados do solo	292	-	435	113	460	1300
Com porões anti-higiênicos	20	49	136	57	22	284
Com alcovas (quartos sem janelas)	223	95	77	11	57	463
Com piso de terra	-	-	84	44	336	464
Sem privadas ou tendo anti-higiênicas	60	62	178	92	392	784
Sem caixa d'água	127	201	159	164	417	1068
Prédios condenáveis	223	95	161	55	393	927
% Prédios condenáveis	74,3	29	29	17	82	48,8

Legenda: Locais - A) Cidade alta; B) Bairro commercial; C) De Gama Rosa a Capichaba (Ruas); D) Bairro Moscoso; E) Villa Rubim.

Fonte: Espírito Santo (1925, p. 76-77)

Na mensagem, de 15-4-1926, o presidente ratificou que o Estado continuava na mais perfeita ordem e tranquilidade, além de manter o progresso constante. O Executivo Estadual fez questão de registrar que tinha apoio de, praticamente, todos os segmentos da sociedade, interna e externamente: da União, dos demais Estados, do povo, das altas autoridades do País, da bancada federal do Estado, do meio acadêmico, do comércio, das classes conservadoras e liberais, da mulher espírito-santense, do operariado e do próprio presidente da República e seus ministros. Afirmou que esse apoio resultava no “[...] exito de minha administração e para o prestígio de que se vê cercado o Governo do Espírito Santo” (ES, 1926, p. 5). Essa propaganda contundente e ampla da administração estadual indicava o aspecto político que envolvia a geração das mensagens ao Congresso. Era importante registrar os apoios ao presidente, o que contribuiria para o fortalecimento de seu poder como direcionador dos rumos do Estado. Florentino Avidos tinha certeza absoluta dessa necessidade. A relação com os municípios foi ressaltada como

cordial e autônoma, e o Executivo Estadual declarou que “Em nenhum delles tenho intervindo, no tocante á administração publica” (ES, 1926, p.13). Essa afirmação não se confirmava para a Capital, onde o prefeito era pessoa de confiança do presidente, por ele nomeado e a quem devia obrigação.

Tendo em vista a péssima situação do arquivo e da biblioteca pública, foi dado início à construção de um prédio para abrigá-los. Da mesma forma, devido a epidemia de varíola que afetou Vitória e outros municípios, entre 25-5-1925 e 3-9-1925, o Estado foi obrigado a adaptar instalações e construir um hospital de isolamento na Ilha do Príncipe, o que era fundamental em uma cidade com as características de Vitória.

Os “Serviços Reunidos de Vitória” continuavam a não cumprir suas responsabilidades formalizadas no contrato, que foi rescindido em 16-1-1926. O Estado voltou a gerenciar todos os serviços da Capital: luz, água, esgotos, viação e telefone. O presidente referendou da seguinte forma os investimentos na cidade: “[...] penso que a Capital do Estado não pode deixar de ser favorecida pelo Governo, de modo a não lhe desmerecer o conceito e corresponder ao seu progresso” (ES, 1926, p.70).

O volume e a complexidade das obras na Capital levou o presidente a constituir uma Comissão Técnica para executá-las, que foi regulamentada pelo Dec. n.º 7.063, de 5-8.1925,

Art. 1º. Os serviços incorporados pelo Decreto n. 6.667 de 19 de fevereiro de 1925, sob direção uniforme e única, superintendidos directamente pelo Secretario da Agricultura, Terras e Obras, ficam designados pela denominação de “Serviços de Melhoramentos de Victoria.”⁶⁶

Art. 2º. Taes serviços comprehendem: 1º. Os trabalhos de remodelação da Capital, executados de accordo com o contracto celebrado pelo Governo do Estado com a Prefeitura Municipal de Victoria, em 1 de setembro de 1924 [...]; 2º. Os trabalhos de reforma e ampliação dos serviços de Água e Exgottos da Capital; 3º. Os trabalhos comprehendidos no contracto celebrado entre o Governo da União e o do Estado, para estudos e execução das Obras do Porto de Victoria; e, 4º. Compreenderão também alguns outros serviços do Estado que o Governo julgue de conveniência subordinar directamente á Comissão instituída pelo Decreto referido.

⁶⁶ O Decreto definiu o nome como “Comissão de Serviços de Melhoramentos de Victoria”, mas, nas mensagens, é utilizado “Comissão de Melhoramentos da Capital ou Comissão de Melhoramentos de Victoria”.

O jargão utilizado por Florentino Avidos para justificar o volume de intervenções em Vitória já era tradicional, pois foi utilizado por Moniz Freire e Jeronymo Monteiro, o que nos parece ser mais um instrumento para realçar e valorizar as ações, do que o espelho da realidade: “Ao empregar na Capital do Estado tão avultadas quantias é preciso que se esclareça bem que **quase tudo estava por fazer nesta cidade**” (ES, 1926, p. 72, grifo nosso). Reforçou que, após a administração de Jeronymo Monteiro, não houve um significativo investimento na Capital, que ficou 12 anos na inércia. O quadro era desolador: não havia conservação dos serviços de abastecimento de água, de esgotos, de eletricidade e de viação urbana; ruas apertadas com velhos prédios que ameaçavam desabar; calçadas em péssimo estado ou inexistentes; ausência de drenagem para águas pluviais; ruas sem calçamento; impossibilidade de expansão da cidade; e serviço de viação prejudicado pela pouca dimensão das ruas.

O Governo Estadual atuou para reverter essa situação, registrando suas ações em tópico específico das mensagens dedicado à Comissão de Melhoramentos. Realizou obras em quatro avenidas; em 29 vias públicas (ruas, travessas, ladeiras, viadutos e escadarias); duas praças; e oito estradas. Esses beneficiamentos proporcionaram a expansão da cidade para os bairros de Santo Antonio, Praia Comprida, Jucutuquara, Maruípe, Bomba e Barro Vermelho. Incentivou, com isenções, a construção de hotéis e de um teatro. Entre 1924 e 1925, construiu 152 casas de moradia. Iniciou a edificação de vários prédios públicos: a sede da Comissão de Melhoramentos, o Mercado da Capichaba, a Biblioteca e Arquivo Públicos, o Mercado da Vila Rubim, a Penitenciária do Estado e o Hospital de Isolamento. Ampliou e reformou o prédio dos correios, o Palácio Santa Clara, a Santa Casa de Misericórdia e a delegacia de polícia. O serviço de abastecimento de água foi ampliado e o de esgotos melhorado.

Os registros da mensagem revelam a enorme preocupação do Governo Estadual com a cidade e a prontidão em apresentar as ações para transformá-la. A cidade-Capital continuava exercendo seu papel de palco para a afirmação dos poderes vigentes e suas relações. Um governo republicano deveria ter uma cidade republicana, nem que fosse somente na aparência.

Em 30-4-1927, a mensagem ao Congresso registrou que o Estado continuava sua trajetória de desenvolvimento e progresso, e que, para o presidente, era resultado da prosperidade econômica, do apoio dos políticos, do esforço do

funcionalismo e da participação do povo. A harmonia entre o Governo Federal e Estadual era vista como fundamental para essa situação. Somente em 1926, o Estado recebeu a visita de dois presidentes da República, Artur da Silva Bernardes (1922-1926) e Washington Luiz Pereira de Sousa (1926-1930).

Como podeis facilmente avaliar, esta cordialidade, esta perfeita e necessária harmonia entre os governos federal e estadual, tem redundado em opimos resultados para a segurança do bem estar publico, para que o Espírito Santo continue sem embaraços e rapidamente a traçar a brilhante trajetoria de que nos podemos orgulhar (ES, 1927, p. 6).

Apesar de todas as obras concluídas e em curso descritas na mensagem, Florentino Avidos ressaltou: “Muita cousa está a reclamar, em vários sentidos, a acção do Governo, mesmo porque nos temos conduzido com o propósito de atender, em primeiro lugar, ao que nos parece mais urgente” (ES, 1927, p. 126). Fica claro, assim, o espírito empreendedor do presidente, engenheiro de profissão cooptado para a política.

Florentino Avidos iniciou sua última mensagem, de 15-6-1928, afirmando que os resultados obtidos em seu governo foram possíveis devido à convergência das forças envolvidas para um objetivo comum: o progresso e o desenvolvimento do Espírito Santo. Desde o Governo Federal, até

A’ nossa bancada federal, assim como ao funcionalismo, às patrióticas administrações municipaes, ao commercio, aos representantes das classes conservadoras e liberaes, e ao povo do nosso Estado, em geral, consigno com que se esforçaram e contribuíram para a realização da obra de engrandecimento que empreendemos, visando elevar a terra espírito-santense á posição de destaque, de que ella já se ufana no concerto da Federação pátria (ES, 1928, p. 6).

Essa mensagem foi a mais longa⁶⁷ e detalhada de todas. O presidente procurou expor todas as suas ações e realizações com o máximo de informações possível. Mais do que uma prestação de contas, foi um registro para a história, uma obra para referenciar o governo destacando sua importância para o Espírito Santo.

As intervenções na Capital foram citadas durante todo o texto. No entanto, o tópico dedicado ao “Serviços de Melhoramentos de Victoria”, recebeu destaque

⁶⁷ Foram 342 páginas de texto e quase a mesma quantidade de anexos e fotos.

especial com a descrição dos trabalhos realizados pela Comissão de Melhoramentos. A importância das obras executadas nesse período fica clara, quando comparamos com o desenho atual do centro da cidade,⁶⁸ que, basicamente, é o mesmo. Sem desconsiderar a importância dos governos anteriores, podemos afirmar que os projetos realizados pelo governo de Florentino Avidos definiram o traçado da atual região do centro de Vitória.

Elencamos algumas obras, que consideramos mais significativas.⁶⁹ A Avenida Capichaba foi construída com toda a tecnologia disponível, correspondendo ao prolongamento da Rua Jeronymo Monteiro, que também passou por reformas do mesmo padrão. Essa via era a rua mais central, comercial e importante da cidade, onde estavam os edifícios mais valiosos e o maior volume de trânsito. A junção delas resultou na atual Avenida Jerônimo Monteiro, que ainda tem uma considerável importância para a Capital. Outras reformas e remodelações de destaque: Rua Duque de Caxias, Ladeira e Jardim do Palácio do Governo, Rua Sete de Setembro, Rua Graciano Neves, Rua Coronel MonJardim, Rua Treze de Maio, Rua do Rosário, Rua Gama Rosa, Rua General Osório, Rua e Ladeira de São Francisco, Viaduto Caramuru, Rua Beira-Mar,⁷⁰ Escadaria Maria Ortiz, Avenida Cleto Nunes, Avenida da República, Escadaria e Ladeira Pernambuco, Praça Costa Pereira e Praça João Clímaco. A infra-estrutura da região de Jucutuquara foi construída, dando início ao atual bairro do mesmo nome, e a estrada para o bairro da Praia Comprida⁷¹ foi toda refeita, promovendo o acesso ao local.

No início do governo, os serviços de água e esgotos da Capital foram conduzidos pela “Companhia Serviços Reunidos S.A”. Em novembro de 1924, foram retirados do arrendamento e ficaram sob a responsabilidade do governo, inicialmente vinculados à “Comissão Serviços de Melhoramentos de Victoria” e, a partir da Lei n.º 1.634, de 24-8-1927, sob a administração da Directoria de Agua e Esgotos da Secretaria da Agricultura, Terras e Obras do Estado. O abastecimento de água, em 1924, era precário, com constante falta e insuficiência do produto. A cidade dependia de apenas uma linha adutora de fornecimento, que não era confiável. O projeto de Florentino Avidos, de total reforma com ampliação da rede de abastecimento, não estava completamente concluído, mas a cidade já contava com

⁶⁸ Região que, no período de Florentino Avidos, representava a cidade, excluídos os seus arrabaldes.

⁶⁹ A descrição completa está disponível em, ES, 1928, a partir da p. 273.

⁷⁰ Atual Avenida Princesa Isabel, uma das mais importantes da cidade.

⁷¹ Atual bairro da Praia do Canto.

um serviço seguro e aceitável. O serviço da rede de esgotos seguiu o mesmo padrão.

Uma das obras mais importantes do governo de Florentino Avidos foi a construção da ponte de ligação entre Vitória e o continente, pois, até esse período, não existia uma via terrestre estruturada para essa conexão. A ponte e toda a sua estrutura foram produzidas na Alemanha e montada na região sul da ilha. Sua construção proporcionou um acesso à cidade que gerou vários benefícios. Além da facilidade nos transportes, a ponte serviu de veículo para conexão de encanamentos e fiação. Os aterros realizados se tornaram loteamentos, que foram vendidos para a população, gerando renda para o Estado e aumento da oferta de terrenos. Uma obra grandiosa para o período, importante para o Estado e fundamental para sua Capital, que almejava o título de cidade republicana.

Analisando as informações do presidente, ratificamos nossa hipótese de que o Governo Estadual foi o principal ator na transformação da Capital. A criação dos Serviços e da Comissão de Melhoramentos da Capital demonstrou claramente a intenção e o objetivo do ente público: Vitória deveria se tornar um pólo de atração, uma referência moderna a ser copiada, uma verdadeira cidade republicana, um símbolo dos novos tempos. O Governo Municipal funcionou, mais uma vez, como um importante ator coadjuvante.

5 SUJEITOS, MOTIVAÇÕES E LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

Como o foco de nossa análise não é apenas identificar e catalogar as intervenções urbanas ou indicar suas conseqüências para a cidade de Vitória, mas também reconhecer os responsáveis por essas ações e suas motivações, fez-se necessária a utilização de uma fonte não oficial que pudesse expor a visão diversificada da sociedade. Esse procedimento abriu novas perspectivas para a pesquisa. Assim como Silva (1988), que usou as queixas do povo do Rio de Janeiro no *Jornal do Brasil*, as petições⁷² foram nossos instrumentos para que pudéssemos traduzir a atitude da população de Vitória em frente às transformações urbanas. Mesmo que não fossem gratuitas⁷³ e, em sua maioria, espontâneas, representavam o que de mais próximo identificamos como expressão da sociedade.

Nos dois principais jornais que circulavam em Vitória, no período,⁷⁴ nas demais correspondências, ofícios e telegramas enviados ao Governo Municipal, não foram encontradas evidências dessa relação. Sendo assim, aceitamos a hipótese de que as petições eram a principal forma utilizada de relacionamento da sociedade com o poder municipal. Era um direito que a população exercia. Isso fica evidente em uma petição de 20-4-1893: “Augusto Manoel de Aguiar, usando do **direito de petição** (grifo nosso), vem perante esta corporação invocar sua esclarecida atenção, para o assumpto da presente reclamação, a qual pensa ter toda a procedencia”.⁷⁵

Neste capítulo, vamos trabalhar com as petições dirigidas ao Poder Executivo de Vitória durante os governos estaduais de Moniz Freire, Jeronymo Monteiro e Florentino Avidos, e as legislações municipais dos períodos em suas determinações sobre a cidade. Seguindo o já proposto, o objetivo é identificar os sujeitos que atuaram sobre o espaço urbano da Capital do Espírito Santo e suas motivações.

⁷² Ofícios da população dirigidos diretamente ao presidente do Governo Municipal, responsável por emitir o primeiro despacho e o parecer final.

⁷³ Para validar uma petição, era necessário estampar, durante o governo de Moniz Freire, selos no valor de r\$ 200 (duzentos réis).

⁷⁴ O Estado do Espírito Santo (situação) e Comércio do Espírito Santo (oposição).

⁷⁵ AGMV, Caixa 78.

5.1 MUDANÇAS NO INTERIOR DA CAPITAL DURANTE O GOVERNO DE MONIZ FREIRE

Os dados das TABELAS 2 e 3 confirmam a importância das petições para nossa análise. De um quadro de 1.360 pedidos, 501 ou 36,8% estavam vinculados a algum tipo de intervenção urbana, independente de ela ensejar uma ação pública ou privada. Também ficou claro que a esfera privada foi a mais demandante, mostrando seu envolvimento direto com o tema. O baixo percentual de intervenções na esfera pública (18%) pode indicar o não reconhecimento, pela população, do município como gestor do espaço urbano da cidade. Sendo assim, o pedido não teria sentido.

TABELA 2 - Petições ao Governo Municipal: maio/1892 a março/1896

Ano	Geral	Com intervenção urbana	
		Absoluto	%
1892	61	23	37,7
1893	252	103	40,8
1894	404	175	43,3
1895	512	158	30,8
1896	131	42	32,0
Total	1360	501	36,8

Fonte: AGMV, caixas 78, 79, 80 e 81

TABELA 3 - Petições com intervenção urbana, por esfera: maio/1892 a março/1896

Ano	Geral	Pública		Privada	
		Absoluto	%	Absoluto	%
1892	23	6	26,0	17	74,0
1893	103	24	23,0	79	77,0
1894	175	30	17,0	145	83,0
1895	158	26	16,0	132	84,0
1896	42	6	14,0	36	86,0
Total	501	92	18,0	409	82,0

Fonte: AGMV, caixas 78, 79, 80 e 81

A sociedade vitoriense representada nas petições que se vinculavam às ações sobre o espaço urbano da cidade indica a ampla parcela da população que se utilizava desse instrumento. Além dos moradores comuns, identificamos os seguintes profissionais: empreiteiro, pedreiro, negociante, carpinteiro, fiscal, pintor, contratante, comerciante, farmacêutico, engraxador, proprietário de fábrica, açougueiro, representante de empresa, barbeiro, ferreiro, engenheiro, bombeiro, empresa, auxiliar de empresa, encarregado e padre. A partir dessa relação, foi possível comparar o povo das petições com as classificações de Franco e Hess (2003, p. 102) para a sociedade capixaba:

A sociedade capixaba da Primeira República pode ser dividida nos seguintes segmentos: a elite, ou a 'alta roda', constituída de dirigentes políticos, juristas, altos funcionários do estado, altos comerciantes (em geral exportadores de café e grandes proprietários de terras); um grupo intermediário (profissionais liberais, pequenos comerciantes, funcionários públicos menos graduados e professores); um grupo abaixo do intermediário (operários, estivadores, arrumadores, operários de ferrovias, pequenos proprietários de terra) e, na escala inferior, onde se encontrava a maioria da população, os menos favorecidos, que constituíam a maioria esmagadora: biscateiros, bóias-frias, artesãos, meeiros, trabalhadores rurais, enfermeiros, vendedores, coveiros, pequenas costureiras, empregadas domésticas, lavadeiras, telefonistas, entre outros [...].

Assim como a de Levine (apud SILVA, 1988, p. 56) para a sociedade brasileira:

Nível um: proprietários; advogados, médicos, outros profissionais; clero, grandes comerciantes; grandes industriais. Nível dois: funcionários do Governo; donos de pequenas indústrias e oficinas; pequenos comerciantes. Nível três: empregados no comércio; funcionários de empresas privadas; artesãos. Nível quatro: operários especializados; operadores de máquinas, trabalhadores em transportes; estivadores; empregados marítimos; operários semi-especializados. Nível cinco: jornalheiros [...]; biscateiros, trabalhadores semi-rurais; empregados domésticos; vendedores de Rua, ambulantes, guardas, prostitutas.

Pelo cruzamento dessas informações, confirmamos que as petições eram utilizadas por parcela significativa da população da cidade, incluindo os analfabetos, que as utilizavam pelas mãos de terceiros. Agrupando o povo das petições em

quatro blocos, conforme TABELA 4, percebemos que os moradores eram os principais demandantes, ou seja, as pessoas que tinham o seu cotidiano diretamente afetado pelo contexto urbano não ficaram passivas, mas agiram sobre ele. Em seguida, temos os profissionais da construção civil e comércio, o que indica a evidência dessas duas atividades, que estavam conectadas ao momento histórico da cidade. Esse leque de sujeitos históricos, envolvidos com o espaço urbano de Vitória, foi movido tanto obrigatoriamente quanto espontaneamente (TABELA 5). O elevado percentual de petições obrigatórias nos indica o rigor da legislação e a disposição da população em cumpri-la, no entanto não podemos desconsiderar as ações espontâneas. São essas que nos indicam o questionamento, a não aceitação, a atitude nem sempre cordial da sociedade em frente ao Estado.

TABELA 4 – O povo das petições com intervenção urbana: março/1892 a maio/1896

Demandantes	1892		1893		1894		1895		1896		Total	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Moradores	9	39,1	57	55,3	108	61,7	113	71,5	32	76,1	319	63,6
Profissionais da construção civil	6	26,0	28	27,1	26	14,8	21	13,2	6	14,2	87	17,3
Profissionais do comércio	6	26,0	13	12,6	29	16,5	15	9,4	3	7,1	66	13,1
Outros	2	8,6	5	4,8	12	6,8	9	5,6	1	2,3	29	5,7
Total	23	100	103	100	175	100	158	100	42	100	501	100

Fonte: AGMV, caixas 78, 79, 80 e 81

TABELA 5 – Petições com intervenção urbana, por natureza: maio/1892 a março/1896

Ano	Geral	Espontânea		Obrigatória	
		Absoluto	%	Absoluto	%
1892	23	10	43,0	13	57,0
1893	103	13	13,0	90	87,0
1894	175	43	25,0	132	75,0
1895	158	28	18,0	130	82,0
1896	42	5	12,0	37	88,0
Total	501	99	20,0	402	80,0

Fonte: AGMV, caixas 78, 79, 80 e 81

Segundo Carvalho (2003, p. 98), pode-se dizer que, na Primeira República, existiram três povos, ou caras do povo no Brasil:

A primeira cara, a mais visível, era a do povo das estatísticas. Por isso entendo o povo revelado pelos números censitários, o povo civil, a população em todas as dimensões de sua existência. A segunda cara era a do povo que aparecia nos momentos legalmente determinados para a manifestação política, as eleições. A terceira era a do povo da Rua, do povo ativo, que agia por conta própria, direta ou indiretamente motivado pela política.

Com os dados e as informações já apresentadas, podemos considerar que todos os povos de Carvalho estavam inseridos nos demandantes das petições, inclusive o povo das ruas, representado aqui pelas petições espontâneas. O povo das ruas era aquele que,

Além da ação espetacular das greves e revoltas, havia também atividade, embora menos organizada, em torno de problemas cotidianos. No dia-a-dia, a população da Capital da República, e certamente também de outras cidades, interagiu com autoridades, sobretudo policiais, para protestar e para reivindicar. Encontrava mesmo canais de se fazer ouvir, que não passavam nem pela representação, nem pela rebeldia (CARVALHO, 2003, p. 109).

Vale ressaltar que, no final do século XIX, os administradores municipais passaram a interferir de maneira mais direta no espaço físico da cidade. Essa situação também se verificou em Vitória, apesar de suas peculiaridades já descritas devido à sua posição de Capital do Estado e a conseqüente relação com o Governo

Estadual. A partir da legislação, o Governo Municipal influenciava a ordenação do espaço urbano existente e do futuro. Isso ficou evidente em seu Dec. nº. 2, de 5 de janeiro de 1893, que definia o poder municipal como o principal sujeito de intervenção no espaço urbano da Capital.

Decreto nº. 2, de 5 de janeiro de 1893

Art. 1º. – Nenhuma construção ou reconstrução predial será feita, d’ora avante, no perímetro da Cidade, sem que o respectivo proprietário, empreiteiro ou contractante sujeite a aprovação do Conselho do Governo Municipal, o plano ou planta da obra projectada.

Devido ao novo perfil republicano e moderno que Vitória deveria assumir, também se fez necessária a presença, nos quadros funcionais do município, de empregados especializados para conduzir e fiscalizar essas alterações. Foi assim que, como em Franca, “[...] a presença do engenheiro, possuidor da técnica racional, começa a ser solicitada pelas autoridades municipais, uma vez que a transformação da cidade teria que se processar em preceitos racionais modernos” (FOLLIS, 2004, p. 50). Paralelamente à atuação do engenheiro municipal, em Vitória, existiam dois fiscais, um para cada distrito da Capital, que eram responsáveis pela fiscalização da população no que se referia ao uso e ocupação do espaço urbano. Os fiscais eram assessorados por oito guardas fiscais. Esses profissionais eram de suma importância para o projeto de fazer de Vitória uma Capital republicana. Vejamos suas funções de acordo com o Decreto nº. 8, de 26 de janeiro de 1893, do Governo Municipal:

Art. 25 – Ao Engenheiro incumbe:

1º. – Levantar plantas de obras, orçar-as e apresentar bases dos contratos que se tiver de lavrar.

2º. – Fiscalizar as estradas mantidas pelos cofres do Governo Municipal, bem como abrir e preparar outras que se tornem de utilidade do Município sempre que lhe for determinado.

3º. – Transportar-se para qualquer ponto do município onde seus serviços sejam precisos.

4º. – Representar ao presidente sobre a conveniência de qualquer obra do município de utilidade pública, e dar parecer sobre qualquer reclamação n’esse sentido.

5º. – Dar parecer sobre propostas que se apresentarem para quaesquer obras de construcções prediaes.

6º. – Determinas a architectura dos prédios e a regularidade das Ruas, podendo para isso representar ao Presidente do Governo Municipal, indicando as desapropriações de casas e terrenos, e o typo geral das construcções e reconstrucções, tendo sempre em vista os preceitos da architectura moderna e hygiene.

7º. – Prohibir as reconstrucções de prédios condenados a serem demolidos, recuados ou puchados, de modo que todas as novas construcções e reedificações fiquem sujeitas ao novo plano que for traçado.

8º. – Regularisar as construcções urbanas, publicas e particulares, delimitando-se Ruas, Praças e cães, tendo sempre em vista a planta cadastral da Cidade.

[...]

Art. 27 – Nem uma obra publica se fará por conta dos cofres do município, sem previa planta e orçamento do engenheiro municipal.

[...]

Art. 30 – Aos Fiscaes compete:

1º. – Velar nos seus districtos pela fiel observância das posturas municipais, promovendo a sua execução pela advertência aos que forem a ellas sujeitos, ou particularmente, ou por meio de editaes.

2º. – Faser correições mensaes, não só para o cumprimento dos deveres que lhe são impostos, como também para a verificação da exactidão de balanças, pesos e medidas.

3º. – Dar contas ao presidente, trimensalmente, das necessidades de seus districtos e das providencias que julgarem necessárias á bem dos diversos ramos de serviço municipal.

4º. – Lavrar e assignar os termos de infracções do Código de Posturas, fasendo constar n'elles não só o dia, mês e anno, o logar em que se deu a infracção, nome das testemunhas, e finalmente todas as circunstancias da infracção.

5º. – Remetter ao presidente, no praso de 24 horas, os termos de infracção de multa.

6º. – Inspeccionar as casas de commercio e outros estabelecimentos onde se vendão gêneros alimentícios em grosso ou á retalho.

7º. – Visitar diariamente o matadouro publico, mercado, pontes publicas e quintaes e terrenos, verificando o seu estado de asseio.

8º. – Comparecer no lugar onde se der a infracção de posturas, logo que tenha conhecimento, attendendo com justiça as queixas e reclamações que lhe forem feitas contra abusos e não observância do Código de Posturas.

9º. – Verificar se as Ruas, estradas, caminhos, calçadas e pontes estão em bom estado de conservação para commodidade do transito publico.

10º. – Fazer correições ou visitas geraes para verificar se as posturas são fielmente observadas.

11º. – Levar ao conhecimento do presidente o estado em que se acharem as pontes publicas, estradas, calçamentos, caminhos, prédios arruinados, encanamentos e portos, pedindo as providencias que se tornarem precisas.

12º. – Prender, autoar e remetter á autoridade policial o infractor ou infractores do Código de Posturas, levando ao conhecimento do presidente.

13º. – Acompanhar ao médico em todas as deligencias que forem precisas.

14º. – Representar ao presidente contra os empregados que lhe forem subordinados, uma vez que faltem ao cumprimento de seus deveres.

15º. – Cumprir e faser cumprir as ordens que lhe forem determinadas.

16º. – Zelar, promover e activar os interesses da fazenda municipal, na exacta arrecadação de suas vendas.

17º. – Levar ao conhecimento do presidente todos os abusos e faltas que encontrarem em detrimento do serviço e interesse da fazenda municipal.

Art. 31 – Aos Guardas compete:

1º. – Velar pela fiel observância das posturas municipais.

2º – Exercer externamente todo o serviço de fiscalisação das vendas do município.

3º. – Levar ao conhecimento do fiscal as infrações do Código de Posturas.

4º. – Proceder as deligencias precisas para acautelar as rendas do município.

5º. – Fazer qualquer deligencia ordenada pelo Governo Municipal, ou pelo seu Presidente.

6º. – Observar e cumprir todas as disposições fiscaes tendentes ao serviço municipal e desempenhar outras obrigações de que for incumbido pelos seus superiores.

7º. – Cumprir as ordens e determinações dadas pelos fiscaes á quem são subordinados.

O engenheiro e os fiscais se reportavam directamente ao presidente municipal e não tinham nenhum vínculo hierárquico entre eles; já os guardas eram subordinados aos fiscais.

Outro dado a ser considerado, que também pode indicar a participação do povo das petições nos destinos da cidade, são as informações nos relatórios dos fiscais. Esses relatórios deveriam ser produzidos trimestralmente com a situação de

cada distrito da Capital e repassados ao presidente municipal, que avaliaria a necessidade da intervenção. Em nossa hipótese, no recolhimento desses dados, os fiscais mantinham contato com a população, que lhes passava suas necessidades e problemas. Eram moradores ou profissionais que se utilizavam do empregado público para fazer suas reivindicações. Dessa forma, apesar da característica negativa, para a sociedade, da função do fiscal, ele atuava como um veículo de reivindicações e reclamações, um meio de relacionamento entre a sociedade e o Estado.

Em seus relatórios de 24-12-1892 e 10-3-1893, os fiscais dos 1º. e 2º. distritos da Capital, João Corrêa da Cunha e José Rodrigues dos Santos, apresentaram um diagnóstico sofrível da situação da cidade. Prédios, ruas, travessas, cemitério, matadouro, praças, pontes, fontes e chafarizes precisavam de intervenção, além de apresentar propostas para a solução dos problemas, solicitaram atuação imediata do Governo Municipal, no intuito de evitar maiores danos e prejuízos no futuro.⁷⁶ No entanto, a atuação dos representantes do município não se restringia aos relatórios trimestrais; eles também apontavam problemas pontuais, como fez o fiscal do 2º. distrito, em 25-7-1895, em relação à necessidade de reparos no encanamento e na caixa geral do chafariz da “Villa Moscoso”, e também o guarda fiscal, Daniel Falcão de Gouvêa, encarregado da iluminação pública, em 17-8-1895, que pediu providências em relação a pouca luminosidade das ruas da Capital, o que dificultava a varrição e, conseqüentemente, a limpeza da cidade.⁷⁷ Em algumas situações, as ordens dos fiscais eram contestadas e questionadas, como fizeram Augusto Manoel de Aguiar, em 30-3-1894, Gregório Caetano Coutinho, em 12-4-1894 e Manoel Gomes das Neves Pereira, em 17-4-1894, em relação à demolição de prédios e embargo de obras.⁷⁸ Sendo assim, os fiscais participavam e interagiam com a população da cidade, compondo a rede de sujeitos que atuaram sobre a Capital.

Ainda de acordo com o Dec. nº. 8, além dos empregados da repartição municipal, responsáveis pelos negócios concernentes à administração e ao Governo Municipal da cidade, a municipalidade teria 16 empregados. Desses, 11 estariam vinculados diretamente ao movimento da cidade, ou seja, representavam o maior

⁷⁶ AGMV, Caixa 42.

⁷⁷ AGMV, Caixa 81.

⁷⁸ AGMV, Caixa 79.

percentual, a parcela mais significativa. Esse fato mostra a preocupação do município com o espaço urbano e o controle que exercia sobre ele. Outro índice que ratifica essa postura municipal é o valor que o governo previa gastar com a cidade nos orçamentos dos anos de 1893 a 1895 (TABELA 6): 55,9% de todo o gasto do município seria com a cidade, fosse, efetivamente, em obras ou em prestação de serviços para a sociedade. Sem dúvida, o Governo Municipal também foi responsável pelas transformações em Vitória.

TABELA 6 – Orçamento Municipal: gastos com a cidade em réis R\$, 1893 a 1895

	1893	1894	1895
Limpeza pública da cidade	18:000\$000	15:000\$000	18:000\$000
Custeio/Conservação do matadouro publico	800\$000	0	0
Custeio/Conservação da Praça do Mercado	300\$000	400\$000	400\$000
Conservação do cemitério publico	1:000\$000	1:000\$000	1:000\$000
Obras públicas do município	37:000\$000	82:000\$000	82:000\$000
Total de despesas com a cidade	57:100\$000	98:400\$000	101:400\$000
Despesa total	108:456\$000	168:106\$666	178:446\$666

Fonte: Vitória (1892, p. 48, 58, 70). (Dec. 10, 28-1-1893; Dec. 20, 10-1-1894; Dec. 27, 28-1-1895).

5.2 AS REGRAS E O COTIDIANO URBANO DE VITÓRIA NO PERÍODO JERONIMISTA

Nas TABELAS 7 e 8, verificamos que as petições continuaram a ser um usual instrumento no relacionamento da sociedade com o município, inclusive nas

questões que abordavam intervenções no espaço urbano.⁷⁹ Cerca de 40% de todos os pedidos se vinculavam a esse tema, indicando como essa questão era importante no cotidiano social do período.

TABELA 7 - Petições ao Governo Municipal: fevereiro/1908 a maio/1912

Ano	Geral	Com intervenção urbana	
		Absoluto	%
1908	311	66	21,2
1909	474	168	35,4
1910	249	183	73,5
1911	557	242	43,4
1912	270	74	27,4
Total	1861	733	39,4

Fonte: AGMV, caixas 94, 96; Semad, Semfa, Semob e Semurb 1909,1910,1911, 1912.

TABELA 8 - Petições com intervenção urbana, por esfera: fevereiro/1908 a maio/1912

Ano	Geral	Pública		Privada	
		Absoluto	%	Absoluto	%
1908	66	11	17,0	55	83,0
1909	168	16	10,0	152	90,0
1910	183	22	12,0	161	88,0
1911	242	10	4,0	232	96,0
1912	74	2	3,0	72	97,0
Total	733	61	8,0	672	92,0

Fonte: AGMV, caixas 94, 96; Semad, Semob 1909,1910,1911, 1912.

A TABELA 8 nos mostra que o número de intervenções pela esfera pública municipal foi pequeno no período. Acreditamos que essa constatação confirma que o Estado assumiu a responsabilidade de investir na Capital, principalmente em

⁷⁹ A partir de junho de 1909, as petições passaram a ser arquivadas por caixas indicando as Secretarias Municipais às quais se destinavam: Semad, Semfa, Semob e Semurb. Esse novo procedimento foi decidido pelos funcionários do AGMV, sem embasamento técnico. Vale ressaltar que, nesse período, a Intendência/Prefeitura Municipal ainda não era organizada por Secretarias, como indica a nova forma de arquivo. Para nossa pesquisa qualitativa, utilizamos as caixas Semad e Semob e, no levantamento dos números gerais, utilizamos todo o acervo. As caixas da Semfa e da Semurb de 1910 não foram localizadas, prejudicando os números específicos

relação às suas necessidades básicas. O Governo Municipal exerceu o papel de mantenedor e fiscalizador, enquanto o Governo Estadual, de realizador. O Dec. nº. 127, de 14-9-1908, exemplificou essa situação: o Governo Municipal transferiu para o governo do Estado o serviço de limpeza pública. O município auxiliaria, anualmente, o Estado na execução desse serviço com o valor do orçado municipal para a verba. O município abriu mão do valor das fiscalizações que realizaria sobre o serviço, mas sugeriu ao Estado que revertisse o valor para o ente municipal. Assim, o Estado assumiu um serviço básico da Capital, que deveria ser de responsabilidade do município.

A gestão da Capital foi alterada, durante o governo de Jeronymo Monteiro, com a criação da Prefeitura de Vitória pela Lei Estadual nº. 582, de 14-2-1908. Foi indicado, como seu primeiro prefeito, Ceciliano Abel de Almeida, que tomou posse em 9-2-1909. Sendo assim, na Capital, além dos governadores municipais,⁸⁰ existia o lugar de prefeito municipal, de nomeação do presidente do Estado. Em relação ao espaço urbano dos municípios, o art. 37 definiu o que era responsabilidade do Governo Municipal:

desse ano, porém não afetaram o indicativo final: excluindo o ano de 1910 do resultado final, chegamos a um percentual de 34,1% de petições com intervenção urbana, número bastante significativo (TABELA 7).

⁸⁰ Nove para a Capital, sete para as cidades e cinco para as vilas. Após a eleição dos governadores, foram eleitos, entre eles, o presidente e vice-presidente do Governo Municipal (ES, 1909a, p. 139, 141).

- [...] 4º. Pôr em hasta publica a arrematação de obras, contractos, fornecimentos e qualquer melhoramento que se emprender no município;
- 5º. Auctorizar seu Presidente a mandar fazer por administração, quaesquer serviços, quando convier aos interesses municipaes;
- 6º. Decretar o seu Código de Posturas e fazel-o cumprir;
- 7º. Cuidar com o maior desvelo do estado sanitário do município, fazendo remover todas as causas que, directa ou indirectamente, possam prejudical-o;
- 8º. Reclamar da auctoridade sanitária o auxilio necessário á boa execução de medidas ao seu peculiar interesse;
- 9º. Impor multas e penas aos infractores dos preceitos hygienicos; [...]
11. Zelar pelas boas condições hygienicas internas e externas das habitações; [...]
14. Determinar a architectura dos prédios e a regularidade das Ruas, podendo para isso desapropriar casas e terrenos; [...]
18. Regularisar as construcções urbanas, delineamentos de Ruas, Praças, e caes, tendo sempre em vista as respectivas plantas cadastraes; [...]
20. Fiscalisar e manter, com a decencia que precisa, os cemitérios públicos já secularisados e fundar novos em logar prescripto pela hygiene; [...]
24. Contrahir empréstimos destinados a obras e melhoramentos municipaes, estabelecendo a forma, condições e amortisação dos mesmos; [...]

Pelo art. 45, ainda da referida Lei, o prefeito tinha ascendência sobre o Governo Municipal: “O Prefeito suspenderá as leis e resoluções do Governo Municipal, oppondo-lhe o veto, sempre que as julgar inconstitucionaes, contrarias ás leis federaes ou do Estado, aos direitos de outros municípios, ou aos interesses do próprio município.” O cargo era remunerado e seu ocupante, preferencialmente, também deveria ser o diretor de Obras Públicas do Estado. Dessa forma, as funções de servidor estadual e municipal se confundiam, demonstrando a clara gestão do Estado sobre a Capital. O prefeito também tinha responsabilidades directas sobre o urbano da Capital:

Art. 48. Ao Prefeito compete:

[...] § 9º. Determinar a realização de obras de reconhecida necessidade, desde que haja para ellas créditos no orçamento.

§ 10. Organizar a escripturação, arrecadação e guarda da receita, assim como os serviços necessários á execução e fiscalização das obras; [...]

§ 12. Regular a abertura e denominação de Ruas, Praças, estradas e caminhos, bem com o respectivo policiamento, o livre transito, o alinhamento e embelezamento, a irrigação, os exgottos pluviaes, o calçamento e a illuminação.

§ 13. Reclamar do Estado os bens que pertençam ao município. [...]

Art. 49. A iniciativa da despeza, bem como a da criação de empregos municipaes e de recurso a empréstimos e operações de credito, compete ao Prefeito.

A homologação da Lei nº. 3, de 30-3-1909, pelo prefeito da Capital, reforçou o desejo pelo controle do espaço urbano da cidade e da mobilidade de sua população. A partir dessa lei, ficou proibido que as casas comerciais funcionassem aos domingos e também se estabeleceu que, nos dias de festas nacional ou estadual, esses mesmos estabelecimentos só abrissem até o meio dia. Algumas exceções eram aceitas, como farmácias, hotéis, restaurantes, botequins, bares e bilhares.

A repartição da Prefeitura foi organizada a partir da Lei nº. 4, de 2-4-1909, que indicou o prefeito de Vitória como o chefe de toda a organização administrativa e superintendente de todos os serviços municipais. A prefeitura ficou dividida em três secções: 1ª - da Procuradoria Geral, 2ª - da Higiene Municipal e 3ª - de Obras e Viação, comandadas, respectivamente, por um procurador-geral, por um médico e por um engenheiro. Em seu Capítulo VI, art. 33, a lei descreveu a função da 3ª seção, que era composta do engenheiro municipal e de um agente fiscal: “A Secção de Obras e Viação incumbe a rigorosa fiscalização sobre tudo que concernir a obras e viação municipaes; a vigilância sobre as estradas, caminhos, pontes, Ruas, chafarizes e Praças publicas”. E seguiu informando as obrigações dos seus servidores:

Art. 35 – Ao Engenheiro Municipal, como Chefe da Secção de Obras e Viação, compete:

- 1º. Levantar plantas de obras, orçar-as e apresentar bases dos contractos relativos a obras e viação que se tiver de realizar;
- 2º. Fiscalisar as estradas mantidas pelos Cofres da Prefeitura Municipal, bem como abrir e preparar outras que se tornem úteis ao Município e sempre que isto lhe for ordenado pelo Prefeito;
- 3º. Transportar-se para qualquer ponto do Município, onde seus serviços sejam necessários;
- 4º. Representar ao Prefeito sobre a conveniencia de quasquer obras de utilidade publica do Município e dar parecer sobre qualquer reclamação neste sentido;
- 5º. Dar parecer sobre propostas que forem apresentadas para qualquer obra;
- 6º. Determinar a architectura dos prédios e a regularidade das Ruas, podendo para isto representar ao Prefeito indicando as desapropriações de casas e terrenos, e organizar o typo geral das construcções e reconstrucções, tendo sempre em vista os preceitos de architectura moderna e hygiene;
- 7º. Proibir as reconstrucções de prédios condemnados a serem demolidos, recuados ou puchados, de modo que, todas as construcções ou reedificações fiquem sujeitas ao novo plano que for traçado;
- 8º. Organisar regulamentos para o serviço de fiscalisação relativo a obras e viação, executando-os depois de approvados pelo Prefeito;
- 9º. Apresentar relatórios annuaes;
10. Velar pela fiel execução das leis e mais disposições da Prefeitura no que concernir ao serviço de obras e viação;
11. Impôr penas determinadas no Código ou outras Leis da Prefeitura aos infractores dos preceitos relativos á Secção a seu cargo.

Art. 36 – Ao Agente Fiscal da Secção de Obras e Viação incumbe:

- 1º. Percorrer diariamente a Cidade, para o fim de fazer cumprir as Leis, Decretos e mais disposições da Prefeitura attinentes ao serviço de obras e viação;
- 2º. Observar fielmente as instrucções que receber do Engenheiro Municipal;
- 3º. Comparecer diariamente á Repartição, ás horas determinadas pelo art. 40 \$ único, afim de receber as ordens de serviço;
- 4º. Apresentar ao seu Chefe uma parte diária do serviço a seu cargo;
- 5º. Lavar os termos de multa por infracção de, leis e mais preceitos da Prefeitura attinentes ao serviço de obras e viação.

A importância desses funcionários, principalmente do engenheiro municipal, na transformação da cidade de Vitória ficou evidente no art. 39: “Nenhuma obra publica se fará por conta dos Cofres Municipaes sem prévia planta e orçamento do Engenheiro Municipal.”

Os arts. 44 e 45 reforçaram o domínio do prefeito sobre a Capital e, consequentemente, do presidente do Estado sobre a mesma cidade, tendo em vista a relação de dependência entre os dois políticos:

Art. 44 – Os Chefes de Secção da Repartição da Prefeitura Municipal, bem como o Secretario, serão de immediata confiança do Prefeito.

Art. 45 – Todo o pessoal da Prefeitura Municipal será nomeado ou demitido pelo Prefeito.

A Lei nº. 8, de 6-4-1909, autorizou o prefeito a regular as construções e reconstruções no perímetro urbano de Vitória. Essa regulamentação foi feita a partir do Dec. nº. 3, de 17-4-1909:

Art. 1º. – Nenhuma obra de construcção, reconstrucção, accrescimo e modificações de prédios poderá ser começada do Forte de S. João ao Matadouro de Santo Antonio, sem licença da Prefeitura.

§ 1º. - Nas demais zonas do município ficarão as construcções apenas sujeitas ao preparo do solo pela drenagem e aterro, quando afastadas pelo menos dez metros do eixo das estradas, dependendo de arRuação no caso contrario.

§ 2º. – As construcções do arrabalde `Suá´ ficarão durante dois annos a contar da data do presente decreto, isentas do pagamento de licença e emolumentos.

A normalização feita deixou claro o que se considerava perímetro urbano: o espaço entre o Forte São João e o arrabalde de Santo Antônio. Sendo assim, as demais áreas ficaram com regras mais amenas. O incentivo às construções no Suá também foi significativo, indicando o interesse na expansão da cidade para o norte. Na análise das petições, não foram localizados dados para confirmar o impacto desse incentivo na região. O art. 12 reforçou o tratamento diferenciado dado às áreas consideradas não urbanas e às regiões que não eram habitadas pela parcela da população que representava a busca pelo modelo republicano e moderno, como a Vila Rubim:

Art. 12 – Todo o terreno em que haja ou não construção será fechado por muro e gradil, mediante requerimento e pagamento de arRuação.

Na Villa Rubim mediante o mesmo requerimento e pagamento de arRuação serão permitidas, a juízo do Engenheiro Municipal, cerca de zinco ou de madeira, o que não isenta o proprietário de novo pagamento, quando no terreno se construir definitivamente.

Os proprietários dos prédios existentes que não satisfizerem esta condição, serão intimados a fazel-o.

§ 1º. – Três mezes depois de terminado o aterro da Villa Moscozo, serão intimados todos foreiros e proprietarios de terrenos a cumprir o estabelecido n'este artigo.

§ 2º. – Nos terrenos do `Suá' e outros pontos fora do perímetro da Cidade poderão ser construídas cercas de espinho que serão cuidadosamente aparadas, independente de qualquer pagamento.

O Dec. nº. 3 estabeleceu as condições que deveriam satisfazer todos os prédios a construir ou reconstruir na Capital, inclusive concedendo benefícios para reformas em locais centrais da cidade, como descrito no art. 15, em seu § 2º

Os proprietários que apresentarem plantas que forem aprovadas para modificação das fachadas dos prédios á Rua Primeiro de Março, Alfândega e Commercio, e iniciarem as obras até 31 de Maio do corrente anno serão isentos do pagamento de licença e de todos os emolumentos, os que apresentarem até 15 de junho pagarão com o abatimento de 75% e os que apresentarem até 31 de Agosto pagarão com o abatimento de 50%; d'ahi em diante pagarão a taxa da licença e os emolumentos do presente decreto.

Apesar das regras, o § 3º. do art. 15 permitia tratamento diferenciado para algumas obras, uma nítida referência aos interesses do governo no relacionamento com uma parcela da sociedade:

E' permitido construir-se um edifício em qualquer dos estylos architectonicos, ainda que se afaste das prescripções do presente decreto; em tal caso porém o Engenheiro Municipal poderá, de accôrdo com o proprietario ou constructos, propor as modificações ou correcções que julgar acertadas.

Além das regras gerais, o decreto também estabeleceu procedimentos específicos para as casas de habitação, comerciais, habitações coletivas e grupos de habitações, casas de madeira e de divertimento, construção de estábulos, arborização das ruas e reforma completa das faces visíveis de todos os imóveis da

via pública. O Governo Municipal buscou estabelecer uma uniformização e padronização da cidade, no sentido de reverter suas características coloniais, como referenciado pelo próprio presidente do Estado. A Prefeitura assumiu o papel de fiscalizadora e mantenedora do novo desenho urbano que Vitória deveria ter, um papel disciplinador e operacional, deixando para o Estado as definições e as ações estratégicas. O engenheiro municipal era a figura central desse processo e o responsável no município para atestar se as construções e reconstruções estavam de acordo com o decreto, assim como as condições de higiene e segurança dos imóveis. A figura do profissional técnico mais uma vez foi valorizada, símbolo dos novos tempos e ares republicanos.

No Dec. nº. 15, de 11-8-1910, o Governo Municipal estabeleceu um grande incentivo às construções em Vitória, o que demonstrou seu interesse no remodelamento da cidade. As construções teriam benefícios dentro de um período específico: início até 31-12-1910, conclusão até 30-6-1911. Esse decreto contribuiu para as obras no período: das 161 petições para intervenções em imóveis privados em 1910 (TABELA 8), 35 (22%) citaram e solicitaram seus benefícios. Importante é ressaltar que essas facilidades só passaram a existir a partir de agosto de 1910:

Art. 1º. - Toda a construção de prédio que se iniciar no perímetro urbano desta Cidade, até o dia 31 de Dezembro do corrente anno, independará do pagamento de quasquer emolumentos.

§ Único – Independará igualmente do pagamento de emolumento a collocação de passeios dentro do praso estabelecido neste artigo.

Art. 2º. – A Prefeitura Municipal fornecerá gratuitamente plantas para construcção e reconstrucção de prédios, no perímetro urbano, no praso de que trata o art. 1º deste decreto.

Parece-nos que a escassez e a situação precária de prédios/casas na Capital eram um dos maiores problemas da cidade. Reforçam essa afirmação as Leis nº. 53 e 54, ambas de 1-7-1911. A primeira prolongou as facilidades do Dec. 15, estabelecendo isenção de emolumentos para as construções e reconstruções, em Vitória, durante dois anos. A segunda instituiu prêmios para as melhores construções ou reconstruções no perímetro urbano, ficando evidente a preocupação não só com a quantidade, mas também com a qualidade das obras, como definiu o art. 3º. da Lei nº. 54: “Os prêmios poderão ser disputados por um mesmo individuo ou associação e só poderão ser conferidos a prédios de notório valor e que satisfaçam as exigências da hygiene e da esthética”.

As regras e normas instituídas pelo Governo Municipal influenciaram, ou pretenderam influenciar, o movimento da cidade e a ação de sua sociedade. Sociedade essa representada nos autores das petições (TABELA 9), que foram impelidos a agir de forma obrigatória ou por decisão própria (TABELA 10).

TABELA 9 – O povo das petições com intervenção urbana: fevereiro/1908 a maio/1912

Demandantes	1908		1909		1910		1911		1912		Total	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Moradores	36	54,0	121	72,0	132	73,0	209	87,0	61	83,0	559	76,0
Profissionais da construção civil	13	20,0	31	19,0	30	16,0	22	9,0	4	5,0	100	14,0
Profissionais do comércio	7	11,0	14	8,0	11	6,0	3	1,0	1	1,0	36	5,0
Outros	10	15,0	2	1,0	10	5,0	8	3,0	8	11,0	38	5,0
Total	66	100	168	100	183	100	242	100	74	100	733	100

Fonte: AGMV, caixas 94, 96; Semad, Semob 1909,1910,1911, 1912.

TABELA 10 – Petições com intervenção urbana, por natureza: fevereiro/1908 a maio/1912

Ano	Geral	Espontânea		Obrigatória	
		Absoluto	%	Absoluto	%
1908	66	5	8,0	61	92,0
1909	168	15	9,0	153	91,0
1910	183	50	27,0	133	73,0
1911	242	122	51,0	120	49,0
1912	74	11	15,0	63	85,0
Total	733	203	28,0	530	72,0

Fonte: AGMV, caixas 94, 96; Semad, Semob 1909,1910,1911, 1912.

O perfil dos demandantes (TABELA 9), além de sugerir as características da cidade a partir da concentração dos profissionais na construção civil e do comércio, reafirma o que já foi identificado para o período de 1892 a 1896: os moradores eram os maiores demandantes. Os sujeitos do cotidiano formavam a parcela mais

significativa, confirmando que o instrumento da petição não era utilizado apenas por profissionais, mas, principalmente, pela sociedade civil que fazia desse documento o veículo de relacionamento com o Governo Municipal.

A TABELA 10 também reforça o que já identificamos para o período de Moniz Freire, o maior percentual era de petições obrigatórias, vinculadas ao cumprimento de alguma legislação, enquanto as espontâneas representavam a menor parte, mas não a menos importante. É a partir delas que conseguimos detectar o relacionamento direto da sociedade com o Poder Municipal, sem a obrigatoriedade da ação. A disparidade para o ano de 1911, em relação às petições espontâneas e obrigatórias, ocorreu devido ao Dec. nº. 16, de 4-8-1911, que possibilitou a formalização dos aforamentos na cidade, de acordo com o interesse dos demandantes: “Art. 14: Serão concedidos, a título de emphyteuse, a quem requerer ao Prefeito, os terrenos pertencentes ao Município”. Esse mesmo decreto reviu a regularização dos serviços da seção de obras e viação da Prefeitura, ratificando as responsabilidades do ente público municipal sobre o espaço de Vitória:

Art. 1º. Todos os serviços concernentes a Obras e Viação do Município da Victoria ficarão a cargo da 3ª Secção da Prefeitura, que se comporá de um chefe Engenheiro, um Auxiliar desenhista e dos Guardas Municipaes aos quaes forem commetidos os serviços de fiscalisação attinentes a este departamento.

O engenheiro municipal continuou a ser o servidor mais importante nas definições do espaço urbano da cidade. Além de dirigir a 3ª Seção, era o responsável por todos os pareceres e decisões sobre o assunto. O auxiliar desenhista e os guardas municipais davam suporte ao engenheiro, tendo como foco a organização dos serviços, o cumprimento das regras e a fiscalização. O quadro técnico confirmava sua importância na gestão pública municipal.

A Prefeitura também agiu sobre o espaço urbano de Vitória, como registraram os Decretos do Conselho Municipal nº. 44 e 45, de 26-12-1910, que autorizaram a construção do Palácio Municipal, para abrigar a Prefeitura e o Conselho, e o novo mercado público, respectivamente. Essas ações não se deram apenas na construção de prédios, mas também na venda, cessão e desapropriação de terrenos, assim como na definição dos tipos de intervenção nas ruas. Conforme a Lei nº. 56, de 2-9-1911, “Art. 1º. Fica o Prefeito autorizado a vender os terrenos da Praça ‘Paula Castro’ ao Banco Hypothecario e Agrícola [...]. Art. 2º. Á

Municipalidade faz cessão dos direitos que tem sobre o ‘Éden Parque’ ao Banco Hypothecario e Agrícola”. A Lei nº. 57, de 2-9-1911, assim prescrevia: “Art. 1º. Fica o Prefeito autorizado a estabelecer typos de passeios relativamente a cada Rua que for sendo convenientemente preparada.” Já a Lei nº. 63, de 30-3-1912, determinava: “Art. 1º. Fica o Prefeito autorisado a vender os terrenos pertencentes ao Município, que julgar de interesse publico, sujeitando seu acto á aprovação do Conselho”. E a Lei nº. 66, de 30-3-1912: “Art. 1º. Fica o Prefeito autorizado a fazer as desapropriações que julgar de utilidade publica”.

TABELA 11 – Orçamento Municipal: gastos com a cidade em réis R\$, 1909 a 1911

	1909	1910	1911
Limpeza pública	15:000\$000	24:000\$000	40:000\$000
Iluminação e asseio do mercado	0	0	1:000\$000
Arborização e conservação	1:000\$000	0	0
Obras públicas	45:000\$000	16:000\$000	16:000\$000
Cemitério público	1:440\$000	1:000\$000	1:000\$000
Serviço sanitário	1:000\$000	2:000\$000	2:000\$000
Total de despesas com a cidade	63:440\$000	43:000\$000	60:000\$000
Despesa total	141:564\$000	124:363\$672	148:403\$672

Fonte: Vitória, 1901, p. 51. (Dec. nº. 121, 14-9-1908); Espírito Santo, 1911a, p. 56. (Lei nº. 17, 16-9-1909); Vitória, [1909?], p. 46. (Dec. nº. 36 do Conselho Municipal, 12-11-1910. Para 1911, o item “Iluminação e asseio do mercado” passou a ser apenas “Asseio do mercado”).

A TABELA 11, que apresenta os gastos do orçamento municipal com a cidade nos anos de 1909 a 1911, ratifica a importância do poder municipal como sujeito que agiu sobre o espaço urbano da Capital do Espírito Santo. De toda despesa do município, 39,9% foram aplicadas no espaço urbano de Vitória, na sua manutenção, na execução de pequenas obras e prestação de serviços. Apesar de ser o menor percentual aplicado sobre a cidade, em relação aos períodos analisados, mantém-se a hegemonia do tema nos pedidos.

Cada segmento, dentro de suas possibilidades, interferiu na construção da Vitória republicana. Não podemos esquecer a importância e o poder do Estado nesse processo, como ficou mais uma vez evidente no Dec. nº. 13, de 24-5-1912. Apenas um dia após deixar a presidência do Espírito Santo, uma das principais ruas

da cidade, a Rua da Alfândega, passou a se chamar “Jeronymo Monteiro”, uma deferência aos relevantes serviços prestados a Vitória e considerando que o povo do município precisava significar de um modo duradouro sua gratidão. Uma homenagem em vida a um dos gestores públicos fundamentais para a transformação do espaço urbano da Capital.

5.3 O CONTEXTO LEGAL E O REFLEXO NO ESPAÇO URBANO DE VITÓRIA DURANTE O GOVERNO DE FLORENTINO AVIDOS

As petições municipais ratificaram, durante o Governo Estadual de Florentino Avidos, sua situação de veículo de comunicação entre o Governo Municipal e a sociedade de Vitória, inclusive adquirindo publicidade instituída pela Lei municipal nº. 252, de 6-1-1924, em seu art. 72: “O assumpto de cada requerimento, em extracto, contendo a substancia do pedido e o nome do requerente, será publicado com o respectivo despacho”. A TABELA 12 mostra os números absolutos e o percentual significativo de petições com foco nas intervenções urbanas.

TABELA 12 - Petições ao Governo Municipal: maio/1924 a junho/1928

Ano	Geral	Com intervenção urbana	
		Absoluto	%
1924	318	166	52,0
1925	528	153	29,0
1926	370	185	50,0
1927	312	132	42,0
1928	202	81	40,0
Total	1730	717	41,0

Fonte: AGMV, Semad, Semfa, Semob e Semurb, 1924, 1925, 1926, 1927, 1928.

TABELA 13 - Petições com intervenção urbana, por esfera: maio/1924 a junho/1928

Ano	Geral	Pública		Privada	
		Absoluto	%	Absoluto	%
1924	166	1	1,0	165	99,0
1925	153	4	3,0	149	97,0
1926	185	8	4,0	177	96,0
1927	132	2	2,0	130	98,0
1928	81	5	6,0	76	94,0
Total	717	20	3,0	697	97,0

Fonte: AGMV, Semad, Semob, 1924, 1925, 1926, 1927, 1928.

A TABELA 13 confirma a pequena margem de intervenções pela esfera pública no período. O percentual é o menor dos três períodos analisados e pode ser entendido a partir dos contratos assinados entre o Estado e o Município para a gestão da infra-estrutura da Capital. A raridade de obras públicas registra a ausência da Prefeitura e a presença do Estado no espaço urbano de Vitória, apesar das responsabilidades do Executivo Municipal instituídas na Lei estadual n.º 1468.

A Lei n.º 1468, de 14-8-1924, em seus arts. 1º e 2º, normatizou a organização municipal do período: o Estado seria dividido em municípios autônomos, que deveriam ter espaço territorial definido em lei e administração própria no que diz respeito aos interesses que lhe são peculiares.⁸¹ Ficou definido, nos arts. 17 e 18, que os negócios do município seriam governados pela Câmara Municipal, como órgão legislativo, e pelo presidente da Câmara ou pelo prefeito municipal, como órgão executivo. A Câmara Municipal seria composta de nove vereadores na Capital, sete nos municípios com sede em cidade e cinco naqueles com sede em vilas. O art. 22 reafirmou o poder do Estado sobre a Capital: “No Municipio da Capital haverá um prefeito de livre nomeação e demissão do Presidente do Estado e pago pelos cofres municipaes”.

A competência do prefeito, em relação à cidade, foi definida em determinados itens do art. 56: sancionar, promulgar ou vetar as leis votadas pela Câmara Municipal; expedir decretos, instruções e regulamentos necessários à execução das

⁸¹ Novamente não foi definido o que seria “[...] aos interesses que lhe são peculiares”. Dessa forma, o Estado continuava livre para dar as cartas no relacionamento com os municípios.

leis municipais; estabelecer as regras e vantagens relativas à exploração de serviços que devam ter administração própria; nomear e demitir funcionários da Prefeitura; promover os meios de saneamento do município, em acordo com o Estado; impor multas por infração de preceitos higiênicos, leis e posturas municipais; zelar pelas condições higiênicas, internas e externas, das habitações; providenciar para que as edificações obedeam às exigências da lei; regular a abertura e denominação de ruas, praças, estradas e caminhos, bem como o respectivo policiamento, o livre trânsito, o alinhamento, o embelezamento, a irrigação, os esgotos pluviais, o calçamento e a iluminação; obrigar os proprietários e locatários de terrenos marginais às estradas públicas a tê-las sempre desobstruídas e limpas; marcar o período em que devem ocorrer os trabalhos de conservação de estradas e desobstrução de rios particulares; regularizar as construções urbanas, alinhamentos de ruas, praças e cais, obedecendo às referidas plantas; fiscalizar e manter os cemitérios públicos já secularizados e fundar novos, seguindo os princípios da higiene. Apesar da legislação, conhecemos a relação do Executivo Municipal com o Estadual, o que deturpava, inviabilizava ou subordinava certas ações do prefeito, apesar de autorizado legalmente.

Não obstante a supremacia do Estado sobre Vitória, algumas legislações municipais investiram o município de responsabilidades sobre certos processos operacionais, ratificando a legislação estadual: Dec. n.º 263, de 31-12-1924: “Art. 1º. Fica o Prefeito Municipal autorizado a proceder a reforma da collocação de placas de numeração de prédios e denominação das Ruas e Praças desta Capital”; e o Dec. n.º. 289, de 25-9-1926,

Art. 1º. Fica o Prefeito Municipal autorizado a contrahir um empréstimo de Rs: 2.000:000\$000 (dois mil contos de reis), vencendo juros annuaes até 8% (oito por cento), com o fim especial de concluir os serviços de calçamento de diversas Ruas da Capital, da reconstrucção do prédio onde funccionam a Prefeitura e Câmara Municipal, aquisição dos novos mercados construídos pelo Governo do Estado, e levar a effeito outros melhoramentos de imprescindível realisação.

Conforme o Dec. n.º. 316, de 22-3-1928, “Art. 1º. Ficam approvados o projecto do futuro Balneário de Cambury e a respectiva planta dos arRuamentos bem como a despesa já effectuada com o inicio da estrada que vai ter aquelle lugar”. Já o Dec. n.º. 321, de 14-4-1928, estabelece:

Considerando que já se acha concluída a construção do novo Mercado, sito a Avenida Cleto Nunes, de iniciativa do operoso Governo do Estado;

Considerando que a fiscalização desses estabelecimentos é da competência da Prefeitura;

Considerando mais que esse próprio estadual está situado em zona que a Prefeitura necessita quanto antes, melhorar, começando pelo indispensável calçamento da Avenida Cleto Nunes;

Considerando ainda que a Prefeitura com a renda actual, deante dos innumerables melhoramentos de que carece ainda a nossa Capital, não pode propor a compra desse Mercado senão para pagamento em prestações mensais;

Decreta:

Artigo 1º. Fica o Prefeito Municipal autorizado a propor ao Governo do Estado a compra do Mercado situado á Avenida Cleto Nunes, em prestações mensaes do valor de Rs: 3:000\$000 (três contos de rs), pagáveis durante o tempo necessário ao complemento de quantum despendido pelo mesmo Governo na construção do Mercado.

Além das ações operacionais, a Prefeitura, por meio de incentivos, doações e facilidades, interferiu no espaço urbano de Vitória, visando aos melhoramentos e transformação da cidade. Listamos alguns decretos com esse perfil:

Decreto 256, 01.12.1924

Art. 1º. Fica o Sr. Prefeito Municipal autorizado a conceder o Sr. Fernando Ozório de Miranda, por espaço de 10 annos, a isenção de todos os impostos para o funcionamento de uma lavanderia e tinturaria chimica, que pretende montar nesta Capital.

Decreto 257, 01.12.1924

Art. 1º. Fica o Sr. Prefeito Municipal autorizado a conceder, durante 5 annos, isenção do imposto industria e profissão ao Sr. Antonio Plínio de Almeida, para o fabrico de chocolate e demais productos que manufaturar com cacao deste Estado.

[...]

Decreto 262, 31.12.1924

Art. 1º. É concedida ao Sr. André Carloni isenção de imposto predial e taxa domiciliaria, durante dez (10) annos, sobre o edificio que pretende construir nesta Capital, na Praça Costa Pereira, para nelle funcionar um Cine-Theatro.

[...]

Decreto 270, 15.07.1925

Art. 1º. Fica concedido ao Sr. Dr. Olyntho Couto Aguirre, isenção de quaesquer impostos municipaes, pelo prazo de cinco annos, afim de montar nesta Capital uma industria de construcções de embarcações e outros artefactos de cimento armado.

[...]

Decreto 292, 18.12.1926

Art. 1º. Fica concedido ao commerciante Henrique Cerqueira Lima Filho ou empreza que organizar, o direito pelo prazo de dez annos, para a exploração de uma fabrica de tecidos de juta nesta Capital, para o que lhe fica assegurado isenção dos impostos municipaes que posam incidir sobre a mesma concessão.

[...]

Decreto 294, 18.12.1926

Art. 1º. Fica concedida a firma commercial desta Praça João Tuffy & Comp., isenção dos impostos municipaes, pelo prazo de cinco annos, para instalar uma officina de artefactos de tecidos, nos moldes das suas congêneres.

[...]

Decreto 300, 30.12.1926

Art. 1º. Fica concedido ao Sr. Paulo de Vasconcellos, pelo prazo de dez annos, a concessão para a construção e exploração de um mercado, no bairro da Praia Comprida, abrangendo até a Praia do Suá, nos moldes da planta apresentada.

[...]

Decreto 304, 16.08.1927

Art. 1º. Fica desde já concedido o auxilio de Rs: 50:000\$000 (cincoenta contos de reis) ao medico, cirurgião, ou sociedade, formada por estes profissionais de reconhecida idoneidade e que venham exercendo a clinica na Capital ou no Estado, para o fim de estabelecer nesta cidade uma casa de saúde, com dependências annexas para uma maternidade.

[...]

Decreto 309, 26.11.1927

Approva o acto do Sr. Prefeito Municipal desta Capital, doando ao Collegio de Nossa Senhora Maria Auxiliadora uma faixa de terreno ao longo da Rua Coutinho Mascarenhas.

[...]

Decreto 320, 14.04.1928

Art. 1º. Fica concedida a fabrica de charutos que o Sr. Zeferino Leopoldo Piragibe pretende montar nesta Capital, a isenção de todos os impostos municipaes, pelo tempo de cinco annos.

[...]

Decreto 323, 04.06.1928

Art. 1º. Fica concedido gratuitamente ao 'Victoria Tennis Club' á área actualmente occupada pelo Rink no lugar Parque Moscoso, nesta Capital, para o fim de construir a sua sede e demais dependências.

[...]

Decreto 327, 04.06.1928

Art. 1º. Fica concedido durante dez (10) annos, isenção do imposto predial e taxa domiciliaria ao edificio 'Gloria' de propriedade da firma Santos & Comp., que está sendo construído nos terrenos do antigo 'Éden Parque' (Avenida Capichaba), e bem assim o do imposto de industrias e profissões que incidirem sobre o cinema, theatro, hotel e outras diversões que se installarem no referido edificio, a contar das datas das respectivas inaugurações.

O Governo Municipal se preocupou também em reorganizar a administração dos serviços a seu cargo, feita a partir da Lei nº. 252, de 6.-11-1924. No art. 1º,

enumerou todos esses serviços que, maciçamente, se referiam ao espaço urbano da cidade. Dos 11 itens elencados, apenas dois⁸² não se referiam a esse assunto:

- 1º. A administração do patrimônio municipal;
- 2º. Alinhamento, limpeza, calçamento, alargamento, denominação e numeração de Ruas e Praças; demolição de prédios arruinados; construção, conservação e reparação de ruas, jardins públicos, muros, calçadas, pontes, fontes, lavanderias, viaductos e em geral logradouros públicos; construções de benefício comum dos habitantes ou para decoração e ornamentação da cidade.
- 3º. Servidões publicas, estradas e caminhos na zona rural do Município;
- [...]
- 5º. Matadouros, açougues, feiras e mercados públicos; designação de local para fabricação, deposito e venda de fogos de artifício, pólvora e outros productos inflammaveis, e de industrias insalubres, perigosas ou incommodas;
- 6º. Fiscalisação dos gêneros alimentícios, dos supprimentos d'água á população, dos serviços de esgotos e iluminação publica, de jogos, espectaculos e divertimentos públicos;
- [...]
- 8º. Vehiculos e meios de transporte urbano;
- 9º. Hospitaes e estabelecimentos pios de caridade ou de beneficência;
- 10º. Cemitérios e serviços de enterramentos;
- 11º. Hygiene publica em geral do Município, conservação das matas e florestas circumvisinhas á Capital do Estado.

O prefeito municipal continuava a ser, legalmente, o condutor dos assuntos da cidade, como ratificaram os artigos a seguir:

⁸² Itens 4 e 7.

Art. 2º. O Prefeito Municipal, como chefe do Poder Executivo do Município, superintende todos os serviços a cargo da municipalidade, na forma das leis do Estado e Município.

Art. 3º. Incumbe ao Prefeito:

[...]

4º. Executar as obras e serviços públicos, autorizados por lei;

5º. Administrar os próprios municipaes;

[...]

Art. 19. Todo o pessoal da administração municipal é de nomeação e demissão do Prefeito, com excepção do pessoal contractado que será admittido e dispensado pelos directores dos serviços administrativos a que forem subordinados.

Art. 20. Serão de livre nomeação do Prefeito os cargos de Secretario da Prefeitura, Medico municipal, Procurador da Fazenda e Directores da Fazenda e de Obras e Viação.

[...]

Art. 69. Todos os requerimentos, representações e papeis referentes a interesses das partes serão dirigidos ao Prefeito Municipal, por intermédio da Secretaria da Prefeitura.

A Lei nº. 252, em seu art. 12, distribuiu as responsabilidades pela administração do município em três esferas: Secretaria da Prefeitura, Diretoria da Fazenda Municipal e Diretoria de Obras Publicas e Viação Municipal. Essa diretoria teria as seguintes incumbências, conforme o art. 15:

1º. Todos os serviços relativos aos melhoramentos materiaes, obras publicas e viação do Município, construcções, reconstrucções, reparos e demolições de prédios;

2º. Fiscalização e conservação dos jardins públicos, cemitérios, fontes, lavanderias, mattas e florestas do Município;

3º. Conservação dos próprios municipaes, os serviços de água, exgottos e illuminação publica, quando sob a direcção da Prefeitura;

4º. Os serviços concernentes á agricultura, á industria e ao commercio, á venda e ao aforamento de terrenos municipaes.

O controle dos espaços de Vitória ficou sob a responsabilidade da estrutura da Diretoria de Obras, conforme especificado nos seguintes artigos:

Art. 200. Á Directoria de Obras e Viação incumbe, além de outras attribuições comferidas por lei, a rigorosa fiscalização sobre tudo que concernir a obras e viação no Município, vigilância sobre as estradas, pontes, Ruas e Praças publicas.

Art. 201. O pessoal da Directoria de Obras e Viação constará de um Director (engenheiro civil), um topographo desenhista, um almoxarife, um escriptuario e quatro agentes fiscaes.

Art. 202. Ao Director de Obras e Viação compete:

- 1º. Levantar plantas, organizar orçamentos e apresentar bases de contractos relativos a obras e viação do Município;
- 2º. Transportar-se para qualquer ponto do Município, onde sejam precisos seus serviços;
- 3º - Representar ao Prefeito sobre a conveniência de quaesquer obras de utilidade publica do Município, e dar parecer sobre qualquer reclamação rferente a este serviço;
- 4º. Dar parecer sobre propostas que forem apresentadas para qualquer obra publica do Município;
- 5º. Determinar a architectura dos prédios e a regularidade das Ruas, podendo para isto representar ao Prefeito sobre as desapropriações de casas e terrenos, por necessidade ou utilidade publica, e organizar o typo geral das construcções e reconstrucções, tendo sempre em vista os preceitos de architectura moderna e de hygiene;
- 6º. Proibir as reconstrucções de prédios condemnados a serem demolidos, recuados ou puxados, de modo que todas as reconstrucções ou modificações, fiquem sujeitas ao plano traçado;
- 7º. Organizar regulamentos para o serviço de fiscalisação relativo a obras e viação, executando-os depois de aprovados pelo Prefeito;
- 8º. Apresentar relatórios anuaes;
- 9º. Velar pela fiel execução das leis e regulamentos em vigor, no que disserem respeito aos serviços de obras e viação;
- 10º. Impor penas determinadas no Código de Posturas e outras leis do Município aos infractores dos preceitos relativos ao serviço a seu cargo.

Art. 203. Aos agentes-fiscaes da Directoria de Obras e Viação incumbe:

- 1º. Percorrer diariamente a cidade para o fim de fazer cumprir as leis, decretos e mais disposições da Prefeitura, attinentes ao serviço de Obras e Viação;
- 2º. Observar fielmente as instrucções que receber do Director de Obras e Viação;

[...]

Art. 207. Incumbe ao topographo desenhista:

- 1º. Desenhar todas os planos projectados pelo Director e collaborar com elle nos serviços a seu cargo;

[...]

- 3º. Executar todos os trabalhos de expediente technico da repartição, de que for incumbido pelo Director.

[...]

Art. 210. Incumbe também ao Director de Obras e Viação, velar pelo cumprimento dos preceitos legaes referentes á viação urbana e á construcção, reconstrucção, accrescimo ou modificação de prédios, nas zonas urbana e suburbana da Capital.

Art. 211. Nenhuma obra, comprehendida na disposição do artigo antecedente poderá ser iniciada, sem licença da Prefeitura, para o effeito da fiscalização da Directoria de Obras e Viação, sobre o cumprimento dos respectivos preceitos legaes.

Temos de ressaltar que todas essas ações do ente público municipal acabavam recaindo sobre a população local, também sujeitos responsáveis pelas intervenções na cidade. A partir das TABELAS 14 e 15, podemos identificar esses

atores que, em sua maioria, eram moradores comuns, preocupados ou necessitados de algum tipo de serviço ou atenção. O significativo número de petições obrigatórias confirma a importância e visibilidade da legislação vigente, além do poder de controle da Prefeitura. Significativas também são as petições espontâneas, que continuavam demonstrando a disposição da sociedade em não aceitar ou reivindicar ações do ente municipal.

TABELA 14 – O povo das petições com intervenção urbana: maio/1924 a junho/1928

Demandantes	1924		1925		1926		1927		1928		Total	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Moradores	140	84,0	118	77,0	145	78,0	105	79,0	58	72,0	566	79,0
Profissionais da construção civil	16	10,0	22	14,0	26	14,0	23	17,0	17	21,0	104	14,0
Profissionais do comércio	8	5,0	6	4,0	3	2,0	2	2,0	2	2,0	21	3,0
Outros	2	1,0	7	5,0	11	6,0	2	2,0	4	5,0	26	4,0
Total	166	100	153	100	185	100	132	100	81	100	717	100

Fonte: AGMV, Semad, Semob, 1924, 1925, 1926, 1927, 1928.

TABELA 15 – Petições com intervenção urbana, por natureza: maio/1924 a junho/1928

Ano	Geral	Espontânea		Obrigatória	
		Absoluto	%	Absoluto	%
1924	166	13	8,0	153	92,0
1925	153	14	9,0	139	91,0
1926	185	37	20,0	148	80,0
1927	132	12	9,0	120	91,0
1928	81	12	15,0	69	85,0
Total	717	88	12,0	629	88,0

Fonte: AGMV, Semad, Semob, 1924, 1925, 1926, 1927, 1928.

A Lei Municipal n.º 276, de 31-12-1925, regulamentou as normas de intervenção no espaço urbano de Vitória a partir das responsabilidades do ente

municipal definidas na Lei n.º 252. A referida legislação detalhou para a sociedade como os serviços deveriam ser executados e quais as suas obrigações, indicando o que seria objeto de fiscalização por parte da Prefeitura. O documento, bastante extenso,⁸³ versou sobre diversos assuntos, com amplitude tanto geral quanto particular: zoneamento do município; condições para licença, alinhamento, nivelamento e projeto das obras; atuação dos construtores; materiais a serem utilizados; gestão das vias públicas; demolições; infrações; conservação do meio ambiente; segurança pública; trânsito de veículos; higiene e saúde pública e limpeza pública.

O poder do prefeito foi ratificado e a cidade zoneada, o que facilitou a definição das regras para o espaço urbano, assim como o controle pelo ente público:

Art. 1º. As funções da policia administrativa municipal compreendem a missão de velar pela fiel observância das leis e regulamentos em vigor e as medidas conducentes á prevenção e á execução das determinações das autoridades do município.

Art. 2º. O Prefeito Municipal exercerá a policia administrativa do município, por si e por intermédio dos Directores dos Serviços administrativos, do Medido Municipal e dos Agentes Fiscaes da Prefeitura.

Art. 3º. Para os effeitos e applicações das disposições e preceitos da presente lei, é o município dividido em três zonas: - urbana ou 1ª zona; suburbana ou 2ª zona, e rural ou 3ª zona.

§ 1º. A 1ª zona (urbana) comprehende toda a parte da cidade de Victoria entre os extremos da Rua Duarte Lemos, na Villa Rubim, os cumes dos morros S. Clara, Moscoso, Piedade e Fonte Grande e antiga chácara Forte de S. João.

§ 2º. A 2ª zona (suburbana) comprehende a faixa de dois kilometros circumjacente ao perímetro da 1ª zona.

§ 3º. A 3ª zona (rural) pertence o território do município não comprehendido nos perímetros urbano e suburbano.

[...]

Art. 5º. Nas zonas urbana e suburbana do município, nenhuma obra de construcção, reconstrucção total ou parcial, modificações, reparos, reformas, accrescimos ou concertos de prédios poderá ser feita, sem prévia licença da Prefeitura Municipal.

Os profissionais da construção civil foram valorizados, fortalecendo o papel que teriam de cumprir no processo de produzir uma cidade republicana:

⁸³ Com 198 páginas.

Art. 28. É instituída a Matricula dos Architectos e Constructores de Victoria, á qual só serão admittidos os engenheiros civis e os architectos diplomados por institutos officiaes brasileiros e estrangeiros legalmente reconhecidos pelo Governo Federal, os constructores não diplomados que tenham sido approvados perante qualquer desses institutos em exame da cadeira de construcções ou que tenham se habilitado mediante prova pratica perante a Prefeitura Municipal.

[...]

Art. 32. Não será expedido alvará de licença para obra alguma de edificação, construcção, reconstrucção, accrescimo ou reparos de prédios, muros, muralhas, viaductos, cáes, na zona urbana, sem que sejam assignados os projectos por achitectos ou constructores inscriptos na respectiva matrícula.

Todo o documento traz uma preocupação principal com a aparência da zona urbana da cidade, transformando-se em sua característica marcante:

Art. 577. O Prefeito não poderá conceder licença de abertura de ferraria, officina, açougues e quitandas nas Ruas 7 de Setembro, Coutinho Mascarenhas, Gama Rosa, Coronel MonJardim, Pedro Palácios, Muniz Freire, Ladeiras do Palácio, Avenida Capichaba (salvo os açougues e quitandas do mercado publico), Ruas 1º de Março e do Commercio, Avenidas da Republica, José Carlos, Cleto Nunes e todas as Ruas que circundam o Parque Moscoso, respeitadas os actuaes que não poderão ser transferidos a terceiros.

Apesar de toda a legislação vigente, dos valores gastos com a cidade (TABELA 16), que representam a maior aplicação dos períodos estudados (58%), e do empenho do Governo Municipal, esse mesmo governo reconheceu que muito estava por se fazer. A cidade ainda não tinha atingido o patamar republicano, gerando um possível sentimento de inferioridade, registrado no art. 877, da Lei nº. 276: “Nos casos omissos da presente lei, recorrer-se-á ao subsídio das posturas e leis em vigor de **outros municípios adeantados no paiz** (grifo nosso)”.

TABELA 16 – Orçamento Municipal: gastos com a cidade em réis R\$, 1926 a 1928

	1926	1927	1928
Arquivo e biblioteca municipal	3:000\$000	6:000\$000	6:000\$000
Conservação do cemitério público	39:320\$000	46:520\$000	43:000\$000
Custeio/Conservação de parques/jardins	27:600\$000	27:600\$000	69:600\$000
Limpeza pública da cidade	96:000\$000	-x-	-x-
Luz e telefones	37:200\$000	37:200\$000	82:500\$000
Obras públicas do município	420:000\$000	630:000\$000	580:000\$000
Total de despesas com a cidade	623:120\$000	747:320\$000	781:100\$000
Despesa total	1.019:550\$000	1.350:000\$000	1.350:000\$000

Fonte: Decretos municipais nº. 278, de 22-12-1925; nº. 296, de 30-12-1926; e nº. 310, de 26-11-1927.

6 O DISCURSO NAS PETIÇÕES: A SOCIEDADE EXERCE SEU DIREITO

Como a população se expressou nas petições? Como o Governo Municipal se comportou? Nosso objetivo, neste capítulo, é encontrar respostas para essas questões, identificando o nível de participação da sociedade na construção/reconstrução da cidade. Vamos expor o relacionamento entre os demandantes⁸⁴ e o poder municipal registrado nas petições, aceitando que esse procedimento gerará subsídios para ampliar o conhecimento sobre nosso objeto de pesquisa, representando um novo olhar sobre a cidade de Vitória nos primeiros anos da República.

6.1 A POPULAÇÃO EXPÕE SUAS NECESSIDADES, 1892-1896

As TABELAS 17 e 18 nos mostram a amplitude das solicitações feitas ao Governo Municipal durante o período de 1892 a 1896, que, variando desde a preocupação com a legalidade de suas obras até a busca por terrenos para uso próprio, confirmam a interferência da população da cidade no seu espaço urbano. O percentual de 37% para alinhamentos e aprovação de plantas indica o advento de muitas obras novas, com consequente disponibilidade de área e recursos para construções. Da mesma forma, os 23% para autorizações de obras públicas referenda a participação do município, bastante significativa no período. As autorizações para “penna d’água” demonstram a ausência de infra-estrutura na cidade e o início do processo de sua canalização para as residências. Em relação aos pedidos por motivação própria, destacamos a busca por áreas para construção, via aforamento e concessão, que representou 45% de todas as demandas, um indício de crescimento e expansão da cidade, assim como do baixo poder aquisitivo da população.

⁸⁴ A população, os moradores da cidade.

TABELA 17 – Petições obrigatórias, por motivação: maio/1892 a março/1896

	1892	1893	1894	1895	1896	Total	
						Absoluto	%
Alinhar obra/Aprovar planta	5	36	42	56	10	149	37,0
Autorizar obra em imóvel privado	1	24	39	37	12	113	28,0
Autorizar obra em imóvel público	6	25	29	25	6	91	23,0
Conceder penna d'agua	1	5	22	12	9	49	12,1
Total	13	90	132	130	37	402	100,0

Fonte: AGMV, caixas 78, 79, 80 e 81.

TABELA 18 – Petições espontâneas, por motivação: maio/1892 a março/1896

	1892	1893	1894	1895	1896	Total	
						Absoluto	%
Aforar/Receber concessão de terreno	3	2	24	13	2	44	45,0
Autorizar intervenção fora do padrão	1	1	2	1		5	5,0
Comprar terreno/material do município			2	3		5	5,0
Estabelecer <i>kiosque</i> /botequim	4		2	4		10	10,0
Propor obra pública		3		3		6	6,0
Questionar/Cobrar decisão do município	1	3	5			9	9,0
Solicitar ação em imóvel de terceiros	1	1	2	3	1	8	8,0
Solicitar ação em imóvel próprio		3	6	1	2	12	12,0
Total	10	13	43	28	5	99	100,0

Fonte: AGMV, caixas 78, 79, 80 e 81.

Leopoldo Tonini e José da Costa Lebres solicitaram, no dia 7-10-1892, licença para estabelecer *kiosque* na Capital. O primeiro especificou o tipo e o local onde deveria ficar, além de indicar que o *kiosque* seria uma imitação dos que existiam no Rio de Janeiro. Para o segundo, o estabelecimento seria utilizado para vender

bebidas em geral, atendendo “[...] à classe menos favorecida da fortuna”. Justificou seu pedido pelo crescente aumento da população da cidade. A intendência deferiu os dois pedidos. No entanto, José da Costa Lebres deu entrada em outro pedido, em 26-11-1892, questionando o local definido para a edificação de seu *kiosque* e requerendo alteração, no que também foi atendido.

No pedido de Sebastião da Costa Madeira, de 1-12-1892, o *kiosque* ficaria no Jardim Municipal e seria em forma de *chalet*. O governo concordou impondo algumas condições, pois não poderia impedir o “desenvolvimento progressista” da cidade.⁸⁵ Florencio Coelho, sócio da firma Florencio & Marques, solicitou autorização, em 1-8-1895, para levantar dois *kiosques*, um na Rua do Comércio e outro no Largo da Alfândega, onde venderia bebidas, fumo e café. Apesar de ter indicado os lugares, sabia que eles seriam definidos pela municipalidade. O presidente do Governo Municipal deferiu o requerido e indicou que o fiscal do distrito, sob a orientação do engenheiro municipal, marcasse os lugares das construções.⁸⁶

Preocupado com os danos que seu prédio poderia sofrer, Augusto Barbosa da Silva solicitou, em 26-11-1892, que o governo intimasse o proprietário do prédio anexo ao seu, que estava em ruínas, para que obras de reconstrução fossem feitas, evitando sérios prejuízos. O município não só intimou, mas determinou prazo para a obra, que deveria seguir as orientações do engenheiro municipal. Wenceslao Prada, em 18-12-1893, além de reclamar que o telhado do vizinho estava provocando prejuízos a seu prédio, mas também da falta de ação do fiscal e do guarda fiscal, que foram informados do problema e não tomaram nenhuma atitude.⁸⁷ O próprio engenheiro da municipalidade, Antonio Francisco de Athayde, relatou ao presidente do Governo Municipal, em 3-6-1895, o estado arruinado de alguns prédios da Capital. Listou os prédios, em número de seis, apresentou seus proprietários e inquilinos, descrevendo seus problemas. Argumentou que, apesar das notificações, os responsáveis não tomavam nenhuma providência e cobrou atuação enérgica do Executivo, visando evitar vítimas. O presidente ordenou emissão de termo de intimação com prazo determinado para conclusão das obras.⁸⁸ No pedido de José da Silva Cabral, em 21-10-1895, para que o governo cobrasse obras de seu vizinho,

⁸⁵ AGMV, Caixa 78.

⁸⁶ AGMV, Caixa 81.

⁸⁷ AGMV, Caixa 79.

⁸⁸ AGMV, Caixa 80.

no intuito de evitar empossamento de água em seu quintal, o requerente demonstrou que esse também era um problema de saúde pública e não apenas de sua residência. O Governo Municipal intimou o vizinho e ordenou imediato início das obras.⁸⁹

Outra situação que também resultou em reclamações ao governo foram os danos causados a residências por obras contratadas pelo município. José Antônio dos Santos, em 16-2-1893, Manoel Pinto Netto, em 5-3-1893, e Domingos Marcelino da Silva, em 31-5-1893, formalizaram petições solicitando providências e indenizações devido a estragos em seus imóveis, no que foram atendidos.⁹⁰ As obras da estrada para a “situação” de Santo Antonio, apesar de terem sido um benefício para a cidade, provocaram vários questionamentos, como os de Balduino José da Silva, em 4-7-1894, e Aurélio Ribeiro Coêlho, em 29-9-1894. A casa do primeiro, que estava junto à estrada, ficou em ruínas, pronta para desabar. A municipalidade reconheceu o prejuízo do proprietário e pagou uma indenização de 120\$000 (cento e vinte mil réis). Em relação à fazenda do segundo, o prejuízo foi bem maior, contabilizado nos estragos da casa, do terreno, da fonte de água e na derrubada dos cafeeiros e árvores frutíferas. Aurélio Ribeiro solicitou uma indenização de 10.000\$000 (dez contos de réis), no entanto o governo só aceitou pagar 512\$000 pelos pés de café, argumentando que o restante era responsabilidade da empresa construtora.⁹¹

Várias obras públicas foram realizadas no período, geralmente vinculadas à manutenção da estrutura da Capital. Em 20-12-1892 e 22-12-1892, Benevenuto José do Patrocínio e George Hill cobraram o pagamento de diversos serviços prestados ao município: calçamento de ruas, becos e travessas, consertos nos chafarizes, fontes e encanamentos. Os pagamentos só eram efetuados após vistoria feita pelos funcionários da diretoria de obras, que comprovavam, ou não, a execução dessas obras. Como a municipalidade tinha definido um novo alinhamento para a Capital, Ana Maria de Jesus Neves, em 29-12-1892, cedeu parte de seu terreno, gratuitamente, como ação de uma “brasileira patriótica”, para a regularização do novo traçado das ruas, o que contribuiria com o objetivo de embelezamento da cidade. Todas essas ações se sustentavam no foco de suprimir as características

⁸⁹ AGMV, Caixa 81.

⁹⁰ AGMV, Caixa 78.

⁹¹ AGMV, Caixa 80.

coloniais de Vitória e em aproximá-la do perfil republicano que o contexto exigia. Ações que aconteciam paralelas ao discurso modernizador do governo, que em um parecer sobre alinhamento para construção na Rua do Comércio, iniciado pelos proprietários da fábrica de cerveja “Serrat & Schimiedt”, em 2-1-1893, chamava-a de “*boulevard*”, uma clara alusão ao movimento de repaginação das cidades, iniciado pós-Proclamação da República.⁹² Em alguns momentos, o próprio engenheiro municipal ratificava suas ordens de obras na cidade e solicitava o pagamento, como fez Alberto A. Ricci, em 19-3-1894, autorizando o pagamento de várias obras, por ele indicadas.⁹³

Em muitos documentos, podemos perceber a preocupação dos demandantes com as características da Capital, como no pedido de alinhamento feito por José Luiz Durães, em 25-2-1893, que declarava que o motivo de sua obra era o embelezamento de sua casa e da praça onde ela estava edificada. Da mesma forma, Antonio Marques Orsini, comerciante na Praça do Mercado, solicitou permissão, em 22-6-1893, para efetuar obras de mudança de acesso aos “quartos” do mercado, obras que permitiriam uma melhor circulação, aumento dos negócios e aformoseamento do local, fazendo com que o mercado, que não estava à altura da beleza da Capital, passasse a ter a forma das praças de mercado mais modernas já existentes. Vale ressaltar que sua solicitação atingiria todos os comerciantes do local e não apenas o seu estabelecimento.⁹⁴ Manoel Gomes das Neves Pereira, em 20-4-1894, defendeu seu projeto de obra justificando que a sua concretização permitiria um aformoseamento da casa e embelezamento da rua, no que concordou o engenheiro municipal.⁹⁵

Petições conjuntas também foram utilizadas, o que sugere algum nível de organização popular, mesmo incipiente. A liberação do pagamento do imposto sobre “penna d`água” provocou uma delas, em 8-5-1893. Os moradores da Rua do Comércio, alegando os investimentos próprios que fizeram para prover de água suas residências e a concessão já feita a outros, solicitaram isenção do imposto. Eles reconheciam que sua cobrança era um direito do governo, mas não era justo o pagamento por eles. Apesar dos pareceres contrários do procurador municipal e do

⁹² AGMV, Caixa 78.

⁹³ AGMV, Caixa 79.

⁹⁴ AGMV, Caixa 78.

⁹⁵ AGMV, Caixa 79.

diretor de obras, o presidente concedeu a isenção.⁹⁶ Dezoito pessoas, em 19-6-1895, assinaram uma petição solicitando reparos na estrada entre a Capital e o norte do Estado, inclusive o trecho entre a Ponte da Passagem e a Chácara Forte de São João. A via estava em situação deplorável, impondo riscos à população e ao município, que repassou a solicitação ao Governo Estadual.⁹⁷ Os moradores da Rua Christovam Colombo e Rua Barão de MonJardim apresentaram, em 20-12-1894, a necessidade de ligação da primeira com a Rua do Rosário, defenderam que se tratava de uma facilidade ao trânsito de veículos, que, além de atender ao justo reclame dos munícipes, contribuiria para o melhoramento da Capital.⁹⁸

Algumas informações importantes sobre os limites e situação da cidade também foram identificadas a partir das petições. Aristides de Moraes Navarro, contratante da limpeza pública, solicitou ao governo, em 7-10-1893, que indicasse outro local para o depósito do lixo, pois ele pretendia efetuar o serviço utilizando carroças e o local determinado, o Forte São João, não tinha acesso para esse tipo de veículo. Essa situação demonstrava o reduzido e precário espaço urbano de Vitória no período. Solicitando prorrogação da licença de sua obra, em 21-3-1894, Ludgeria Maria de Oliveira, identificou, como principais dificuldades para a sua conclusão, a falta de operários e de materiais de construção, ou seja, a cidade crescia e sofria com a falta de mão-de-obra e de produtos.⁹⁹ Brocar pedras, espalhadas pela cidade, para utilização nas obras era um procedimento comum, que pode ser comprovado nas várias petições por esse motivo, como a de Gaudêncio Emilio de Andrade, em 1-4-1895. A falta de um serviço regular de abastecimento de água fica evidente com os pedidos feitos por Saggiori Riccardo, em 17-10-1894 e 22-11-1894, para que o governo pagasse os transportes de água que fez do rio Marinho, para abastecer a população de Vitória. No entanto, já existia a facilidade de linha telefônica, requisitada pelos negociantes Hard Rand e Cia. em 5-12-1894,¹⁰⁰ claro sinal da modernidade. A cidade contava, em 25-7-1895, conforme o engenheiro Antonio Francisco de Athayde, com quatro cais municipais: do

⁹⁶ AGMV, Caixa 78.

⁹⁷ AGMV, Caixa 80.

⁹⁸ AGMV, Caixa 81.

⁹⁹ AGMV, Caixa 79.

¹⁰⁰ AGMV, Caixa 80.

Imperador, do Largo da Alfândega, do Mercado e do Comércio, uma indicação da vocação natural da cidade: o comércio.¹⁰¹

A petição do engenheiro Ferreirinha, de 27-7-1895, tocou em uma das questões mais importantes do período: a higiene. Segundo o peticionário, o maior e mais importante problema da cidade era a falta de saneamento. Vitória ainda não tinha um serviço regular de tratamento do esgoto nem de remoção do lixo. Apesar de ser um centro de comércio, com crescimento contínuo da população e com um porto que já recebia grandes transatlânticos, seus detritos eram lançados nos ancoradouros ou nos rios, a forma mais primitiva e anti-higiênica de realizar o serviço. Preocupado com os efeitos negativos da situação, o engenheiro enumerou várias sugestões que poderiam solucionar o problema, que iam desde o tipo de vaso a ser utilizado nas casas até a forma de tratamento dos detritos, além de apresentar os procedimentos para o recolhimento do lixo. A formalização de um contrato com esses objetivos era urgente, o que permitiria que a cidade apresentasse um serviço à altura do seu desenvolvimento e da civilização dos seus habitantes. Esse era um melhoramento inadiável para a saúde pública da Capital.¹⁰² Antonio Alves de Azevedo, em 11-03-1896, reiterou suas petições anteriores, de 1892, ainda não respondidas, reclamando que o governo retirou suas nascentes da Chácara Piedade e Morro da Lapa sem seu conhecimento. Além disso, passou tubos e construiu em seus terrenos pilares e caixas para armazenar água, sem sua autorização. Requisitou seu direito de propriedade garantido pela Constituição do País, ignorando por que era vítima de tanta injustiça, tendo em vista que, no regime republicano, todos têm os mesmos direitos.¹⁰³

¹⁰¹ AGMV, Caixa 81.

¹⁰² AGMV, Caixa 81.

¹⁰³ AGMV, Caixa 81.

TABELA 19 – Petições para aforamento/concessão de terrenos: maio/1892 a março/1896

Ano	Em toda a cidade	Na Av. Cleto Nunes		
		Absoluto	%	N ^o . solicitantes
1892	3	-	-	-
1893	2	-	-	-
1894	24	12	50,0	89
1895	13	8	61,5	12
1896	2	2	100,0	2
Total	44	22	50,0	103

Fonte: AGMV, caixas 78, 79, 80 e 81.

Uma forte atuação popular também pôde ser identificada na busca por aforamento e concessão de terrenos (TABELA 19). Fossem terrenos de marinha ou do governo, a população procurou obter espaço para edificar. É importante ressaltar que uma petição poderia agregar vários pedidos. O farmacêutico Wlademiro F. da Silveira e Antonio da Silva Borges, em 16-11-1892 e em 21-11-1892, solicitaram aforamentos de terrenos da intendência, o primeiro um terreno baldio onde era depositado lixo e detritos, e o segundo um terreno devoluto onde seria construído um prédio para residência e comércio. Defendendo que faria um benefício a cidade, Henrique Augusto, em 7-6-1893, requereu um terreno baldio para construção de casa, argumentando que o local não serviria mais para depósito de lixo e os novos “fogos” gerariam receita para o município.¹⁰⁴ Da mesma forma, Murtinho Simplicio Jorge dos Santos, em 31-10-1893, solicitou aforamento de um terreno baldio, alegando que o manteria limpo, murado e arborizado, o que contribuiria para o embelezamento da rua. Os negociantes Eugenio Hetzel e Serrat & Schmith, em 18-05-1894 e em 20-06-1894, requisitaram aforamento de terrenos de marinha para uso próprio.¹⁰⁵ Atendendo à solicitação de João Pinto Ribeiro Pé Preto, de 11-11-1895, o governo vendeu-lhe um terreno na Rua Sete.¹⁰⁶ No entanto, em Vitória, não se verificou o que Follis (2004, p. 51) identificou em Franca: “O aumento da procura por terrenos no perímetro urbano motivou a transformação de seu lote em mercadoria e provocou a consequente especulação imobiliária”. Na Capital do

¹⁰⁴ AGMV, Caixa 78.

¹⁰⁵ AGMV, Caixa 79.

¹⁰⁶ AGMV, Caixa 81.

Espírito Santo, a venda de lotes foi ínfima e o Governo Municipal concedeu terrenos sob o compromisso, via termo de responsabilidade, de reavê-los a qualquer tempo.

Fato significativo desse processo foram as concessões, aforamentos e licenças para obras ao longo da Avenida Cleto Nunes que, construída entre 1894 e 1896, ligava a região do Campinho, no centro da cidade, ao arrabalde conhecido como Santo Antônio. Entre 1892 e 1896, as petições com esse objetivo representaram 50% de todas que se referiam às questões de aforamento e concessão (TABELA 19). João Chrizostomo do Bonfim, em 6-10-1894, solicitou licença para construir uma casa, coberta de palha, em um terreno na região do Campinho, enquanto José Senhorinha dos Reis, em 10-10-1894, buscou autorização para regularizar sua casa construída na mesma região. Esclarecedora foi a petição de 13-10-1894, que, assinada conjuntamente por 76 moradores, demonstrava o grande fluxo de pessoas para a região. Todos se comprometiam a assinar o Termo de Responsabilidade pelo qual ficariam obrigados a devolver ao governo, a qualquer tempo, os terrenos do Sítio Campinho e suas pequenas casas de palha, sem nenhuma indenização.¹⁰⁷ Leopoldo Tonini, em 13-12-1894, solicitou aprovação de planta para construção na região, que chamou de “Cletopolis na Avenida Cleto Nunes”. O mesmo Leopoldo Tonini, em 20-2-1896 e 24-2-1896, voltou a solicitar licenças para obra de casa e prédio na Avenida Cleto Nunes, porém, nessas ocasiões, identificou o lugar como “Villa Rubim”. Da mesma forma, objetivando construir casa na região, Manoel Machado de Lírío, em 14-12-1894, também solicitou licença, só que nomeou o local de “Cidade de Palha”.¹⁰⁸ Acreditamos que a indicação “Cletopolis” era uma referência ao presidente do Governo Municipal, Cleto Nunes, responsável pelas concessões, e “Cidade de Palha” devido ao fato de a maioria das casas serem cobertas de palha. Em nosso entendimento, essa movimentação demarcou o início do atual bairro da Vila Rubim e a expansão da cidade para a região, notadamente onde se formou uma grande aglomeração de moradias. Isso fica evidente, quando comparamos o número de solicitantes para intervenções na região, 103 (TABELA 19), com os dados enviados, via telegrama, pelo presidente do Governo Municipal, Cleto Nunes, em 4-11-1895, para o engenheiro Coakes, no Rio de Janeiro, sobre a situação de Vitória: “Excede mil dussentas casas cidade, sendo mil e cem sujeitas ao imposto predial. População

¹⁰⁷ AGMV, Caixa 80.

¹⁰⁸ AGMV, Caixa 80 e 81.

calculo dez mil almas”.¹⁰⁹ Cerca de 8,4%¹¹⁰ de todas as casas da cidade, no final de 1895, estavam vinculadas à Avenida Cleto Nunes, levando em consideração que esse movimento começou a acontecer em 1894.

Os fatos e dados apresentados nos levam a acreditar que a transformação da cidade de Vitória, entre 1892 e 1896, não ocorreu apenas pela ação do poder do Estado, seja na esfera estadual, seja na municipal, mas também pela ação da sociedade, representada por seus vários segmentos.

6.2 O POVO DAS PETIÇÕES REAGE, 1908-1912

As TABELAS 20 e 21 nos mostram uma importante visão da sociedade e seu relacionamento com o Governo Municipal, em que as petições obrigatórias e espontâneas foram agrupadas, por motivação, com o intuito de demonstrar a efetiva vontade, ou necessidade, de os demandantes agirem no espaço urbano, pela exigência legal ou não. O baixo percentual de alinhamentos e aprovação de plantas sugere um pequeno número de obras novas. O destaque fica com as autorizações de obras privadas, 83% de todos os pedidos, ou seja, 442 obras pela cidade, um importante movimento de transformação do espaço urbano. O fim das autorizações para penna d'água reflete a disponibilidade do serviço de abastecimento residencial pelo município, a partir de 1909. Na análise das ações espontâneas, fica evidente a busca da população, por meio de aforamento e concessão, por áreas para construção, um forte indício de ausência de terrenos privados disponíveis, o baixo poder aquisitivo dos moradores e o aumento da população.

¹⁰⁹ AGMV, Caixa 43.

¹¹⁰ TABELA 19: a soma dos solicitantes de 1894 e 1895 chega a 101, ou seja, 101 casas na Vila Rubim. Relacionando com 1.200, número total de casas apresentado por Cleto Nunes em novembro de 1895, chegamos ao percentual de 8,4%.

TABELA 20 – Petições obrigatórias, por motivação: fevereiro/1908 a maio/1912

	1908	1909	1910	1911	1912	Total	
						Absoluto	%
Alinhar obra/Aprovar planta	2	2	15	20	5	44	8,0
Autorizar obra em imóvel privado	46	138	107	94	57	442	83,0
Autorizar obra em imóvel público	11	13	11	6	1	42	8,0
Conceder penna d'agua	2	-	-	-	-	2	1,0
Total	61	153	133	120	63	530	100

Fonte: AGMV, Caixas 94, 96; Semad, Semob, 1909,1910,1911, 1912.

TABELA 21 – Petições espontâneas, por motivação: fevereiro/1908 a maio/1912

	1908	1909	1910	1911	1912	Total	
						Absoluto	%
Aforar/Receber concessão de terreno	3	3	31	113	4	154	77,0
Autorizar intervenção fora do padrão	-	1	2	-	-	3	1,0
Comprar terreno/material do município	-	-	3	1	2	6	3,0
Estabelecer <i>kiosque</i> /botequim	1	-	1	-	-	2	1,0
Propor obra pública	-	3	7	2	1	13	6,0
Questionar/Cobrar decisão do município	-	5	3	1	3	12	6,0
Solicitar ação em imóvel de terceiros	1	-	-	2	1	4	2,0
Solicitar ação em imóvel próprio	-	3	3	3	-	9	4,0
Total	5	15	50	122	11	203	100

Fonte: AGMV, Caixas 94, 96; Semad, Semob, 1909,1910,1911, 1912.

Em petição de 7-4-1908, Rufino Antônio de Azevedo solicitou aforamento perpétuo de um terreno devoluto próximo à Ladeira do Chafariz. Se recebesse uma

resposta positiva, e o foro¹¹¹ fosse razoável, ele se comprometeria a reconstruir “com arte” a Escadaria junto ao chafariz. Apesar da proposta do peticionário, o terreno não foi concedido, pois sua utilização poderia afetar um futuro plano de melhoramentos da Capital.¹¹² O mesmo peticionário propôs, em 19-10-1910, outro negócio ao município: em troca da licença para construção de um “vasto prédio”, com alinhamento específico e “proporções e architectura de verdadeiro edificio moderno, concorrendo para o embellezamento e progresso della [da Capital]”, ele efetivaria uma bonificação aos cofres da Prefeitura,¹¹³ conforme combinado. A proposta foi aceita e o ente público ainda isentou o construtor dos emolumentos da obra por um período determinado. A declaração final do requerente expressou bem o pensamento do período sobre a necessidade de transformação da cidade:

Espera, pois a necessaria solução afim de começarem as obras de construcção, de sorte que em breve a Praça Santos Dumont e Ruas proximas offerecerão um dos mais bellos e attrahentes aspectos em uma Capital, como a nossa, que procura conquistar o seu logar proeminente ao lado das mais adiantadas do Paiz.¹¹⁴

A petição de Joaquim Corrêa, de 17-4-1912, reafirmou a preocupação dos moradores com o aspecto da cidade:

[mesmo] tendo Vossa Ex.^a lhe concedido licença para construir um grupo de duas casas, conforme planta junto, na Villa Moscozo (mas atendendo ao embellesamento do dicto lugar) mandei tirar uma nova planta, mais aperfeissoada, do que vem respeitoza-mente pedir a Vossa Ex.^a a preferência da dicta planta [...].¹¹⁵

Mesmo concedendo terrenos, o Governo Municipal se preocupava com o novo desenho da cidade, com a transformação que ela teria de sofrer para acompanhar os novos ventos do desenvolvimento. Os próprios peticionários se preocuparam em apresentar melhoramentos para a Capital, como forma de obter seu intento. Não bastava construir, as obras deveriam ter as marcas de uma cidade republicana.

¹¹¹ Valor pago ao governo pelo aforamento do terreno.

¹¹² AGMV, Caixa 94.

¹¹³ 2:000\$000 (Dois contos de réis).

¹¹⁴ AGMV, Semob, 1910.

¹¹⁵ AGMV, Semob, 1912.

A preocupação com a qualidade e a forma das construções era uma constante por parte do Governo Municipal. A solicitação de José Ribeiro Fernandes Coelho, em 25-1-1909, para edificar uma casa na Rua da Alfândega, só foi autorizada porque o projeto satisfazia plenamente às exigências legais e aos preceitos da arte e da higiene, além de contribuir para o embelezamento da área onde ficaria.¹¹⁶

Alguns moradores buscavam obter vantagens sabendo dessa preocupação do município. José Martiniano Ferreira, em 31-5-1911, alegando que realizaria uma obra para o embelezamento da cidade, solicitou isenção das taxas para a demolição e a construção de uma nova casa. Mesmo com o apelo à aparência da cidade, não foi atendido, no entanto, em outros casos, a resposta foi positiva.¹¹⁷

Na petição de Maria Francisca da Victoria, em 12-4-1910, no qual ela se dizia pobre e necessitando reconstruir sua “casinha”, a obra foi deferida, mesmo estando em um região onde esse tipo de construção não era mais permitido. No despacho, o engenheiro municipal destacou que o local da construção não afetaria a estética da cidade. No entanto, um pedido feito por Francisco Philomeno Brazil, em 22-3-1910, com as mesmas características, não foi atendido, tendo em vista que o local indicado para a construção era coberto por árvores, o que levou o prefeito a indeferir o pleito. A preocupação com a imagem da cidade era uma constante.¹¹⁸

Apesar da existência dos normativos para obras em Vitória, o engenheiro municipal, Luiz Lindemberg, em seu parecer ao pedido de licença pra construção de casa em Santo Antonio, em terreno do governo, de Hiliodorio Antonio Pinto, em 25-1-1910, declarou ter “[...] dificuldades para resolver com justiça sobre as construções da Villa Rubim e Stº Antº”. É importante destacar que o peticionário se diz pobre, possuidor de uma grande família e com um salário baixo e, por esses motivos, não conseguiria cumprir, rigorosamente, a legislação municipal. Parece-nos que essas dificuldades ocorriam devido às decisões tomadas pelo Executivo Municipal em detrimento da legislação, como indicou o próprio engenheiro na continuação do seu despacho: “Entretanto, em vista de vossas resoluções [do prefeito municipal], em conferência, entende esta secção que o peticionário pode construir [...]”. Essa situação já tinha se apresentado, em 11-1-1910, no pedido de

¹¹⁶ AGMV, Caixa 96.

¹¹⁷ AGMV, Semob, 1911.

¹¹⁸ AGMV, Semob, 1910.

Maria Leopoldina da Cunha, que também se declarou pobre, para licença de reconstrução de sua casa que era coberta de palha e foi destruída por um incêndio, na Vila Rubim. O mesmo engenheiro buscou uma solução mais “higiênica” para a obra, o que não foi possível, deixando a decisão da autorização para o prefeito. Acionado para refazer o despacho, Luiz Lindemberg declarou:

Voltando a esta 3ª secção a presente petição, afim de emitir parecer definitivo, pesa-me vol-o enviar como se segue, mas não é a peticionária a única pobre n’essa localidade, e n’aquellas condições. Ou esta Prefeitura abre mão da Villa Rubim e adjacencias, conciderando-a ‘roça’, ‘campo’ etc, ou estipula um regulamento especial, o que aliás já V. Ex^a deliberou não ser possível. O madeiramento da casinha da peticionaria não supportará a cobertura de telhas, sinão mesmo a de palha, o que já a victimou pelo incendio. Finalmente, Ex. Sr. Dr. Prefeito, pesa-me, mas não é possível conceder-se.

Apesar do despacho negativo do servidor responsável, o prefeito autorizou a obra.¹¹⁹

A busca por modernizar a cidade e as dificuldades enfrentadas pelo governo ficaram patentes na petição de Maria Cândida da Costa, de 9-6-1910, que solicitava a revisão do parecer negativo para a obra que desejava realizar em seu prédio. Esse questionamento desencadeou um desabafo do engenheiro municipal, Luis Lindemberg, que solicitou revisão da legislação, demonstrando a dificuldade em emitir pareceres, tendo em vista “[...] á diversidade de condições dos prédios d’esta cidade, e attendendo que o Dec. N.º 3 [de 17.04.1909] foi copiado, ipesis verbis, do da Prefeitura do Rio de Janº, que já muito o tem modificado [...]”.¹²⁰ Além da confirmação da grande mudança que a Capital estava vivendo, o discurso do engenheiro reforçou o objetivo de se construir uma cidade moderna e republicana, espelho do Rio de Janeiro, Capital da República, e modelo do novo espaço urbano que deveria ser adotado no País.

As demandas personalizadas dos moradores e a sugestão do engenheiro foram atendidas. No despacho da petição para construir uma casa fora das normas na Vila Rubim, de Cláudio Pereira Manhães, de 7-6-1910, o mesmo engenheiro autorizou a intervenção, pois “[...] ficou resolvido em dias da gestão do vosso digno antecessor, que a Prefeitura, não podendo obrigar a todos ás condições do Dec.

¹¹⁹ AGMV, Semob, 1910.

¹²⁰ AGMV, Semob, 1910.

N.º 3, facilitasse as construções alli, obrigando, entretanto, aos peticionários á melhora”.¹²¹ Essa postura foi mantida independentemente do parecer do engenheiro, pois, na petição de Geralda Maria do Rosário, de 22-9-1910, para edificar uma pequena casa em Santo Antonio, também fora dos padrões, a obra foi autorizada pelo então responsável, Joaquim Carrão, e deferida pelo prefeito.¹²²

Caetano Vello, em 19-4-1912, mesmo sabendo que estava fora dos padrões exigidos, requereu licença para reforma do seu prédio, onde funcionava o Hotel D’Europa. A licença foi concedida mediante condições que deveriam ser seguidas pelo peticionário. Essas ocorrências demonstraram o processo de negociação entre a sociedade e o ente público, importante indicativo da participação dos moradores nas mudanças da cidade.¹²³

Vale ressaltar que, pelo que verificamos, as situações acima eram exceções. Na grande maioria, as regras para construção eram exigidas pelo governo, como na petição da moradora Margarida Vasconcellos da Silva Coutinho, em 10-5-1909, que, alegando impossibilidade financeira e as ótimas condições higiênicas e estruturais de seu prédio, solicitou dispensa das exigências para providenciar platibandas e cornijas em seu prédio.¹²⁴ O Governo Municipal não deferiu a solicitação e confirmou a necessidade dos ajustes, que faziam parte da nova regulamentação das obras na Capital.¹²⁵

A lavadeira Maria da Gloria do Amor Divino, em 12-11-1909, alegando difícil condição financeira e falta de casa para morar, solicitou licença para construir uma casa de palha e taipa na Vila Rubim, apesar de saber que não era o padrão estabelecido. Mesmo a requerente se comprometendo a adequar a casa à legislação assim que possível, o Governo Municipal não concedeu autorização, tendo em vista que a legislação impedia esse tipo de construção “[...] no perímetro da cidade zona essa que abrange o local onde a requerente quer construir”. Da mesma forma, Galdino Bispo do Nascimento, em 19-11-1909, tentou por duas vezes autorização para levantar sua casa na Vila Rubim, sem apresentar todas as plantas

¹²¹ AGMV, Semob, 1910.

¹²² AGMV, Semob, 1910.

¹²³ AGMV, Semob, 1912.

¹²⁴ Dec. nº. 3, de 17-4-1909, art. 14, § 16 e 17. “Platibandas são muretas construídas no topo das paredes externas de uma edificação, com o objetivo de proteger ou camuflar o telhado e compor ornamentalmente a fachada. Cornijas são molduras/ornatos assentados no topo das paredes dos prédios e/ou nas parte superior das janela e postas”.

¹²⁵ AGMV, Caixa 96.

exigidas, mas não obteve êxito pelo mesmo motivo. Esses relatos, além de mostrar o relacionamento e o conflito de interesses entre os moradores e o município, confirmaram que a Vila Rubim, que, no período de Moniz Freire (1892-1896), era tratada como subúrbio da Capital, já era considerada como “perímetro da cidade”, uma clara indicação da direção tomada na expansão de Vitória.¹²⁶

A organização do espaço urbano da Vila Rubim teve um considerável melhoramento desde o período de Muniz Freire, 1892-1896. Enquanto, nas petições para cessão/aforamento de terrenos ou construção de casa, naquele período, citava-se apenas o motivo e o local desejado, nos anos de Jeronimo Monteiro o lote também era indicado. O que era chamado de “cidade de palha” agora era um espaço urbano loteado.¹²⁷

Preocupado com o seu patrimônio, Carlos Pinheiro de Azevedo, em 4-6-1908, solicitou ao governo que vistoriasse o imóvel ao lado do seu que estava em ruínas e com possibilidade de desabamento. O governo concordou com o morador e intimou o dono do imóvel a demoli-lo.¹²⁸ O mesmo procedimento ocorreu com a petição de José Ignácio dos Santos, de 1-12-1911, que reclamou providências em relação ao prédio vizinho ao seu que estava prestes a desabar, o que afetaria seu patrimônio e colocaria a vida de seus familiares em risco. A Prefeitura condenou o prédio em questão, intimando seus proprietários a demoli-lo.¹²⁹ No entanto, na petição de Antonio da Silva Monarcha, de 18-2-1911, apesar de o peticionário reclamar que as obras de ajardinamento da Praça Paula Castro prejudicariam sua propriedade, a Prefeitura não concordou e indeferiu o pedido.¹³⁰ Esses pedidos demonstram a iniciativa da população em relação às questões do espaço urbano, mesmo que seja em benefício próprio, e o acatamento do governo apenas em algumas solicitações.

Os moradores da cidade também agiram em conjunto buscando ações do ente público para benefício coletivo e não apenas individual. Em petição do dia 18-11-1910, os moradores da Rua Presidente Pedreira,¹³¹ “[...] usando do incontestável direito de petição que as leis lhes garantem [...]” solicitaram reparos e manutenção da rua onde moravam, tendo em vista seu estado lastimável provocado

¹²⁶ AGMV, Semob, 1909.

¹²⁷ AGMV, Semob, 1910.

¹²⁸ AGMV, Caixa 94.

¹²⁹ AGMV, Semob, 1911.

¹³⁰ AGMV, Semob, 1911.

¹³¹ A petição foi assinada por 13 moradores.

pelas escavações para colocação dos canos de esgoto. Finalizaram declarando: “É [Era] n’essas tristes condições que os abaixo assignados se dirigem à Prefeitura ficando, a bem da justiça da sua reclamação, as urgentes providencias em defesa da saúde d’estes, interessando portanto a hygiene publica”. A Prefeitura concordou com a necessidade das obras, mas informou que os petiçãoários teriam de aguardar oportunidade.¹³² Francisco Pinto de Oliveira Netto, em 4-1-1911, “[...] por si e mais moradores do logar denominado ‘Baixa Tapynamby` arrabalde ‘Suá`”, tendo em vista terem ficado impossibilitados de transitar pelo caminho público para suas residências, devido à construção de uma cerca de arame pelo proprietário da área, solicitou atuação do município para liberação do acesso. Apesar de a área ser de propriedade particular, a Prefeitura reconheceu ser de utilidade pública e intimou o proprietário a liberar o caminho.¹³³

Da mesma forma, em petição de 7-4-1911,

A comissão encarregada da edificação da Igreja de S. Vicente de Paula, situada na Villa Rubim, e os habitantes daquela localidade, vêm, confiados na generosidade de V. Exi^a, solicitar a construção d’uma escada na Rua que conduz á referida Igreja e ás habitadas pelos moradores daquelle aprazível bairro, para cujo embellesamento, V. Exi^a e o Exm^o Sr. Dr. Jeronymo Monteiro, têm-se esforçado na [...] do possível. Aguardando, pois, a execução do ligeiro e pouco dispendioso serviço, os requerentes, sinceramente penhorados, de ante mão, agradecem qualquer medida no sentido requerido.

O apelo dos moradores foi atendido e a obra autorizada. É importante ressaltar a citação ao presidente do Estado, reconhecido como ator importante nos melhoramentos do bairro, o que reafirma a participação do Estado na transformação da Capital e o poder do ente público estadual sobre o seu espaço urbano.¹³⁴ Outra petição com essas características foi a de 10-6-1911, em que diversos moradores da Vila Rubim, que tiveram o acesso às suas residências fechado por uma cerca, pela suposta proprietária do terreno onde se localizava a rua que utilizavam, requereram

¹³² AGMV, Semob, 1910.

¹³³ AGMV, Semob, 1911.

¹³⁴ AGMV, Semob, 1911.

que a rua fosse desobstruída, mantendo o livre acesso aos suplicantes. A Prefeitura ficou de analisar a planta do local para emitir o parecer final.¹³⁵

Cerca de cem moradores assinaram a petição reproduzida a seguir, de 24-11-1912,¹³⁶ que, além de confirmar as significativas mudanças na cidade e a prática da ação coletiva, comprovou a direção que a Capital tomou no período de Jeronymo Monteiro: o arrabalde de Santo Antônio.

Os abaixo firmados proprietários e residentes em S. Antonio, um dos primeiros subúrbios desta Capital, muitíssimo gratos a V. Exci^a pelo actual desenvolvimento e progresso deste arrabalde, outrora morto e sem futuro; progresso este que penhoradissimos agradecem a criteriosa e correctissima administração de V. Exci^a, auxiliado pelo digno Engenheiro M. Euclides Camargo e administrador da [...] Municipal; em virtude do adiantamento deste florescente arrabalde e contando-se nelle oito Ruas as quaes não tem nome e sum numeradas de um a seo ultimo numero; os habitantes deste arrabalde com a devida vênia pedem a V. Exci^a substituir os referidos números pelos nomes seguintes: Ruas Jeronymo Monteiro, Wlademiro da Silveira, Marechal Hermes, Cel. Marcondes, Euclides Camargo, Dr Francisco Salles, 15 de Novembro e 23 de Maio. Os requerentes confiantes nos autos de justiça que presidem a honrosa administração de V. Exci^a.¹³⁷

Em 5-8-1908, Dr. Ernesto da Silveira, médico do Governo Municipal, solicitou que obras de recuperação e melhoramento fossem feitas nas latrinas do mercado público, evitando contaminação dos açougues o que resultaria em sérias conseqüências para a população. Apesar de reconhecer a urgência da obra, e que ela deveria ser executada utilizando as opções modernas disponíveis, o engenheiro municipal declarou que o governo não tinha condições financeiras para executá-la. Também em relação à saúde pública, o inspetor de higiene, Olympio C. Lyrio, em 11-8-1908, solicitou ao governo que tomasse providência em relação ao depósito de lixo nos fundos do Hospital da Misericórdia,

¹³⁵ AGMV, Semad, 1911.

¹³⁶ O governo de Jeronymo Monteiro terminou em maio de 1912, mas acreditamos ser importante a apresentação deste documento tendo em vista a descrição apresentada pelos moradores de Santo Antonio e o número elevado de envolvidos, demonstrando uma firme prática da ação coletiva. Acrescentamos que o prefeito municipal, Wlademiro Fradesco da Silveira, ainda era o mesmo do fim do governo de Jeronymo Monteiro.

¹³⁷ AGMV, Semob, 1912.

[...] o que quer dizer no centro de uma população condensada como é a da Vila Rubim, mais sujeita dos [que] nós aos rigores das epidemias pela falta de hygiene que a própria situação em que ella se encontra, acotovelando-se em pequeninas habitações insalubres, lhe creou [...].

O médico municipal, em seu despacho, informou que todas as providências foram tomadas para a solução do problema. Vale ressaltar a situação da Vila Rubim, assim como o tratamento diferenciado que era dado à região, uma confirmação da atuação não uniforme do município na cidade.¹³⁸

Silvestre Alves de Oliveira solicitou, em 21-9-1908, licença para construir um cano de esgoto de seu prédio ao “reguinho” em frente dele. O pedido foi recusado, porque a cidade ainda não possuía um sistema de esgoto e o “reguinho” era para escoamento de águas pluviais. O esgoto deveria ser lançado na “sargeta da rua”. Essas informações mostram bem a precariedade da cidade em serviços públicos, que afetava não só a saúde da população, mas também a simbologia do urbano, que ainda estava muito mais próxima de uma cidade colonial do que republicana.¹³⁹

André Breciani, “[...] morador em prédio próprio à Rua Coronel MonJardim nº. 8 d’esta cidade [...]”, requereu licença, em 14-10-1908, para construir pequenas casas no terreno que ficava nos fundos do seu prédio. O parecer do então diretor de obras do município, Arthur Thompson, explicitou informações importantes sobre o processo de transformação de Vitória:

O problema de construção de pequenas habitações para operários é destes que requerem o maximo cuidado dos governantes, tendo em vista a hygiene [...] sanitária, lotação das habitações, cubagem do ar, ventilação, exgottos, água etc, de modo que estas ‘vilas operarias’ não se tornem, pelo acumulo de habitantes, uma ante câmara da morte, como os antigos cortiços, hoje condenados por completo [...] (grifo do autor).

O servidor municipal determinou que, para o projeto ser aprovado, teria de apresentar todas as exigências legais, principalmente, no que se referia à situação da saúde pública. Além disso, sugeriu uma adaptação da obra ao “plano do corte”¹⁴⁰ da Capital, que seria fundamental para a higiene, salubridade e viação. Ficava evidente, também, a falta de habitações para acolher os operários, assim como o

¹³⁸ AGMV, Caixa 94.

¹³⁹ AGMV, Caixa 94.

¹⁴⁰ O plano citado não foi localizado.

incremento de obras na cidade, que necessitava, cada dia mais, de mão-de-obra especializada.¹⁴¹

A necessidade de novas edificações para atender à população também ficou evidente no despacho do mesmo diretor de obras, em 19-1-1908, ao pedido do construtor Victorio Gianordoli para construir três prédios na cidade. Afirma que projetos como esse “[...] fazem mister ao proletariado que lucha frequentemente com a falta de casas nesta Capital [...]”.¹⁴² Essa situação se manteve nos anos seguintes, como verificamos na petição do engenheiro industrial, Guido Angeli [1910?], que pretendendo

[...] estabelecer uma agencia commercial e uma pequena industria nesta Capital, devido a deficiencia de prédios abitaveis, vem pedir a V. S. a necessária licença, para ocupar o prédio N. 10 da Rua d’Alfandega, fazendo nelle os reparos urgentes de que o mesmo precisa para sua immediata occupação [...]¹⁴³.

O fiscal-geral da cidade, Manoel da Victoria Rocha, em suas informações ao presidente do Governo Municipal, em 3-11-1908 e 11-11-1908, revelou-nos importantes dados sobre Vitória. No primeiro relato, citou que o chafariz do Largo de Santa Luzia necessitava da reposição urgente de uma de suas torneiras, tendo em vista o grande número de pessoas que ali se abasteciam de água. Também solicitou ações do Executivo em relação ao embargo de uma vala para esgotos que estava sendo construída na Rua 7 de setembro, sem autorização formal. Na segunda comunicação, apresentou a situação precária em relação à limpeza pública, com o lixo se acumulando pela cidade. Culpou o empresário detentor do contrato de limpeza pública pela situação, multando-o. Esses relatos confirmam a situação precária de Vitória, em 1908, em relação aos serviços públicos. A população continuava a sofrer com a ausência de serviços básicos e essenciais: água encanada, tratamento de esgotos e limpeza pública. Esses indicativos estavam em total desacordo com o que pretendiam o Poder Público, tanto estadual quanto municipal, para uma cidade moderna. Vitória continuava a ser uma aspirante à cidade republicana.¹⁴⁴

¹⁴¹ AGMV, Caixa 94.

¹⁴² AGMV, Caixa 96.

¹⁴³ AGMV, Semob, 1910.

¹⁴⁴ AGMV, Caixa 96.

A população, em alguns momentos, funcionava como fiscal da Prefeitura. José Alexandrino e Abreu solicitaram, em 14-11-1909, que fosse feita uma vistoria no açougue da Rua General Osório, justificando que esse local não apresentava o asseio necessário. O Governo Municipal aceitou a solicitação e nomeou uma comissão para verificar a situação.¹⁴⁵

A sociedade também reclamava, utilizando as petições, da atuação do governo, como fizeram os comerciantes Abreu e Silva, em 31-5-1909, solicitando a manutenção do encanamento geral da Rua da Alfândega, que estava entupindo o esgoto do seu estabelecimento.¹⁴⁶ Da mesma forma, Francisco José Victorino Pinto, em 10-11-1909, reclamou isenção de todos os emolumentos na construção de uma casa, tendo em vista o alinhamento da Rua do Rosário, feito pela municipalidade, ter ocupado parte do seu terreno. O governo reconheceu o erro e isentou o morador das referidas taxas. Ângelo Guerra, em 8-11-1909, não só reclamou, mas questionou o município sobre o embargo à sua obra no arrabalde Suá. A seção de obras reconsiderou o embargo e, mediante a imposição de algumas condições, liberou a obra.¹⁴⁷

José Tinoco de Oliveira, em 27-11-1911, buscou providências da Prefeitura em relação aos empreiteiros que estavam retirando areia do seu terreno, aforado, no “bairro” de Santo Antonio, sem sua autorização. O município reconheceu os direitos do peticionário e proibiu a retirada. A sociedade acionava a Prefeitura em busca dos seus direitos.¹⁴⁸

Representada pelo bispo da Diocese de Vitória, D. Fernando de Souza Monteiro,¹⁴⁹ por meio de seu procurador, a Igreja Católica reclamou, em 6-10-1910, que alguns de seus terrenos, localizados nas adjacências do Convento de São Francisco, foram invadidos para criação de ruas e construção do quartel de polícia. Considerou que estava disposta a abrir mão dos seus direitos, desde que fosse indenizada. Como a Prefeitura não era a responsável pela demarcação de terrenos de terceiros, desconsiderou a petição e instruiu a requerente a providenciar a

¹⁴⁵ AGMV, Semob, 1909.

¹⁴⁶ AGMV, Caixa 96.

¹⁴⁷ AGMV, Semob, 1909.

¹⁴⁸ AGMV, Semad, 1911.

¹⁴⁹ Irmão do então presidente do Estado, Jeronymo de Souza Monteiro.

marcação orientada por um engenheiro particular. O município fiscalizava os serviços em relação aos terrenos do município.¹⁵⁰

A Prefeitura obtinha receita arrendando terrenos de sua propriedade, como foi feito, em 26-4-1910, para Manoel Vereza. Após a confirmação de que o terreno era do município e estava desimpedido, além do arrendamento não causar nenhum problema sanitário e de higiene, o contrato foi formalizado por cinco anos pelo valor de 80\$000 (oitenta mil réis) anuais. Já Martinho Gonçalves de Freitas conseguiu, em 14-11-1910, a cessão de uma área ao lado do seu prédio, pela quantia de 500\$000 (quinhentos mil réis).¹⁵¹ A Prefeitura também vendia terrenos de sua propriedade, como foi feito para Alcino Amorim, em 28-4-1912. O peticionário comprou um área da Prefeitura, na Rua Duque de Caxias, avaliada pela 3ª seção em R\$ 2:062\$600 (dois contos, sessenta e dois mil, seiscentos réis).¹⁵²

A proposta de João de Deus, em 9-9-1910, para compra de um terreno do município, revelou várias características do contexto urbano da cidade. O terreno pretendido foi adjudicado à Prefeitura como pagamento de dívidas de impostos, ou seja, essa era uma forma de o ente público adquirir terras. Na proposta, o requerente fez questão de mencionar que a cidade teria vantagens com o negócio, pois, além das receitas, a partir dos impostos, seria construído um prédio de arquitetura moderna, o que auxiliaria o embelezamento da Capital. No parecer do engenheiro municipal, ele concorda com a venda, alegando que era a melhor opção, tendo em vista a carência de casas na cidade.¹⁵³

A Prefeitura e a sociedade também negociavam os espaços por troca de benefícios. Rufino Antônio de Azevedo, em 24-5-1910, negociou uma licença gratuita para a construção de uma casa, pelo terreno que cedeu à municipalidade para ser utilizado no alargamento de uma rua.¹⁵⁴ Candida Marques Pessanha Pova, em 14-12-1910, também propôs um negócio à Prefeitura: como não tinha condições de fazer por conta própria o passeio em frente a seu prédio, sugeriu que o governo realizasse a obra e ela pagaria os custos em parcelas mensais. O Governo

¹⁵⁰ AGMV, Semad, 1910.

¹⁵¹ AGMV, Semad, 1910.

¹⁵² AGMV, Semad, 1912.

¹⁵³ AGMN, Semad, 1910.

¹⁵⁴ AGMV, Semob, 1910.

Municipal aceitou a proposta e elaborou um Termo de Compromisso para formalizar o acordo.¹⁵⁵

O requerimento, por parte de um morador, em 19-8-1908, de licença para construir uma pequena casa em Santo Antonio, comprovou que o Governo Municipal continuava a ceder terrenos para a população. É interessante verificar que o peticionário não solicitou o terreno, mas sim licença para construção. A Prefeitura não indicou o terreno exato, apenas definiu as regras que deveriam ser cumpridas, tanto para a localização quanto para o tipo de construção. A licença foi concedida, em caráter provisório, e o local deveria ser devolvido ao governo assim que solicitado.¹⁵⁶ Da mesma forma, o analfabeto¹⁵⁷ Antonio dos Reis teve seu pedido para edificar uma casa na Vila Rubim, onde já residia, atendido em 20-11-1908, recebendo também a concessão e aforamento do terreno.¹⁵⁸ No entanto, Antonio do Rozario, em 10-12-1908, e Luiz Leão Junior, em 19-12-1908, tiveram seus pedidos de licença para construir casa na Vila Rubim negados por não possuírem nenhum terreno concedido e aforado pelo governo do Estado, condição citada como fundamental para a concessão.¹⁵⁹ Nos anos seguintes, essas ocorrências se mantiveram. Alguns exemplos: Antonio Ribeiro, em 22-09-1909, solicitou terreno e licença para construir casa em Santo Antônio, foi indeferido, no entanto, o pedido idêntico de Miguel Mauricio de Amorim, em 11-10-1909, foi concedido; Leonel Barbosa, em fevereiro de 1910, teve seu pedido de concessão de terreno ao lado da fonte da capichaba deferido; da mesma forma, Antonio José de Salles teve resposta positiva para sua solicitação, de 24-12-1910, de um terreno para construção de casa na Vila Rubim.

Fica evidente que não existia uma regra para as concessões/aforamentos, sendo o procedimento mais comum, antes do Dec. nº. 16, de 4-8-1911, que regularizou o processo, o que ocorreu na petição da Maximina Barboza Flor, de 15-2-1910: alegando que sua casa seria condenada à demolição e não tendo condições de reconstruí-la de acordo com a lei, ela solicitou “[...] uma pequena area de terra nos terrenos de propriedade d’esta Prefeitura perto e acima da fonte da

¹⁵⁵ AGMV, Semob, 1910.

¹⁵⁶ AGMV, Caixa 94.

¹⁵⁷ As petições dos analfabetos eram assinadas por terceiros, que utilizavam a expressão “a rogo de” para identificar o demandante. Essa indicação é apenas um exemplo dos vários pedidos efetuados por esse procedimento.

¹⁵⁸ AGMV, Caixa 96.

¹⁵⁹ AGMV, Caixa 96.

capichaba afim de ali construir uma pequena casa onde possa residir com seus filhos”. No despacho, após a confirmação de que o terreno pertencia ao município foi solicitada à Seção de Obras que informasse se, no referido espaço, podiam ser feitas edificações. Com a indicação positiva e condicionado ao cumprimento das regras para construção, o pedido foi deferido pelo prefeito.¹⁶⁰ Sendo assim, para serem concedidos, os terrenos deveriam ser da Prefeitura e não possuir impedimento para construção. Com essas características, o deferimento final dependia do despacho do Executivo Municipal.

Os aforamentos de terrenos não eram feitos apenas para pessoas reconhecidamente pobres. Em 14-5-1910, Benedicto Borges da Silva, proprietário de imóvel na cidade, solicitou aforamento perpétuo de uma área e nenhum impedimento foi indicado. Fica claro que esse procedimento não era utilizado apenas pela parcela carente da sociedade, mas por toda a população, de acordo com os interesses envolvidos.¹⁶¹

As petições que solicitavam licença para obras ou cessão/aforamento de terrenos no arrabalde¹⁶² de Santo Antonio recebiam despachos ora positivos ora negativos. Esse procedimento ocorreu em consequência de diversos motivos: a precária situação econômico-financeira de parcela dos moradores de Vitória; a falta de terrenos e habitações na cidade; a preocupação com a saúde pública, tendo em vista a localização, naquela região, do cemitério, onde se enterravam pessoas com moléstias contagiosas, e do matadouro municipal; e, principalmente, a interpretação da legislação pelo Governo Municipal. Alcebíades Freire, secretario municipal, em seu despacho ao pedido de João Corrêa Sobrinho, de 30-9-1910, para construção de um casa coberta de zinco, próxima ao sitio Santo Antônio, declarou:

Não estando ainda revogada a resolução do Exm.^o Sr. Presidente do extinto Governo Municipal, sob N.^o 19 de 13 de Agosto de 1907, a qual proíbe terminantemente as edificações no sitio denominado ‘Santo Antonio’, de propriedade do Município, porquanto a área do terreno é insuficiente e mesmo porque esta destinada para o descanso de gado, opino pelo indeferimento da presente petição.¹⁶³

¹⁶⁰ AGMV, Semob, 1910.

¹⁶¹ AGMV, Semad, 1910.

¹⁶² A referência a Santo Antonio era feita de várias formas: arrabalde, subúrbio, bairro, sítio.

¹⁶³ AGMV, Semob, 1910.

No entanto, o Dec. nº. 3, de 17-4-1909, em seu art. 1º., regulamentou: “Nenhuma obra de construção, reconstrução, accrescimo e modificações de prédios poderá ser começada do Forte de S. João ao **Matadouro de Santo Antonio**, sem licença da Prefeitura” (grifo nosso). Sendo assim, desde abril de 1909, as obras em Santo Antonio, se autorizadas, poderiam ser realizadas. Muitos indeferimentos também ocorreram porque a solicitação para edificar casas e/ou prédios era feita em conjunto para aforamento/cessão de terrenos, procedimento que só foi regularizado com o Dec. nº. 16, de 4-8-1911. Várias petições para aforamento/cessão de terrenos em Santo Antonio, que deram entrada na Prefeitura em 1910 e antes de agosto de 1911, só foram deferidas após a publicação do Dec. nº. 16. Esse foi o caso do pedido para aforamento de terreno em Santo Antonio feito por Fiel de Souza, em 31-12-1910. O despacho positivo do engenheiro municipal ocorreu no mesmo dia da publicação do referido Dec., 4-8-1911, e o deferimento final do prefeito, já com a indicação do lote, ocorreu em 13-9-1911.¹⁶⁴ Outros exemplos de petições que seguiram o mesmo rito: Guido Angeli, 26-1-1911; José Pedra da Victoria, 21-2-1911; Manoel Josino, 14-3-1911; Francisca Ferreira Gomes, 6-4-1911; Mariano Vieira dos Passos, 29-7-1911.¹⁶⁵

A regulamentação dos aforamentos e arrendamentos provocou um enorme volume de pedidos, principalmente para a região de Santo Antônio (TABELA 22). Um dos motivos, além da regularização e da área disponível, pode ter sido o prolongamento da linha de bondes para a região,¹⁶⁶ facilitando o transporte.

¹⁶⁴ AGMV, Semob, 1910.

¹⁶⁵ AGMV, Semad, 1911.

¹⁶⁶ Na mensagem de Jeronymo Monteiro, em 3-10-1911, ele relatou que a linha de bonde até Santo Antonio já estava concluída.

TABELA 22 – Petições para aforamento/concessão de terrenos: fevereiro/1908 a maio/1912

Ano	Em toda a cidade	No arrabalde de Santo Antônio		
		Absoluto	%	N.º. solicitantes
1908	3	1	33,0	1
1909	3	2	66,0	2
1910	31	19	61,0	19
1911	113	97	86,0	97
1912	4	2	50,0	2
Total	154	121	79,0	121

Fonte: AGMV, caixas 94, 96; Semad, Semob 1909,1910,1911, 1912.

O incremento provocado pelo Dec. nº. 16, nos aforamentos, serviu também para identificar¹⁶⁷ a direção do crescimento da cidade no período. A cidade se movimentou para a região do Arrabalde de Santo Antônio: dos 113 pedidos de aforamento em 1911, constatamos que 97 (86,0%) foram para Santo Antônio; desses, 89 (92,0%) foram deferidos de acordo com o Dec. nº. 16. Devemos lembrar que uma parcela das solicitações de aforamento foi feita para regularizar uma situação existente, ou seja, alguns moradores já residiam em terrenos do arrabalde de Santo Antônio sem a autorização legal do município. Podemos citar, como exemplo, as petições de Basílio Augusto do Espírito Santo e de Joanna Maria dos Remédios, de 22-9-1911 e 16-8-1911 que já residiam em Santo Antonio quando solicitaram o aforamento perpétuo.¹⁶⁸

6.3 O DIÁLOGO COM O PODER, 1924-1928

As TABELAS 23 e 24 mostram o retrato das petições, obrigatórias e espontâneas, pela ótica dos demandantes. O volume das intervenções nos imóveis privados referenda a preocupação de toda a sociedade, civil e política, com o aspecto da cidade, além da referência normativa que já estava internalizada na

¹⁶⁷ Pelas vias oficiais.

¹⁶⁸ AGMV, Semad, 1911.

cultura dos moradores: quando necessária, a autorização para obra era fundamental. Em relação as ações espontâneas, reforçamos que o menor número não desqualifica o ato, pois a busca, sem obrigatoriedade, do diálogo com a esfera pública sobre a cidade demonstra uma participação efetiva da sociedade no processo. Os diversos acionamentos ao município confirmam a amplitude da matéria, que afetava diretamente a sociedade, que reagia na medida de suas condições.

TABELA 23 – Petições obrigatórias, por motivação: maio/1924 a junho/1928

	1924	1925	1926	1927	1928	Total	
						Absoluto	%
Alinhar obra/Aprovar planta	6	9	22	8	5	50	8,0
Autorizar obra em imóvel privado	146	126	118	111	63	564	90,0
Autorizar obra em imóvel público	1	4	8	1	1	15	2,0
Total	153	139	148	120	69	629	100

Fonte: AGMV, Semad, Semob, 1924, 1925, 1926, 1927, 1928.

TABELA 24 – Petições espontâneas, por motivação: maio/1924 a junho/1928

	1924	1925	1926	1927	1928	Total	
						Absoluto	%
Aforar/Receber concessão de terreno	4	5	1	1	1	12	14,0
Comprar terreno/material do município	3	3	9	1	4	20	23,0
Estabelecer <i>kiosque</i> /botequim	-	-	-	-	1	1	1,0
Propor obra pública	-	3	1	-	2	6	7,0
Questionar/Cobrar decisão do município	4	3	21	10	4	42	47,0
Solicitar ação em imóvel de terceiros	1	-	4	-	-	5	6,0
Solicitar ação em imóvel próprio	1	-	1	-	-	2	2,0
Total	13	14	37	12	12	88	100

Fonte: AGMV, Semad, Semob, 1924, 1925, 1926, 1927, 1928.

Apesar de não numerosas, as solicitações de aforamentos também ocorreram, como foram os casos de Adolpho Messner, em 17-1-1925, e Sandalio Abaurre, em 19-1-1925, que solicitaram aforamento de lotes no Morro da Vigia e na Ladeira de São Bento, respectivamente.¹⁶⁹ Manoel Cassiano da Costa, em 8-2-1926, solicitou o aforamento de um terreno também no Morro da Vigia.¹⁷⁰ Benedito Costa, em 8-2-1927, pediu aforamento de uma área para construção de um barracão para fábrica de cal.¹⁷¹ Joaquim Moura, em 16-2-1928, peticionou ao prefeito que lhe concedesse,

[...] por equidade, a pequena faixa de terreno na travessa que comunica a Rua Jeronymo Monteiro com a Praça da Independencia,¹⁷² pelo lado de traz do Banco Hypothecario e Agrícola do Estado de Minas Gerais, para nella edificar uma fachada de dois pavimentos, estylo Dorico-Romano, com as dependencias internas que possam ser adaptadas, o que, servindo para fins de seu interesse, serve também para embellezar aquelle beco, se digne ordenar o que fôr de justiça não só quanto á cedencia do terreno, como ás obrigações do supplicante.¹⁷³

O empreiteiro e construtor André Carloni solicitou, em 27-10-1924, a concessão, por aforamento perpétuo, e isenção de impostos municipais por dez anos de uma área de 700m², na Praça da Independência, para a construção de um “cine-teatro” com capacidade para 1.200 pessoas. Argumentou que sua pretensão estava de “[...] encontro as iniciativas dos Governos do Estado e desse Município, que se acham empenhados em união de vista para remodelarem a nossa Capital, dotando-a de melhoramentos que de há muito se resentia [...]”. Continuou lembrando “[...] que o cine theatro que deseja construir vem perfeitamente suprir com vantagem o theatro Melpomene até que seja construído um novo, pois alem de ser um edificio de cimento armado e moderno, a sua lotação será maior [...]”. Esse

¹⁶⁹ AGMV, Semad, 1925.

¹⁷⁰ AGMV, Semad, 1926.

¹⁷¹ AGMV, Semad, 1927.

¹⁷² Atual Praça Costa Pereira.

¹⁷³ AGMV, Semob, 1928.

pedido foi reiterado, em 18-12-1924, e recebeu o seguinte parecer da Câmara Municipal:

[...] depois de metuculoso estudo, e, tendo em vista o grande melhoramento com que o peticionário pretende dotar nossa Capital, e achando de justiça que os Poderes Municipaes prestem o seu concurso a iniciativas como esta, que só poderá trazer embellezamento á Capital e que ao mesmo tempo vem preencher uma lacuna concorrendo para offerecer ao nosso publico mais um ponto de diversões, opina para que lhe seja concedido algum dos favores solicitados em sua petição [...].¹⁷⁴

Esse documento gerou o Dec. nº. 262, de 31-12-1924: “Art. 1º. É concedida ao Sr. André Carloni isenção de imposto predial e taxa domiciliaria, durante dez (10) annos, sobre o edificio que pretende construir nesta Capital, na Praça Costa Pereira, para nelle funccionar um Cine-Theatro”. Esse processo mostrou como os atores sociais da época estavam empenhados na transformação do espaço urbano de Vitória. Com o objetivo de remodelar a cidade, as forças dos entes públicos se uniram, inclusive facilitando a ação dos demandantes.

João Miguel, em 13-2-1924, solicitou à Prefeitura a compra de um terreno na Capital. Para elaborar seu parecer, o prefeito providenciou consulta ao “Serviços de Melhoramentos da Capital”, responsável por gerenciar os espaços da cidade. Do mesmo modo, Ernesto Bastos, em 26-6-1924; Elias Miguel, em 27-6-1924; Luiz Becacici, em 14-3-1925; e Benigno Soares Vidigal, em 5-8-1925, solicitaram a compra de terrenos da Prefeitura na Capital.¹⁷⁵ Jacintho Zamprogno, em 25-9-1926, também buscou a compra de terreno da Prefeitura.¹⁷⁶ O mesmo procedimento foi utilizado por Manoel Gonçalves, em 4-1-1927.¹⁷⁷ Mirabeau Pimentel, em petição de 3-3-1928, e Delmaestro Paschoal, de 30-4-1928, disputaram a compra de um mesmo terreno da Prefeitura. A venda foi fechada com o segundo demandante, acreditamos devido ao objetivo proposto para a área: “[...] construir um prédio de condições architectonicas que muito vem concorrer para o embellezamento da Capital, cujo edificio tem por fim a instalação de um hotel de 1ª. Ordem [...]”.¹⁷⁸

¹⁷⁴ AGMV, Semad, 1924.

¹⁷⁵ AGMV, Semad, 1924; Semad, 1925.

¹⁷⁶ AGMV, Semad, 1926.

¹⁷⁷ AGMV, Semob, 1927.

¹⁷⁸ AGMV, Semad, 1928.

Alguns processos de solicitação de compra de terrenos da Prefeitura geraram consideráveis impasses, ora envolvendo apenas o ente público, ora terceiros. Esses podem também ser considerados indicativos da não passividade da sociedade, que, de alguma forma, buscava seus interesses e direitos. Manoel Ribeiro Pinto de Miranda, em 29-1-1926, requereu compra de uma área da Prefeitura e questionou o valor definido para a venda, argumentando que o terreno era vizinho ao seu e o preço era muito elevado. Apesar do parecer contrário do diretor de obras, o prefeito aceitou os argumentos e diminuiu o preço de venda, efetivando o negócio.¹⁷⁹ Ulysses Ribeiro, em 7-5-1926, requereu por compra um terreno baldio, pertencente ao município, vizinho ao seu imóvel. Apesar de a Prefeitura concordar com a venda, outro vizinho, Cleto Firme, reclamou para si parte do terreno. Após longo embate, administrativo e judicial, o negócio não se concretizou, devido às condições impostas e ao não acordo entre as partes.¹⁸⁰ Jorge Quinamo, em 30-4-1926, requereu a compra de uma sobra de terreno do município, limítrofe ao seu. O pedido foi aprovado e o terreno vendido. No entanto, após a venda, foi enviado ao prefeito um abaixo-assinado dos moradores do local que reclamavam que o fechamento da área vendida interrompia o trânsito para suas casas. Essa intervenção provocou a reavaliação da venda, com nova medição da área a ser negociada, evitando o prejuízo à população.¹⁸¹ Euclides Simões, presidente do Centro Espírita Henrique José de Mello, em 10-6-1926, reclamou que o terreno comprado da Prefeitura era menor do que o negociado. O diretor de obras emitiu parecer contrário, negando a responsabilidade do ente público.¹⁸² Em 7-11-1927, Anselmo Maculau reclamou que os engenheiros da Prefeitura não resolviam sua situação. Desejava construir em seu terreno que ficava no prolongamento da Rua 7 de Setembro, o que não era possível, tendo em vista o novo traçado da rua. A solução encontrada pelo Governo Municipal foi a compra do terreno.¹⁸³

João Francisco de Oliveira, em 10-11-1924, e, Lucindo José de Almeida, em 13-11-1924, solicitaram indenização pelos embargos feitos nas obras de suas casas. O Governo Municipal reconheceu as contestações e efetuou os pagamentos.¹⁸⁴

¹⁷⁹ AGMV, Semad, 1926.

¹⁸⁰ AGMV, Semad, 1926.

¹⁸¹ AGMV, Semad, 1926.

¹⁸² AGMV, Semad, 1926.

¹⁸³ AGMV, Semad, 1927.

¹⁸⁴ AGMV, Semad, 1924.

Orminda Escobar Gomes, em 27-11-1924, também reclamou que, no alargamento da Ladeira São Bento, a Prefeitura, sem acordo prévio, se apropriou de parte do seu terreno, o qual reclamava de volta.¹⁸⁵ José Aureliano da Silva, em 27-6-1925, requereu indenização, porque a Prefeitura utilizou parte do seu terreno para implantar o novo alinhamento da Rua. O valor do m² foi calculado e o Governo Municipal pagou ao peticionário o montante devido.¹⁸⁶ Francisco Mori Chimeli, em 19-8-1926, requereu indenização pelo recuo feito em seus prédios, de acordo com a Prefeitura, que efetuou o pagamento.¹⁸⁷ Margarida de Azambuja Meyrelles, em 14-7-1926, solicitou pagamento de indenização por recuo e reconstrução da fachada do seu prédio, pelo preço ajustado com a Prefeitura, o que foi efetuado.¹⁸⁸ Apesar de ter solicitado indenização, em 1-10-1926, para reconstrução da fachada de seu prédio, Bellarmino Loyola Borges não tinha esse direito, pois, para se ajustar ao alinhamento, não teve de ceder terreno, mas incorporar área da Prefeitura, tendo de pagar por ela. Como concessão especial e devido à péssima situação de todos os imóveis da rua onde se localizava, a Prefeitura isentou-o do pagamento.¹⁸⁹

Apesar de Lydia F. Pereira, em 25-5-1926, não ter solicitado indenização no pedido que fez de licença para recuo de sua casa para o novo alinhamento, o diretor de obras e viação efetuou os cálculos do valor e informou em seu parecer. O Prefeito deferiu a solicitação e indicou que a indenização poderia ser solicitada a qualquer momento.¹⁹⁰ Paulo Motta, em 9-12-1927, solicitou indenização pela parte do seu terreno que foi cedido à municipalidade para abertura de uma rua. Mesmo informando de que o responsável pela área era o Estado, a Prefeitura autorizou o pagamento da indenização.¹⁹¹ Manoel Cyrino Milagre, em 5-7-1927, que se identificou como pobre e funcionário da Prefeitura, cobrou indenização do município, pela alteração do local de sua casa, além de não ter recursos para a obra.¹⁹²

O pagamento de indenizações era um procedimento comum no período, sustentado pelas alterações no desenho da Capital que provocaram reflexos nos imóveis existentes. Podemos dizer que o pagamento de indenizações foi

¹⁸⁵ AGMV, Semob, 1924.

¹⁸⁶ AGMV, Semad, 1925.

¹⁸⁷ AGMV, Semad, 1926.

¹⁸⁸ AGMV, Semad, 1926.

¹⁸⁹ AGMV, Semob, 1926.

¹⁹⁰ AGMV, Semob, 1926.

¹⁹¹ AGMV, Semad, 1927.

¹⁹² AGMV, Semad, 1927.

institucionalizado pelo Governo Municipal a partir da Lei nº. 276, de 31-12-1925, em seu art. 47

As ruas, travessas, avenidas e praças que não estejam nas condições da planta geral da cidade, serão alargadas á medida que os prédios forem sendo reconstruídos.

§ 1º. Nos alinhamentos dados para construcções ou reconstrucções ou modificações de prédios, será determinado o recuo ou avanço do prédio, segundo o projecto adoptado pela Prefeitura Municipal.

§ 3º. As irregularidades de alinhamento existentes serão corrigidas, fazendo a Prefeitura avançar ou recuar as novas construcções ou as reconstrucções de prédios, de accordo com o projecto adoptado, pagando aos proprietários a devida indemnisação das áreas recuadas ou cobrando delles o que for devido pelas áreas de avanço.

§ 4º. A rectificação de alinhamento e o alargamento de logradouros públicos serão executados mediante desapropriação immediata das propriedades atingidas pelo plano approved pela Prefeitura, ou mediante execução progressiva do mesmo plano.

A petição de Francisco Amalio Grijó, de 5-3-1925, é elucidativa da disposição da população em questionar ações do município. O demandante relatou que fez um acordo com a Prefeitura para adaptar suas casas ao novo alinhamento e alargamento da rua onde se localizavam, inclusive realizando a construção de um prédio que contribuiria para o embelezamento da cidade, objetivo do ente público. Após a obra, reclamou que o valor da indenização da Prefeitura não era justo, tendo em vista montantes pagos em outras indenizações, apelando para a equidade nas decisões. Após análise de processos anteriores, o prefeito concordou com o peticionário e complementou o valor anteriormente pago.¹⁹³ Eufrosino Vieira Machado, em 17-5-1926, questionou a Prefeitura por utilizar seu terreno, inclusive com a derrubada do muro existente, sem autorização. Cobrou pagamento de aluguel e indenização.¹⁹⁴ O contratado por Izaías Colodetti para obras de corte e recuo de seu prédio, em petição iniciada em 12-11-1926, não concordou com o valor estipulado pela Prefeitura para indenização. Os cálculos foram refeitos, a falha detectada e o pagamento foi efetuado pelo valor ajustado.¹⁹⁵

Desejando construir uma casa, Aphordizio Ribeiro Coelho, em 3-10-1924, recorreu do parecer da Prefeitura sobre a altura do pé direito do porão da casa. Argumentou que o local não seria utilizado para dormitório e serviria como habitação

¹⁹³ AGMV, Semad, 1925.

¹⁹⁴ AGMV, Semad, 1926.

¹⁹⁵ AGMV, Semob, 1926.

apenas durante o dia. A Prefeitura aceitou o pedido usando como justificativa que a mesma concessão era observada na cidade de São Paulo e em outras grandes cidades. Esse parecer ratificou a preocupação do Governo Municipal em acompanhar os padrões nacionais para as grandes cidades, que buscavam simbolizar e fortalecer a República. Vitória deveria seguir o mesmo caminho.¹⁹⁶ Com esse direcionamento, indeferiu o pedido de Romana Maria da Conceição, de 26-6-1924, para a construção de “um pequeno casebre” no morro da Fonte Grande, alegando que era função da Prefeitura evitar que a Capital tivesse aspecto desagradável.¹⁹⁷ Novamente, em 30-9-1925, o prefeito indeferiu um pedido de Ribeiro e Becacici para construção de um prédio de dois andares, por tratar-se “[...] de uma Rua nova que está sendo embelesada por esta Prefeitura, [...] afim de juntarem uma nova planta de accordo com as exigências da Diretoria de Obras”.¹⁹⁸ Joaquim Pedro da Silva, em 2-6-1926, teve seu pedido de prorrogação de licença, para construção de casa no Morro da Piedade, negado poque as obras no local estavam embargadas desde janeiro de 1926, além do fato de a casa se localizar fora dos planos de arruamento da Prefeitura.¹⁹⁹ O pedido de Reynaldo Barbosa da Victoria, de 20-4-1926, para a construção de casa no Morro da Fonte Grande, também foi indeferido, de acordo com o código de posturas.²⁰⁰ Manoel Courinho Madeira, em 5-9-1927, solicitou licença para construção de uma choupana no morro as margens da Estrada do Suá. O pedido foi negado sob alegação de que se tratava “[...] d’uma villa de casas de palhas que o requerente pretende estabelecer em suas terras fora das posturas em vigor”.²⁰¹

No entanto, apesar de não contribuir para a modernização urbana da Capital, alguns pedidos eram aceitos, como o feito pela analfabeta, que se classificou como pobre, Verônica Nathalia de Oliveira, em 9-3-1925, para a construção de “[...] uma pequena casa typo barraca no bairro Santo Antonio”.²⁰² Djalma Pedro dos Santos, em 11-9-1926, conseguiu licença para a construção de casa no Morro do Moscoso, tendo em vista o local ser acessível à rede de esgotos.²⁰³ Essa distinção poderia

¹⁹⁶ AGMV, Semob, 1924.

¹⁹⁷ AGMV, Semob, 1924.

¹⁹⁸ AGMV, Semob, 1925.

¹⁹⁹ AGMV, Semob, 1926.

²⁰⁰ AGMV, Semob, 1926. O código de posturas era a Lei nº. 276.

²⁰¹ AGMV, Semob, 1927.

²⁰² AGMV, Semob, 1925.

²⁰³ AGMV, Semob, 1926.

ocorrer pela localização da obra: aquelas localizados no “centro” da Capital teriam um tratamento mais rígido, em contrapartida, as dos “arrabaldes” e locais distantes da visibilidade da sociedade teriam uma liberdade maior de construção.

A Prefeitura também era a responsável por gerir o processo de numeração de prédios e terrenos de Vitória, como verificamos na petição de Antenor Guimarães, de 24-12-1924, que reclamava da demora do gestor municipal para providenciar a numeração dos seus imóveis.²⁰⁴ Em 3-4-1925, Ruy da Silveira Neves propôs à Prefeitura executar os serviços de plaqueamento da Capital. Em seu parecer, o diretor de obras expôs que o serviço era deficiente e a cidade se ressentia da situação. O Executivo Municipal autorizou a execução na forma que atendesse à necessidade da Prefeitura.²⁰⁵ Em petição de 17-2-1927, o contratado já solicitava o pagamento pela Prefeitura de parte do plaqueamento efetuado, que dizia “[...] respeito a 21 logradouros, onde foram collocadas 19 placas de nomenclatura; 365 placas de numeração e 1 placa de indicação de transito”.²⁰⁶

Reconhecendo a Prefeitura como o ente público responsável pela fiscalização da cidade, Antonio Daiello, em 6-12-1924, solicitou vistoria na obra que estava realizando em seu imóvel, assim como no imóvel ao lado, tendo em vista notificação judicial recebida por reclamação do vizinho. As vistorias foram realizadas e os questionamentos abandonados, com base no parecer do diretor de obras e viação.²⁰⁷ Uma petição, de 17-4-1924, explicita bem essa função do Governo Municipal:

O Dr. João Dukla Borges de Aguiar, residente no sitio ROMÃO, próximo a esta Capital, vem trazer ao conhecimento de V. Sa. o abuso inqualificável dos Srs. Lizandro Nicoletti & Comp., proprietários da fabrica de tecidos VICTORIA, situada no logar Cruzamento, que consiste no serviço de aterro nos terrenos do mesmo sitio, inclusive os accrescidos de marinhas, obstruindo o boeiro existente na estrada do Suá, construído pelo Estado, de modo a impedir o franco escoamento das águas pluvias para o mar. Tratando-se de um acto attentatorio aos dispositivos legais, solicito de V.Sa. uma providencia efficaz no sentido de ser desobstruído o dito boeiro, como é de inteira justiça.

²⁰⁴ AGMV, Semob, 1924.

²⁰⁵ AGMV, Semob, 1925.

²⁰⁶ AGMV, Semad, 1927.

²⁰⁷ AGMV, Semob, 1924.

As providências foram tomadas e o problema solucionado.²⁰⁸ Virgílio Calmon Teixeira Fernandes, em 18-7-1926, solicitou vistoria em obra do vizinho, alegando que estava prejudicando seu prédio.²⁰⁹ Trinxet e Alves, proprietários do Café Globo, em 21-7-1926, solicitaram vistoria no prédio vizinho onde funcionava o Bar Petrópolis, que estava em péssimas condições. Justificaram afirmando que era para evitar reclamações futuras, tendo em vista que estavam realizando obras em seu estabelecimento. O prefeito designou engenheiros para realizar o serviço, atendendo à solicitação.²¹⁰

Algumas petições individuais eram feitas em benefício de vários moradores, como foi a de João Meyrelles, em 20-11-1925, para a colocação de um poste de iluminação na subida da rua onde morava. O município reconheceu a deficiência e acatou a solicitação.²¹¹ Da mesma forma, Alberto de Oliveira Santos, em 27-1-1928, solicitou à Prefeitura que impedisse os estragos que estavam sendo feitos na estrada para a Chácara de Santa Helena, assim como limpasse a área, que dava acesso a seus lotes e a de outros proprietários, que estavam quase impedidos de transitar. O Governo Municipal reconheceu o problema e providenciou a solução.²¹² Por outro lado, os moradores também agiam por intermédio de petições conjuntas, como a feita por moradores da Vila Rubim, em 5-10-1925. Eles reiteraram pedido anterior para obras nas ruas onde moravam, porque estavam “[...] completamente desprovidos do conforto que as respectivas moradias exigem [...]”. Criticaram a higiene do local, assim como a falta de uma rede de esgotos. O prefeito acatou as solicitações, indicando as ações necessárias aos responsáveis.²¹³ Os negociantes da Rua do Comércio, em 30-8-1926, pediram providências à Prefeitura pelo fechamento de um bueiro na região, o que, na época das chuvas, provocava prejuízo a todos. Apesar de saberem que a obra foi executada pelo Estado, peticionaram providências ao município. Acompanhando o parecer do diretor de obras, o prefeito determinou oficial a Comissão de Melhoramentos do Estado para as devidas providências.²¹⁴

²⁰⁸ AGMV, Semob, 1924.

²⁰⁹ AGMV, Semad, 1926.

²¹⁰ AGMV, Semob, 1926.

²¹¹ AGMV, Semob, 1925.

²¹² AGMV, Semob, 1928.

²¹³ AGMV, Semob, 1925.

²¹⁴ AGMV, Semob, 1926.

A voz ativa da sociedade de Vitória ao Governo Municipal fica reforçada quando analisamos a petição assinada por 20 moradores da Rua São Paulo, em 8-6-1926:

Nós, abaixo assignados moradores na Rua São Paulo tendo como sahida o Bêcco entre os Predios 32 e 34 da Avenida Jose Carlos, vimos protestar junto a Prefeitura desta Cidade, a venda por escriptura publica que se passa hoje ao Sr. Miguel Jorge, para que nos seja dado a continuação do transito que já a mais de 12 annos vimos passando, assim também a passagem da Rêde de esgotos e água que muito carecemos e contamos com o alto gesto de V.S^a. e assignamos.

A partir dessa petição, a venda da área foi suspensa, ficando atendido o objetivo principal. Vale ressaltar que os moradores aproveitaram para reivindicar melhorias para a região, numa demonstração clara de diálogo aberto com o ente público.²¹⁵

Outros processos confirmam essa situação. Em 13-6-1928, onze

[...] proprietários, residentes no Forte de São João, arrabalde desta Capital, na imminencia de ficarem privados da única via de comunicação com as suas casas, já em uso publico há mais de 30 annos, em virtude de estar a mesma sendo fechada por uma construcção [...], vêm, respeitosamente, pedir providencias a V. Excia. para que não seja consumado o fechamento da única passagem que possuem para se communicarem com as suas residências.

Em 21-5-1928, 20 residentes da Vila Rubim solicitaram à Prefeitura que mandasse

[...] illuminar a Rua Santo Henrique, que á noite é excessivamente escura, estando em mau estado, por causa dos canos d'água, buracos, pedras, lama e etc., que existem na mesma, tornando difficil o transito para quem é indispensável a passagem por ahi. [...] rogando também a V.Exa. providencias afim de que a escada de madeira que dá accessio á Igreja e portanto a mesma Rua seja reformada [...].

O governo sinalizou que as obras de regularização começariam em breve. Os negociantes da Avenida Cleto Nunes requereram, em 27-2-1928, a irrigação dos

²¹⁵ AGMV, Semob, 1926.

trechos de suas casas, por serem prejudicados pela poeira diariamente. O ente público reconheceu o problema, mas informou não ser possível a sua solução imediata. Em petição conjunta, de 10-2-1928, 64 moradores da Praia Comprida reivindicaram o aterramento de um pântano que era uma ameaça permanente à população do local, registrando que essa medida contribuiria para o povoamento mais rápido do bairro. Apesar de o parecer final da Prefeitura não ter sido localizado, é significativa uma gestão dos moradores com esse número de participantes, o que ratifica nossa hipótese da existência de ações individuais e conjuntas, da sociedade, em relação ao espaço urbano da Capital.²¹⁶

Além das licenças para construção/reforma de casas e prédios, muitas eram as demandas para construção de barracões. Essa necessidade aponta o ritmo de transformação da cidade, que necessitava dos barracões para apoio às novas instalações. Arthur M. Areias e David Francisco M., em 22-11-1924, solicitaram licença para a construção de barracão com fins industriais; o motivo de J. Nascimento e Comp., em 26-8-1924, foi para produzir cal. Do mesmo modo, Jeremias Sandoval e Joaquim Pedro da Silva, em 24-10-1924 e 28-10-1924, pleitearam licença para construir barracões provisórios.²¹⁷ O motivo de Natalio Benezath, em 22-1-1925, era utilizar o barracão para montagem de um bar na Praia Comprida, o que foi autorizado condicionado à destruição da obra a qualquer tempo, se for necessário para o embelezamento do local.²¹⁸ Alice Coutinho, em 1-7-1926, solicitou licença com as mesmas características.²¹⁹ Ricardo Simões, em 31-7-1926, desejava a construção de barracão provisório para uma oficina mecânica de serralheria, no que foi atendido.²²⁰ Emir Roseiros, em 15-12-1925, desejava barracão para guarda de material de construção.²²¹ O mesmo motivo foi o de Fulton Plínio de Almeida, em 14-1-1926, e Emilio Gonçalves, em 17-11-1926.²²²

Nem todos os pedidos eram atendidos. Veríssimo e Cia., em 30-3-1925, solicitaram licença para a construção de um barracão para guarda de material de construção. Como essa obra daria frente para a nova Avenida Capichaba, o parecer do diretor de obras foi negativo, alegando que a construção não tinha caráter

²¹⁶ AGMV, Semob, 1928.

²¹⁷ AGMV, Semob, 1924.

²¹⁸ AGMV, Semob, 1925.

²¹⁹ AGMV, Semob, 1926.

²²⁰ AGMV, Semob, 1926.

²²¹ AGMV, Semob, 1925.

²²² AGMV, Semob, 1926.

definitivo e nem estava de acordo com a estética exigida pela Prefeitura.²²³ Da mesma forma, o pedido para construção de um barracão provisório na Rua Jerônimo Monteiro, feito por Antenor Guimarães, em 27-11-1925, foi indeferido devido ao alargamento da rua.²²⁴

Outro indicativo do incremento de intervenções na cidade era a dificuldade em se encontrar mão-de-obra qualificada, como foi registrado por Aristeu Borges de Aguiar, em 19-5-1924, que, desejando continuar a obra de um prédio, se viu impedido “[...] pois os constructores estão todos sobrecarregados, e, com diversos, o Suplicante perdeu tempo esperando que lhe dessem orçamento”.²²⁵ Lisandro Nicoletti, proprietário de uma fábrica de tecidos na cidade, também enfrentou problemas com imóveis, tendo solicitado, em 10-9-1925, licença para construir “12 casas para operários”, no que foi atendido.²²⁶

Parece-nos que outra dificuldade que se apresentava era a falta de terrenos para edificações, outro indicativo das mudanças na cidade, o que provocava o interesse de alguns proprietários em lotear suas áreas. Esse procedimento estava regularizado pela Lei nº. 276, em seu art. 42.

Em ruas ou logradouros projectados por particulares para retalhamento de terrenos em lotes, só serão permittidas edificações depois de reconhecidos pela Prefeitura Municipal como logradouro publico.

Parágrafo único. Para que as Ruas ou logradouros projectados sejam reconhecidos como logradouros públicos e em consequência recebam denominação official, é indispensável:

- a) que o plano de arRuamento projectado e da divisão das quadras em lotes seja approved pelo Prefeito Municipal, submettendo-se os interessados ás modificações e exigências julgadas convenientes ao interesse publico, pela Directoria de Obras e Viação e desistindo de qualquer indemnisação, mediante termo assignado perante o Prefeito e o Procurador da Fazenda Municipal;
- b) que sejam doadas á municipalidade as áreas necessárias aos logradouros públicos e aos serviços municipaes, sem condição alguma, de accordo com as exigências da Prefeitura Municipal sobre a largura das Ruas e assentamento de meio fios.

Os proprietários de terrenos na Chácara Serrat informaram, em 31-3-1926, seu interesse em lotear a área, solicitando à Prefeitura que providenciasse o traçado

²²³ AGMV, Semob, 1925.

²²⁴ AGMV, Semob, 1925.

²²⁵ AGMV, Semob, 1924.

²²⁶ AGMV, Semob, 1925.

e abrisse as ruas. O município aprovou a planta apresentada e prosseguiu com o processo.²²⁷ Joppert Martin & Cia. Ltda. peticionaram, em 30-7-1926, aprovação de projeto de arruamento e divisão das quadras em lotes, de terrenos a serem aterrados de acordo com a lei e com o contrato de concessão firmado com o Governo do Estado. O município aprovou o projeto indicando ao peticionário que firmasse os documentos necessários ao processo.²²⁸ O mesmo R. Joppert Martin, em 10-6-1927, voltou a solicitar a aprovação de uma planta de seus terrenos, situados na antiga Chácara do Bispado no Forte de São João, divididos em lotes e quarteirões.²²⁹ Ormandina Dias Calmon, em 17-3-1927,

[...] desejando vender os lotes de sua propriedade, sito no lugar denominado PRAIA FORMOSA na Praia Comprida, vem solicitar de V. Excia. se digne aprovar a PLANTA que juncta á este, cedendo á PREFEITURA sem indenização alguma as áreas destinadas as Ruas nella indicadas.²³⁰

O Governo Municipal continuava utilizando da isenção de taxas/tarifas para incentivar as obras, como verificamos na petição dos engenheiros e construtores, Politti, Derenzi e Cia., de 20-11-1924, que solicitaram licença para a reconstrução de prédio com isenção de emolumentos, de acordo com a legislação vigente, o que foi deferido.²³¹ Do mesmo modo, Eugenio Reis, em 28-8-1924, solicitou licença gratuita, de acordo com decreto municipal, para a construção de uma casa na Praia do Suá, arrabalde distante da Capital e fora da rota do bonde, motivos pelo quais não era necessária a apresentação de planta. O requerimento foi aceito.²³² Manoel Mauricio de Souza, em 12-8-1924, também recebeu licença gratuita para construção de uma casa de entulho no arrabalde de Santo Antonio.²³³ João Fernandes da Silva, em 6-2-1925, conseguiu licença gratuita para construção de casa no bairro de Jucutuquara.²³⁴

Alguns demandantes de petições se aproveitavam do objetivo da Prefeitura em transformar o espaço urbano da cidade para fazer suas reivindicações. Esse foi

²²⁷ AGMV, Semob, 1926.

²²⁸ AGMV, Semob, 1926.

²²⁹ AGMV, Semob, 1927.

²³⁰ AGMV, Semad, 1927.

²³¹ AGMV, Semob, 1924.

²³² AGMV, Semob, 1924.

²³³ AGMV, Semob, 1924.

²³⁴ AGMV, Semob, 1925.

o caso dos industriais Nicolussi e Cia., em 9-11-1924, que solicitaram a concessão do terreno de um beco, que ficava ao lado de sua fábrica de materiais de construção, para ampliação do comércio. Como principal argumento, indicaram que

A concessão pedida pelos supp.s habilita-os á construcção de um prédio de grandes proporções, que constituirá um ornamento para a futura Avenida [Capixaba], concorrendo desde logo para o seu embellezamento. [...] não resultará dessa concessão prejuízo para ninguém, resultando entretanto para o bem geral o embellezamento da Avenida com um prédio de vantajosas proporções e a ampliação de uma importante industria de materiaes de construcção, á qual, assim, essa MM. Prefeitura prestará, sem o menor ônus, um relevante serviço, contribuindo indirecta e poderosamente para o seu desenvolvimento.

A solicitação foi atendida e o terreno vendido ao peticionário.²³⁵ José Antunes da Silva, em 8-3-1926, alegando que sua obra procurava o “[...] embellezamento da Capital”, solicitou isenção de todas as taxas para construção de prédio.²³⁶

Santos & Comp, pretendendo construir um prédio na Capital, solicitaram licença, em 1-9-1926, apelando para várias concessões fora da lei. Justificaram argumentando que se tratava “[...] de um edifício que veio embellezar a Capital, e de utilidade publica porque se destina a um cine-theatro, a um restaurant, apartamentos, lojas, escriptorios, requerem, por isso, a V.Ex^a. se digne dispensar-lhes do pagamento dos emolumentos a que estão sujeitos”.²³⁷ A Prefeitura concedeu todas as solicitações e esse processo resultou no Dec. nº. 327, de 4-6-1928, da Camara Municipal:

Art. 1º. Fica concedido durante dez (10) annos, isenção do imposto predial e taxa domiciliaria ao edificio ‘Gloria’ de propriedade da firma Santos & Comp., que está sendo construído nos terrenos do antigo ‘Éden Parque’ (Avenida Capichaba), e bem assim o do imposto de industrias e profissões que incidirem sobre o cinema, teatro, hotel e outras diversões que se installarem no referido edificio, a contar das datas das respectivas inaugurações.²³⁸

Apesar da relação de dependência entre o Governo Municipal e o Estadual, existiam legislações distintas sobre o espaço urbano da Capital, que eram aplicadas

²³⁵ AGMV, Semob, 1924.

²³⁶ AGMV, Semob, 1926.

²³⁷ AGMV, Semob, 1926.

²³⁸ O “cine-teatro” Glória funciona até hoje no centro da cidade de Vitória, atualmente apenas como teatro.

de acordo com o destino da demanda. Herodoto Leão, funcionário do Estado, em 17-4-1925, solicitou a concessão de um terreno devoluto do município. O diretor de obras alertou o prefeito que a lei de concessão de terrenos para funcionários públicos era do Estado, dessa forma a concessão só foi autorizada por meio de venda, tendo em vista que a área era da Prefeitura.²³⁹ Vitalino Coutinho, em 18-12-1925, solicitou licença para a construção de uma casa no Morro de Santa Clara, em terreno adquirido do Estado. O parecer do diretor de obras, acompanhado pelo prefeito, indeferiu o pedido, alegando que a diretoria “[...] já officiou à Directoria de Terras do Estado, pedindo seja sustada a venda de terras nos Morros circunjacentes a esta Capital, bem como em terrenos não murados, visto esta Prefeitura não poder permittir construções nos mesmos”.²⁴⁰

No período do governo Florentino Avidos, foram poucas as solicitações de aforamento/concessão de terrenos, apesar de não haver impedimento legal para tal. Acreditamos que a escassez de áreas públicas sem utilização e os limites naturais da cidade provocaram essa situação. Por outro lado, as demandas para intervenções em imóveis privados e públicos chegaram a 629 (TABELA 23), sendo 408 (TABELA 25), ou seja, 64,86%, para autorização de construção de casas/prédios. Além de sinalizar a intensa transformação do espaço urbano de Vitória, essas ações da sociedade nos ajudam a entender o seu movimento sobre esse mesmo espaço. A TABELA 25 nos apresenta os novos destinos dessa população, que, motivada pelos incentivos do ente público e pela busca do seu próprio espaço, continuava a participar do redesenho da Capital do Espírito Santo.

²³⁹ AGMV, Semad, 1925.

²⁴⁰ AGMV, Semob, 1925.

TABELA 25 – Petições para construção de casas/prédios: maio/1924 a junho/1928

Região	1924		1925		1926		1927		1928		Total	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Área Central	35	37,0	33	37,0	61	70,0	55	60,0	20	42,0	204	50,0
Jucutuquara	16	17,0	28	32,0	6	7,0	7	8,0	8	17,0	65	16,0
Praia Comprida	2	2,0	5	6,0	11	13,0	14	15,0	7	16,0	39	10,0
Santo Antônio	27	28,0	5	6,0	1	1,0	3	3,0	3	6,0	39	10,0
Vila Rubim	12	13,0	7	8,0	4	5,0	5	6,0	5	11,0	33	8,0
Praia do Suá	3	3,0	7	8,0	3	3,0	5	6,0	4	8,0	22	5,0
Caratoyra	-	-	3	3,0	1	1,0	2	2,0	-	-	6	1,0
Total	95	100	88	100	87	100	91	100	47	100	408	100

Fonte: AGMV, Semad, Semob, 1924, 1925, 1926, 1927, 1928.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O encerramento de uma pesquisa nos obriga a refletir sobre os seus objetivos e, principalmente, sobre suas contribuições para um melhor entendimento do objeto de estudo, seja no presente, seja no futuro. Essa reflexão se torna fundamental a partir da constatação de que ela expressa uma visão nova ou remodelada de processos da e na sociedade. Esse movimento gera um círculo virtuoso que, a partir de questionamentos e debates, busca um conhecimento cada dia mais diversificado, consequentemente, mais próximo do entendimento coletivo. Entendimento que não significa o desejo por uma visão única e restrita; mas, ao contrário, amplia e provoca no sentido permanente da descoberta.

Construímos nossa análise sobre a cidade de Vitória com esse objetivo, baseado em hipóteses que buscamos comprovar. Ratificamos que a cidade não foi retratada como uma estrutura isolada e imutável, mas como um organismo vivo, que reage às várias ações que são exercidas sobre ela, adquirindo o formado e a expressão de quem a dirige e habita. A lógica é entender suas transformações por meio dos sujeitos responsáveis por elas. A Capital do Espírito Santo, no início da República, era uma cidade sem expressão e, praticamente, de estrutura colonial. No final dos anos 1920, tinha ares de moderna, mas não tinha conseguido atingir o desejado padrão republicano.

Compreendemos a *Belle Époque* Capixaba como os períodos de governo de Moniz Freire (1892-1896), Jeronymo Monteiro (1908-1912) e Florentino Avidos (1924-1928). Todos presidentes do Estado que personificaram o poder do Estado, sustentados por suas bases políticas e pela instituição da política dos governadores, no âmbito federal, e pela política dos governadores municipais, no âmbito estadual. Apesar das origens e interesses políticos distintos, seus governos apresentaram traços em comum: defenderam uma postura liberal, mas foram centralizadores, pois o Executivo era a referência; instituíram seu próprio estilo de governar, adaptando o Estado às suas convicções; elegeram suas ações baseadas nos interesses de seus grupos de sustentação política; e se preocuparam com a situação e o futuro da Capital. Durante os seus períodos de gestão, conseguiram, pelas vias legais e pelo relacionamento com os poderes políticos e econômicos, conduzir as rédeas da política capixaba, o que significava conduzir os destinos da Capital do Estado.

As legislações do período, tanto federal quanto estadual, imputaram ao Governo Estadual a definição sobre a gestão dos municípios. Poder que não foi delegado à outra esfera, assim o ente público estadual prescreveu a amplitude de atuação dos municípios de acordo com seus interesses, principalmente em sua Capital. O suporte legal proporcionou o controle político, por meio de processos eleitorais irregulares, concessão, recebimento de favores, e do controle econômico, evidenciado nas decisões de investimentos na cidade e nas definições da política fiscal. Vitória, por sua representatividade, subordinou-se a todas essas regras como centro desse poder. O Governo Municipal, na figura do delegado municipal ou do prefeito, foi investido de uma postura de submissão, agindo de acordo com as diretrizes superiores. O Governo Estadual atuou com o planejamento, com a estratégia, com o foco nos seus interesses, dando suporte político e econômico; o Governo Municipal funcionou como um ator coadjuvante, que, apesar de poderes legais, se manteve nas sombras. Suas ações se restringiram ao operacional, à manutenção da cidade.

A maior evidência da atuação e poder do Governo Estadual sobre a Capital do Espírito Santo são os relatórios e mensagens produzidos para prestação de contas ao Congresso Legislativo Estadual. Esse material demonstra as preocupações com os destinos do Estado e expõe suas realizações. Ressaltamos que grande parte dessas preocupações estava intimamente vinculada aos interesses dos grupos dominantes que davam suporte ao governo, o que nos leva a aceitar que os relatórios/mensagens também funcionaram como uma prestação de contas do governo à sua base política e econômica, uma forma de explicitar o seu compromisso com essa parcela da sociedade.

Em todos os documentos, a problemática da situação da Capital foi tratada de forma diferenciada, sob a justificativa de que a melhoria, o desenvolvimento e a modernização de Vitória eram fundamentais para o crescimento do Estado. A cidade deveria se tornar um grande centro populoso, um atrativo mercado econômico, comercial e financeiro, com todas as características e infra-estruturas necessárias. O Governo Estadual atuou diretamente, mas também por meio de empresas privadas para atingir esses objetivos. Muitos foram os contratos, arrendamentos e concessões formalizados para a prestação de serviços à sociedade. O interesse privado também participou da gestão da Capital. Nesse sentido, o discurso dos três governos foi o mesmo. No início dos seus períodos administrativos, tudo estava por

se fazer na Capital. Apesar das tentativas anteriores, a cidade não apresentava o padrão necessário: o republicano. As decisões de obras foram tomadas com este foco: retirar a cidade do abismo colonial e inseri-la nos novos tempos da modernidade republicana, bela e saneada. Esse discurso também nos remete à maior valorização pelos governos das obras realizadas em seu período, ou seja, o reforço e a propaganda do negativo afloravam e evidenciavam o positivo. O objetivo não era valorizar as ações anteriores, mas colocar em foco as suas próprias intervenções, que defendiam ser realmente aquelas que conseguiriam reverter a situação da cidade.

Apesar desse processo de disputa, ficou claro que o objetivo de todos era fazer de Vitória a mais importante cidade do Estado, aquela que seria a referência dentro e fora do Estado. As intervenções visaram ao objetivo específico, ou seja, ratificar o poder do Governo Estadual no controle da política local pela nova roupagem da Capital. Vitória deveria funcionar como uma referência da modernidade que a República representava, além de disponibilizar os instrumentos e facilidades para a manutenção do *status quo* daqueles que sustentavam o poder, estivessem eles vinculados aos interesses agrofundiários ou mercantis. A cidade seria o símbolo e a representação da República capixaba.

No entanto, o Governo Estadual não foi o único sujeito responsável pelas transformações de Vitória. Também o Governo Municipal e sua população foram importantes atores nesse processo. Mesmo assumindo uma posição de submissão e dependência, o Governo Municipal atuou com importantes intervenções no espaço urbano da Capital. A legislação municipal lhe impunha obrigações voltadas para a administração do cotidiano da cidade, ações de limpeza, manutenção, iluminação, saneamento, obras públicas de pequeno vulto, controle e fiscalização das obras particulares e gestão das vias públicas. Analisando o orçamento municipal, verificamos que cerca de 50%, nos períodos pesquisados, foi destinado a despesas com a cidade. Isso significa que essa era uma das mais importantes funções do ente público municipal, responsável direto pelo funcionamento de Vitória. Essas obrigações fizeram com que o município tivesse de dispor de servidores com conhecimento técnico para exercer certas funções. Essa realidade proporcionou a crescente importância dos quadros técnicos na administração municipal: engenheiros, arquitetos e fiscais ganharam destaque, inclusive com responsabilidades próprias, definidas legalmente.

A sociedade vitorienne também representou um importante sujeito responsável pelas intervenções no espaço urbano da Capital. Essa constatação foi possível a partir das análises nas petições, documentos utilizados pela população para se comunicar com o Estado, especificamente o Governo Municipal. Esse instrumento, um direito da população, tornou-se o veículo para a incorporação da sociedade ao sistema de gestão do espaço urbano de Vitória, na Primeira República. De todas as petições enviadas ao município, durante o período estudado, 40% tratavam de assuntos ligados às intervenções urbanas, ou seja, fica patente a importância fundamental dessas demandas para se entender o movimento da cidade.

A partir dessa parcela específica, foi possível chegar a outras conclusões: de todas as solicitações para intervenção, 10% se referiam a obras em imóveis públicos, enquanto 90% a imóveis privados. Visualizando esses dados nos períodos, identificamos que o percentual de atuação na esfera pública foi decrescente: 18% entre 1892-1896, 8% entre 1908-1912 e 3% de 1924 a 1928. Além de constatar uma efetiva ação da sociedade civil sobre seus imóveis, esses dados indicam o afastamento do ente municipal das obras públicas em Vitória, lacuna preenchida pelo Governo Estadual que, no decorrer da Primeira República, foi, a cada período, assumindo o controle do desenho urbano da Capital.

Outra constatação a que chegamos foi que as petições sobre o espaço urbano da cidade eram utilizadas por ampla parcela da sociedade vitorienne, ou seja, não eram restritas a um determinado grupo ou segmento. Era um direito exercido por todos, inclusive os analfabetos. Agrupando os demandantes em blocos, identificamos que 73% deles, em todos os períodos, eram moradores comuns, representantes do cotidiano da cidade, 15% eram profissionais da construção civil, 7% profissionais do comércio e 5% tinham outras funções. Desse total, 20% produziram seus pedidos de forma espontânea e 80% por alguma obrigatoriedade. Essas informações ratificam a importância do instrumento e sua amplitude de utilização, além de confirmar características da cidade no período. Vitória era uma cidade que estava em constante processo de intervenção urbana, com uma considerável participação de profissionais da área, e voltada para o processo mercantil, com importante participação de profissionais do comércio. Apesar de as ações espontâneas terem um menor percentual, elas são fundamentais, pois indicam a atitude da sociedade em frente ao Estado, ratificam a participação ativa da

população, o questionamento, a não aceitação. Por outro lado, os pedidos obrigatórios reforçam o controle do município sobre alguns aspectos do espaço urbano da Capital e o rigor da lei.

Analisando os discursos nas petições, podemos observar que, no âmbito dos pedidos obrigatórios, o objetivo era conseguir autorização para intervenções legais. Nas petições espontâneas, diversas situações foram identificadas, desde a busca por terrenos do município para aforar, receber em concessão ou comprar, até propostas de obras, questionamentos sobre decisões, cobranças e solicitações de ações do ente municipal. Essa participação da sociedade expôs um relacionamento que, em alguns momentos, não era cordial ou de submissão, mas representava as necessidades e os descontentamentos em relação à gestão do espaço urbano da Capital. Pedidos, como autorizações para construções fora do padrão; vistoria em imóveis, que estavam em péssimo estado, para evitar prejuízos futuros; indenizações por ações do governo ou terceiros; cobranças para manutenção da infra-estrutura; e questionamentos a embargos de obras referendam essa afirmação. Vale ressaltar que algumas dessas petições eram conjuntas, coletivas, assinadas por diversos demandantes, o que indica algum nível de organização social, mesmo incipiente e localizado. Os registros nos documentos também nos mostraram a preocupação dos envolvidos com a necessidade de transformação da Capital, vários se referiram à necessidade do “embelezamento”, do “amorfoseamento”, da execução de obras com arquitetura moderna e higiênica na cidade. O discurso do moderno e republicano não estava restrito à esfera do Estado, mas também fazia parte do cotidiano da cidade.

A expansão da cidade era um desafio importante dos novos tempos republicanos. Deveria ser feita de forma organizada e planejada, onde o progresso e a modernidade pudessem se expressar. Apesar de todos os esforços, o processo de expansão de Vitória foi desordenado e sem controle por parte dos Governos Estaduais ou Municipais. Apesar de Moniz Freire ter defendido a expansão para um novo arrabalde, ao norte da cidade, planejado e higiênico, a movimentação para tal região só passou a acontecer no governo de Florentino Avidos. Entre 1892 e 1896, a cidade se expandiu para a região da Vila Rubim, ao sul da Capital, ocupando os espaços ao largo de uma nova Avenida, a Cleto Nunes. Entre 1908 e 1912, no governo de Jeronymo Monteiro, o principal destino foi o arrabalde de Santo Antônio, também em direção ao sul, fomentado pela construção de uma estrada para a

região, que deveria atingir o novo cemitério. No governo de Florentino Avidos, 1924 a 1928, um dos objetivos declarados era ampliar o espaço urbano de Vitória, tendo como principal destino a região de Jucutuquara, localizada no centro geográfico da cidade. No entanto, não houve um projeto ou planejamento específico com essa finalidade, mesmo com a abertura de uma estrada para a região e a construção de algumas casas na área, pelo governo. Sendo assim, além de Jucutuquara, a cidade acabou por seguir os rumos da Praia Comprida, Suá, Bomba, Barro Vermelho e Bento Ferreira, regiões originalmente inseridas no projeto desenvolvido por Moniz Freire. É importante destacar que, ao longo desse processo, a ocupação dos terrenos e lotes não gerou especulação imobiliária. Na quase totalidade das situações, as áreas foram cedidas ou aforadas pelo Governo Estadual ou Municipal. O espaço urbano da Capital não despertou o interesse das empresas privadas que visavam a lucro com esse negócio.

De acordo com nossas pesquisas e análises, e tendo como base as hipóteses levantadas no início deste trabalho, podemos afirmar que o Estado foi o sujeito histórico determinante para as transformações do espaço urbano de Vitória na Primeira República. O poder do Estado, nesse processo, foi exercido pelo Governo Estadual, corporificado pela figura dos presidentes do Estado, que buscaram reafirmar seu poder e controle sobre a Capital, que deveria representar o símbolo dos novos tempos republicanos. Vitória foi moldada para ser a cidade mais importante e moderna do período, um palco digno para o exercício do poder. Os Governos Municipais também tiveram sua parcela de atuação, mas, subordinados ao Governo Estadual, agiram como sujeitos coadjuvantes. Apesar de o ente estadual ser o efetivo promotor das ações sobre o espaço urbano de Vitória, ele exerceu esse poder motivado não só por interesses próprios ou de seus grupos de sustentação, mas também por demanda da sociedade civil, da população, dos moradores da cidade. A sociedade não esteve alheia ao processo, no entanto seu campo de atuação se restringiu às suas necessidades cotidianas, mais imediatas. O Governo Estadual agiu estrategicamente; já o Municipal atuou no sentido da manutenção e conservação; e a população, mesmo utilizando um instrumento legal, as petições, não abriu mão do seu direito de pedir, questionar e propor.

8 REFERÊNCIAS E FONTES

8.1 REFERÊNCIAS

BALANDIER, Georges. **O Poder em cena**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

BASILIO, Marcello A. de S. **A vida e a obra de Moniz Freire**. Vitória: Ales, 1961.

BITTENCOURT, Gabriel. **Notícias do Espírito Santo**. Rio de Janeiro: Cátedra, 1989.

BITTENCOURT, Gabriel; CAMPOS, Nádia A. **Palácio Anchieta**: de colégio à casa da governadoria. Vitória: Secretaria de Estado da Cultura e Esportes/Biblioteca Pública Estadual, 2000.

BOTECHIA, Flávia R. **Áreas centrais em transformação**: os tempos e os espaços no centro tradicional de Vitória (ES). 2001. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Pós-Graduação em Arquitetura da Escola de Arquitetura/Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.

BRANDÃO, Carlos A. L. Dossiê Brasil República. A República da arquitetura. **Revista USP**, São Paulo, p. 8-21, set./nov. 2003.

BUFFON, José A. Bof. JerônimoMonteiro: governador schumpeteriano, precursor de JK. In: GURGEL, Antonio de Pádua (Coord.). **Coleção de livros “Grandes Nomes do Espírito Santo”**: biografia de Jerônimo Monteiro. Vitória: Contexto Jornalismo & Assessoria Ltda/Núcleo de Projetos Culturais e Ecológicos, 2005. p. 11-19.

CALDEIRA, Milton. **Constituições do Estado do Espírito Santo**: série Documentos Capixabas 5. Vitória: FJSN, 1980.

CALIXTE, Marien. **Florentino Ávidos**: um homem à frente do seu tempo. Vitória: Cidade Alta, 1998.

CAMPOS JÚNIOR, Carlos T. de. **O novo arrabalde**. Vitória: PMV, 1996

CARONE, Edgard. **A Primeira República (1889-1930)**. Rio de Janeiro – São Paulo: Difel, 1976.

CARONE, Edgard. **A República Velha I**: instituições e classes sociais (1889-1930). Rio de Janeiro - São Paulo: Difel, 1978.

CARVALHO, José M. de. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

CARVALHO, José M. de. **Pontos e bordados**: escritos de história e política. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

CARVALHO, José M. de. Dossiê Brasil República: os três povos da República. **Revista USP**, São Paulo, n. 59, p. 96-115, set./nov. 2003.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril**: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

D'Alessio, Marcia Mansor. **Reflexões sobre o saber histórico. Pierre Vilar, Michel Vovelle, Madeleine Rebérioux**. São Paulo: Unesp, 1998.

DERENZI, Luiz Serafim. **Biografia de uma ilha**. Rio de Janeiro: Pongetti, 1965.

DEÁK, Csaba. O processo de urbanização no Brasil: falas e façanhas. In: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli R. (Org.). **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2004. p. 9-18.

DIÊGOLI, Lima R. Prestes Maia e seus projetos de cenografia urbana. In: FENELON Déa R. (Org.). **Cidades**. São Paulo: PUC; Olho d'Água, 2000. p. 33-53.

FENELON, Déa R. Introdução. In: FENELON Déa R. (org.). **Cidades**. São Paulo: PUC; Olho d'Água, 2000. p. 5-13

FERRARA, Lucrécia D'Aléssio. Cidade: imagem e imaginário. In: WEYRAUCH, Cléia S. (Org.). **3 visões de cidade**. Rio de Janeiro: UERJ, Departamento Cultural, 2000. p. 36-52.

FIORIN, José L. **Linguagem e ideologia**. São Paulo: Ática, 1997.

FOLLIS, Fransérgio. **Modernização urbana na Belle Époque paulista**. São Paulo: Unesp, 2004.

FRANCO, Sebastião P.; HEES, Regina R. **A República e o Espírito Santo**. Vitória: Multiplicidade, 2003.

FRIZZERA, Kleber P. **Natureza e artifícios na cidade de Vitória**. 1998. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1998.

GOMES, Angela de C. A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado. In: NOVAIS, Fernando A. (Coord.); SCHWARCZ, Lília M. (Org.). **História da vida privada no Brasil**: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Cia das Letras, 1998. p. 489-558.

GURGEL, Antonio de Pádua (Coord.). **Coleção de livros "Grandes Nomes do Espírito Santo"**: biografia de Jerônimo Monteiro. Vitória: Contexto Jornalismo & Assessoria Ltda/Núcleo de Projetos Culturais e Ecológicos, 2005.

KNAUSS, Paulo. Introdução. In: KNAUSS, Paulo (coord.). **Cidade vaidosa**: imagens urbanas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1999.

LANDIM, Paula da C. **Desenho de paisagem urbana**: as cidades do interior paulista. São Paulo: Unesp, 2004.

LE GOFF, Jacques. **Por amor às cidades**: conversações com Jean Lebrun. São Paulo: Unesp, 1988.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LEFEBVRE, Henri. **La revolución urbana**. Madrid: Alianza, 1980.

LESSA, Renato. Dossiê Brasil República: as cidades e as oligarquias do antiurbanismo da elite política da Primeira República brasileira. **Revista USP**, São Paulo, n. 59, p. 86-95, set./nov. 2003.

MARTINS, Ismênia de L. Niterói histórico: a cidade e a historiografia. In: MARTINS, Ismênia de L.; KNAUSS, Paulo. **Cidade múltipla**: temas de história de Niterói. Niterói, RJ: Niterói Livros, 1997. p. 229-259.

MARTINS, Janes De Biase. A cidade reconstruída. In: VASCONCELLOS, João Gualberto M. (org.). **Vitória**: trajetórias de uma cidade. Vitória: IHGES, 1993. p. 61-102.

MARTINS FILHO, Amílcar V. **Minas e São Paulo na Primeira República**: a política café com leite (1900-1930). 1978. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – FAFICH/UFMG, Belo Horizonte, 1978.

MATOS, Maria Izilda S. de. Prefácio. In: SOLLER, Maria Angélica; MATOS, Maria Izilda S. **A cidade em debate**. São Paulo: Olho d'Água, 2000. p. 7-10.

MENEZES, Ulpiano T. B. Morfologia das cidades brasileiras: introdução ao estudo histórico da iconografia urbana. **Revista USP**, São Paulo, n. 30, p. 144-155, jun./ago. 1996.

NOVAES, Maria Stella de. **O Presidente Jerônimo de Souza Monteiro**. Rio de Janeiro: DIN/DASP, 1960.

NUNES, Sofia Helena P. A. F. **A crise da República Velha e a reação republicana**. 1979. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letra e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo. 1979.

REVEL, J. (Org.). **Jogos de escala**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

SARGES, Maria de Nazaré. Belém: um olhar sobre a “Paris dos Trópicos” (1897-1911). In: SOLLER, Maria Angélica; MATOS, Maria Izilda S. **A cidade em debate**. São Paulo: Olho d'Água, 2000. p. 49-74.

SCHAYDER, José p. **História do Espírito Santo**: uma abordagem didática e atualizada – 1535-2002. Campinas, SP – Cia. da Escola, 2002.

SCHORSKE, Carl E. **Pensando com a história**: indagações na passagem para o modernismo. São Paulo: Cia das letras, 2000.

SEGAWA, Hugo. **Prelúdio da metrópole, arquitetura e urbanismo em São Paulo na passagem do século XIX ao XX**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000.

SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu estático na metrópole**: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.

SILVA, Eduardo. **As queixas do povo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SILVA, Janice T. da. **Política e ideologia na Primeira República**: o exemplo do Rio Grande do Norte (1889-1930): das oposições significativas às oposições neutralizadoras. 1975. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1975.

SILVA, Marta Z. e. **Espírito Santo**: Estado, interesses e poder. Vitória: FCAA/SPDC, 1995.

SILVA, Ronaldo D. da. **Classe social e poder**. 1987. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, Belo Horizonte, 1987.

SILVA, Marta Z. e.; ROCHA, Yara R. C. da. **Formação de lideranças locais no Espírito Santo (1830/1990)**. Relatório de Pesquisa. Vitória: Ufes/Ceg/Departamento de Ciências Sociais, 1993.

SIQUEIRA, Penha. **O desenvolvimento do Porto de Vitória, 1870-1940**. Vitória: FCAA, 1984.

SUETH, José C. R. **Espírito Santo, um estado “satélite” na Primeira República**: de Moniz Freire a Jerônimo Monteiro (1892-1912). Vitória: Flor & Cultura, 2006.

TELAROLLI, Rodolpho. **A organização municipal e o poder local no Estado de São Paulo, na Primeira República**. 1981. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1981.

VASCONCELLOS, João Gualberto M. (Org.). **Vitória**: trajetórias de uma cidade. Vitória: IHGES, 1993a.

VASCONCELLOS, João Gualberto M. A construção dos imaginários de Vitória. In: VASCONCELLOS, João Gualberto M. (Org.). **Vitória**: trajetórias de uma cidade. Vitória: IHGES, 1993b. p. 19-40.

VASCONCELLOS, João Gualberto M. Os novos personagens da cidade. In: VASCONCELLOS, João Gualberto M. (Org.). **Vitória**: trajetórias de uma cidade. Vitória: IHGES, 1993c. p. 103-131

VASCONCELLOS, João Gualberto M. **A invenção do coronel**: ensaio sobre as raízes do imaginário político brasileiro. Vitória: Ufes/SPDC, 1995.

WEBER, Max. **Ciência e política**: duas vocações. São Paulo: Cultrix, 1980

8.2 FONTES

Arquivo Geral do Município de Vitória (AGMV). Ofícios expedidos pelo Presidente do Governo Municipal (1890-1894). Vitória. Caixa 65.

Arquivo Geral do Município de Vitória (AGMV). Ofícios recebidos pelo Presidente do Governo Municipal (1891-1894). Vitória. Caixa 42.

Arquivo Geral do Município de Vitória (AGMV). Ofícios recebidos pelo Presidente do Governo Municipal (1895). Vitória. Caixa 43.

Arquivo Geral do Município de Vitória (AGMV). Petições enviadas para o Presidente do Governo Municipal (1890/1892-1893). Vitória. Caixa 78.

Arquivo Geral do Município de Vitória (AGMV). Petições enviadas para o Presidente do Governo Municipal (1893-1894). Vitória. Caixa 79.

Arquivo Geral do Município de Vitória (AGMV). Petições enviadas para o Presidente do Governo Municipal (1894-1895). Vitória. Caixa 80.

Arquivo Geral do Município de Vitória (AGMV). Petições enviadas para o Presidente do Governo Municipal (1895-1896). Vitória. Caixa 81.

Arquivo Geral do Município de Vitória (AGMV). Petições enviadas para o Presidente do Governo Municipal (1908). Vitória. Caixa 94.

Arquivo Geral do Município de Vitória (AGMV). Petições enviadas para o Presidente do Governo Municipal (1908-1909). Vitória. Caixa 96.

Arquivo Geral do Município de Vitória (AGMV). Petições enviadas para o Prefeito Municipal (1909). Vitória. Semad, 1909.

Arquivo Geral do Município de Vitória (AGMV). Petições enviadas para o Prefeito Municipal (1909). Vitória. Semfa, 1909.

Arquivo Geral do Município de Vitória (AGMV). Petições enviadas para o Prefeito Municipal (1909). Vitória. Semob, 1909.

Arquivo Geral do Município de Vitória (AGMV). Petições enviadas para o Prefeito Municipal (1909). Vitória. Semurb, 1909.

Arquivo Geral do Município de Vitória (AGMV). Petições enviadas para o Prefeito Municipal (1910). Vitória. Semad, 1910.

Arquivo Geral do Município de Vitória (AGMV). Petições enviadas para o Prefeito Municipal (1910). Vitória. Semob, 1910.

Arquivo Geral do Município de Vitória (AGMV). Petições enviadas para o Prefeito Municipal (1911). Vitória. Semad, 1911.

Arquivo Geral do Município de Vitória (AGMV). Petições enviadas para o Prefeito Municipal (1911). Vitória. Semfa, 1911.

Arquivo Geral do Município de Vitória (AGMV). Petições enviadas para o Prefeito Municipal (1911). Vitória. Semob, 1911.

Arquivo Geral do Município de Vitória (AGMV). Petições enviadas para o Prefeito Municipal (1911). Vitória. Semurb, 1911.

Arquivo Geral do Município de Vitória (AGMV). Petições enviadas para o Prefeito Municipal (1912). Vitória. Semad, 1912.

Arquivo Geral do Município de Vitória (AGMV). Petições enviadas para o Prefeito Municipal (1912). Vitória. Semfa, 1912.

Arquivo Geral do Município de Vitória (AGMV). Petições enviadas para o Prefeito Municipal (1912). Vitória. Semob, 1912.

Arquivo Geral do Município de Vitória (AGMV). Petições enviadas para o Prefeito Municipal (1912). Vitória. Semurb, 1912.

Arquivo Geral do Município de Vitória (AGMV). 1919-1921 – Gabinete – Ofícios Recebidos pelo Prefeito. Caixa HG 17.

Arquivo Geral do Município de Vitória (AGMV). Petições enviadas para o Prefeito Municipal (1924). Vitória. Semad, 1924.

Arquivo Geral do Município de Vitória (AGMV). Petições enviadas para o Prefeito Municipal (1924). Vitória. Semfa, 1924.

Arquivo Geral do Município de Vitória (AGMV). Petições enviadas para o Prefeito Municipal (1924). Vitória. Semob, 1924.

Arquivo Geral do Município de Vitória (AGMV). Petições enviadas para o Prefeito Municipal (1924). Vitória. Semurb, 1924.

Arquivo Geral do Município de Vitória (AGMV). Petições enviadas para o Prefeito Municipal (1925). Vitória. Semad, 1925.

Arquivo Geral do Município de Vitória (AGMV). Petições enviadas para o Prefeito Municipal (1925). Vitória. Semfa, 1925.

Arquivo Geral do Município de Vitória (AGMV). Petições enviadas para o Prefeito Municipal (1925). Vitória. Semob, 1925.

Arquivo Geral do Município de Vitória (AGMV). Petições enviadas para o Prefeito Municipal (1925). Vitória. Semurb, 1925.

Arquivo Geral do Município de Vitória (AGMV). Petições enviadas para o Prefeito Municipal (1926). Vitória. Semad, 1926.

Arquivo Geral do Município de Vitória (AGMV). Petições enviadas para o Prefeito Municipal (1926). Vitória. Semfa, 1926.

Arquivo Geral do Município de Vitória (AGMV). Petições enviadas para o Prefeito Municipal (1926). Vitória. Semob, 1926.

Arquivo Geral do Município de Vitória (AGMV). Petições enviadas para o Prefeito Municipal (1926). Vitória. Semurb, 1926.

Arquivo Geral do Município de Vitória (AGMV). Petições enviadas para o Prefeito Municipal (1927). Vitória. Semad, 1927.

Arquivo Geral do Município de Vitória (AGMV). Petições enviadas para o Prefeito Municipal (1927). Vitória. Semfa, 1927.

Arquivo Geral do Município de Vitória (AGMV). Petições enviadas para o Prefeito Municipal (1927). Vitória. Semob, 1927.

Arquivo Geral do Município de Vitória (AGMV). Petições enviadas para o Prefeito Municipal (1927). Vitória. Semurb, 1927.

Arquivo Geral do Município de Vitória (AGMV). Petições enviadas para o Prefeito Municipal (1928). Vitória. Semad, 1928.

Arquivo Geral do Município de Vitória (AGMV). Petições enviadas para o Prefeito Municipal (1928). Vitória. Semfa, 1928.

Arquivo Geral do Município de Vitória (AGMV). Petições enviadas para o Prefeito Municipal (1928). Vitória. Semob, 1928.

Arquivo Geral do Município de Vitória (AGMV). Petições enviadas para o Prefeito Municipal (1928). Vitória. Semurb, 1928.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1892-1896: Moniz Freire). Discurso pronunciado pelo Sr. Dr. José de Mello Carvalho Moniz Freire, Presidente do Estadodo Espírito-Santo, após sua promessa constitucional perante o Congresso Constituinte. Victoria: Typ. do Estado, 1892.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1892-1896: Moniz Freire). Mensagem do Presidente do Estadodo Espírito-Santo lida ao Congresso do mesmo Estado na sua sessão de instalação a 16 de setembro de 1893. Victoria: Typographia do Estado do Espírito-Santo, 1893.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1892-1896: Moniz Freire). Mensagem lida pelo Exm. Sr. Presidente do Estadodo Espírito-Santo na instalação do Congresso Legislativo. Victoria: Typografia do Estado do Espírito-Santo, 1894.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1892-1896: Moniz Freire). Mensagem do Exm. Sr. Presidente do Estadodo Espírito-Santo lida na instalação do Congresso Legislativo em 17 de setembro de 1895. Victoria: Typografia do Estado, 1895.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1892-1896: Moniz Freire). Relatório apresentado pelo Exmo. Snr. Dr. J. de M. C. Moniz Freire, Presidente do Estadodo Espírito-Santo ao passar o Governo ao Exmo. Snr. Dr. Graciano dos Santos Neves em 23 de maio de 1896. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1896.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1918-1912: Jeronymo de Souza Monteiro). Mensagem dirigida pelo Presidente do Estadoao Congresso Espírito-Santense na segunda sessão da 6ª legislatura. Victoria: Papelaria e Typographia Nelson Costa, 1908.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1918-1912: Jeronymo de Souza Monteiro). Mensagem dirigida pelo Presidente do Estadoao Congresso Legislativo do Espírito Santo na terceira sessão da sexta legislatura. Victoria: Imprensa Official, 1909.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Leis do Congresso Legislativo votadas nas sessões ordinarias de 1908. Victoria: Imprensa Estadoal, 1909a.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1918-1912: Jeronymo de Souza Monteiro). Mensagem dirigida pelo Presidente do Estadoao Congresso do Espírito Santo na 1ª sessão da 7ª legislatura. Victoria: Imprensa Estadual, 1910.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1918-1912: Jeronymo de Souza Monteiro). Mensagem dirigida pelo Presidente do Estadoao Congresso do Espírito Santo na 2ª sessão da 7ª legislatura. Victoria: Imprensa Estadual, 1911.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Leis, Decretos e Resoluções da Prefeitura Municipal da Victoria de 1909. Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, 1911a.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1918-1912: Jeronymo de Souza Monteiro). Exposição sobre os negócios do Estado no quadriennio de 1909 a 1912. Victoria, 1913.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Leis e Decretos da Prefeitura Municipal da Victoria. Victoria: Sociedade de Artes Graphicas, 1913a.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1924-1928: Florentino Avidos). Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo, na 1ª sessão ordinária da 12ª legislatura. Victoria, 1925.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1924-1928: Florentino Avidos). Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo, na 2ª sessão ordinária da 12ª legislatura. Victoria, 1926.

MONTEIRO, Jeronymo de S. Manifesto político. **Diário da Manhã**: órgão do partido constructor, Victoria, Estado do E. Santo, p. 1-2, 17 jan. 1908a.

MONTEIRO, Jeronymo. Manifesto Inaugural. **Diário da Manhã**: órgão do partido constructor, Victoria, Estado do E. Santo, p. 1, 11 jun. 1908b.

VITÓRIA (Município). Governo Municipal. Livro de Decretos. Vitória, 1892.

VITÓRIA (Município). Governo Municipal. Livro de Decretos. Vitória, 1901.

VITÓRIA (Município). Governo Municipal. Livro de Decretos. Vitória, 1909.

VITÓRIA (Município). Câmara Municipal. Livro de Decretos. Vitória, 1923-1929.

VITÓRIA (Município). Prefeitura Municipal de Vitória. Companhia de Desenvolvimento de Vitória. Por uma Vitória do saneamento. Vitória, 2004.

VITÓRIA (Município). Conselho Municipal. Livro de Decretos. Vitória, [1909?].